

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

Elizângela Costa de Carvalho Noronha

**O LEITOR NAS EDITORIAS DE POLÍTICA DOS JORNAIS DE  
TERESINA: RECONHECIMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

Teresina (PI)

2011

ELIZÂNGELA COSTA DE CARVALHO NORONHA

**O LEITOR NAS EDITORIAS DE POLÍTICA DOS JORNAIS DE  
TERESINA: RECONHECIMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de C. Lopes

Teresina (PI)

2011

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

N8521 Noronha, Elizângela Costa de Carvalho.  
O leitor nas editorias de política dos jornais de Teresina  
[manuscrito] : reconhecimento e produção de sentidos / Elizângela  
Costa de Carvalho Noronha. – 2011.  
175 f.

Cópia de computador (*printout*).  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí,  
Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011.  
“Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de C. Lopes”.

1. Análise de Discurso. 2. Leitor. 3. Discursos Sociais.  
4. Reconhecimento de Sentidos. I. Título.

CDD 412

ELIZÂNGELA COSTA DE CARVALHO NORONHA

**O LEITOR NAS EDITORIAS DE POLÍTICA DOS JORNAIS DE TERESINA:  
RECONHECIMENTO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos de Linguagem

Aprovado em 17 de novembro de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes – UFPI  
**Orientador**

---

Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa - UFRJ  
**Examinador**

---

Profa. Dra. Silvana Maria Calixto de Lima - UESPI  
**Examinador**

---

Prof. Dr. Francisco Alves Filho - UFPI  
**Suplente**

*A todos aqueles que seguem  
comigo esta caminhada.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me fazer acreditar que tudo vai dar certo, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, orientador deste trabalho, por ter sido um porto seguro na busca pelo conhecimento, e um amigo nos momentos de angústia e de felicidade.

Ao Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ter aceitado participar da Banca Examinadora, bem como aos demais membros.

À minha família, por me dar o apoio que preciso para seguir em frente, sobretudo, à minha filha Emília e ao meu marido Mateus, minhas fontes de força e inspiração.

Aos meus pais Edmilson e Iara, minhas irmãs Edyara e Mércia, meus sobrinhos, amigos de longas caminhadas; e àqueles que pude ganhar durante este percurso; ao Sistema O Dia de Comunicação por todo o apoio; e a todos aqueles que entenderam minhas ausências, e me ajudaram a atravessar as adversidades com tranquilidade.

Por fim, agradeço às fontes, sob todos os aspectos, durante a construção deste trabalho, por me terem mostrado novas lentes para ver e entender o mundo.

Renda-se, como eu me rendi.  
Mergulhe no que você não conhece como  
eu mergulhei. Não se preocupe em  
entender, viver ultrapassa qualquer  
entendimento.

Clarice Lispector

## RESUMO

Com o objetivo de ampliar a discussão a respeito do universo da leitura e da representação discursiva do leitor no processo de reconhecimento de sentidos, propõe-se, nesta dissertação, investigar o leitor cuja materialidade está marcada nos enunciados, pela enunciação jornalística das editorias de política nos jornais de Teresina. Deste modo, são feitas reflexões relacionadas ao universo do leitor, do autor e da leitura, que ganham novos contornos, ao serem abordadas, com base nos aportes teóricos da Teoria dos Discursos Sociais. Esta considera os discursos como práticas sociais, e busca perceber as tensões presentes no processo de produção, circulação e reconhecimento dos sentidos, a partir das múltiplas vozes sociais presentes nos discursos, das estratégias enunciativas, contratos de leituras, configuração e conformação dos discursos políticos em seus aspectos ideológicos e de poder. A partir deste trabalho foi possível verificar a presença de diferentes tipos de leitores políticos nos jornais pesquisados (Diário do Povo, Meio Norte e O Dia) e perceber as negociações de sentidos propostas nos e pelos discursos entre sujeitos em disputa na cena discursiva.

Palavras-chaves: Leitor. Discursos Sociais. Reconhecimento de sentidos. Produção.



## **ABSTRACT**

Aiming to broaden the discussion about the universe of reading and of the discursive representation of the reader in the process of meaning recognition, we propose in this thesis an investigation about the reader whose materiality is marked by the journalistic enunciation of the politics desk in Teresina newspapers. This way, we propose reflections related to the universe of the reader, the author and the reading, that get new outlines when approached through the theoretical point of view of the Social Discourses Theory. This theory considers discourses as social practices and aims to perceive the tensions present in the process of production, circulation and recognizing of meanings from the several voices present in the discourses, the enunciative strategies, reading contracts and configuration and conformation of the political discourses on their ideological and power aspects. This work made possible to verify the presence of different kinds of political readers on the newspapers researched (Diario do Povo, Meio Norte and O Dia) and notice the negotiation of meaning proposed in and through the speeches among subjects in dispute in the discursive scene.

**Keywords:** Reader. Social discourses. Meaning recognition. Production.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Notícia 1	—	Leilão das hidrelétricas será no dia 17 de dezembro.....	73
Notícia 2	—	Wellington Dias visita obras do ‘Velho Chico’ .....	75
Notícia 3	—	Senador diz que governador vai precisar de imunidade	77
Notícia 4	—	Para Heráclito, petistas sitiaram Wellington / Base diz que troca não afeta jogo eleitoral / Partido dos Trabalhadores só fará pesquisa em 20 dias.....	80
Notícia 5	—	Troca de candidato – Heráclito diz que petistas sem votos traíram Wellington.....	82
Notícia 6	—	Wellington Dias prefere escolha do candidato em março	84
Notícia 7	—	Wellington Dias consegue absolvição no TSE.....	87
Notícia 8	—	Rejeitado pedido de cassação do governador Wellington Dias.....	88
Notícia 9	—	TSE rejeita pedido de cassação do governador.....	91
Notícia 10	—	Wellington já admite racha na base aliada.....	94
Notícia 11	—	Mostra as marcas de expressão do protagonista.....	94
Notícia 12	—	Wellington Dias intensifica viagens.....	96
Notícia 13	—	Dias lidera governadores para rever FPE com Lula.....	98
Notícia 14	—	Wellington Dias: O próximo governador não precisa ser do PT	99
Notícia 15	—	Wellington contrata institutos nacionais.....	102
Notícia 16	—	Dias: 50% de chances de ficar no Governo.....	104
Notícia 17	—	Dias apresenta nova proposta de compensação para o pré-sal.....	106
Notícia 18	—	Wellington lidera pesquisa para Senado com 59,28%.....	107
Notícia 19	—	Wilson abre Agência de Fomento e anuncia investimentos de R\$ 100 mi.....	109
Notícia 20	—	Não passa pela minha cabeça deixar a base.....	111
Notícia 21	—	Wilson conclama jovens à participação política.....	112
Notícia 22	—	Wilson descarta proposta Tucana para aliança.....	114
Notícia 23	—	Wilson revela que pode não ser candidato.....	116
Notícia 24	—	Wilson Martins determina que secretários cortem os gastos.....	117
Notícia 25	—	Wilson nomeia 14 mulheres no 1º escalão.....	119
Notícia 26	—	Arrecadação aumenta, mas governo não sabe quanto deve.....	122
Notícia 27	—	Wilson Martins diz que a aliança é feita com soma de diferenças	123
Notícia 28	—	Governador defende alianças com a soma das diferenças.....	125
Notícia 29	—	Wilson Martins abre crédito suplementar de R\$ 64 milhões.....	127

Notícia 30	—	Teresa diz que Wilson teve tempo e não fez.....	128
Notícia 31	—	Wilson Martins quer ser o governador da saúde.....	131
Notícia 32	—	Petebistas organizam eventos pró-Wilson.....	133
Notícia 33	—	Candidato apoiado por Wilson vence eleições.....	134
Notícia 34	—	PSDB recua e cancela vinda de Aécio e Serra ao Piauí.....	137
Notícia 35	—	Para evitar pressão, PSDB adia encontro.....	139
Notícia 36	—	Sílvio Mendes diz que estrutura e dinheiro não ganham eleição....	140
Notícia 37	—	Partidos e candidatos vão gastar R\$ 440 mi no Piauí.....	143
Notícia 38	—	Tucanos foram os primeiros a apresentar plano de governo ao TER.....	144
Notícia 39	—	Sílvio diz que voto custa entre R\$ 30 e R\$ 45.....	145
Notícia 40	—	Sílvio fala em farra de convênios.....	147
Notícia 41	—	Serra fará comício e Aécio reunião no Piauí.....	149
Notícia 42	—	Coligação de Sílvio nega ação questionando apuração do TER.....	150
Notícia 43	—	Senador quer flexibilizar LRF para concluir obras inacabadas.....	153
Notícia 44	—	R. Silva disputa o Senado na chapa de JVC.....	154
Notícia 45	—	R. Silva será candidato a senador na chapa de JVC.....	156
Notícia 46	—	João Vicente faz carreata no interior.....	158
Notícia 47	—	Projetos de João Vicente no Senado garantem expansão de IFPI no interior.....	159
Notícia 48	—	João Vicente faz mobilização no Norte do Estado.....	160

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>Construindo o cenário: aportes teóricos da Teoria dos Discursos Sociais....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Problematizando os sujeitos.....</b>	<b>17</b>
2.1.1	Da subjetividade na linguagem.....	21
2.1.2	Para investigar os sujeitos e as práticas sociais.....	25
2.1.3	Entre produção e reconhecimento de sentidos.....	30
<b>2.2</b>	<b>Discurso político.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>AUTOR, LEITOR E LEITURA: A TRANSVERSALIDADE DE UM PROCESSO COOPERATIVO DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1</b>	<b>Da escrita à leitura: um percurso em transformação.....</b>	<b>50</b>
<b>3.2</b>	<b>Formação da leitura e do leitor no Brasil.....</b>	<b>53</b>
<b>3.3</b>	<b>Construindo uma noção de leitor e de leitura.....</b>	<b>56</b>
<b>3.4</b>	<b>Leitura e leitor em uma perspectiva discursiva.....</b>	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>DAS BANCAS ÀS LEITURAS: UM PERCURSO ENTRECORTADO PELOS LEITORES.....</b>	<b>70</b>
<b>4.1</b>	<b>Os jornais, o leitor e os protagonistas da notícia: reconhecendo sentidos em produção.....</b>	<b>70</b>
<b>4.2</b>	<b>Wellington Dias.....</b>	<b>71</b>
4.2.1	Análises.....	73
<b>4.3</b>	<b>Wilson Martins.....</b>	<b>109</b>
4.3.1	Análises.....	110
<b>4.4</b>	<b>Sílvia Mendes.....</b>	<b>136</b>
4.4.1	Análises.....	137
<b>4.5</b>	<b>João Vicente Claudino.....</b>	<b>151</b>
4.5.1	Análises.....	152
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como uma carta lançada ao mar dentro de uma garrafa, em que não se tem a certeza de quem irá ler o texto, como deverá entendê-lo, ou com que discurso deverá negociar sentidos durante a leitura, os textos publicados em jornais impressos são lançados diariamente sobre os muros das casas, sob as portas dos apartamentos, entre as bancas e demais pontos de vendas, espalhados pelas cidades, e oferecidos a quem passa pelas mais movimentadas ruas e avenidas.

Sem um destinatário específico, os autores da carta na garrafa ou dos textos publicados em jornais podem até mesmo partir de uma noção ampla a respeito de quem poderá tornar-se seu leitor, mas dificilmente teriam condições de traçar um perfil transversal sobre as múltiplas identidades de quem poderá, inclusive, interceptar a garrafa, antes que ela chegue ao destino planejado pelo autor; ou quem, acidentalmente, possa pegar um exemplar de jornal esquecido sobre o banco de uma praça.

Essa dificuldade em desenhar um rosto para o leitor, determinar suas características objetivas e lhe dar um perfil pragmático fornece pistas para que o processo de investigação acerca de sua manifestação seja traçado a partir de outra perspectiva – a da produção. Percorrendo um caminho que principia na instância em que os sentidos são produzidos, e, já neste momento, negociados com quem deverá atualizá-los durante a leitura, o trabalho que aqui se apresenta propõe uma investigação acerca do leitor enquanto sujeito discursivo que negocia sentidos com a instância da autoria, reconhece as tensões dos contextos, é perpassado pelas vozes sociohistóricas e culturais e estabelece relações dialógicas com o texto, o mundo e o autor para, então, realizar uma leitura.

Para investigar esse leitor, não é necessário recorrer a questionários, nem aplicar regras matemáticas para encontrar padrões em suas respostas. O caminho teórico-metodológico aqui proposto parte das marcas deixadas nos textos (verbais e não-verbais) e busca reconstituir o percurso da produção. A noção de leitor que tem sua materialidade descolada de uma presença em “carne e osso” e direcionada ao universo de discursos, nos quais os sujeitos têm sua existência marcada pelos textos, remetendo-o para as práticas sociais de produção de sentidos.

Dessa maneira, a partir do método de análise de discursos desenvolvido na Teoria dos Discursos Sociais, em que é possível “descrever, explicar e avaliar os processos de produção, circulação e consumo de sentidos” (PINTO, 2002, p. 11), vinculados a textos jornalísticos

impressos, realiza-se uma análise indicial que parte das pistas materiais, deixadas nos textos para investigar como e por que o texto diz e mostra.

Traz-se, no bojo das discussões aqui apresentadas, tendo a proposta de Pinto (2003) como base, a percepção de discursos como práticas sociais; ou seja, como lugar em que se travam batalhas em busca de ter o poder de “dar a última palavra” e ter reconhecimento legitimado pelo outro. Nesse entendimento, a linguagem (seja verbal seja não-verbal) está imbricada em uma relação dialógica com os contextos e com as pressões sociais que moldam as representações reproduzidas, legitimadas e transformadas na sociedade.

Para a realização desta pesquisa, fez-se um estudo de caso através da análise de discursos das editorias de política dos jornais *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*, utilizando como amostra as edições de 29 de outubro de 2009 a 29 de outubro de 2010. Delimitou-se o *corpus* usando o critério de seleção aleatória por meio de sorteio, no qual foi selecionada uma data a cada mês para que as notícias pudessem ser analisadas em comparação – um jornal com os outros.

Este critério permite que datas diferentes possibilitem observar, a partir do texto materializado e impresso nos veículos, as marcas enunciativas que indicam as condições sociais em que os discursos foram produzidos, são colocados em circulação e em que condições estes sentidos podem ser consumidos.

Benveniste (2005), um dos autores que fundamenta o escopo teórico deste trabalho, mostra que, ao enunciar, o sujeito não deixa apenas suas marcas no que foi dito, mas também as marcas daquele a quem dirige sua fala, materializadas nos textos. Para identificar essa materialidade discursiva do leitor, o linguista defende que é preciso estar atento, durante o processo de leitura, para captar as marcas deixadas na superfície textual, e que contribuem para a reconstituição do sujeito pela subjetividade, no caso específico desta dissertação, o leitor dos jornais.

Para tanto, pretende-se partir das pistas materiais deixadas na superfície discursiva, sejam elas de natureza linguística seja não linguística (a exemplo das imagens, dos infográficos e da própria disposição gráfica dos textos, por exemplo), para identificar os leitores propostos nos e pelos discursos, e materializados no universo de concorrência, representado por meio das editorias de política dos jornais *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*.

A Teoria dos Discursos Sociais fornece os caminhos que possibilitam investigar os processos a partir dos quais as múltiplas vozes sociais são ofertadas ao reconhecimento do público leitor, os aspectos dialógicos dos discursos, as heterogeneidades enunciativas, os

aspectos relacionados à própria natureza do discurso político, as estratégias enunciativas, perpassadas por aspectos do ideológico e do poder, utilizadas pelos veículos impressos com o objetivo de propor um contrato de leitura, todos estes processos midiáticos mediados pela linguagem.

Partindo-se destas discussões, o presente estudo assim se constitui: **1 Introdução**. Em **2** apresentam-se os aportes teóricos que dão sustentação à Teoria dos Discursos Sociais e que orientam teórica e metodologicamente esta dissertação. Para tanto, parte-se das contribuições dadas pelo filósofo Michel Foucault, a respeito da linguagem, com o objetivo de desnaturalizar o olhar a respeito desta área de conhecimento, e para mostrar como as forças sociais atuam no universo do discurso.

Em seguida, empreende-se uma apresentação teórica a respeito da subjetividade na linguagem, com base nas contribuições de Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin. Benveniste, ao propor que o sujeito marca a si próprio e ao outro ao colocar a língua em funcionamento, oferece os pilares desta abordagem, que busca reconstituir, a partir da matéria significativa, o leitor nas editoriais de política dos jornais de Teresina. Bakhtin, por outro lado, é trazido para este trabalho para dialogar, por meio dos conceitos de polifonia e dialogismo, nos quais demonstra o caráter social da linguagem e as implicações desta percepção na construção dos sentidos.

Ao final desta parte do trabalho, as contribuições são entrelaçadas às proposições de Milton José Pinto, na Teoria dos Discursos Sociais, e de Eliseo Verón, na investigação dos processos de reconhecimento de sentidos, através do Contrato de Leitura e das categorias de análise do discurso político, em que propõe conceitos e metodologias especificamente relacionados ao universo de disputas entre sujeitos políticos.

Em **3**, são apresentadas as discussões teóricas relacionadas ao universo da leitura e à representação do leitor no processo de reconhecimento de sentidos. Para tanto, inicia-se esta abordagem com uma apresentação geral a respeito das relações estabelecidas entre autor, leitor e leitura.

Essas relações são marcadas pela cooperação dialógica, a partir da qual cada uma dessas instâncias precisa estar em relação com as demais para ter em si o reconhecimento de uma prática social de produção de sentidos. Dessa maneira, o autor deixa de ser percebido como um indivíduo autônomo, que diz o que lhe convém sem qualquer interferência, e passa a ser visto como um sujeito atravessado pelas vozes sociais, pelos contextos, e pela relação que estabelece com seu interlocutor durante a produção dos textos. O leitor também deixa de ser percebido como aquele que realiza uma decodificação linear dos enunciados e passa a ser

visto como um sujeito ativo, que tanto atua na ressignificação dos textos como também se mostra presente no processo gerativo do próprio texto.

Outro aspecto tratado neste capítulo diz respeito às transformações históricas, culturais e tecnológicas que a leitura e o leitor passaram desde a civilização egípcia até o advento da imprensa, e, mais recentemente, do texto eletrônico. Esses aspectos são discutidos de forma mais ampla nos itens em que se discorre sobre a formação da leitura e do leitor no Brasil, a partir de um percurso histórico, literário e cultural. As discussões fundamentadas nas proposições do semiólogo Umberto Eco, que realiza um esforço concentrado para investigar a presença discursiva do leitor no processo de construção textual, são apresentadas neste trabalho. No entanto, como suas reflexões estão situadas no universo da interpretação, faz-se também a relação entre as questões do leitor e o universo discursivo com base nas contribuições de José Nunes Horta e Rita de Cássia Maia e Silva Costa.

A parte 4 é dedicada às análises dos jornais piauienses — *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo* — com enfoque no estudo da constituição do leitor nos discursos ofertados nas páginas de política desses impressos.

Em 5, as Considerações Finais apresentam o resultado do estudo escolhido. E, por fim, as Referências, que contêm, por meio dos autores estudados, a fundamentação, base teórica essencial para construir esta Dissertação.



## 2 CONSTRUINDO O CENÁRIO: APORTES TEÓRICOS DA TEORIA DOS DISCURSOS SOCIAIS

Quando conservamos e descobrimos novos arquipélagos de certezas, devemos saber que navegamos em um oceano de incertezas.

Edgar Morin

Todos os dias, milhares de exemplares de jornais são impressos e distribuídos pelas casas dos assinantes, comércios, pontos de vendas espalhados pelas cidades ou entregues às bancas, onde ficarão expostos à espera de alguém que tenha interesse em consumir suas informações e decida então retirá-los do expositor, ou melhor, do universo de concorrência entre os impressos, e colocá-los debaixo do braço, deixando os demais para trás.

Vista dessa maneira, a função primeira dos impressos de informar a população depende da ação de um leitor empírico – homem ou mulher, de diversas faixas etárias e de perfis socioeconômicos ou culturais diferentes – mas que também se configura como um sujeito discursivo, na medida em que a linguagem o posiciona frente à leitura que realiza dos jornais, após negociar sentidos, para então tomar decisões, sobretudo, de consumo. Esse processo passa pelo reconhecimento dos textos, das fotografias, cores, diagramação e das estratégias utilizadas pelos suportes para propor relação com o leitor no e pelo discurso.

Com base no aspecto discursivo, este trabalho investiga quem é o leitor dos jornais, como ele se configura nas editorias de política, e que relação estabelece com os impressos. Para tanto, o estudo é realizado à luz da Teoria dos Discursos Sociais; parte da percepção de que a linguagem é social e marca lugares de representação social tanto sobre quem fala como a quem se fala.

### 2.1 Problematizando os sujeitos

O arcabouço teórico deste trabalho é construído a partir de um caminho marcado pela presença de diversas perspectivas teóricas, que vão desde as reflexões filosóficas acerca da linguagem, os estudos relacionados à subjetividade e as discussões a respeito do universo discursivo. De cada uma, ressaltam-se as contribuições que estão em consonância com os objetivos propostos pela pesquisa e o método de análise a ser aplicado, sem com isso ferir postulados ou transgredir os limites possíveis de diálogo entre tais proposições teóricas.

Com as reflexões relacionadas ao universo do discurso, no qual a linguagem é elemento-chave, as contribuições do filósofo francês Michel Foucault (2008) acerca da linguagem, suas regras de funcionamento e elementos constituidores apresentam pistas valiosas para investigar a constituição da linguagem enquanto área do conhecimento. Foucault demonstra como a ciência foi atravessada por discursos ao longo do tempo, tendo como ponto de partida a relação existente, no século XVI, entre linguagem e representação. Para demonstrar tal postura, o autor inicia a discussão a respeito da representação, tomando-se por base os processos em que esta se manifesta nas similitudes (projeção de semelhanças entre as coisas), vistas como forte argumento para a concepção das representações, ponto de partida para os estudos referentes ao signo, elemento fulcral para os estudos de linguagem.

Tais processos de semelhanças eram observados tanto nas relações existentes entre elementos similares ou de aproximação entre coisas díspares, mas que, de tão próximas, podiam ser confundidas. Podiam ocorrer também com base em reflexos, como em espelhos, nos quais “as coisas dispersas através do mundo se correspondem” (2007, p. 26), apesar de estarem distantes, tornando difícil determinar o “original” e a “cópia”; ou ainda ocorrer por meio das analogias ou da transformação que pretende tornar as coisas idênticas, misturando-as e fazendo com que suas individualidades desapareçam. Com base nessas similitudes, o mundo poderia se duplicar, produzir reflexos de si próprio, significar e produzir signos tomando-se por base tais semelhanças.

O signo do século XVI significa a partir de uma relação de semelhança o que indica, ou seja, uma similitude; pois “buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha. Buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes” (2007, p. 40). Com essa posição, os signos necessitavam estar em relação de semelhança para que tivessem sentido e pudessem enfim ser interpretados através da linguagem, também permeada por este tipo de relações.

No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar (FOUCAULT, 2007, p. 47).

A linguagem, localizada “entre as figuras visíveis da natureza e as conveniências secretas dos discursos esotéricos” (2007, p. 49), tinha como tarefa revelar o entrelaçamento entre as palavras e as coisas do mundo, tornando-as visíveis, ou melhor, dando-lhes sentidos. De maneira que, segundo acreditava-se no século XVI, a linguagem era um signo que tinha como função atuar como elo entre aquilo que o homem poderia observar na natureza e o que

era transcendente. Deveria atuar como instrumento de reafirmação das concepções religiosas, políticas e culturais vigentes à época.

O homem recebe da natureza aquilo com que fazer signos e estes signos lhe servem primeiramente para se entender com os outros homens a fim de escolher aqueles que serão retidos, os valores que se lhes reconhecerá, as regras de seu uso; e servem, em seguida, para formar novos signos segundo o modelo dos primeiros (2007, p. 149).

No entanto, a partir do século XVII, quando a linguagem se volta para si própria, e passa a perceber que constrói representações com base na realidade objetiva do mundo, os signos tornaram-se mais complexos, de natureza binária, sendo compostos por significado e significante. Já no Renascimento, eles se tornaram ternários, portanto, compostos por três elementos (domínio formal das marcas, o conteúdo e as similitudes que ligam as marcas aos conteúdos) reunidos em uma figura só. Mas foi com as proposições de Ferdinand de Saussure que as palavras não mais estavam entrecruzadas com as representações, presas a conteúdos silenciosos. Para Foucault (2007), a partir desse movimento, as palavras foram devolvidas aos processos dinâmicos de significação, suscitados por sujeitos sociais institucionalmente filiados, que buscam produzir sentidos por meio da linguagem e tomando por base a relação que estabelecem com o mundo.

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que a sucessão da sintaxe define (FOUCAULT, 2007, p. 12).

Com essa concepção, Foucault (2007) restitui ao signo sua arbitrariedade em relação ao mundo, demonstrando que a atribuição de sentidos produzida pelo homem em relação ao mundo é uma representação e não uma apreensão totalizante do que é visto, muito menos uma tradução irrestrita da realidade apresentada, mas apenas uma possibilidade de referir-se a ela através da linguagem.

Passando para os elementos constituidores da linguagem, Foucault (2008) propõe que, de maneira semelhante ao signo, o enunciado deva ser percebido na “estreiteza e singularidade de sua situação”; ou seja, como elemento sempre suscetível às práticas sociais e sujeito à transformação, produção, manipulação, utilização, composição, decomposição ou mesmo destruição, denunciando seu caráter provisório e parcial. Nesse raciocínio, enunciado não é apenas uma partícula do discurso, no sentido de que átomos são unidades da matéria;

entretanto, nesta abordagem, enunciado é visto como um acontecimento, linguístico ou não-linguístico, variável e nunca acabado, podendo ser reconstruído a qualquer instante.

Mostramos que não eram nem pelas “palavras” nem pelas “coisas” que era preciso definir o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva; da mesma forma, é preciso reconhecer, agora, que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Nessa concepção, o enunciado não é uma estrutura que dá materialidade ao querer-dizer de um sujeito independente e autônomo, que dele se apropria para manifestar-se livremente; mas sim como um elemento responsável por situar as múltiplas significações que lhe compõem e conferem materialidade em determinado espaço de existência e coexistência, significação e ressignificação, dependendo das práticas sociais que o atravessam e não apenas das vontades dos sujeitos.

Com este trabalho de redefinição da superfície discursiva, o filósofo ressaltou o caráter dinâmico e provisório de seus processos de constituição, demonstrando que a construção de significações está localizada nas relações socialmente filiadas às múltiplas instituições, e regidas por regras de funcionamento comuns. Isso implica dizer que, apesar de ser aparentemente pronta e já-dada, a formação discursiva é resultante das diversas forças sociais empregadas pelas instituições, na arena de disputa estabelecida no e pelo discurso, também marcada pelo envolvimento de sujeitos sociais, moldados por regras que determinam as regularidades dos objetos, conceitos, tipos de enunciação, escolhas temáticas e sistemas de dispersão.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Essas regras de formação, percebidas como condições, sobretudo, de existência, são responsáveis também por sistematizar mecanismos de estabilização dos processos,

possibilitando que, mesmo em movimento contínuo, as formações sejam observáveis. Por isso, como diz na citação supramencionada, por convenção, as formações discursivas poderão ser identificadas quando os elementos constituidores do discurso (enunciados, objetos, conceitos etc.) puderem ser descritos e definidos em uma regularidade.

A visão apresentada por Foucault estabeleceu ainda a percepção de uma relação ativa suscitada a partir das práticas sociais e capazes de fomentar a produção, transformação e reprodução dos objetos e dos sujeitos, por meio de práticas discursivas e não-discursivas, linguísticas e não-linguísticas. Deste modo, o discurso não está restrito aos elementos significantes, a um sistema ou código, como também não está relacionado somente a conteúdos específicos ou a determinadas representações. Está relacionado ao processo de formação dos objetos e sujeitos de que fala, atuando não apenas como algo que designa, mas que se manifesta na sua constituição. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (2008, p. 55).

Percebendo o homem como ser limitado e finito em relação ao mundo, o filósofo enxergou na modernidade a invenção desse homem, que deixou de ser transcendental para ser reconhecido como duplo empírico-transcendental (natureza-natureza humana), finito em sua existência, produto das significações que produz, e não senhor de uma linguagem, mas sujeito que suscita representações, e por elas também é assujeitado, visto que pode, inclusive, ser por elas duplicado, com base nas relações estabelecidas entre o homem e o mundo, regidas por uma ordem que lhes são interiores.

Acrescente-se que essa percepção é um dos pontos em que as proposições de Foucault foram mais criticadas. Considerando o homem como ser assujeitado pelo discurso, o filósofo concentrou nas instituições sociais a função de produzir, fazer circular e ter seus discursos reconhecidos. Deste modo, os sujeitos para Foucault estão limitados à condição de passividade diante do processo de produção das formações discursivas, de origem sócio-histórica.

### 2.1.1 Da subjetividade na linguagem

No aspecto da subjetividade, toma-se como ponto de partida as proposições de Benveniste (2005) acerca dos sujeitos na e pela linguagem, pois, segundo o autor, é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (p. 286) grifos nossos.

Para ele, a subjetividade é uma manifestação dos sujeitos, marcada no instante em que a língua é posta em funcionamento; ou seja, como — ao fazer uso da língua para significar e produzir enunciados — os sujeitos implantam a si próprios e seus interlocutores no que é dito. Por conseguinte, esta é uma das principais contribuições do teórico, ao trazer a noção de sujeito para os estudos de linguagem; e, com base nisto, abrir novas perspectivas para as análises que buscam investigar como o sujeito se mostra marcado no sistema da língua.

Ainda sob forte influência estruturalista, o autor manteve suas reflexões focadas nas regras internas de funcionamento do sistema linguístico, mas avançou ao propor que a linguagem não mais deveria ser vista como um instrumento do qual o homem se apropria para se comunicar, mas sim elemento constituidor dos sujeitos, logo, da natureza humana. Para o teórico, “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 287), pois esta não é uma fabricação da vontade do homem, faz parte de sua natureza, não apenas servindo-lhe de ferramenta de comunicação, mas sendo própria de sua existência.

Sob este ponto de vista, a noção de subjetividade está relacionada à manifestação da “pessoa” através da língua. Segundo esta proposição, para um “eu” marcador de sujeito enunciativo existe em contraste outra “pessoa”, o “tu” discursivo. Ambos, no entanto, têm como principal forma de manifestação os pronomes pessoais, que são formas linguísticas que posicionam a “pessoa” no discurso, ora como *eu* e ora como *tu*; e são também, para o teórico, o ponto de partida para a demonstração da subjetividade na linguagem, pois os pronomes têm como propriedade apresentar formas “vazias” que podem ser preenchidas pelo locutor durante a enunciação, momento em que é estabelecida a relação de alternância entre *eu* e *tu*.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco — ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Essa alternância entre *eu* e *tu*, para Benveniste, traduz-se em uma relação dialética de existência, pois não há um sem o outro. Tudo o que é dito tem como destinatário um co-enunciador, que também se faz presente na enunciação, processo de produção de enunciados a partir da apropriação que o falante faz da língua. Sobre essas marcas de subjetividade, Oliveira (2000) afirma que o “eu” é marcado como “pessoa subjetiva (interior ao enunciado e exterior ao *tu*) e *tu*, pessoa não-subjetiva (exterior ao enunciado e designada por eu)”, já o “ele” é a não-pessoa, já que não faz referência a um sujeito específico.

Pode-se dizer, dessa maneira, que a concepção de Benveniste, proposta para a representação de sujeito, requer uma análise com base nas marcas linguísticas, para identificar

a manifestação da subjetividade na linguagem. Entende-se a importância de observar as marcas linguísticas como pistas materializadas que precisam ser consideradas, e que – por si só – não trazem toda a complexidade que a análise de discursos, aqui proposta, requer. Por isso, este trabalho adota como perspectiva teórica a noção de sujeito que exige, além da observação daquilo que está dito, a investigação acerca das forças sociais que fizeram determinado enunciado ser construído dessa e não de outra maneira, assim como a investigação acerca do que pode ser dito, do não dito e do interdito, entre outros elementos discursivos, como as imagens, a diagramação, as cores etc.

Neste terreno de discontinuidades (FOUCAULT, 2007), o discurso não surge como o resultado da ação de um sujeito autônomo e indivisível, detentor do controle sobre o que diz ou sobre os efeitos produzidos a partir do que foi dito. De fato, nessa perspectiva, os sujeitos são sociais, marcados por heterogeneidades que os constituem e estão situados em uma rede remissiva de sentidos.

Assim sendo, os emissores e receptores, ou melhor, co-emissores, desempenham funções ativas na dinâmica da comunicação, com base nos conceitos de atitude responsiva ativa, polifonia e dialogismo (BAKHTIN, 2003). A atitude responsiva ativa propõe que cada enunciado (unidade real da comunicação verbal na perspectiva bakhtiniana) do locutor gera uma resposta, reação ou ação do seu interlocutor, correspondendo à capacidade do co-emissor de produzir enunciados dos enunciados alheios. Esta atitude, por mais que não seja imediata ou manifestada na situação de enunciação, provoca a alternância dos sujeitos (enunciador e co-enunciador), ou seja, dos locutores, que estão sempre reagindo a discursos ofertados.

O conceito de polifonia também confere à linguagem um caráter social e marca a perspectiva de que a linguagem não depende apenas da ação isolada de um sujeito, mas do ativamento de vozes que esse sujeito é capaz de promover, conscientemente ou não durante a enunciação. A noção de polifonia aponta para a presença de diversas vozes em um mesmo enunciado, que tanto podem ser expressas através de aspas, do discurso direto e outros recursos linguísticos, quanto integrar a constituição do enunciado sem que o próprio enunciador se dê conta da presença dessas vozes — de origem histórica, cultural e social.

Para Bakhtin, não apenas a língua é social, como propôs Saussure, mas a fala também tem origem social e se manifesta por meio do diálogo, que tanto se dá entre locutores como entre discursos. É como se, ao falar, os locutores estivessem orquestrando as vozes em circulação na sociedade, de tal maneira que os enunciados pareçam ser o resultado de uma atividade individual de produção de sentidos, embora não o sejam. E ainda fruto de uma autoria dissimulada, em que os enunciados são constituídos por múltiplas vozes e não apenas

por um indivíduo — em constante diálogo “internamente (entre si), e externamente, articulando-se com discursos outros, anteriores e posteriores, através da possibilidade de réplica, da característica responsiva ativa, aberta a qualquer palavra articulada na relação dialógica” (MAGALHÃES, 2003, p. 43).

A noção de dialogismo está relacionada à dinâmica remissiva dos enunciados, propondo que não há discurso original, pois todo discurso está em relação com outros já ofertados e com os que ainda serão produzidos. Bakhtin (1992) reafirma a condição social da linguagem ao destacar que as palavras não são de ninguém e estão disponíveis para uso de qualquer locutor, que, inclusive, poderá fazer múltiplos usos das palavras; afinal, para ele, é a situação de enunciação que dá às palavras suas significações. Por isso, tanto quanto à forma e ao conteúdo, os enunciados estão em relação dialógica com outros enunciados.

Como elos na cadeia da comunicação verbal, os enunciados não existem isoladamente, pois precisam estar em relação com outros enunciados para fazerem sentido. Além disso, essa noção traz também a ideia da alteridade – princípio que estabelece a existência do “eu” a partir da relação estabelecida com o “outro”.

Percebendo que cada fala é também atravessada por vozes sociais, Jacqueline Authier-Revuz (1990) propôs discutir conceito bakhtiniano de polifonia, tomando por base as heterogeneidades enunciativas, de forma mais metodológica, a partir de dois modos de manifestação destas vozes: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A heterogeneidade mostrada refere-se às vozes explícitas e marcadas na superfície textual. A heterogeneidade constitutiva designa as vozes implícitas, ou seja, as que têm suas origens nas vozes da história e da cultura, mas que podem ser identificadas pelo estudo das condições de produção dos discursos.

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

As duas modalidades de heterogeneidade estão em constante relação dialógica. Enquanto a forma mostrada expressa, por meio de denegação, a onipresença da heterogeneidade constitutiva, esta última está em constante negociação com a mostrada no intuito de permitir que escapem alguns traços de sua presença, e omitir outros, que permanecerão submersos em sua constituição. Pinto (2003) e Araújo (2000) defendem que a polifonia e as heterogeneidades podem se equivaler na perspectiva dos Discursos Sociais, já



que ambas estão relacionadas à orquestração das vozes que integram os discursos, com ou sem o consentimento dos locutores.

Em Araújo (2000), as reflexões supracitadas estão alinhavadas à proposição de Benveniste, a respeito da manifestação dos sujeitos discursivos eu e tu por meio da linguagem. Por conseguinte, é possível classificar como sujeitos que constituem o discurso: sujeito da enunciação (“é a imagem daquele que se apresenta como emissor, como responsável pelo discurso”); sujeito do enunciado (é a imagem daquele a quem se fala, que corresponde ao receptor idealizado”); e enunciadores (“são todas as demais vozes arregimentadas pelo emissor, para compor e legitimar sua própria imagem”) (ARAÚJO, 2000, p. 127). No entanto, opta-se, neste trabalho, pela classificação proposta por Pinto (2003), que, voltando aos conceitos, segundo proposição de Benveniste, considera sujeito do enunciado o narrador ou emissor representado nos textos pelo pronome “eu”; sujeito da enunciação, como aquele que eu represento no enunciado, oscilando entre as posições “eu” e “tu”; e o sujeito falado como aquele a quem eu direciono meu enunciado, ou seja, o “tu”. “Adaptando-se à tendência de nomenclatura inaugurada por Émile Benveniste, pode-se dar o nome de sujeito falado a essa imagem ou lugar que o(s) coemissor(es) assume(m) ao se reconhecer nos enunciadores a ele(s) atribuídos pelo emissor” (PINTO, 2003, p. 35).

### 2.1.2 Para investigar os sujeitos e as práticas sociais

Como o objetivo deste trabalho é investigar a construção discursiva do leitor nas editoriais de política dos jornais de Teresina, o foco da abordagem será identificar a imagem daquele a quem se fala – o sujeito falado, seguindo as “pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma; isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constituem, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto” (PINTO, 2003, p. 12). Para tanto, assume-se que traços dos demais sujeitos do discurso deverão ser observados e analisados, pois acredita-se que o sujeito não é uno, nem senhor de sua fala, mas sim uma construção incessante nas situações de interação social, ou seja, de interação com o outro.

Em sintonia com o primeiro postulado do método de análise proposto por Pinto (1994), o postulado da heterogeneidade constitutiva, entende-se que o texto é “um tecido de vozes preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 2002, p. 31) e que marca uma autoria híbrida ou heterogênea, recortada por aspectos sócio-históricos e culturais; e impensável sem a relação dialógica com o outro. “O conceito de polifonia fornece elementos

para romper a ilusão de unicidade do sujeito e de sua autonomia sobre o discurso, possibilitando a avaliação e revisão das estratégias discursivas” (ARAÚJO, 2000, p. 128). A partir da observação das múltiplas vozes que compõem os discursos, através da investigação polifônica, é possível identificar as vozes sociais que atravessam o dizer<sup>1</sup> do sujeito, que assume como seu um enunciado anterior, de domínio social. Sem se dar conta dessa “apropriação”, este enunciador nutre a sensação de autonomia sobre o que diz, quando, de fato, está inserido em uma cadeia remissiva de sentidos em que cabe a ele apenas a figura de orquestrador das vozes em circulação na sociedade.

O segundo postulado da Teoria dos Discursos Sociais diz respeito à semiose infinita, que parte do conceito de signo triádico, do teórico Charles Sanders Peirce, para propor uma análise indicial; ou seja, uma análise que percebe a superfície textual como um terreno opaco, em que podem ser identificadas “pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar” (PINTO, 2002, p. 26). Dessa maneira, o interesse do analista estará voltado para o texto em busca de como diz e por que mostra de determinada forma, compreendendo que a linguagem está imbricada em um processo de representação e não em uma atividade de transposição icônica da realidade para o sistema linguístico.

Nesse processo de representação, há a ressignificação de sentidos, através de uma rede semiótica em que um texto remete a outros textos indefinidamente, reafirmando o caráter social e dialógico dos discursos. O conceito de intertextualidade proposto por Julia Kristeva, em 1966, tem como finalidade “realçar essa propriedade dos textos de se relacionarem com outros textos, anteriores, contemporâneos ou subsequentes, ou com acontecimentos de outra ordem” (ARAÚJO, 2000, p. 131). Ao se apropriar de uma estratégia para enunciar algo, o locutor faz escolhas e exclusões durante o processo de formulação dos enunciados, dos textos e dos discursos, que podem ser tomados posteriormente como pistas para identificar quais vozes estão presentes, implícita ou explicitamente, no que é dito.

Estreitamente relacionado ao conceito de polifonia, o dialogismo fornece as pistas ao investigador social quanto às escolhas feitas pelo enunciador durante a produção dos enunciados; ou seja, leva o analista a percorrer os caminhos trilhados pelos sujeitos durante a enunciação, reconstituindo as escolhas, os silenciamentos, as exclusões e as articulações materializadas nas superfícies significantes.

---

<sup>1</sup> Usa-se o termo dizer no sentido proposto por Verón (2004) e correspondente ao instante de enunciação.

O que deve ser dito implica o que não deve ser dito, isto é, uma determinada formação discursiva, ao demarcar os limites do dito e do dizer, automaticamente estabelece critérios de exclusão, o que nos remete para a noção bakhtiniana de linguagem como arena dos embates sociais (ARAÚJO, 2000, p. 132).

Esse sistema de escolhas e exclusões, no entanto, não é realizado sem os embates sociais previstos por Bakhtin (1992). Na disputa pela legitimação dos sentidos propostos, os locutores se inserem em um espaço de produção, circulação e consumo de sentidos, no qual a lógica se assemelha às regras do mercado simbólico. Denominadas como a economia política do signifiante, essas regras de negociação dos sentidos compõem o terceiro postulado dos Discursos Sociais.

Fazendo uma analogia às regras que regem outros tipos de mercado, “onde o sistema produtivo determina e deixa marcas nos objetos produzidos, também os discursos são determinados pelo sistema de produção, circulação e consumo, que neles deixa suas marcas” (ARAÚJO, 2000, p. 136). Dessa maneira, é percorrendo o caminho inverso, ou seja, partindo do produto final (o texto) que se busca reconstituir, a partir das marcas deixadas na tessitura textual, as operações que atuaram na constituição do discurso tal qual ele se apresenta.

Por isso, para esta linha de pesquisa, a “análise de discurso procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade” (PINTO, 2002). Fazendo este percurso de reconstituir o sujeito falado, marcado nos textos publicados nas editoriais de política dos jornais de Teresina, considera-se, na perspectiva de Pinto (2002), que os leitores estão presentes e marcados nos textos que são entendidos como “produtos culturais empíricos produzidos por eventos comunicacionais” (p. 11); ou seja, eles estão na materialização da situação de enunciação nas superfícies textuais, neste caso, nas páginas de política dos impressos.

Ao assumir a existência dos sujeitos enquanto emissores e coemissores em um determinado evento comunicacional, as questões referentes às representações também aparecem, já que os sujeitos são considerados em sua existência discursiva e não propriamente em sua existência material. Assim, conforme exposto no início deste capítulo, a partir das proposições do filósofo Michel Foucault (2007), as representações são inerentes ao universo discursivo, no qual as presenças não figuram em “carne e osso”, mas enquanto representações discursivas desses sujeitos.

O ideológico e o poder, na concepção defendida por Pinto (2003), estão situados no universo discursivo e ultrapassam a materialidade das instituições do Estado e da política

partidária, sindical ou das agremiações religiosas, por exemplo. Para o autor, ideológico e poder estão na dimensão da semiose social; ou seja, são perpassadas pelas diversas “leituras” que os sujeitos sociais podem realizar a partir de um texto. Ao colocar a dimensão do ideológico como parte da ideologia, esta última caracterizada como um todo estruturado e incapaz de ser apreendido em sua totalidade, Pinto (2003) percebe o conceito do ideológico como instância de representação social, variável, heterogêneo e relacionado às muitas formas de manifestação das ideologias enquanto prática social de produção de discursos, sendo um aspecto, uma manifestação, uma pequena parte do que se entende por ideologia.

O ideológico está presente num texto pelas marcas ou traços que estas regras formais de geração de sentidos deixam na superfície textual e que o analista de discursos procura encontrar e interpretar. Uma parte do ideológico também transparece num texto sob a forma de pré-construídos, que são inferências e pressuposições que o coemissor deve fazer para suprir as lacunas e dar coerência à interpretação que faz, interligando entre si as frases e partes do texto e ligando-o a um ‘mundo’ (PINTO, 2003, p. 45).

O poder, visto como a segunda dimensão da semiose social, também não está limitado às estruturas de legitimação do poder de Estado, como o Governo enquanto instituição ou a Justiça, por exemplo. Nessa percepção teórica, o poder está espreado, ramificando-se pelas diversas relações sociais, inclusive, naquelas que são mediadas pelos veículos de comunicação.

O poder, para a análise de discursos, é assim uma dimensão analítica, e não o poder concreto, único, que domina tudo e todos de cima para baixo, e que saindo da esfera pública se imiscui nos interstícios da esfera privada, imutável e monolítico, qualquer que seja o nome que receba (por exemplo: Deus, Estado ou Capital) como já foi ou ainda é apresentado apocalipticamente por alguns pensadores contemporâneos (PINTO, 2003, p. 47).

Ao analisar o ideológico e o poder como instâncias de representação social presentificadas nos textos, Pinto (2003) reforça a observação dessas instâncias como espaços em que cada relação é construída com base no cruzamento dos diversos contextos (o situacional imediato, o institucional e o sociocultural mais amplo) com os sujeitos sociais na situação de comunicação. Desta forma, ideológico e poder não são estruturas estanques que carregam por si sós a essência totalizante de suas esferas de atuação, mas, diferentemente disso, são construídas no e pelo discurso de acordo com as relações estabelecidas durante a enunciação.

Trazendo estas questões para o estudo proposto, entende-se que as instâncias acima apresentadas serão observadas na investigação dos processos em que as dimensões do

ideológico e do poder atuaram nas disputas e negociações empreendidas nas arenas discursivas, representadas nas editoriais de política dos jornais de Teresina. As questões do ideológico, do poder, e os embates discursivos travados durante o processo de produção dos sentidos – verificados na rotina da produção noticiosa – são percebidos por Pinto (2003) como práticas sociais e discursivas materializadas nos textos, que deverão exigir do analista de discursos sua transformação em um detetive sociocultural, que tem como missão reconstituir, a partir da matéria significativa, os processos sociais de construção discursiva dos eventos, das relações sociais e dos sujeitos envolvidos no processo de comunicação.

As análises não estão “amarradas” às intenções daquele que diz ou ao conteúdo semântico do que está dito, mas nas forças sociais que incidiram no processo de produção dos sentidos; ou melhor, como e por que o texto diz e se posiciona de determinada maneira. Tanto que Pinto (2002) destaca como estratégias discursivas os modos de dizer, divididos entre os modos de mostrar, de interagir e de seduzir; como estratégias de posicionar os sujeitos e as construções enunciativas durante a situação de enunciação.

Do ponto de vista de uma prática analítica, os modos de dizer podem ser ainda explicitados em modos de mostrar (uso referencial da linguagem e de outras semióticas, pelo qual são criados os universos de discurso em jogo no processo comunicacional), modos de interagir (uso da linguagem e de outras semióticas pelo qual são construídas as identidades e relações sociais assumidas pelos participantes no processo comunicacional) e modos de seduzir (uso da linguagem e de outras semióticas na busca de consenso, pelo qual se distribuem os afetos positivos e negativos associados ao universo de discurso em jogo (PINTO, 2002, p. 27).

Ao considerar os discursos práticas sociais, é fundamental perceber as tensões como parte do processo de produção, circulação e consumo dos sentidos. Isso quer dizer que (BENVENISTE, 2005) a linguagem não pode ser vista como um instrumento natural de comunicação utilizado pelo homem com o intuito simples de compartilhar informações. Nesta perspectiva, situada no universo da semiologia, a linguagem (seja verbal ou em outras semióticas) é parte do contexto sócio-histórico, ou seja, sofre as coerções próprias das relações sociais. Retomando as contribuições de Foucault (2007), a linguagem é percebida como a materialização de processos sociais de produção de sentidos, em que os mais diversos “atores” desses processos disputam a última palavra, ou melhor, disputam legitimar-se como sujeitos.

### 2.1.3 Entre produção e reconhecimento de sentidos

Partindo deste ponto, cabe restabelecer o campo da semiologia como chão de sustentação para as discussões aqui apresentadas. Anunciada por Ferdinand de Saussure (2006) como a ciência que ainda estaria por vir, a semiologia ultrapassa os limites do sistema linguístico, previsto na proposição estruturalista, e se propõe a investigar os sentidos. No primeiro momento, na década de 1960, a semiologia era caracterizada como imanentista, pois se restringia às análises do *corpus* em si mesmo, sem que houvesse o estabelecimento de relações teóricas ou práticas com outros textos. Já no segundo momento, nos anos 1970, a semiologia propôs transpor os limites do *corpus* ao tentar discutir a produção do sentido a partir dos textos, em um processo que partia da matéria significante em busca do processo de construção dos textos.

Na terceira geração, a partir da década de 1980, os semiólogos acrescentam em seus trabalhos os sentidos na esfera produtiva da recepção em busca do reconhecimento e dos “efeitos de sentido”. Nessa visada, a preocupação está em estudar o processo que vai da produção até o consumo de sentidos, no qual o texto é percebido como um ponto de passagem que permite a materialização das forças sociais presentificadas na construção dos sentidos. Eliseo Verón (2004) discute a semiologia de terceira geração, e afirma que “a relação entre a produção e a recepção (prefiro chamar esta última de reconhecimento) é complexa: nada de causalidade linear no universo do sentido. Ao mesmo tempo, um discurso dado não produz um efeito qualquer. A questão dos efeitos é, portanto, incontornável” (p. 216).

Com essa problematização, o autor propõe repensar os elementos do universo discursivo com base na investigação dos efeitos no processo de produção e reconhecimento de sentidos. À enunciação é dado o lugar do dizer, ou seja, de como os enunciadores utilizam estratégias durante as situações de enunciação para se posicionarem enquanto sujeitos – correspondendo aos modos de dizer demonstrados por Pinto (2002). Já o enunciado é da ordem do dito, ou seja, do conteúdo semântico – considerado apenas ponto de partida para a investigação na Teoria dos Discursos Sociais defendida neste trabalho.

A enunciação e as modalidades do dizer interessam por fornecer a reflexão necessária para a investigação dos processos sociais de produção e reconhecimento de sentidos. Na ordem do dizer estão previstos “dispositivos de enunciação” distintos e responsáveis por situar os sujeitos durante a enunciação. Estes dispositivos contemplam o enunciador, ou seja, a imagem de quem fala, correspondendo ao “lugar que aquele que fala atribui a si mesmo”; a imagem do destinatário, ou seja, aquele a quem o discurso é endereçado; e, por fim, a relação

proposta, no e pelo discurso, entre o enunciador e o destinatário – percebidos por Verón como entidades discursivas. No caso da imprensa escrita, *corpus* deste estudo através das editoriais de política dos jornais de Teresina, o autor denomina o dispositivo de enunciação como contrato de leitura, em discussão a partir deste momento.

No contrato de leitura, estão postos o suporte, ou seja, o impresso e seus leitores. Nessa perspectiva, o impresso é o espaço em que são negociados os sentidos ofertados pelo suporte (percebendo este como enunciador) e que podem ou não ser consumidos pelos leitores. Dessa maneira, através da investigação do contrato de leitura, é possível observar quais são os sentidos produzidos pelo veículo, com o objetivo de provocar o reconhecimento por parte dos destinatários. Para Verón, o vínculo será estabelecido entre as partes se o impresso for capaz de “propor um contrato que se articule corretamente com as expectativas, motivações, interesses e com os conteúdos do imaginário no seu aspecto visual”, se conseguir “fazer evoluir seu contrato de leitura de modo a seguir a evolução sociocultural dos leitores, preservando o nexos” e, se for capaz de “modificar seu contrato de leitura se a situação o exige, fazendo-o de maneira coerente”.

Para o autor, como em qualquer outro discurso, os processos de produção e reconhecimento de sentidos nos impressos exigem o ativamento de estruturas enunciativas sob o prisma da enunciação e não do enunciado, pois, caso contrário, seria possível realizar apenas as análises conteudistas, que ignoram as relações estabelecidas entre o suporte e seus leitores – foco desta investigação.

Em recepção, a leitura não reside isoladamente nos conteúdos; reside nos conteúdos sempre “tomados a cargo” por uma estrutura enunciativa de onde alguém (o enunciador) fala, e de um lugar preciso ele é proposto enquanto destinatário. A enunciação é um nível de funcionamento do discurso e não uma parte que seria destacada do resto (o conteúdo) (VERÓN, 1985, p. 6).

Por isso, a análise de discursos proposta a partir dos dispositivos de enunciação observa o conjunto – enunciador, destinatário, enunciados e as relações entre produção e reconhecimento. Para tanto, tem de abranger aspectos gráfico-visuais e de conteúdo, como fotos, títulos, modalidades de paginação, hierarquização das notícias; enfim, os procedimentos utilizados pelos veículos para o estabelecimento dos contratos de leitura. No entanto, para a identificação desse vínculo entre suporte e leitor, faz-se necessário atender a exigências específicas de análise, tais como: a observação das regularidades, ou seja, é imprescindível detectar os aspectos invariantes, a propriedades estáveis, recorrentes no discurso do veículo, por meio de temas diversificados, fazendo-se necessário um recorte expressivo do *corpus*;

trabalhar comparativamente, haja vista que precisam ser identificadas as semelhanças e as diferenças entre os veículos estudados, a fim de, com isso, determinar as especificidades de cada um; e, a partir da verificação dos discursos preponderantes em cada suporte, e da comparação entre os discursos, é possível identificar — em seu conjunto — suas características marcantes, assim como seus conflitos discursivos.

Para o teórico, todas as hipóteses levantadas tomando-se por base as análises precisam ser colocadas à prova, por meio do trabalho de campo, realizado no intuito de verificar o funcionamento do contrato proposto por cada um dos impressos em estudo, para identificar seus pontos fortes e seus pontos fracos junto ao destinatário — incluindo leitores e não-leitores dos suportes. Por outro lado, como o trabalho aqui proposto será realizado em produção, opta-se pela investigação a respeito do contrato de leitura, considerando os processos de produção e reconhecimento sem, contudo, a necessidade de verificação quanto à eficácia dos contratos junto aos leitores, ou seja, sem a aplicação dos estudos em campo.

Atendo-se às questões ligadas às análises discursivas, entende-se o conceito de contrato de leitura como instrumento metodológico para a investigação dos discursos ofertados ao leitor, a partir dos textos publicados nos jornais, nos quais se torna possível inquirir a imagem daquele que fala (enunciador), daquele a quem se fala (destinatário/leitor) e que tipo de relação se estabelece entre eles (efeitos de sentido/contrato de leitura).

Nesse sentido, a articulação verificada entre a produção e o reconhecimento dos discursos no âmbito da imprensa escrita é chamada de “sistema produtivo”, dividida entre três noções básicas: tipo, gênero e estratégia. Em relação à noção de tipo, Verón considera resultante da associação dos suportes organizacionais e as relações sociais estabelecidas dentro dessas estruturas institucionais.

Assinale-se que, no discurso político, exemplo dado pelo autor e que se aplica a este trabalho, é preciso localizar o discurso, levando-se em conta os partidos políticos e o aparelho do Estado para então prever um destinatário genérico (cidadão-nacional associado ao coletivo nação), o pró-destinatário (“visado por meio de mecanismos de reforço da crença partilhada”), o paradestinatário (“alvo da ordem dos mecanismos da ordem da persuasão”) e o antide destinatário (“alvo das figuras do polêmico”).

Quanto ao gênero, cabe a subdivisão entre “gênero-L” e “gênero-P”. O primeiro diz respeito ao gênero de apresentação da matéria linguística, podendo ser entrevista, reportagem, mesa-redonda, debate etc. O “gênero-P” diz respeito à natureza do produto, ou seja, a que tema está direcionado, como: divulgação científica, periódico feminino, cotidiano de informação etc. Neste último caso, a questão do gênero está estritamente relacionada ao



universo de concorrência em que o impresso está diretamente relacionado. A noção de estratégia, por sua vez, deve auxiliar o analista de discursos a perceber, em um determinado espaço de concorrência entre veículos, quais são as diferenças que emergem, a partir do confronto entre concorrentes, quais são as estratégias usadas por cada veículo para que este tenha características particulares.

A partir dessas noções (tipos, gêneros e estratégias), é possível detectar o dispositivo pelo qual o veículo de comunicação se constitui enquanto produto de consumo, tendo-se em vista que os leitores idealizados pelos veículos estão sendo caracterizados ao nível do discurso. Ou melhor, como os impressos supõem ser as expectativas de seu leitorado, formuladas a partir das representações que os sujeitos envolvidos no processo de produção do impresso têm a respeito dos setores almejados pelo veículo, eis o ponto em que o trabalho empreendido tem interesse particular. Afinal, busca reconstituir, com base nos jornais, de que forma o leitorado das editorias de política dos impressos de Teresina está sendo desenhado em cada veículo, nas representações construídas pelos atores sociais que atuam na produção dos jornais, que, de certo modo, corresponde ao “leitor-modelo” proposto por Eco (2008), conforme será discutido no próximo capítulo.

Essas representações construídas a partir da produção dos impressos resultam ainda no seu posicionamento em relação a seus concorrentes. Ao propor estratégias diferenciadas para permanecer em determinada zona de concorrência direta, os impressos lançam um contrato de leitura, ou seja, uma proposta de vínculo com seu leitorado idealizado. Além disso, a partir da identificação do título, em um espaço de concorrência, há a tentativa de valorizá-lo junto ao mercado anunciante, diretamente ligado aos sentidos propostos no espaço, como acontece no caso das revistas femininas que, naturalmente, atraem os anunciantes de produtos ligados a este público.

Em um universo de discurso em que, do ponto de vista do conteúdo, a oferta é quase a mesma, o único meio de cada título construir sua “personalidade” é através de uma estratégia enunciativa própria, ou seja, construindo um certo vínculo com seus leitores. É por isso que, na imprensa escrita, cada “zona de concorrência direta” é um verdadeiro laboratório para o estudo dos fenômenos enunciativos: encontra-se aí uma multiplicidade de estratégias enunciativas que “trabalham” de diversas maneiras uma mesma “matéria” semântica (VERÓN, 2004, p. 248).

Dessa maneira, a difícil tarefa de identificar, tomando-se por base as superfícies discursivas, quais são as gramáticas de produção de cada veículo, ou seja, quais são as condições de produção e os dispositivos de enunciação utilizados pelos veículos para constituírem a imagem de si, a imagem do seu leitorado, que tipo de vínculo propõe

estabelecer, e — mais — quais características poderão diferenciar um impresso específico de seus concorrentes diretos. Para auxiliar nessa investigação, são propostos os fenômenos de regulação como parâmetro de verificação dos veículos inseridos em uma zona de concorrência.

O primeiro fenômeno de regulação previsto diz respeito às alterações sociohistóricas do leitorado e dos anunciantes. Caso o veículo não tenha a percepção de mover-se junto às transformações observadas no bojo da sociedade, corre o risco de perder leitores e anunciantes. Da mesma forma, quando um título de uma zona específica de concorrência altera, mesmo sensivelmente, sua estratégia ou caso surja um novo concorrente no mercado, o conjunto de posicionamentos dentro da zona de concorrência será alterado. Outro fator de regulação importante a ser observado é a heterogeneidade do leitorado, previsto no universo da imprensa de massa, dado que em alguns casos o público consumidor pode variar entre milhões de pessoas.

Dessa maneira, Verón (2004) chama a atenção para os fenômenos de regulação, com o objetivo de mostrar o que ele considera um ponto visível: “o comportamento comprar/não comprar”. Ou seja, ao perceber o sistema de produção de discursos na imprensa escrita como um mercado, conseqüentemente, a população está sendo classificada dentro de critérios de comportamento em que a decisão de comprar ou não comprar uma determinada mercadoria discursiva coloca as parcelas do leitorado em lugares socioculturais determinados, podendo ou não corresponder às reais expectativas desse leitor. No caso em que as estratégias utilizadas pelo veículo se mostrem ineficazes no estabelecimento de vínculo junto ao seu público leitor, as condições de produção dos discursos ofertados pelo impresso tendem a ser alteradas.

O comportamento de compra está relacionado às preferências do leitorado e, para serem identificadas, segundo o autor, precisam ser investigadas em recepção, pois tais tendências apresentam-se de maneira opaca aos atores do processo de produção de discursos, de difícil identificação em produção. Ressaltando a necessidade de estudos de campo, Verón (2004) mais uma vez destaca a necessidade da verificação de características objetivas (idade, situação de família, rendas mensais etc.) e subjetivas do leitor (opiniões, expectativas, interesses etc.) para que os títulos tenham condições de avaliar se suas estratégias estão sendo recebidas pelo leitor como o veículo propõe.

Convém enfatizar que este trabalho está sendo realizado na perspectiva da produção, pois não é questão neste momento como o leitorado das editoriais de política dos jornais de Teresina avaliam as estratégias enunciativas de cada suporte. Acredita-se que, neste primeiro

momento, a preocupação desta investigação deva estar calcada na busca pela identificação, a partir da matéria significativa, do leitor enquanto sujeito falado – ou melhor, sujeito a quem os enunciados são destinados. Logo, sem que este primeiro percurso seja percorrido, todo e qualquer resultado posterior estará sujeito a apresentar anomalias teóricas e metodológicas, contrariando inclusive as orientações da Teoria dos Discursos Sociais aqui apresentadas, com base nos dizeres de Pinto (2003) e Verón (2004).

Desta forma, dentro do processo de produção e reconhecimento de discursos, este trabalho define como questão a busca pela identificação, no universo discursivo, das características que marcam a imagem do leitor, definida a partir do enunciador que, segundo Benveniste (2005), resulta da situação de enunciação, na qual aquele que fala implanta a si e ao outro no que é dito, mais que isso, nos modos de dizer que darão forma aos enunciados.

## **2.2 Discurso político**

Charaudeau (2005), ao refletir no discurso político, o faz com base na percepção de que a construção dos sujeitos se dá através do princípio de alteridade, no qual teóricos, como Lacan e Bakhtin, definem a constituição da subjetividade como resultado da relação com o outro.

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele (CHARAUDEAU, 2005, p. 16).

Para o autor, os sujeitos são observados em posições desiguais, em que um se configura enquanto sujeito de autoridade, aquele que domina – o enunciador. E o sujeito-alvo, o destinatário, é colocado na posição de dominado, daquele que deve obedecer para não sofrer qualquer tipo de sanção determinada pelo enunciador.

O discurso político (CHARAUDEAU, 2005) está inserido na teia das práticas sociais, ou seja, não se trata apenas de como um político escolhe as palavras para manifestar suas intenções, mas como se dão as relações e os embates sociais durante o processo de produção dos discursos dentro da esfera política, o que, para o autor, termina por resultar também em uma análise da política pelo discurso, pois para ele “não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido” (Ibid., 2005, p. 39).

Deste modo, o discurso político não deverá ser percebido somente se no seu conteúdo estiverem presentificadas as questões inerentes à dinâmica política. Para o autor, um discurso se torna político se a situação de enunciação assim o considerar; se durante a interação os efeitos de sentidos forem percebidos dessa maneira, e se os sujeitos se posicionarem também enquanto sujeitos políticos. A partir de então, haverá a produção do pensamento político, possível em três lugares: *enquanto sistema de pensamento*, no qual são fundados os preceitos que deverão nortear as opiniões e os posicionamentos políticos (os partidos e os sindicatos, por exemplo); *enquanto ato de comunicação*, a partir do qual os atores da cena de comunicação política atuam com o objetivo de influenciar e persuadir o outro em busca de adesões, rejeições ou consensos (comícios, entrevistas e debates, por exemplo); e *o discurso político como comentário*, no qual o político se posiciona enquanto sujeito social sem que haja o objetivo de buscar novas adesões às suas ideias.

O discurso é constitutivo do político. Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar dos discursos do conceito político do que do discurso político (CHARAUDEAU, 2005, p. 42).

Entendendo a política como um campo de batalha no qual são travadas guerras simbólicas para estabelecer as relações de dominação ou pactos de convenção, o estudo do discurso político, defendido por Charaudeau (2005), busca nos “mecanismos de comunicação”, ou do processo de produção de sentidos, durante a enunciação (na perspectiva de Verón), verificar quais são as estratégias de enunciação utilizadas pelo enunciador durante sua “encenação”.

Para tanto, o autor retorna suas reflexões para o estudo a partir do *ethos* e do *pathos*, conceitos aristotélicos que correspondem às imagens construídas para enunciador e destinatário durante um evento comunicacional. Segundo o autor, “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado, segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem” (CHARAUDEAU, 2005, p. 52). O resultado dessa intersecção é o que o autor chama de “contrato de comunicação”, a partir do qual o enunciador elabora seu discurso, a imagem de si que espera construir junto ao auditório assim como a representação que faz dele.

De fato, o discurso político, no que concerne às suas significações e a seus efeitos, não resulta da simples aplicação de esquemas de pensamento pré-

construídos que se reproduziriam sempre da mesma maneira quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados. As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros (CHARAUDEAU, 2005, p. 52).

Para o teórico, as situações de comunicação agem tanto sobre os sentidos lançados pelo enunciador quanto sobre os efeitos suscitados no destinatário, que deverá fazer suas leituras tomando por base o lugar social que ocupa. De maneira dialógica, os atores também fabricam e refabricam seus enunciados de acordo com a situação de comunicação na qual se encontram em dado momento. Deste modo, os sentidos ofertados pelo discurso político não são estruturas pré-moldadas, mas efeitos resultantes das situações de comunicação, e da atuação dos agentes discursivos em momentos específicos, dando à análise proposta por Charaudeau (2005) uma percepção mais próxima à Pragmática<sup>2</sup>, na medida em que direciona a investigação para a observação do aqui e agora, da interação face a face em que está restrita à situação de comunicação proposta pelo teórico.

Segundo a Teoria dos Discursos Sociais, arcabouço teórico-metodológico a que este trabalho está filiado, as relações propostas são construídas, sobretudo, com base em uma negociação constante, na qual as diversas instâncias disputam o poder de dizer e a legitimação do que é dito. Exemplo disso vem, inclusive, do próprio fato de os políticos serem eleitos, no sistema democrático, pelo voto popular, para atuarem no sistema de representação política. Esse modelo traz diversas complexidades para o exercício da atividade e do poder político, pois ao invés das imposições, exige a utilização de estratégias discursivas de persuasão, para que seja possível a adesão às propostas, reforçando a necessidade de negociação entre os sujeitos para que as instâncias de poder e do ideológico (PINTO, 2003) sejam condutoras do processo de produção dos discursos.

Ressalte-se ainda as proposições de Pinto (2003), relacionadas a contexto, nas quais este estudo está filiado. Na Teoria dos Discursos Sociais, o teórico estabelece a contextualização necessária à análise de discursos dividida em três níveis: *o contexto situacional imediato*; *o contexto institucional*; e *o contexto situacional mais amplo*. O primeiro, situacional imediato, remete para o aqui e agora da situação vivenciada; enquanto o institucional remete para o lugar institucional que os sujeitos ocupam na situação de enunciação; e o contexto sociocultural mais amplo remete para as posições desempenhadas

---

<sup>2</sup> Corrente teórico-metodológica de investigação da Linguagem a partir de suas características de utilização. Na Pragmática, são observados os aspectos relacionados à interação face a face entre interlocutores, como as reações e as motivações psicológicas entre os falantes.

pelos sujeitos na sociedade. Com essa classificação, Pinto (2003) considera a perspectiva da Pragmática, ao propor a investigação do contexto situacional imediato, mas extrapola esta noção ao ressaltar a necessidade de *contextos institucional e sociocultural* mais amplo, que também deverão fornecer vestígios para a investigação e interpretação do analista de discursos.

Para Charaudeau (2005), são previstos três lugares de produção do discurso político: a) um lugar no qual o discurso é construído com base na governança, no qual se encontram a instância política e sua antagonista – a instância adversária; b) um lugar em que são manifestadas as opiniões, no qual está situada a instância cidadã; c) um lugar em que estão as mediações, no qual está a instância midiática – que interessa especialmente a este trabalho.

Na instância política e na instância adversária, os atores estão situados na governança; ou seja, eles detêm a possibilidade de tomar decisões e ações alicerçadas no lugar daquele que domina, que tem o poder de fazer e o poder de fazer pensar. O que difere estas instâncias é a posição negativa ou positiva adotada. Enquanto na instância política as atitudes são de afirmação e legitimação, portanto, positivas, na instância adversária, as atitudes são de antítese, ao que se propõe, ou seja, são de negação ao que é proposto pela anterior.

Já na instância cidadã, a opinião é manifestada fora da governança, e advém exatamente dos atores sociais que têm como atribuição avaliar as propostas e ações impostas pelas instâncias da governança, bem como escolher, conferir juízo de valor e rejeitar ou aceitar os políticos para serem seus representantes.

É na instância midiática que este trabalho reserva maior interesse, pois será a partir da análise dos discursos materializados nas páginas de política dos jornais de Teresina que se pretende investigar a materialidade discursiva do leitor proposta pelos e nos veículos. Dessa maneira, ao perceber a instância midiática como espaço de mediação, Charaudeau (2005) ressalta este lugar como resultado de suas múltiplas tensões incidentes. Para o autor, a instância midiática desempenha a função de informante, busca o reconhecimento de sua credibilidade junto aos cidadãos e aos políticos, e está inserida em um espaço de concorrência direta com outros veículos.

Foi o desenvolvimento de uma tecnologia específica que, ao criar redes difusoras, permitiu que a informação atravessasse o espaço de maneira multidirecional. Isso produziu uma mudança na posição dos receptores dessa informação: de alvos privilegiados, de destinatários exclusivos de uma mensagem, de interlocutores possíveis que poderiam interagir, eles tornaram-se espectadores de uma informação que não sabem ao certo se lhes diz respeito, apesar de – paradoxalmente – ela não poder dizer respeito senão a eles. Diante dessa situação, toda instância que quer entregar suas

mensagens aprende a construir alvos abstratos, categorias de público que correspondem menos a classes que variam conforme a atividade social do que a grupos de indivíduos de comportamentos opostos, atitudes imaginadas, imaginários suputados pelas pesquisas. Consequentemente, outro paradoxo, ninguém tem a prova absoluta de que essas categorias de alvos assim construídas coincidem com alvos efetivos (CHARAUDEAU, 2005, p. 62).

Dividida entre um duplo dispositivo, a instância midiática propõe cooptar seu destinatário a partir de uma representação de enunciador — que detém o poder de dizer uma “verdade” legitimada sobre os fatos, com base na credibilidade que impõe a seus discursos — tenta revelar as intenções implícitas nas declarações dos políticos, denunciar o que considera errado na instância política e cobrar o cumprimento de promessas e ações anunciadas pelos políticos.

Com essas ações, a instância midiática busca constituir um contrato de comunicação política com seu destinatário, e propõe que este reconheça na instância midiática as características da lealdade (relacionada à instância política, pois legitima as posições de poder existentes), de protesto (relacionada à instância cidadã, pois dá voz às reclamações provenientes da sociedade), e de denúncia (relacionada à própria instância midiática, pois é uma estratégia utilizada para mascarar os interesses comerciais dos veículos a partir da valorização de uma lógica democrática).

As três instâncias (política, cidadã e midiática) fazem parte de um dispositivo macro de produção de discursos dentro da esfera política. A atuação e o peso de cada uma dessas instâncias, no entanto, variam de acordo com o regime político adotado. Em uma sociedade democrática, sem dúvida, a instância midiática ocupa mais fortemente o espaço de mediadora entre as instâncias política e cidadã. No entanto, nos regimes totalitários, a instância política usufrui o poder de influência sem ter de negociar com as demais instâncias sua legitimidade; afinal, tem o “direito” reconhecido de dizer e fazer o que lhe convier.

No que se refere à questão da legitimidade, as relações estabelecidas entre *logos*, *ethos* e *pathos* são fundamentais para compreender os processos de reconhecimento do que parece legítimo e legitimado nesses lugares de fala. Para o autor, a questão de legitimidade é um processo de reconhecimento no qual os sujeitos admitem para si e para os outros os lugares sociais convencionalmente aceitos por todos e a todos. Dessa maneira, o político é aquele que tem o poder legitimado de representar uma coletividade ao passo que é esta coletividade que lhe concede tal legitimidade.

A partir desse reconhecimento dado pelos outros, o discurso político implanta o *ethos* e o *pathos* na situação de enunciação. O *ethos*, ou seja, a imagem de si não corresponde à

materialidade em carne e osso, mas à imagem que o político constrói para si a partir das características que ele atribui ao seu auditório, assim como as características — que ele acredita — estão sendo reconhecidas nele pelo auditório. Nessa relação dialógica, o *logos* é o lugar em que essas imagens se constituem em interação.

Nossa posição é a de que para tratar do *ethos* é preciso considerar esses dois aspectos. De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo os dados preexistentes ao discurso — o que ele sabe *a priori* do locutor — e os dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2005, p. 115).

Logo, para o teórico, a construção do *ethos* passa pela consideração das estratégias enunciativas, construídas na situação de interação, e pelas características pré-construídas que o sujeito tem de si e de seu auditório. Essa dupla identidade, no entanto, funde-se em uma única, ao menos, aparentemente. Com apenas uma identidade visível, o sujeito nutre o “desejo de essencialização”; ou seja, a vontade de se perceber enquanto um todo indivisível e senhor de si próprio. Essas percepções têm suas origens na filosofia contemporânea, com base nas contribuições de teóricos como Lacan e Nietzsche, proponentes das teorias relacionadas à subjetividade que desconstruem a “essencialização” dos sujeitos. As construções idealizadas dos sujeitos e dos sujeitos do discurso conduzem à situação de comunicação na qual são construídos o *ethos* e o *pathos* (CHARAUDEAU, 2005).

Feitas as considerações sobre os conceitos aristotélicos de *ethos*, *pathos* e *logos*, destaque-se que o objetivo deste trabalho é investigar como o leitor idealizado, durante o processo de produção dos discursos mediados pelo jornal, mais propriamente pelas editorias de política dos jornais, se mostra marcado enunciativamente nos textos. Por conseguinte, não se trata de observar a imagem que faço do meu auditório durante uma situação de interação, mesmo porque a interação do leitor com os jornais não se dará na presença dos sujeitos que participaram do seu processo de produção. A este trabalho interessa ampliar a percepção de situação de comunicação proposta por Charaudeau (2005), trazendo os contextos institucionais e socioculturais mais amplos que se deixaram marcar nos textos para então investigar a presença do leitor enquanto sujeito discursivo.

Para a Teoria dos discursos sociais, investigar o leitor construído discursivamente nas editorias de política não observar como esse leitor reage ao ter contato com os discursos propostos no e pelo jornal, mas de que maneira durante o próprio processo de constituição dos



discursos esse leitor estava sendo previsto; e, mais que isso, como as estratégias foram direcionadas ao encontro do que se supõe ser suas expectativas de leitura.

Com o olhar direcionado para os discursos nas editoriais de política dos jornais de Teresina, essa investigação ganha contornos diferenciados, na medida em que se entende que o enfrentamento é uma característica inerente à própria atuação dos sujeitos durante a enunciação política. Essa tensão observada nas relações propostas nos e pelos discursos produzidos no contexto político é destacada por Verón (1987), no texto em que ele reflete na palavra adversativa; ou seja, a respeito das disputas empreendidas entre sujeitos discursivos e politicamente posicionados. Para Verón (1987), o embate entre adversários supõe a destinação dos sentidos a, pelo menos, dois tipos de destinatários, um positivo e outro negativo. Ao positivo, o autor atribui a característica de ser aquele que compartilha das mesmas ideias do enunciador; ou seja, está disposto a aderir aos mesmos valores e buscar os mesmos objetivos que os declarados por ele, podendo ser chamado também de “prodestinatário”. Como um partidário, um apoiador que tem os mesmos objetivos, divide com o enunciador um conjunto de traços de identificação que podem ser observados a partir de uma estratégia discursiva marcada pelo emprego de um “nós” inclusivo, que insere o prodestinatário nos discursos postos em circulação pelo enunciador político.

Já o destinatário negativo, chamado de “contradestinatário”<sup>3</sup>, é aquele que se posiciona de forma contrária aos sentidos propostos pelo enunciador. Ele se apresenta em oposição a tudo o que é defendido pelo enunciador político, sendo aquele que nega suas afirmações e afirma suas negações. Para Verón (1987), os dois tipos de sujeitos podem se presentificar simultaneamente no discurso político desde a sua produção, uma vez que já estão previstos no processo enunciativo.

Ao refletir nas sociedades democráticas ocidentais, Verón (1987) propõe ainda um terceiro tipo de destinatário – o paradestinatário. Este, por sua vez, tem como característica fundamental ocupar uma posição de indecisão; ou seja, posiciona-se ora como positivo, ora como negativo. Essa característica faz com que seja alvo constante das estratégias enunciativas de persuasão, já que ocupa o “lugar” a ser conquistado pelo enunciador.

A identificação dos tipos de destinatários no imaginário político se dá por meio dos componentes dos enunciados, usados como instrumentos para posicionar o enunciador e os destinatários. São usados qualificadores linguísticos dos sujeitos, a exemplo de “nós os comunistas” (enunciador/prodestinatário) e “muitos socialistas pensam” (contradestinatário).

---

<sup>3</sup> Na tradução para o português de Braga (2005), é utilizado o termo “antidestinatário”. No entanto, no texto original, em espanhol, a nomenclatura aplicada é “contradestinatário”, adotada neste trabalho.

Podem ainda ser identificados por meio de coletivos, como “cidadãos” e “trabalhadores”, utilizados, sobretudo, como estratégia de persuasão dos paradesinatários, que, distantes de qualquer “crença” partidária, são persuadidos pelo enunciador a aderir ao que ele diz.

Há ainda o uso de “metacoletivos” e “fórmulas” como modo de criar vínculos, através do uso de termos como, por exemplo, “o país”, “a nação”, “o povo” e “o mundo”; e *slogans*, a exemplo de “a outra política”, usados para estabelecer o lugar de recepção e atribuir valor ao posicionamento político dos destinatários.

Ainda no plano dos enunciados, Verón (1987) destaca a “articulação entre enunciado e enunciação”, definindo as modalidades em que o enunciador estabelece uma relação com as instituições/entidades do imaginário político, classificadas em: descritiva, didática, prescritiva e programática.

O componente descritivo da modalidade implica uma leitura contextualizada, articulada entre passado e presente, e também pode ser observado em outros discursos sociais, não sendo restrito ao político. Pode ser verificado quando um ator político recorre a um comparativo histórico para ressaltar como era determinada questão, quais são suas iniciativas a respeito e quais são os resultados esperados.

O componente didático apresenta um princípio geral, uma verdade universal, que, sem dados específicos, é utilizado como estratégia de persuasão, como quando um enunciador político critica a demasiada preocupação política em detrimento das questões sociais. O prescritivo, por sua vez, indica quais são os deveres dos sujeitos na esfera política, correspondendo a regras gerais e de ordem deontológicas, como afirmar que o investimento em educação é um dever dos gestores públicos e um direito da população.

O componente programático corresponde à modalidade em que o político anuncia, promete e se compromete.

Enunciar una palabra política consiste entonces en situarse a si mismo y en situar tres tipos de destinatarios diferentes, por medio de constataciones, explicaciones, prescripciones y promesas, respecto de las entidades del imaginario; por un lado, respecto de aquellas entidades con las cuales el enunciador busca construir una relación – los meta colectivos – y, por otro, respecto de la entidad que funda la legitimidad de la toma de palabra, el colectivo de identificación (VERÓN, 1987, p. 23 apud BRAGA, 2005, p. 269).

A partir da Teoria dos Discursos Sociais, discutida neste capítulo, das reflexões a respeito do leitor e da leitura, realizadas no próximo capítulo, propõem-se análises direcionadas para a investigação de como o leitor, enquanto um sujeito discursivo, nas

editorias de política dos jornais *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*, é categorizado como prodestinatário, contradestinatário e paradestinatário.

Para tanto, serão utilizados ainda conceitos relacionados à identificação das subjetividades no processo enunciativo (a exemplo do uso dos pronomes), a presença de outros sujeitos nas superfícies textuais, através da heterogeneidade enunciativa (polifonia, dialogismo), os modos de dizer (mostrar, interagir e seduzir) propostos por Pinto (2002), e as dimensões do ideológico e do poder. Os modos de dizer são funções do universo discursivo que o enunciador utiliza para se comunicar. Essas funções se realizam de maneira integrada e dizem respeito ao processo de construção de um referente (modo de mostrar), ao estabelecimento de um vínculo entre este enunciador e seu destinatário (modo de interagir), e à distribuição de afetos positivos e negativos (modo de seduzir).

Embora sendo partes de um mesmo processo de produção de sentidos, os modos de dizer podem apresentar-se privilegiando ora a função de mostração, ora de sedução, ora de interação. De acordo com os objetivos almejados pelo enunciador, cada uma dessas funções pode marcar a configuração de um tipo específico de coenunciador. Dessa maneira, adotam-se aqui os modos de dizer como método de análise e investigação dos leitores políticos.

Na investigação do prodestinatário, o modo de aparecimento da subjetividade na linguagem deve ser analisado com base no uso implícito e explícito dos pronomes, que o insere nos discursos, a exemplo do pronome “nós”, que representa a junção dos sujeitos “eu” (correspondente ao enunciador) e “tu” (relacionado ao destinatário) no discurso. Além de inserir o destinatário, o “nós” marca ainda o compartilhamento de uma ação, característica do prodestinatário, que é aquele com que o enunciador partilha suas ideias, crenças e objetivos. Essa partilha configura a ação de um enunciador que busca no interlocutor a imposição de suas ideias e crenças. Isso se torna possível a partir da tentativa de cooptação deste coenunciador, interpelado pelo enunciador por meio da função de interação.

Essa função pode ser verificada nos textos verbais por meio dos modalizadores,<sup>4</sup> podendo variar entre as frases assertivas, imperativas e interrogativas, e/ou através dos verbos performativos, como ordenar, declarar e prometer. Nas imagens, a função de interação marca as relações de poder estabelecidas entre enunciador e receptor na função de interação. A interpelação pelo olhar ou mesmo a disposição de uma imagem em uma posição dominante podem marcar a função de interação.

---

<sup>4</sup> Segundo Dicionário de Linguística: modalizadores são “os meios pelos quais um falante manifesta o modo como ele considera seu próprio enunciado; por exemplo, os advérbios *talvez*, *provavelmente*”; as intercaladas, acredita-se, indicam que “o enunciado não está inteiramente assumido ou que a asserção está limitada a uma certa relação entre o sujeito e o discurso”.

O prodestinatário é marcado ainda pelas heterogeneidades (mostradas e constitutivas) que implicam uma aproximação com os conceitos de polifonia e dialogismo (Bakhtin). A polifonia revela as vozes sociais que podem ser mobilizadas pelo enunciador como forma de mostrar que ele não é o único responsável pelas representações nos textos, uma vez que negocia com os prodestinatários. O dialogismo como forma de entender o princípio da responsabilidade identifica discursos anteriores ou posteriores, postos em circulação no processo discursivo, que remetam ao universo político em questão.

Para Verón, o ideológico<sup>5</sup> é um critério de análise exclusivo do prodestinatário, visto que, para ele, aquele tem como traço importante a partilha de ideias com o enunciador, com quem divide, sobretudo, um determinado posicionamento político e partidário. Na categoria do ideológico, ainda segundo Verón (2004), sua identificação se dá por meio das marcas deixadas pelas condições sociais de produção nos textos; ou seja, pelas regras de funcionamento de uma sociedade, partilhadas entre enunciador e destinatário, responsáveis pelo estabelecimento de uma relação de cumplicidade.

Contudo, neste trabalho, entende-se que nenhuma relação entre sujeitos discursivos é possível sem o estabelecimento de uma relação de poder, sobretudo, quando se trata da interpelação do outro com o objetivo de ter a última palavra. Por isso opta-se, neste trabalho, por uma análise que percebe o ideológico e o poder como instâncias de uma mesma relação, podendo ser marcada, por exemplo, quando o enunciador determina a posição política para si e para o prodestinatário, como em “ambientalista”, “médico”, “empresário”, “político” etc.

O ideológico, em grande parte, não se deixa marcar linguisticamente, e “transparece sob a forma de pré-construídos” (PINTO, 2002, p. 45); ou seja, exige que o coemissor inter-relacione os discursos a um mundo para que consiga preencher as lacunas e atualizar os sentidos. A partir de inferências que o leitor pode fazer, o ideológico pode ser mobilizado pelo enunciador para estabelecer relação, seja com o prodestinatário, seja com o contradestinatário ou com o paradestinatário.

Conforme dito anteriormente, o discurso político é marcado pela polêmica, pela constante disputa discursiva entre sujeitos adversários. Posicionado como um adversário direto do enunciador, o contradestinatário é alvo das figuras do polêmico; ou seja, é aquele que percebe o jogo de falso e verdadeiro, e sempre assume um lugar de oposição ao enunciador. Dessa maneira, estabelece uma acirrada relação de disputa, na qual há um embate

---

<sup>5</sup> Ao estabelecer o ideológico como critério de análise do prodestinatário, no entanto, não há a exclusão das relações de poder estabelecidas entre este coenunciador e o enunciador, já que o poder é uma instância de negociação presente em todas as relações sociais. No caso específico do prodestinatário, o poder é apresentado não como disputa, mas como estratégia de sobreposição de sujeitos.

permanente com o enunciador e com o que é defendido por ele, operacionalizando uma leitura que nega, refuta, contrapõe as ideias, as crenças e os objetivos defendidos pelo enunciador<sup>6</sup>. Ele não divide com o enunciador a posição discursiva “nós”, como no caso do prodestinatário. Podendo ser representado implícita ou explicitamente pelo uso do pronome “tu”, ao ocupar a posição de sujeito que está em relação de concorrência com o enunciador, pelo poder de dizer, e pela legitimação do que é dito, nunca assumindo uma relação de cumplicidade proposta por um “nós”.

A aplicação dos conceitos de polifonia e dialogismo também indicam percursos teórico-metodológicos para a investigação do contradestinatário. A partir desses conceitos, busca-se verificar como as vozes sociais da ordem do polêmico e do contraditório, postas em circulação, aparecem para negar as ideias, polemizar as crenças e buscar — por meio de uma relação de ideológica — concorrer com os sentidos propostos pelo enunciador na disputa pela legitimação de uma “leitura”.

Então, o contradestinatário aproxima-se da função de sedução proposta por Pinto (2002), que “consiste em marcar pessoas, coisas e acontecimentos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, e/ou ainda em demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles” (PINTO, 2002, p. 68). Por meio da função de sedução o enunciador busca reforçar seus valores, crenças e ideias, ao mesmo tempo em que tenta modificar determinados valores que o contrapõem, por meio de estratégias persuasivas. O contradestinatário mostra-se como um sujeito político tanto quanto o enunciador, que, na disputa de sentidos, não legitima sua fala nem o lugar proposto para si. Dessa maneira, o contradestinatário como sujeito político de oposição se manifesta pelo confronto discursivo.

O paradestinatário, por sua vez, é o indeciso. É marcado pela suspensão de uma crença que o leva a tomar uma posição no último momento. Essa característica o coloca como alvo dos discursos a quem o enunciador deseja “conquistar”. Dessa maneira, sua conquista se dá por meio das estratégias utilizadas pelo enunciador com o objetivo de persuadi-lo e de ter sua adesão.

Representado de maneira mais sutil, o paradestinatário não se deixa captar nem tem fixado um lugar específico, sendo então apresentado ora como leitor ora cidadão, ou ainda brasileiro, trabalhador, eleitor etc., que acompanha “indiferente” a dinâmica da política, mas procura não ter um envolvimento direto com suas questões ou com seus sujeitos políticos. Essa característica o aproxima da função de mostração prevista por Pinto (2002), e que

---

<sup>6</sup> Cabe reafirmar que o trabalho aqui proposto está sendo feito em produção e, desta maneira, a noção de leitura empregada diz respeito ao reconhecimento de sentidos proposto ao leitor e analisável em produção.

consiste na construção do “referente ou universo do discurso ou mundo do qual o texto fala”; ou seja, “consiste em designar e descrever as coisas ou pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas e localizando-as no tempo e no espaço, sempre em relação ao que o receptor supostamente conheceria deste universo em pauta” (PINTO, 2002, p. 65).

Nos textos verbais, a função de mostração pode ser identificada pelo uso dos sintagmas nominais e verbais, pois marcam as escolhas lexicais e o uso de operadores referenciais utilizados para situar enunciador e coenunciador na situação de enunciação. O exemplo dado pelo autor, a frase “O menino gordo comeu o bolo que estava aqui” demonstra como as escolhas nominais e verbais posicionam o sujeito como menino, qualificado como gordo, autor da ação de comer o bolo e posicionado próximo ao enunciador. As imagens também podem desempenhar a função de mostração, ao expor as características aparentes das pessoas ou ao mostrar coisas referidas.

Para investigar o paradesinatário, as heterogeneidades enunciativas, os conceitos de polifonia e dialogismo apontam caminhos de pesquisa, ao permitirem verificar as vozes sociais mobilizadas pelo enunciador como argumento de convencimento e persuasão do destinatário (como a voz da religião, por exemplo), assim como indica, a partir da noção de responsabilidade, a que discursos anteriores e posteriores o enunciador está estabelecendo relação. No campo da subjetividade na linguagem, o paradesinatário pode ser identificado a partir do sujeito discursivo “tu”, sobretudo, de forma implícita, a partir da flexão dos verbos. Estes, para Verón, configuram pistas materiais importantes para a análise das estratégias de persuasão no discurso político, pois estruturam o relato do discurso; ou seja, marcam a posição dos atores sociais no processo de produção e reconhecimento de sentidos.

### **3 AUTOR, LEITOR E LEITURA: A TRANSVERSALIDADE DE UM PROCESSO COOPERATIVO DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**

A vida também é para ser lida, não literalmente.

Guimarães Rosa

A leitura enquanto experiência humana supera a visão reducionista que a vê como um processo automático e linear de decodificação, e se constitui capaz de ocupar uma posição social diferenciada no mundo. Se no início da história dos homens o sistema de leitura não passava da decodificação de representações naturais, da identificação de semelhanças e de analogias, na contemporaneidade o homem se apropriou de sistemas complexos de significação e ressignificação para ler não apenas o mundo, mas as relações que se mostrou capaz de estabelecer com esse mundo – reveladamente também mais complexo.

Para tanto, é exigido ao leitor um exercício que vai além da decifração de letras, signos e símbolos. A leitura extrapola o sentido literal dos textos e requer o envolvimento de repertórios além do linguístico daquele que lê.

As palavras vivem entre os homens e a ninguém pertencem com exclusividade. Se as palavras dependem de quem as diz para terem este ou aquele sentido, é importante conhecer o sujeito que as controla, escolhe, usa. Do mesmo modo, quem lê o faz com toda a sua carga pessoal de vida e experiência, consciente ou não dela, e atribui ao lido as marcas pessoais de memória, intelectual e emocional. Para ler, portanto, é necessário que estejamos minimamente dispostos a desvelar o sujeito que somos – ou seja, lugar do qual nos pronunciamos – ou que desejamos construir pela tomada de consciência da linguagem e de nossa história, nos traços deixados pelas memórias particulares, coletivas e institucionais (YUNES, 2003, p. 10).

Para ler, faz-se necessário acionar as vozes da cultura e da própria experiência social que atravessa os sujeitos e a fala, por si, através dos discursos. Pensar na autonomia do falante é considerar a linguagem como elemento transparente, pronta para obedecer aos desejos de quem lhe toma como instrumento. Nesta perspectiva, entende-se que a linguagem não é simplesmente um instrumento do qual o homem se apropria para estabelecer comunicação, mas sim elemento constituidor de sua subjetividade. Dessa maneira, a leitura não está aprisionada nas formas, nos signos ou nos conteúdos, mas nas relações que o leitor se mostra capaz de acionar no instante em que estabelece contato com o texto materializado em linguagens das mais diversas, do romance à música, do quadro à televisão etc. “Leitura é vida na acepção da dinâmica do estar no mundo e procurar-se” (YUNES, 2003, p. 13).

É a partir do processo de leitura que os homens se mostram capazes de estabelecer relações entre si e com o mundo. Dessa maneira, qualquer pretensão de entender a dinâmica da leitura — com base no que já é sabido, compartilhado pelo senso comum, e considerado fórmula pronta, um já-dado — deve ser afastada desta perspectiva, que entende o universo da linguagem a partir das reflexões semiológicas. Ou seja, considerando as tensões sociais no processo de produção e reconhecimento de sentidos e não apenas as estruturas linguísticas e sistêmicas. Por isso, a leitura torna-se impossível sem que haja uma alteração naquele que lê; afinal, se para realizar a leitura é preciso mobilizar o homem em suas múltiplas competências (linguísticas, enciclopédicas, lexicais, de vivência etc.), cada leitura passa a ser confrontada com toda a bagagem já carregada pelo leitor que *a posteriori* passará a incluir este último texto em seu repertório.

A sala de aula, o salão de leitura não podem ser apenas lugares de tarefas e avaliações; cabe-lhes sobretudo o empenho em co-mover as experiências mais pessoais do aprendiz no resgate do texto e da palavra do outro, de modo a lograr que a intimidade, ao ser partilhada, supere seus limites individualistas e alcance uma dimensão que seja a um só tempo singular e plural. Singular porque original (que escapa do óbvio) e plural porque em diálogo com a diversidade (que não se confunde com o senso comum) (YUNES, 2003, p. 13).

Ao desautomatizar a leitura, dá-se a ela a possibilidade de revelar-se enquanto estratégia, não apenas de apropriação dos mais diversos tipos de texto, mas também como posicionamento daquele que lê diante do mundo. Afinal, o contato com o texto alheio faz aparecer os textos que já compõem o leitor no seu sentido mais amplo — sua vida, seus valores, seus interesses e suas perspectivas. “O tamanho do nosso mundo tem a extensão de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN apud YUNES, 2003, p. 14), destaca a autora, que acrescenta a esta ideia a percepção de que “ler é reconhecer seu discurso entre outros, tocado por eles, apesar da diferença” (YUNES, 2003, p. 14). Com isso, fica estabelecido o caráter dialógico da leitura, no qual um texto estará em dialogia com leituras anteriores assim como com as leituras que ainda serão feitas.

Quando o leitor se deixa tocar e se realiza de maneira, primeiro, desconstrutora, depois constitutiva, seu enlace com a linguagem, com o que está antes e depois dela como expressão e forma — sensações e percepções inominadas, a leitura torna-se experiência da gratuidade do verbo e opera de modo contínuo e não-consciente no fortalecimento da subjetividade e da ação crítica (YUNES, 2003, p. 15).



Para Yunes (2003), ao contrário do que prevalece no senso comum, a leitura é anterior à escrita. A justificativa para esta afirmação vem da constatação — mencionada adiante em Chartier (2003) — de que a escrita tornou-se possível a partir do momento em que os homens tornaram-se capazes de fazer abstrações e criar representações para a realidade objetiva. Deste modo, também em Yunes (2003), as transformações verificadas nos processos de leitura alteram a escrita no que diz respeito às formas e às suas estratégias de proposição de vínculos com seus leitores. “A experiência efêmera de ler, às vezes, se deixa prender por uma escrita” (YUNES, 2003, p. 41).

A anterioridade da leitura não se dá apenas em relação ao universo linguístico. Segundo esta perspectiva teórica, antes mesmo de empreender o processo de decodificação dos signos linguísticos, é exigido ao leitor decifrar seu entorno, os contextos e as situações em que está inserido em um dado momento. Essa leitura de mundo, precedente e intrínseca à sua própria existência, sua condição de ser e estar no mundo. “Todo o tempo estamos lendo – ler é uma condição de sobrevivência. Aos homens que não leem, e não apenas o verbal, não é fácil sobreviver” (YUNES, 2003, p. 42).

Com estas colocações, fica exposta a percepção de leitura como prática socialmente filiada. Então, ao perceber que a leitura não é um ato isolado, individual e autônomo, o leitor é levado à condição de sujeito, atravessado pelas diversas forças em tensionalidade no bojo da sociedade. No entanto, nem todos têm a percepção desta função representativa e simbólica da leitura; por isso, ainda sobressai à ingênua essencialização dos sujeitos, da leitura e da escrita.

Em geral, o mundo da escrita parece opaco, não se contando com a possibilidade de que a vida viva o atravesse. A letra sustenta uma dissecação do seu corpo, mas não a reanimação de seu espírito. O leitor vê a letra, mas não vê o mundo porque desconhece a sua disposição de sentido, gerada em outro espaço que não o seu, do qual, de início, não dá conta: não reconhece, não atina (YUNES, 2003, p. 43).

Ao denunciar essa ingenuidade, Yunes (2003) ressalta a necessidade de restabelecer à palavra o lugar da transitoriedade, da representação e da abstração, assim como quando a letra foi criada em um contexto mítico e religioso, como destacado mais à frente por Chartier (2003). Ao tomar consciência dessas características da linguagem, o sujeito terá condições de realizar suas leituras de maneira crítica, pois saberá perceber no caráter inacabado dos enunciados o espaço de manifestação das subjetividades. “Ao viver, mudamos e mudamos a nossa leitura, não se perde o vivido, mas se acrescenta o vivo, ao novo: são muitas mais as leituras que, aliás, de algum modo afetam os próprios textos” (YUNES, 2003, p. 49). Prova

disso é o caráter inédito da leitura, considerando que, mesmo se um leitor tiver mais de um contato com um texto, cada leitura será realizada com características diferenciadas.

### **3.1 Da escrita à leitura: um percurso em transformação**

Para discutir a construção do leitor e da leitura, é necessário antes buscar entender os processos sócio-históricos e culturais que atuaram e continuam atuando para que as leituras sejam realizadas como práticas sociais. Ou seja, como atividades desenvolvidas pelos sujeitos inseridos em determinados espaços de representação social. Chartier (2003) faz um percurso que pretende discutir aspectos da história da leitura e, por consequência, do leitor. A começar dos antigos egípcios, Chartier (2003) destaca três épocas fundamentais na história da linguagem.

Segundo o autor, na primeira época, denominada idade dos deuses, a linguagem era mental e divina, composta por caracteres não articulados e essencialmente relacionados à representação de cerimônias religiosas. Na segunda época, na idade dos heróis, a linguagem já aparece dividida entre manifestações mudas e articuladas. Se de um lado os homens ainda estão muito ligados às comparações e às imagens, por outro lado já conseguem realizar o mínimo de abstração com a formulação de metáforas e o compartilhamento em grupos dessas construções representativas. No entanto, apenas na terceira época, foi possível utilizar palavras articuladas, e as letras, para de fato, realizar uma comunicação articulada.

A partir da invenção das letras, o processo de civilização tomou novos rumos, pois foi com a escritura alfabética que se tornou possível demonstrar a abstração humana e reduzir a “onipotência da razão divina”, até então controladora de todos os processos humanos e naturais. Com as letras, a organização social pôde ser institucionalizada e nomeada; o saber científico ganhou métodos, parâmetros específicos, e a possibilidade de registro e compartilhamento.

Porque rompe com toda forma de representação das coisas, porque despe as figuras e os signos de seus mistérios, por que retira dos sacerdotes o monopólio da interpretação, a escritura alfabética dá a todos os homens ‘um direito igual ao conhecimento da verdade’ (CHARTIER, 2003, p. 21).

Com o advento da imprensa escrita, Chartier (2003) destaca o surgimento de uma nova espécie de tribuna em que é possível dividir com o outro as impressões mais profundas a respeito da realidade social, na qual as posições de poder não se mostram limitadas ao domínio dos tiranos e, ao invés da legitimação de paixões retóricas, os impressos entram em cena para mediar as discussões fundamentadas na razão.

Graças à imprensa, as verdades firmemente estabelecidas podem ser expostas a todos os homens. Enquanto a oralidade supõe necessariamente a compartimentação das discussões e o enclausuramento dos conhecimentos, a circulação dos textos impressos permite o exercício universal da razão (CHARTIER, 2003, p. 24).

No entanto, esse papel social de mediador traz um duplo conflito. Ao tempo em que estabiliza a opinião pública, propondo respostas às mais diversas questões e universaliza os problemas de cada localidade, silencia as instabilidades produzidas pela heterogeneidade do público e homogeneiza as questões particulares em nome de um “consenso”. Além disso, a universalidade proposta pela imprensa exclui a diversidade linguística e o repertório de seu leitorado, salvo nos casos em que os veículos são produzidos com o objetivo claro de atender a um público específico. Ainda assim, a imprensa merece ser percebida como uma maneira diferenciada de exercício do poder e manifestação dos papéis sociais dos sujeitos e das práticas intelectuais.

Com a criação, em meados do século XV, dos equipamentos para a reprodução mecânica dos textos e produção dos livros, a leitura passou pela primeira revolução técnica que a pôs à prova. Sem a limitação das reproduções manuscritas e com a possibilidade de multiplicação de volumes em grande escala, os textos e livros deixaram de ser exclusividade de poucos e passaram a ser de domínio social. Com o acesso facilitado às produções escritas, a leitura tornou-se uma prática socialmente compartilhada entre os homens, atingindo camadas sociais até então excluídas deste processo.

Com a possibilidade de tomar o livro para si, e não mais depender de reuniões em grupos para que as leituras fossem feitas, os textos passaram a estabelecer relações mais próximas com seus leitores, cada vez mais solitários e silenciosos durante suas leituras. As escolas nos centros urbanos reforçaram essa mudança com o deslocamento do lugar de produção do livro, agora objeto de consumo em livrarias e espaços específicos; a segmentação de gêneros (escolares, acadêmicos, romances, religiosos etc.), as alterações em sua forma, de acordo com o gênero em que se enquadra, e a que fim se destina, entre outras mudanças. Desta forma, a partir das mudanças observadas nos processos de leitura, foram alteradas também as maneiras de escritura, intensificadas pela própria demanda do público.

Se antes os textos eram escassos e, portanto, lidos e relidos à exaustão, memorizados e recitados em grupos de leitura, com a revolução técnica das prensas, a leitura passou depois pela segunda revolução, que transformou leitores intensivos em leitores extensivos. Os intensivos são exatamente aqueles que se enquadram no contexto da releitura e da repetição pela falta de diversificação na leitura; já o leitor extensivo é aquele que consome numerosos e

diversificados impressos com rapidez e avidez; mesmo porque, para este tipo de leitor, a leitura é algo que faz parte de suas atividades mais básicas e cotidianas. Essa revolução na leitura, verificada na metade do século XVIII, mostra-se mais claramente na Inglaterra, na Alemanha e na França, países em que a industrialização se apropriou mais precocemente das produções textuais, e resultou no “crescimento da produção de livros, a multiplicação e a transformação dos jornais, o sucesso dos pequenos formatos, a redução dos preços graças à contravenção, o aparecimento das sociedades de leitura e das livrarias de empréstimo” (CHARTIER, 2003, p. 37).

Na contemporaneidade, a leitura passa por uma nova revolução com o surgimento do texto eletrônico. Sem a materialidade do livro, o texto eletrônico altera mais uma vez a relação do texto com o leitor, já que apresenta a este uma maneira diferenciada de se relacionar com aquele. Sem materialidade definida, o texto eletrônico é composto por “fragmentos indefinidamente manipuláveis” (CHARTIER, 2003, p. 38), oferecendo ao leitor possibilidades até então furtadas a ele nas versões impressas. Uma destas é a possibilidade de intervir diretamente no texto. Afinal, em forma de arquivo eletrônico as apropriações de fragmentos dos textos são aplicações reais e práticas. “O leitor da era eletrônica pode construir a seu modo conjuntos de textos originais, cuja existência, organização e aparência só dependem dele. Além do mais, pode a todo momento intervir nos textos, modificá-los, reescrevê-los, torná-los seus” (CHARTIER, 2003, p. 42).

Contudo, não basta verificar, em termos práticos, como acontecem as apropriações feitas pelo leitor. Se as mudanças relacionadas à forma dos textos alteraram os modos práticos de leitura, é preciso mergulhar mais fundo e perceber que as alterações de forma subvertem também as relações ontológicas que são estabelecidas entre texto e leitor durante a leitura, seja o texto em versão manuscrita, impressa seja eletrônica. Enquanto o manuscrito possibilitou a consolidação da escrita como representação do universo social, o impresso possibilitou a democratização da leitura; agora, o eletrônico está provocando um distanciamento às formas, fazendo com que o leitor assuma seu papel de co-autoria e apropriação dos textos “naturalmente”, já que os escritos estão mais facilmente manipuláveis em sua forma.

Para esta dissertação, vale destacar que as contribuições de Chartier (2003) mostram um percurso propositivo inicial que permite problematizar o primeiro estágio desta discussão: a leitura enquanto prática social está passível de transformações em todo o seu curso, marcado pelas rupturas impulsionadas pela cultura, pelas relações sociais, pelas transformações históricas, pela ação dos sujeitos e pelo universo do discurso.

Entretanto, as problematizações relacionadas ao universo da leitura precisam ter aliadas da dimensão pragmática a uma dimensão sociocultural. Assim, será possível questionar sob uma perspectiva discursiva a constituição do leitor das editoriais de política dos jornais de Teresina, objetivo geral deste trabalho. Parte desta discussão será retomada mais à frente no item 3.4. Antes, porém, cumpre-se fazer um percurso histórico lítero/cultural a respeito da formação da leitura e do leitor no Brasil.

### **3.2 Formação da leitura e do leitor no Brasil**

Em Zilberman (2003), a discussão sobre a formação da leitura no Brasil é aberta com uma pergunta: — Quem é o leitor? A partir desta questão ganha destaque a função social do leitor para a qual “se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas” (ZILBERMAN, 2003, p. 14).

Entendendo a impossibilidade de delimitar a figura do leitor às características físicas de um indivíduo, fica a impossibilidade de desnudá-lo em sua essência, sendo possível, no entanto, narrar sua história com base na análise das diversas obras literárias que marcaram períodos específicos da literatura. Iniciada na Europa, no século XVIII, com a intensificação da impressão mecânica das obras literárias, a figura do leitor foi logo legitimada socialmente, pela atividade econômica e empresarial, criada em torno da emergência do livro e, portanto, da leitura.

O fomento econômico ganhou o reforço da escola, que passou a obrigar os alunos a desenvolverem práticas diárias de leitura como atividades curriculares. Outro fator que contribuiu para a formação da leitura e do leitor foi a valorização da família, espaço da organização social que agrega e fragmenta, simultaneamente, a sociedade. Agrega ao reunir, por laços afetivos e consanguíneos, um grupo de pessoas, mas também fragmenta por gerar subgrupos a cada nova família que se forma. Entretanto, com a institucionalização da família, a leitura ganhou mais um espaço para ser fomentada e estimulada, como também foi verificado com a religião, estimuladora da prática da leitura, como recurso necessário para a disseminação e compartilhamento das sagradas escrituras, das mensagens bíblicas.

No entanto, a configuração do leitor ganhou contornos mais concretos a partir da consolidação de uma camada burguesa na sociedade, pois o fortalecimento empresarial, comercial e financeiro das cidades, somado ao surgimento de uma camada consumidora, foram essenciais para a constituição do leitor e da leitura enquanto prática social. Com o tempo, a profissionalização do mercado editorial da Europa e no Brasil provocaram alterações

na maneira de escrever os textos e, conseqüentemente, na maneira pela qual o leitor passou a ser representado nos textos.

Apenas em meados de 1840, no Rio de Janeiro, sede da monarquia brasileira, o País apresentava os equipamentos necessários para a formação e fortalecimento da leitura. Com a instalação de tipografias, livrarias e bibliotecas, com o esforço para melhorar a qualidade da educação oferecida à população e com o desenvolvimento econômico que começava a aparecer, com a cultura de café, os escritores começaram a profissionalizar seus trabalhos, que já começavam a ser objeto de consumo dos brasileiros.

Nesse período, o Romantismo brasileiro dá sinais de como os autores percebiam seu leitorado. Manuel Antônio de Almeida publicou *Memórias de um sargento de milícias*, em folhetim antes mesmo de transformá-lo em livro. Nos textos, trechos como, por exemplo, “vamos fazer o leitor tomar conhecimento” revelam a necessidade que o autor tem em conduzir o leitor durante sua leitura, pois naquele momento era um ser frágil e inexperiente, que precisava ser guiado para não se perder nas artimanhas do texto.

Outra estratégia verificada nas obras daquele momento era a tentativa de simular reações no leitor e legitimá-las ao longo da leitura. Ao sugerir uma competência com a utilização de termos como “perspicaz”, o autor faz elogios no intuito de propor os requisitos necessários para a leitura, ao tempo em que tenta criar uma atmosfera de intimidade entre o texto e aquele que o lê. Parceiros de percurso, o texto tem por tarefa conduzir o sujeito e ajudá-lo durante a leitura para que ele não se perca no caminho.

O leitor, por outro lado, tem apenas que persistir no passeio ficcional proposto pelo texto, e seguir as orientações dadas, mesmo quando sugerem que é necessário fazer uma pausa para descanso, como, por exemplo, no trecho “pouparemos aos leitores certos detalhes”.

Considerado um aprendiz, o leitor brasileiro em seus primeiros momentos contava com a cumplicidade do autor, para que o aprendizado fosse conduzido da maneira que considera adequada. Mesmo quando é preciso contradizer o que se imagina ser a opinião do leitor, o autor, como em Machado de Assis, se mostra diplomático, reforçando qual informação deve ser compreendida pelo leitor, e afastando o que considera equivocado. Em um de seus textos retoma um capítulo anterior e destaca as características de uma personagem, com o objetivo claro de dissipar quaisquer dúvidas que o leitor possa ter criado em relação a esta.

Além disso, a tentativa de estabelecer um diálogo com o leitor se mostra limitada, ao ficar demonstrado que, para o autor, apenas aquele que exerce a autoria poderia propor-se a

dizer por si e pelo outro. Reduzindo a atuação do leitor, os escritores daquele período destinavam ao leitor o espaço da decifração linear de conteúdos.

Apenas com as obras de Graciliano Ramos foi instituído o diálogo entre narrativa e leitor, em 1934. O romance “São Bernardo” marca essa mudança de percepção em relação ao leitor, ao utilizar a metalinguagem em sua narrativa, que trata da divisão do trabalho para a produção de um livro. Nesse início de capítulo, aparecem as figuras do responsável pelo conteúdo moral da história, do responsável pelos aspectos sintáticos e ortográficos do livro, além da figura do financiador, que requisita a impressão do seu nome na capa do volume, como reconhecimento de sua importância no processo de publicação do livro. Ao revelar esse tipo de situação vivenciada pelos escritores do período, o autor busca na cumplicidade com o leitor a compreensão dos diversos interesses em disputa durante a produção das obras literárias. Além disso, absolve o leitor da figura de extrema ingenuidade e dependência em relação ao autor, que até então era alimentada nos romances, e passa a observá-lo como um parceiro com quem pode dividir suas angústias e do qual espera obter compreensão.

Os escritores brasileiros do século XIX não conseguiram viver de seus trabalhos literários. Segundo Zilberman (2003), o aparecimento tardio da imprensa no cenário brasileiro foi fator determinante para essa dificuldade. Além disso, até o final do século XIX, cerca de 70% da população brasileira era constituída por analfabetos. O regime da escravidão foi mais um complicador no processo de desenvolvimento de uma sociedade da leitura, pois com uma parcela considerável da população destinada ao trabalho escravo, um imenso grupo foi excluído da educação formal, portanto, da alfabetização e das orientações pedagógicas, importantes para a consolidação da leitura enquanto prática compartilhada socialmente.

A precariedade com que o mercado editorial sobreviveu nesse período fez com que a figura do editor fosse institucionalizada pelo governo, que assumiu a função de publicar os livros. No entanto, o desempenho deste papel por parte dos governantes fez valer a seleção de obras que não contrariavam os interesses do Estado. Dessa maneira, autores como Gregório de Matos, conhecido pela crítica ácida em seus trabalhos, conseguiu publicar seus livros apenas com o esforço pessoal do escritor, que ganhou o reconhecimento do seu público. Os demais escritores brasileiros, no entanto, dependiam de mecenas para que o financiamento de suas obras fosse possível. Dessa maneira, ficava a cargo dos novos-ricos da Corte a possibilidade de ter seus trabalhos publicados. Os novos-ricos, por sua vez, eram movidos pela vaidade de terem seus nomes reconhecidos como incentivadores das artes e das letras.

Em 1895, Adolfo Caminha publica uma Carta Literária intitulada “Editores”, por meio da qual tece duras críticas ao sistema de incentivo à literatura que vigorava até aquele

momento no Brasil. “Nada mais triste, nada mais ridículo que essa esmola dada misericordiosamente em paga do trabalho intelectual”, diz em seu texto.

No início do século XX, a profissionalização da literatura brasileira dá seus primeiros passos. Ao enveredar pelo jornalismo, o escritor Monteiro Lobato encontrou na imprensa emergente a possibilidade de ter seus trabalhos literários recompensados financeiramente. Isso foi possível, no entanto, depois da quebra do monopólio real da imprensa. Mas foi no ambiente escolar que os escritores descobriram ser o espaço mais indicado para o desenvolvimento da literatura brasileira. Com a ascensão da educação formal em todo o País, o mercado editorial encontrou uma seara carente de publicações. Em alguns casos, os escritores conseguiram executar trabalhos de tradução dos textos vindos da Europa para serem estudados pelos alunos brasileiros.

A descoberta do mercado consumidor que se formou a partir da escolarização possibilitou aos autores dedicados à literatura infantil, por exemplo, um retorno financeiro aos seus trabalhos. Logo, o livro didático apresentou um peso no mercado editorial nacional nunca antes visto. Com o aparecimento de diversos títulos de paradidáticos, os escritores passam a chamar a atenção também da imprensa, que começou a divulgar os trabalhos e, conseqüentemente, a fortalecer a produção literária.

Na contemporaneidade, o mercado literário vive um novo momento com a popularização do livro digital, intensamente comercializado e consumido por usuários de tablets, plataforma de leitura virtual que possibilita o armazenamento de diversos volumes em apenas um equipamento desenvolvido para fomentar o hábito de ler sem o contato direto com os volumes.

### **3.3 Construindo uma noção de leitor e de leitura**

Todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça parte de seu trabalho.

Umberto Eco

Instigado pelas questões pertinentes ao universo da interpretação, o semiólogo italiano Umberto Eco (1994, 2008a) investiga os processos de autoria e leitura de textos ficcionais. Nesse percurso, as perguntas fundamentais que direcionam seus estudos estão assim relacionadas: — Quem é o leitor de uma fábula? Como ele age em contato com o texto? Até que ponto ele está livre ou direcionado para fazer suas interpretações?



Partindo destas questões fundamentais, “numa história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história” (ECO, 1994, p. 7). O leitor (assim como o conceito de autor, que será discutido mais à frente) é um elemento gerativo do próprio texto, pois é idealizado durante o processo de produção do texto e corresponde a um certo “perfil” projetado por aquele que escreve, sendo composto por requisitos mínimos para a captura ampla dos sentidos do texto.

Dessa maneira, ao escrever, o autor já insere durante a produção de “criação”<sup>7</sup> um modelo de leitor capaz de perceber as intenções discursivas do que está sendo produzido e que poderá ser atualizado durante a leitura, a partir da colocação dos enunciados do texto em funcionamento. Esse leitor, denominado leitor-modelo, é construído no processo da produção enquanto estratégia textual, como um ser equipado para interpretar o texto nos limites que este impõe; ou melhor, sem transgredir o que o texto diz, mas, ao contrário, respeitando os conteúdos propostos para então ressignificá-los a partir da interação entre o que está dito, e as relações que o sujeito faz com suas experiências até então armazenadas em seu repertório discursivo.

Eco (2008a) considera que não se trata de um tipo de leitor-modelo possível, mas de leitores-modelos diferentes que podem ser desenhados nos sentidos dos textos de maneiras diferenciadas. Ou melhor, que podem ter a possibilidade de interpretar os textos a partir de pontos de vista específicos sem que isso represente uma superinterpretação — uma violação aos limites interpretativos impostos no e pelo texto. “É possível inferir dos textos coisas que eles não dizem explicitamente — e a colaboração do leitor se baseia nesse princípio — mas não se pode fazê-los dizer o contrário do que disseram” (ECO, 1994, p. 98).

O semiólogo estabelece uma divisão entre leitores-modelos a partir de suas capacidades de apreensão, sugerindo um “leitor semântico”, como aquele que tem a competência de fazer uma interpretação do texto, mas que não consegue transcender aos seus significados; sendo, portanto, um leitor ingênuo que toma os conteúdos para si sem questioná-los e sem desconfiar de suas intenções. Ao que transcende aos limites da significação e que captura os sentidos do texto para então formular uma percepção mais crítica é denominado “leitor crítico”. Ele é aquele capaz de terminar a leitura e propor questionamentos a respeito do que foi lido, questionando não apenas as significações das palavras, mas as intenções discursivas impregnadas no que está escrito. Mesmo em níveis diferenciados de apreensão e

---

<sup>7</sup> Ressalva necessária já que se entende neste trabalho que a autoria não parte de uma atitude individual e autônoma, mas imbricada nas relações sociais nas quais os sujeitos estão atravessados.

apropriação do texto, para Eco (1994), estes são leitores-modelos, pois de uma maneira ou de outra atendem as características desenhadas durante o processo de criação textual.

Esse desenho, no entanto, pode se apresentar de maneira marcada ou não-marcada na superfície textual. Expressa claramente ao exigir que o leitor domine a língua na qual está escrito para ser lido. Por exemplo, o texto exclui todos aqueles que não atendem a essa exigência primeira. Contudo, de maneira mais sutil, ao se afirmar como um “jornal operário”, essa característica é posta como diferencial em relação aos demais jornais, podendo excluir os leitores que não se identificam com tal proposição.

Formulado a partir de estratégias, os textos são lugares de identificação e exclusão. Se por um lado desenha o perfil necessário para que seja “decifrado” em suas múltiplas intenções, exclui aqueles não aptos para a tarefa. Desde a escolha do idioma em que está escrito até a escolha do conhecimento lexical, estilístico e o repertório do leitor, os textos se mostram direcionados para determinado leitor-modelo por diversos meios. “Prever o próprio leitor-modelo não significa somente esperar que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo. O texto não apenas repousa numa competência, mas contribui para produzi-la” (ECO, 2008a, p. 40).

Não se trata, dessa maneira, de almejar que exista alguém interessado em ler determinado texto com a capacidade de compreendê-lo, mas ao construí-lo de determinada maneira, um leitor-modelo já está previsto, e isso deve considerar a língua, como já foi destacado, o repertório lexical – o conhecimento amplo da língua desde suas variações mais eruditas às mais languageiras; e o repertório estilístico – a familiaridade com estilos diferentes de escrita (acadêmicos, literários, noticiosos, ficcionais etc.).

Nessa perspectiva, o teórico reconhece o texto como tipo de expressão humana, repleto de complexidades, inclusive, por dizer, através do “não-dito”; ou seja, dos sentidos silenciados durante o processo de produção do texto, mas que podem ser acionados pelo leitor-modelo. Considera-se, dessa maneira, que todas as decisões – escolhas e exclusões, tomadas pelo autor durante o exercício da autoria, por mais automáticas que pareçam ser, remetem a um jogo de xadrez em que o jogador move suas peças no tabuleiro, tendo sempre em mente o que conhece a respeito do seu adversário com o intuito de guiá-lo no jogo. Estrategicamente, tanto o autor formula um perfil geral sobre quem é o leitor do texto, como este último se mostra agente interpretativo no instante em que tem contato com o texto.

Diferentemente da interação face a face, na qual os interlocutores têm a possibilidade de observar a reação do outro, ao tempo em que formula e oferta para consumo seus enunciados, os sentidos ofertados por meio de textos escritos passam por processos

diferenciados de produção e interpretação. Sem endereço empírico definido, os impressos que estão abertos para consumo de quem se interessar, a exemplo das obras literárias, mostram-se abertos para que diferentes destinatários manifestem interesse e se identifiquem com o texto; e as leituras também ficam abertas a diversas interpretações (mas não a qualquer uma), mesmo porque não poderão ser confrontadas pelo autor. “Para realizar-se como leitor-modelo, o leitor empírico tem naturalmente deveres “filológicos”, ou seja, tem o dever de recuperar, com a máxima aproximação possível, os códigos do emitente” (ECO, 2008a, p. 47).

No entanto, conforme dito anteriormente, a atuação do leitor não se restringe à identificação e decodificação dos conteúdos linguísticos dos textos, mas, por serem “artifícios sintáticos-semânticos-pragmáticos” os textos exigem, a partir das informações fornecidas pelos códigos linguísticos e não-linguísticos, que se possa fazer uma relação entre o mundo em que os enunciados estão situados e o mundo de realidade objetiva.

Desta maneira, o leitor se comporta de forma semelhante ao interpretante do signo triádico de Peirce, no qual o interpretante é um meio a partir do qual é possível representar um signo, mas não se trata de uma ideia sobre ele. É um segundo signo criado a partir da representação feita de um primeiro, gerado com base em um objeto real. Nessa proposta, o leitor-modelo está para o interpretante como os aspectos linguísticos do texto estão para o objeto real e o texto em seu conteúdo potencial está para o signo — o *representâmen*. Situado no universo semiótico, o leitor-modelo se apropria de um signo, gerado a partir de um objeto dinâmico do mundo para criar suas representações.

As proposições de Peirce em relação à natureza do signo contribuem para a configuração dos fundamentos semióticos da cooperação textual, pois é a relação entre o signo, seu objeto e seu interpretante que produz um novo signo; no caso deste trabalho, o leitor-modelo precisa ainda considerar o contexto sócio-histórico e cultural em que está situado para então fazer a leitura.

Neste sentido, Eco (2008a) não perde de vista os legados deixados pela Pragmática, ao reconhecer a necessidade de observar os contextos e co-textos durante a interpretação. E estabelece ainda a diferença entre autor empírico e autor-modelo. Ao empírico, o teórico atribui o aspecto físico, aquele que está em frente ao computador, percorrendo o teclado com os dedos, em busca das palavras “certas” ou que melhor se aplicam ao que pretende que o leitor entenda ao ter contato com o texto.

Diferentemente deste, o autor-modelo também é percebido como uma estratégia textual; ou seja, é um autor que não tem uma correspondência direta e necessária com o empírico (de “carne e osso”) e que se faz revelar por meio da leitura. Mesmo sendo possível

verificar traços das intenções do autor empírico na produção textual, é o autor-modelo que se mostra no texto e que se dirige ao leitor-modelo; é o modelo que dialoga com seu destinatário correspondente, pois ambos possuem existência autônoma em relação aos desejos das figuras empíricas, enganadas pela falsa sensação de estarem conduzindo plenamente os processos de produção e reconhecimento dos sentidos, como será melhor discutido no capítulo seguinte a partir das reflexões a respeito da Teoria dos Discursos Sociais.

Em constante cooperação, autor e leitor-modelo existem a partir da necessidade de cada um de atuar em cooperação dialógica. Logo, se para o autor é imprescindível prever alguém a quem o texto será dirigido, por mais que se trate de uma produção ofertada a um amplo e heterogêneo público, para o leitor, é a partir de seu contato com o texto que é possível apropriar-se de seu conteúdo para então atualizá-lo. Acrescente-se também que é no processo de leitura que há a formulação do leitor-modelo, espaço que, de certa maneira, aprisiona sua existência.

Dessa maneira, a leitura requer “movimentos cooperativos, conscientes e ativos da parte do leitor” (ECO, 2008a, p. 36), inclusive para o preenchimento dos espaços brancos, deixados durante a produção do texto, e que poderão ser preenchidos por aquele que vai atualizá-lo enquanto leitor. Esses espaços brancos, correspondentes às brechas em que o leitor atua para a complementação de sentidos, são preenchidos durante a atividade interpretativa, e são fundamentais por duas razões principais: ao autor não é possível dizer tudo a respeito de um determinado tema, a ponto de contemplar todos os sentidos que dali podem ser suscitados a ponto de anular a ação interpretativa do leitor – até porque o próprio princípio da economia linguística favorece a convocação do leitor para o exercício de desencadeamento da interpretação, com base nas pistas deixadas pelo autor; e, em segundo lugar, o texto, na medida que tem função estética, precisa da ação de alguém para que seja colocado em funcionamento e seja atualizado.

Mesmo percebendo essa “parceria” estabelecida entre leitor e autor, deve-se reconhecer que as relações não são de plena concordância entre as partes, afinal, até por estarem em posições diferenciadas no processo de produção e reconhecimento de sentidos, cada um apresenta suas intenções no jogo da interpretação, buscando, a seu modo, a adesão do outro. O leitor-modelo conduz sua atividade interpretativa do modo como considera mais interessante, assim como o autor-modelo trilha um caminho que lhe parece mais cômodo durante a concepção do texto.

Diferentemente da perspectiva defendida pelo maior expoente da estética da recepção, Wolfgang Iser, que deixa a cargo do leitor a condução do processo de leitura e interpretação,

Umberto Eco estabelece a figura do leitor-modelo justamente para redirecionar o espaço da interpretação para as relações que o autor vivencia com o texto, e que o leitor experimenta, acreditando estar em relação direta com o autor.

O leitor-modelo de Eco (1979) não só figura como interagente e colaborador do texto; muito mais – e, em certo sentido, menos –, ele/ela nasce com o texto, sendo o sustentáculo de sua estratégia de interpretação. Assim, o que determina a competência dos leitores-modelo é o tipo de estampagem genética que o texto lhes transmitiu. Criados com o texto – e nele aprisionados – os leitores-modelo desfrutam apenas a liberdade que o texto lhes concede (PUGLIATTI apud ECO, 1994, p. 22).

Entre as intenções do autor e do leitor estão as intenções do texto; deste modo, não cabe à investigação interpretativa buscar identificar quais são as intenções do autor empírico, tampouco do leitor empírico. Ao propor investigar as intenções do texto, Eco estabelece o caráter relacional entre leitor-modelo e autor-modelo, sendo que a nenhum dos dois cabe o domínio sobre o texto, que, para Eco, é constituído por um “universo aberto em que o intérprete pode descobrir infinitas interconexões” (ECO, 2005, p. 45).

Cabendo então a um espaço relacional, a interpretação é um destino indefinido, pois apresenta mais de uma possibilidade já que depende diretamente de como as partes (autor, texto e leitor) se relacionam. Além disso, ao processo de interpretação, o teórico propõe o lugar da limitação de uma “interminável oscilação do significado”, na qual as tensões entre as atividades de produção e reconhecimento ficam marcadas pela própria alternância entre os sujeitos, pois os enunciados podem significar, de uma determinada maneira, sob o domínio da autoria; e, de outra maneira, sob o domínio da interpretação. Daí justifica observar o texto como um campo marcado pelas tensionalidades.

Dessa maneira, as tensões revelam a opacidade dos textos e afastam a percepção de superfície rasa a ser percorrida linearmente, de maneira óbvia e objetiva. Tanto que, para Eco (2005), o caminho das semelhanças (já apontado por Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas*) revela que não há resposta transcendente à experiência humana e que a própria linguagem “espelha a inadequação do pensamento: nosso ser-no-mundo nada mais é do que ser incapaz de encontrar qualquer significado transcendental” (ECO, 2005, p. 45). Afinal, as semelhanças não abrigam em si mesmas as essências dos sentidos que podem produzir, mas apenas geram a atmosfera necessária para, a partir da ativação do homem, produzirem representações que façam sentido na atividade humana.

A linguagem, vista nesta perspectiva como prática social, fala para além das inatingíveis intenções do autor e das impalpáveis intenções do leitor. A linguagem, fala por si

só, e, dessa maneira, toda tentativa de afirmação original e unívoca é vã. A cadeia dialógica de sentidos provoca o que o teórico classifica como as transferências de significações, sempre contínuas e ininterruptas.

Poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado de seu autor (assim como da intenção do autor) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua (por assim dizer) no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis (ECO, 2005, p. 48).

A intenção do texto, dessa maneira, depende de como será feita a leitura. Sem estar explicitamente marcada na superfície textual, a intenção do texto necessita ser percebida pelo leitor, pois está na intenção do texto a construção de um leitor-modelo para si. De forma análoga, o leitor-modelo tem como iniciativa prever um autor-modelo, que também produz textos tendo em mente um leitor-modelo. Nessa cadeia remissiva de existência, as três instâncias de interpretação (autor, leitor e texto) existem enquanto estratégias textuais e semiótica (no caso do texto). A interpretação não é um percurso único e linear de decodificação de significações, mas sim um lugar de negociação em que certos parâmetros precisam ser respeitados para que o processo de leitura seja uma ressignificação, aceita pelos limites da interpretação, apesar de essa interpretação, conforme dito anteriormente, permitir percursos diferentes. “Entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor está a intenção transparente do texto, que invalida uma interpretação insustentável” (ECO, 2005, p. 93).

Eco (2008b) mostra o percurso gerativo de suas proposições, demonstrando que os estudos em recepção foram impulsionados, em meados da década de 1960, pela necessidade de os estudos literários problematizarem o papel desempenhado pelo público leitor na compreensão e atualização dos conteúdos dos textos. Essa perspectiva resultou em muitas proposições teóricas desenvolvidas paralelamente, e, muitas vezes, ignorando-se reciprocamente.

Um dos autores responsáveis pela reviravolta provocada pelos estudos em recepção foi Jauss (1969), que trouxe novos paradigmas para os estudos literários, ao propor, no bojo de suas contribuições, o privilégio à atuação do leitor. No entanto, Eco (2008b) rompe parcialmente com esse percurso, ao posicionar seu foco de investigação ao que chama de *intentio operis*, ou seja, à intenção do texto e não somente às significações que o texto pode suscitar naquele que lê, como até então vinha sendo defendido.

A iniciativa do leitor consiste em fazer uma conjectura sobre a *intentio operis*, conjectura essa que deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo orgânico. Isso não significa que só se possa fazer sobre um texto uma e apenas uma conjectura interpretativa. Em princípio, podemos fazer uma infinidade delas. Mas no fim as conjecturas deverão ser testadas sobre a coerência do texto e à coerência textual só restará desaprovar as conjecturas levianas (p. 15).

Dessa maneira, fica estabelecido que o próprio texto impõe àquele que lê quais são as interpretações aceitas, e quais não atendem aos parâmetros, nele, expressos. Para tanto, Eco defende o uso de uma metalinguagem crítica, capaz de tomar o texto como teste para verificação da interpretação; ou melhor, o próprio texto é que confirmará ou refutará as interpretações a ele atribuídas. Tudo, a partir da linguagem, que toma a função de interpretante – a exemplo do conceito proposto por Peirce.

Mesmo entendendo que o foco da interpretação não está mais centrado no leitor, mas em uma relação daquele com a “*intentio operis*”, essa perspectiva não ignora a colaboração necessária do primeiro. Para Eco (2008b), o ponto fundamental dessa alteração de foco está exatamente no respeito aos limites impostos pelo texto para a interpretação. Por isso, ele é enfático ao afirmar as diferenças entre uso e interpretação, demarcando que a diferença entre ambos está exatamente no respeito necessário que o leitor deve ter ao que pode ser interpretado a partir do texto e não justificando qualquer uso que pode ser feito de um texto.

Para o teórico, o texto deve ser visto como um elemento orgânico, que permite a quem vai atualizá-lo mobilizar uma série de sentidos em potencial, com base nas interconexões que é capaz de fazer durante a leitura. No entanto, esse mesmo movimento, por exclusão, é responsável por narcotizar, ou melhor, silenciar os sentidos não correspondentes às conjecturas construídas ao longo do texto.

Um texto “aberto” continua, ainda assim, sendo um texto, e um texto pode suscitar uma infinidade de leituras sem, contudo, permitir uma leitura qualquer. É impossível dizer qual a melhor interpretação de um texto, mas é possível dizer quais as interpretações erradas. No processo de semiose ilimitada é possível passarmos de um nó qualquer a qualquer nó, mas as passagens são controladas por regras de conexão que a nossa história cultural de algum modo legitima (ECO, 2008, p. 81).

A história cultural, responsável por legitimar ou não as interpretações, vai além da competência linguística do leitor de decifrar os enunciados, mas inclui também os repertórios culturais, linguísticos, sociais e relacionados a leituras anteriores; todos mobilizados durante a leitura de um dado texto. A partir dessas colocações, Eco (2008b) vê o processo de

interpretação como uma semiose ilimitada, em que um certo objeto no mundo pode ser representado de diferentes maneiras a partir da ação do interpretante.

Trazendo todas essas reflexões para a pesquisa aqui empreendida, torna-se necessário demarcar os pontos de encontro e afastamento que tais discussões apresentam com a proposta. De início, é imperativo destacar que este trabalho recebe a contribuição de autores da recepção para, em produção, problematizar os efeitos de reconhecimento. Na busca pelo leitor aqui apresentada, parte-se da análise enunciativa, com o objetivo de, através da análise de reconhecimento em produção, identificar as construções discursivas materializadas nas editoriais de política dos jornais de Teresina. Convém enfatizar que, mesmo sem estar focado no leitor empírico, aquele de carne e osso, o trabalho aqui proposto se aproxima das reflexões acima apresentadas exatamente por também buscar a problematização do leitor que tem existência na matéria significativa.

Contudo, ao propor a investigação em produção, esta pesquisa percorre um caminho teórico-metodológico diferenciado dos estudos em recepção, pois, a partir da análise do próprio *corpus*, pretende-se reconstituir o sujeito falado,<sup>8</sup> ou seja, aquele a quem os sentidos estão sendo ofertados a partir das páginas de política. Assim como Eco (1994; 2005; 2008a; 2008b), não se busca neste trabalho identificar quais são as intenções daquele que escreve tampouco daquele a quem os textos estão sendo ofertados, mas sim como se configura esse leitor a partir das semioses (textos, fotos, imagens, infográficos etc.) presentes nessas páginas de política.

Todo o percurso desta dissertação se fundamenta no universo do discurso e não no da interpretação. Ainda assim, as contribuições a respeito dos leitores e das leituras não poderiam estar ausentes desta pesquisa, ambiciosa ao propor um caminho alternativo na tênue linha que demarca os campos da produção e do reconhecimento. Feitos esses esclarecimentos, cumpre-se continuar a discussão acerca do universo da leitura e seus leitores.

### **3.4 Leitura e leitor numa perspectiva discursiva**

Ao conduzir as questões até este momento apresentadas em relação aos processos sociais de constituição da leitura e do leitor brasileiros, faz-se necessário agora trazê-las para o universo do discurso. Costa (2003) considera que uma teoria da leitura empreende o entrelaçamento entre leitura, leitor e discurso quando percebe que o leitor é como uma travessia na instância do discurso.

---

<sup>8</sup> Segundo conceituação de Pinto (2003).



Perpassado pela multiplicidade de vozes que o atravessa, o leitor não está isolado em um ato autônomo, mas inserido em uma teia de significações que podem ser provocadas durante o processo dinâmico de leitura. Ler requer fazer trânsitos, ou seja, mover-se de um sentido a outro, de acordo com os lugares sociais que são ocupados pelos sujeitos durante a leitura.

Dessa maneira, a figura do leitor deixa de ser uma estrutura material e passa a ser considerada uma instância de produção e reconhecimento de sentidos. Sua função não se restringe à decodificação linear dos enunciados, mas à sua interpretação. “Ler, portanto, equivale a interpretar. E interpretar é uma força afirmativa que imprime à existência processos de transvaloração, pelos quais a vida se renova num movimento crítico instaurador de novas atitudes e de novas subjetividades” (COSTA, 2003, p. 73). Conduzido à condição de sujeito, o leitor passa a ser percebido como constitutivo da escrita, como também é constituído por ela.

Ao mesmo tempo que se inscreve no texto, o sujeito leitor se escreve. Então, o leitor tanto pode ser escrito quanto pode ser lido. Ou seja, há um leitor inscrito no texto que o autor evoca e com quem dialoga. Ao mesmo se manifesta na escrita o leitor que o próprio autor é (COSTA, 2003, p. 93).

Nessa dupla relação de interdependência, texto e leitor figuram como instâncias entrecruzadas entre si. O texto deposita no leitor a busca por completude que cabe a ele preencher os espaços vazios deixados. O leitor reserva ao texto um espaço no qual poderá não apenas realizar leituras, mas exercitar um desejo de escrita. Ler equivale a escrever, considerando que há uma “alternância entre leitura e escrita como lugares de origem da criação” (COSTA, 2003, p. 93).

Filiado à análise de discurso proposta pelo francês Michel Pêcheux, Nunes (1994) discute a formação do leitor brasileiro com base em uma análise das correspondências oficiais, enviadas pelos viajantes no contexto do Brasil Colônia. Com este trabalho, investiga-se como é construída discursivamente a figura do leitor em tais documentos.

Nosso objetivo como analista não é pois o de descrever o leitor real, mas sim os efeitos produzidos porque ele existe. Não nos deteremos tampouco em descrever o “leitor virtual” de um texto, como um interlocutor que se constitui no ato da escrita, ou como um destinatário. Queremos sim descrever a “posição” discursiva do leitor em determinadas conjunturas, e isso depende apenas relativamente da atribuição de um leitor virtual no ato da escrita. A atribuição de um leitor virtual constitui para nós apenas um dos fatores que interferem na constituição da posição do sujeito-leitor: não se trata do leitor-interlocutor, mas do “outro” da leitura (NUNES, 1994, p. 41).

Situado em uma perspectiva sócio-histórica, os sujeitos-leitores de Nunes (1994) são percebidos em um contexto social específico, o Brasil Colônia, e podem ser estudados tendo como referencial as “condições determinadas da produção do discurso e da leitura” (NUNES, 1994, p. 55).

Em um primeiro momento, as correspondências que iniciam a documentação histórica a respeito do Brasil são escritas por descobridores europeus que destinam seus relatos às Cortes europeias. Interessados em relatar as descobertas do Novo Mundo, os viajantes dedicavam suas correspondências à descrição das particularidades encontradas no território brasileiro. Movidos pela curiosidade, os europeus questionavam sobre esse novo continente em descoberta, quem o habitava, como essas pessoas (estranhas em sua aparência e comportamento) viviam, se eram capazes de estabelecer comunicação etc. O pitoresco alimentava a curiosidade europeia. Além disso, a piedade era manifestada no sentido de que os índios eram vistos como uma variação do que seria um “homem normal”.

Como as leituras a respeito do Brasil eram realizadas a partir do contexto europeu, coube aos índios serem representados como um povo selvagem e exótico, diferente do velho continente. Com o tempo, o relato inédito de um povo desconhecido deu lugar às investigações especializadas a respeito desse povo. Religiosos foram instigados a estudar quais eram as crenças que guiavam os índios brasileiros; estudiosos das línguas tentavam entender o que diziam e como se constituía aquele idioleto, por exemplo.

Deste modo, as opiniões anônimas e os conhecimentos produzidos pelos viajantes são submetidos a práticas interpretativas que instituem as formas de o europeu se apropriar do discurso sobre o Novo Mundo. Essas formas de apropriação levam tanto a conhecimentos científicos, como no caso da etnologia, como a teorias econômicas e políticas (COSTA, 2003, p. 73).

Em um segundo momento, os viajantes e missionários, bem como os europeus que vieram colonizar o Brasil passaram a enunciar a partir de condições discursivas diferenciadas. Em contato com o cenário antes distante, eles não mais tinham a necessidade de relacionar o que viam com o contexto europeu, para que fossem entendidos pelo leitor; agora apresentavam uma perspectiva enunciativa diferenciada, “a materialidade histórica dá lugar a leituras e a leitores específicos, com posições distintas de sujeito-leitor” (NUNES, 1994, p. 74).

Endereçando seus relatos a leitores que agora estão no próprio Brasil, a representação do índio, por exemplo, já não mais é uma figura totalmente inédita para esse sujeito-leitor. No seu alcance de visão, o índio torna-se um personagem mais próximo, como também se torna

co-autor dos discursos, considerando que seus saberes começam a ser representados a partir de seus dizeres e não somente do que parecem ser.

Mas a falta de compreensão da cultura indígena também é uma característica marcante, mesmo entre os eleitores brasileiros, que tentam estabelecer a cultura europeia como parâmetro para suas relações sociais, marginalizando o indígena. “A constituição da posição do leitor no Brasil ocorre, pois, sob uma determinação ideológica em que se articulam aspectos da sociedade indígena e da sociedade europeia” (NUNES, 1994, p. 78). Em uma relação conflituosa, os embates entre as sociedades indígena e europeia são inevitáveis, pois a colonização toma a ingenuidade indígena como possibilidade de apropriação de suas riquezas para favorecer os reinos, e como fragilidade sociocultural que precisa ser “emancipada”; ou seja, apagada em favor da cultura europeia.

Naquele cenário, os missionários religiosos ocuparam uma função central. Imbuídos pela missão de catequizar e civilizar os índios brasileiros, os religiosos promoveram uma substituição cultural e religiosa das orientações indígenas. A alfabetização foi imposta pelos missionários como objetivo principal de favorecer a absorção das orientações da Bíblia Sagrada. Por meio da imposição religiosa os índios brasileiros foram levados ao universo da leitura. Como a escrita não fazia parte do sistema de representação da linguagem indígena, os missionários permitiram a eles que fossem feitas as relações de equivalência aos seus saberes empíricos. Assim surgiram relações como “Tupã-Deus”, em que o divino cultuado pelo índio passou a ser equivalente ao divino católico.

Apenas depois do domínio do sistema linguístico europeu, os índios, segundo a percepção missionária, teriam condições de atravessar as trevas da ignorância e vislumbrar a luz do conhecimento. Ignorando os saberes naturais dos índios, o trabalho dos missionários estava centrado em constituir uma adequação ao leitor europeu. Essa ideia provocou a aproximação dos religiosos à cultura indígena, que precisou ser entendida pelos religiosos, para que eles soubessem em quais pontos poderiam ser realizadas as aproximações com a cultura europeia. Criando uma relação bilíngue, índios e europeus travaram uma disputa simbólica na qual estava em jogo a legitimação de dois modos diferentes de ler o mundo.

Dessa maneira, para Nunes (1994), o leitor brasileiro surge em um contexto de contradição, em que tem sua existência negada pela desqualificação da cultura indígena, empreendida pelos colonizadores, ao tempo em que exige destes a investigação de seus saberes, mesmo que com o propósito de posterior substituição e apagamento.

Depois de apresentar a fundamentação da Teoria dos Discursos Sociais, a partir da qual foi traçado o percurso de investigação acerca do leitor enquanto sujeito discursivo nas

editorias de política dos jornais de Teresina, e trazer reflexões acerca do leitor e da leitura com base em autores como Yunes, Costa, Chartier, Zilberman, Nunes e Eco – reflexões estas sob a perspectiva dos estudos da Literatura – cabe a partir deste ponto problematizar teorias, discutir métodos e fomentar o debate entre as mais diversas correntes teóricas, para “exorcizar” eventuais pontos de certeza que à primeira vista podem se apresentar como absolutas. Para tanto, Compagnon (2010), no seu exercício de “exorcismo” empreendido entre Literatura e senso comum, tem o objetivo de atravessar teorias, “para se fazer um recuo, não para recuar” (p. 255).

De fato, a investigação acerca do leitor trouxe a este trabalho a necessidade de discutir e problematizar não apenas os caminhos que possam fornecer pistas a respeito de sua presença discursiva no processo de produção e reconhecimento de sentidos, mas, sobretudo, o questionamento sobre como o leitor, enquanto sujeito discursivo, estabelece relação com os processos de produção de sentidos, em uma perspectiva que o observa dentro de uma teia discursiva costurada a partir das práticas sociais.

Dessa maneira, posicioná-lo como foco desta proposta equivale a deslocar as questões da análise de discursos aos processos em que o leitor não é somente previsto como destinatário, mas considerando que ele se faz presente ainda durante a produção de discursos. No entanto, isso não o posiciona acima de toda e qualquer coerção resultante da disputa empreendida entre autor – texto – leitor, nem como sujeito autônomo ou livre para relacionar-se, como quiser, com o autor e com o texto.

Como sujeito social, ele passa e é perpassado pelas vozes da cultura, da história e das relações sociais que estabelece no e pelo discurso. Se por um lado a tese da morte do autor desconstruiu a noção de que a autoria seria responsável por governar o texto e determinar os limites impostos à leitura, ou seja, ao leitor, a ideia de que “o leitor é livre, maior, independente: seu objetivo é menos compreender o livro do que compreender a si mesmo através do livro” (COMPAGNOM, 2010, p. 142) traz o conflito fundamental acerca dos limites da interpretação, pois, mesmo considerando o texto como uma obra entreaberta em que o leitor preenche as lacunas deixadas pelo autor durante sua leitura e a partir de sua experiência em intersecção com o texto realiza uma interpretação, não há como ignorar as negociações que ele tem de fazer com o texto e com o autor para que sua leitura não seja distante das instâncias da autoria e do texto a ponto de se tornar um completo fracasso.

Dono de uma liberdade vigiada e de uma autoridade relativa diante dos rivais, como define Compagnom (2010, p. 160), entende-se, neste trabalho, que o leitor ressignifica os sentidos do texto não como um ato individual ou cognitivo, mas como uma prática social em

que ele é acompanhado pelas leituras anteriores, pelas expectativas que possui acerca do texto e do autor, pelos discursos em circulação e que propõem a mobilização de determinados sentidos durante a leitura do texto e, ainda, da multiplicidade de vozes que falam ao leitor e a partir dele durante a leitura.

Isso não quer dizer, de maneira alguma, que o leitor esteja impedido de fazer uso do texto a partir da leitura que faz e do entendimento que atribui ao autor. É possível dizer, por exemplo, que o celebrado texto *Em nome da Rosa*, de Umberto Eco, ao ser adaptado para o cinema, foi lido, interpretado, e, em um processo de negociação com o texto e com o autor, o leitor cineasta pôde fazer uso dos sentidos propostos no livro para então transformá-lo em uma história cinematográfica sem, com isso, desrespeitar os limites da interpretação. Processo semelhante é realizado na própria elaboração deste trabalho, pois em busca de caminhos que auxiliem a investigação acerca do leitor, enquanto sujeito discursivo, no processo de produção de sentidos, as leituras realizadas acerca dos textos e dos autores da Linguagem, do Discurso e da Literatura foram realizadas a partir de um ponto específico, que, por si só, já marca um uso, ou um modo específico de apresentação desses sentidos.

Partindo então de um arcabouço teórico-metodológico orientado para a investigação aqui proposta, debruçam-se sobre o *corpus* as contribuições até este ponto apresentadas, com o objetivo de balizar as análises e situá-las em uma perspectiva que permita investigar o leitor discursivo no processo de produção de sentidos.

## **4 DAS BANCAS ÀS LEITURAS: UM PERCURSO ENTRECORTADO PELOS LEITORES**

Depois de discutir o caráter social da linguagem, dos sujeitos, e também da leitura, inicia-se agora o processo de investigação realizado em produção, e que parte do questionamento fundamental acerca dos leitores propostos nos e pelos discursos, e postos em circulação nas páginas de política dos jornais de Teresina.

Esse interesse específico guia as análises a uma investigação que buscará reconhecer os sentidos que marcam a manifestação desses leitores, nos textos publicados nas editorias de política dos jornais *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*, percebendo esses espaços como arenas, em que são travadas disputas discursivas entre sujeitos sociais, perpassados pelas instâncias do poder e do ideológico, dos contextos, das estratégias e das vozes da história e da cultura.

### **4.1 Os jornais, o leitor e os protagonistas da notícia: reconhecendo sentidos em produção**

A partir do entendimento das reflexões teórico-metodológicas apresentadas nos dois primeiros capítulos desta dissertação, nos quais foram apresentadas as discussões acerca da filiação discursiva adotada neste trabalho (Teoria dos Discursos Sociais) e na noção de leitor compreendida nesta perspectiva (leitor enquanto prática social), inicia-se, a partir deste ponto, a aplicação dos conceitos na investigação dos leitores no *corpus* em estudo, no qual foram estabelecidos, como invariante referencial, os protagonistas das informações, pois se verificou que as editorias políticas dos jornais piauienses em análise – *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia* – apresentam como característica comum a construção de notícias com base nas personalidades representantes de uma política local. Como protagonistas das informações, eles comentam, dão pareceres, se posicionam sobre os mais diversos temas, e, ainda, têm fatos noticiados a partir de seus envolvimento com os citados temas.

Legitimados a partir da enunciação jornalística, esses atores sociais aparecem como centros irradiadores da informação e do debate, a ponto de serem, muitas vezes, tomados como sinônimos das instituições as quais estão ligadas. A partir da observação desta marca comum às editorias de política dos três suportes, esta dissertação tem como objeto de investigação a relação estabelecida entre os jornais e os leitores, tendo os protagonistas do noticiário político como meio de análise.

No recorte estabelecido para o *corpus*, de outubro de 2009 a outubro de 2010, definem-se, para análise, notícias em que aqueles atores sociais tiveram participação ativa na disputa política, marcada pela definição de nomes e formalização de candidaturas com vistas ao Governo do Estado, nas quais apareceram com maior frequência: Wellington Dias, Wilson Martins, Sílvio Mendes e João Vicente Claudino.

#### **4.2 Wellington Dias**

Em outubro de 2009, o governador do Estado, Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores (PT), exerce o segundo mandato, sustentado por um amplo apoio político-partidário (PT, PMDB, PTB, PSB, PP, PDT, PR, PPS, PRTB, PTC, PSL e PCdoB), reunido durante sua campanha de reeleição em 2006, e tem a seu favor uma consolidada base em condições de garantir a aprovação dos projetos de interesse do Governo na Assembleia Legislativa. Como exemplos, têm-se a reforma administrativa, cujo objetivo era criar novas secretarias; e a proposta governamental, apresentada para alterar *status* de pastas que deixaram de ser Coordenadorias e passaram a ser Secretarias, e vice-versa. Ressalte-se que, nestes dois casos, a motivação das propostas governamentais fazia parte de uma estratégia política, já que definiria os espaços a serem ocupados pelos indicados pessoais do governador e das siglas aliadas.

O apoio político em torno do governador torna-se evidenciado em espaços ocupados por pessoas indicadas por partidários do Governo, a exemplo do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), da cota do deputado estadual do PMDB, Kleber Eulálio, ocupante da Secretaria de Governo, durante o segundo mandato de Wellington Dias.

Ao fim do segundo mandato, diante da impossibilidade de renovar o cargo, houve a necessidade de reposicionamento dos partidos e de seus líderes no cenário político local. Forças políticas de coalizão em torno do governo Wellington Dias foram alteradas com a aproximação do pleito, deixando de apresentar-se como um todo coeso, e passando a mostrar as tensões internas até então silenciadas entre os integrantes dos diversos partidos.

Dessa maneira, os múltiplos interesses político-partidários, silenciados durante os dois primeiros anos do segundo mandato de Wellington Dias (2006-2008), extrapolaram as disputas nos bastidores e começaram a ganhar visibilidade ao serem noticiados pela imprensa local. Com isso, o governador – que naquele momento mostrava-se na condição de “comandante” da base governista – se posicionou no cenário político trazendo para si a

condição de condutor do processo de definição do candidato que teria o apoio das siglas aliadas na sucessão estadual.

A definição dos rumos da “base aliada” naquele momento implicaria em redesenhar o cenário político local com vistas às eleições. Para tanto, seria necessário definir o posicionamento que os partidos políticos tomariam a partir de então. Ou seja, era preciso definir qual a participação dos partidos aliados em uma futura coligação, o que incluía a definição em torno da candidatura de Wellington Dias ao Senado, possibilidade alardeada entre políticos locais.

Com o passar dos meses e sem que uma definição fosse encaminhada, os aliados começaram a encabeçar disputas entre si, com o objetivo de ter representantes ocupando posições importantes na coligação que seria formada para as eleições. Nessa corrida, os partidos começaram a apresentar nomes como possíveis “escolhidos”, para disputar o Governo do Estado, duas vagas no Senado Federal, dez vagas na Câmara Federal e trinta vagas na Assembleia Legislativa.

Em busca de um lugar na coligação governista, sobretudo para a vaga que seria deixada pelo governador, os partidos apresentaram nomes de integrantes para a apreciação dos aliados. Por sua vez, o partido do governador inicia o processo de disputa, apresentando o nome do então secretário de Fazenda, Antônio Neto. Ele logo foi substituído pelo secretário de Educação Antônio José Medeiros, pois não apresentou bons resultados nas pesquisas de opinião pública. O possível candidato do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) seria o deputado federal e presidente do diretório estadual — Marcelo Castro. No PSB (Partido Socialista Brasileiro) o pré-candidato era o vice-governador e também presidente do diretório estadual — Wilson Martins. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) apresentou o senador João Vicente Claudino como seu candidato à disputa.

Como detentor do voto decisivo para a escolha do candidato que deveria ter o apoio dos partidos, o governador Wellington Dias teve de decidir até março de 2010 — prazo determinado pela Justiça Eleitoral — se permaneceria no Governo e continuaria comandando o processo sucessório ou se renunciaria ao cargo para candidatar-se ao Senado Federal. Esta decisão implicaria abrir caminho para o vice, Wilson Martins, que assumiria o comando da disputa.

Sem conseguir definir um nome de consenso e atender as expectativas dos partidos, o governador Wellington Dias chegou a anunciar que permaneceria no cargo, abandonando o projeto de sua candidatura ao Senado. No entanto, no último dia do prazo, anunciou sua saída do Governo e a definição do candidato da base aliada — o então vice-governador. Tal decisão



resultou na saída de três partidos da base aliada (PTB, PP e PDT) que se reuniram em torno da candidatura do senador João Vicente Claudino.

Wellington Dias foi eleito senador da República com cerca de 1 milhão de votos, derrotando os candidatos à reeleição, Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PSC), além de ainda ter contribuído para a eleição de seu sucessor, o candidato governista Wilson Martins. No período do recorte, Wellington Dias passa de governador do Estado a candidato, e, por fim, senador eleito. Dessa maneira, este trabalho busca identificar como Wellington Dias é apresentado, e como se configura o leitor em relação ao protagonista das informações, a partir do qual as notícias são construídas – seja como sujeito ativo na situação de enunciação que pode ocupar as posições discursivas de eu ou tu, seja como sujeito assujeitado, o ele discursivo, isto é, aquele de quem se fala, mas que não tem o poder de dizer.

### 4.2.1 Análises

O governador Wellington Dias é apresentado como protagonista das informações em notícias publicadas na edição de 17 de outubro de 2009 dos jornais *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*. Nessa data, o jornal *O Dia* traz como destaque principal a matéria *Investimentos – Leilão das hidrelétricas será no dia 17 de dezembro* (Notícia 1). O caráter aparentemente informacional apresentado no título da matéria revela aspectos institucionais ao construir a notícia mostrando o leilão das hidrelétricas anunciado para o dia 17 de outubro como resultado de um investimento do Governo do Estado. Esta é uma estratégia de um enunciador que opta por apresentar ao leitor o governador como um protagonista que responde aos questionamentos, que “confirma” as informações e presta esclarecimentos a respeito da demora no licenciamento ambiental para a construção das hidrelétricas.

### Notícia 1

#### INVESTIMENTOS

## Leilão das hidrelétricas será no dia 17 de dezembro

Serão cinco usinas hidrelétricas a serem construídas no rio Paraíba nos próximos quatro anos



POSITIVO Wellington Dias afirma que o País está preparado para o crescimento

Um leilão nacional para a construção de cinco usinas hidrelétricas será realizado em 17 de dezembro em Brasília. O governador Wellington Dias afirmou que o Brasil está preparado para o crescimento econômico e que o leilão é um passo importante para a geração de energia limpa e sustentável. Ele também mencionou que o governo está comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a preservação ambiental.

### TROCA DE CANDIDATO

#### Heráclito diz que petistas sem votos traíram Wellington

Wellington Dias afirmou que a troca de candidato para a reeleição foi uma decisão tomada pelos petistas sem que ele tivesse conhecimento prévio. Ele afirmou que isso demonstra uma falta de transparência e respeito com o governador eleito.

### "Problemas estruturais do Piauí já foram resolvidos"

O governador Wellington Dias afirmou que os problemas estruturais do Piauí foram resolvidos e que o estado está em um caminho de desenvolvimento econômico e social. Ele mencionou que o governo está trabalhando para melhorar a infraestrutura e criar empregos para a população.

### PT e aliados querem deslanchar campanha em todo o Estado

O PT e seus aliados estão planejando deslançar uma campanha política em todo o Estado de Pernambuco. O governador Wellington Dias afirmou que isso é uma tentativa de interferir no processo eleitoral.

### JUSTIÇA ELEITORAL

#### TSE rejeita pedido de cassação do governador

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou o pedido de cassação do governador Wellington Dias. A decisão foi baseada na falta de provas suficientes para sustentar as acusações.

### JUDICIÁRIO

#### Tribunal vai criar Juizado da Mulher na próxima semana

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai criar um Juizado da Mulher na próxima semana. A medida visa facilitar o acesso das mulheres à justiça e resolver casos de violência doméstica e discriminação.

### Política

Wellington Dias afirmou que o Brasil está preparado para o crescimento econômico e que o leilão é um passo importante para a geração de energia limpa e sustentável. Ele também mencionou que o governo está comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a preservação ambiental.

Fonte: O Dia, 17 out. 2009, p. 3.

Nessa matéria, o enunciador se apropria da objetividade da narrativa jornalística, para informar o paradesinatário a respeito do leilão, afastando o caso dos sujeitos políticos envolvidos, sobretudo, o protagonista Wellington Dias. Este aparece como aquele que presta as informações ao jornal e responde às perguntas como “[...] E para onde caminha o Piauí?”, como fica sugerido na fotografia publicada logo abaixo do título.

Em uma relação dialógica, a pergunta feita por um enunciador (E1) na fotografia é respondida por outro enunciador (E2) que acredita na realização do leilão para a construção de hidrelétricas como um caminho a ser percorrido pelo Governo do Estado, com vistas ao desenvolvimento do Piauí. Deste modo, o dispositivo de enunciação posiciona-se como um enunciador que busca respostas e cobra dos gestores, neste caso o governador Wellington Dias, a exposição de medidas administrativas que indiquem a solução de problemas estruturais do Piauí. A partir deste posicionamento, *O Dia* estabelece relação com o paradesinatário, de quem busca o reconhecimento da imagem de si como um suporte que fiscaliza e cobra resultados da administração pública estadual.

Nessa notícia, Wellington Dias é apresentado como um informante em interação com um enunciador jornalístico, para quem presta informações, e a partir do qual obtém a “licença” para assumir a posição de sujeito do enunciado em determinados momentos, e posicionar-se como “eu” discursivo, como nos enunciados:

“O governador Wellington Dias (PT) confirmou ontem”;

“A etapa de licença ambiental teve uma demora, mas conseguimos superá-la, disse o governador”.

Além de posicionar-se como orquestrador das vozes políticas em disputa na superfície significativa, o enunciador jornalístico propõe uma leitura que parte da rubrica “investimentos”, passa pela informação acerca da data para realização do leilão das hidrelétricas, pelo dado de que serão cinco hidrelétricas no rio Parnaíba para, a partir do uso da heterogeneidade mostrada, marcar a fala do protagonista como o posicionamento de um avalista para a informação de que os problemas estruturais do Estado estariam resolvidos. Com este movimento, o enunciador jornalístico utiliza estratégias nas instâncias de produção dos textos, de sua disposição na página, e edição do material para informar ao leitor que está construindo seus discursos, a partir do que está sendo apresentado pelo protagonista da informação, o governador Wellington Dias, em resposta à pergunta exposta na fotografia e para a qual o protagonista está voltado, ao microfone, com o objetivo de respondê-la.

Essa estratégia fica evidenciada nas relações estabelecidas no e pelo contexto, no qual está proposta ao leitor uma relação entre os enunciados e a fotografia na qual o protagonista responde à pergunta “[...] E para onde caminha o Piauí?”. Mesmo sem uma relação direta entre o texto do Box *Problemas estruturais do Piauí já foram resolvidos* e a imagem, a produção de sentidos mostra-se espreada pela superfície discursiva, marcando a interferência de um enunciador que organiza a disposição dos elementos na página. Marcando a decisão de um editor que opta pela ligação indireta entre a fotografia e a matéria que foram produzidos em uma mesma cena discursiva e sobre o mesmo assunto em questão, a palestra do governador Wellington Dias no Fórum Piauí que Trabalha sob o tema “Piauí: um Estado pronto para o futuro”.

O *Jornal Meio Norte*, na mesma data, 17 de outubro de 2009, publica outra notícia que apresenta Wellington Dias como protagonista. A matéria *Nordeste – Wellington Dias visita obras do ‘Velho Chico’* (Notícia 2) noticia a participação de Wellington Dias na comitiva chefiada pelo presidente Lula em visita às obras de transposição do rio São Francisco. No título, um enunciador utiliza como estratégia a apresentação das informações a partir da participação do protagonista Wellington Dias, no fato e na “personificação” do rio São

Francisco, apresentado como “Velho Chico”.

O governador Wellington Dias, que integra a comitiva a convite de Lula, ao ser apresentado como protagonista da informação, passa da condição de convidado “coadjuvante” a sujeito condutor do evento comunicacional. Na fotografia, Wellington Dias está ao lado do presidente e lhe mostra detalhes da obra. A imagem indica que a presença do governador piauiense não está limitada a uma participação secundária na comitiva; mostra um sujeito que age, aponta o que precisa ser observado e tem a atenção do presidente Lula. Ao privilegiar a presença

## Notícia 2

### → Nordeste

Governador do Piauí integra a comitiva do presidente Lula em visita às obras de transposição das águas do rio. Expectativa é que 12 milhões de nordestinos sejam beneficiados

# Wellington Dias visita obras do ‘Velho Chico’

O governador Wellington Dias, a convite do presidente Lula, cumpriu agenda ontem na cidade de Cabrobó, sertão de Pernambuco, para reitorizar a execução das obras de transposição das águas do Rio São Francisco.

Além do governador do Piauí, integram ainda a comitiva presidencial o ministro-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; os governadores do Ceará, Cid Gomes; e de Pernambuco, Eduardo Campos; deputado federal Ciro Gomes; dentre outras autoridades.

De acordo com o presidente Lula, o objetivo da visita foi conferir de perto uma das maiores obras de desenvolvimento do Nordeste – a transposição das águas do “Velho Chico” – que vai proporcionar a melhoria da qualidade de vida de 12 milhões de brasileiros. “Essa é provavelmente a mais importante obra do Nordeste, pois permite a inclusão de 12 milhões de nordestinos que vão passar a ter mais qualidade de vida”, comentou.

Durante o seu discurso,



COMITIVA | Ao lado de Lula, governador Wellington Dias visita obras de transposição das águas

### → Renda

Dias lembrou que, além de melhorar a vida de milhões de pessoas, obras contribuem ainda para a geração de emprego para centenas de trabalhadores

para reforçar a importância da obra, o presidente Lula disse que realiza essa obra prometida há mais de 50 a-

nos, desde a época do impador D. Pedro, e mais uma vez reforçou a importância da transposição.

“Se quem sabe e valoriza a importância de uma obra como essa é quem já passou sede”, disse, ao lembrar a época de sua infância em que passou sede e teve que dividir água com os animais para sobreviver. “Eu não quero que a gente mate um passarinho, um calango, uma cobra, mas não posso deixar o povo morrer de sede

e de fome”, comentou.

A importância da obra também foi ressaltada por todos os presentes no evento. “Além de proporcionar uma melhor qualidade de vida, aos milhões de beneficiados, contribui ainda para a geração de emprego e renda, a exemplo das inúmeras trabalhadores que executam a obra”, disse o governador Wellington Dias.

Leia mais sobre a viagem presidencial ao interior de Pernambuco na página 5 desta edição.

Fonte: MN, 17 out. 2009, p. 3.

do piauiense na visita, fica evidenciada a estratégia do enunciador que propõe o

reconhecimento de que o ponto principal na notícia é a presença do governador Wellington Dias, apesar de ele integrar um grupo também composto por ministros de Estado e de outros governadores nordestinos.

As estratégias enunciativas de apresentar as informações com foco na participação do governador piauiense mostram o movimento de um enunciador jornalístico que busca mecanismos que possam aproximar o fato, localizado no Estado de Pernambuco, com o leitor situado no Piauí. Para tanto, a visita é apresentada como uma questão de interesse de toda a região Nordeste, conforme marcado no título, e dos nordestinos; ou seja, do leitor do *Meio Norte*, já que a “Expectativa é que 12 milhões de nordestinos sejam beneficiados” com a obra, segundo destacado no subtítulo. No texto, o presidente Lula tem seus pronunciamentos comentados por um enunciador jornalista bem como algumas de suas falas reproduzidas entre aspas. No penúltimo parágrafo, a heterogeneidade mostrada marca a atuação do governador Wellington Dias no evento:

“Além de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos milhões de beneficiários, contribui ainda para a geração de emprego e renda, a exemplo dos inúmeros trabalhadores que executam a obra”.

Nessa construção, um enunciador mobiliza as vozes de atores políticos, além do protagonista e do presidente Lula, ao inserir os demais integrantes da comitiva presidencial na situação de enunciação, como exposto em “todos os presentes ao evento”. Wellington Dias, apesar de se manifestar como enunciador, em um espaço restrito do texto, tem sua presença destacada a partir da foto que mostra o piauiense ao lado do presidente Lula, do título que destaca a visita de Wellington Dias e do olho, que ressalta o comentário do governador a respeito dos beneficiários com a obra. Com base nesses recursos produtores de sentidos, o governador é posicionado como protagonista da informação, embora esta percepção não esteja confirmada no corpo do texto. Dessa maneira, a representação de Wellington Dias como protagonista nesta informação é construída, sobretudo, durante os processos de diagramação e edição, nos quais os recursos gráficos e de complementação de sentidos (foto, olho, chapéu, subtítulo e legenda da foto) são dispostos para mobilizar no leitor esta leitura ao fato.

Nessa matéria, o dispositivo de enunciação mobiliza o prodestinatário como argumento de persuasão do paradesinatário. O prodestinatário é aquele que compartilha com o enunciador a percepção do protagonista Wellington Dias como uma liderança política com atuação em âmbito nacional, estratégia marcada através da função de interação, na qual o

enunciador utiliza modalizadores para interpelar o prodestinatário, a exemplo de “a convite do presidente Lula”, “ao lado de Lula” e “além do governador do Piauí, participaram ainda”.

Esses modalizadores marcam a percepção de que o protagonista teria uma relação de proximidade com o presidente Lula e, desta forma, tem uma posição de destaque com relação aos demais gestores estaduais da região Nordeste. Esta percepção é compartilhada com o prodestinatário e utilizada como estratégia para persuadir o paradesinatário. Ao caracterizar Wellington Dias como um ator político que integra a comitiva do presidente Lula, que está ao seu lado e ainda é aquele que aponta ao presidente o que precisa ser percebido na obra, conforme proposto na fotografia, o *Meio Norte*, sob a prerrogativa da informação jornalística, constrói o referente Wellington Dias para o paradesinatário, que poderá ou não reconhecê-lo desta maneira.

Essa liderança é apresentada de forma objetiva na matéria *Repasses – Dias lidera governadores para rever FPE com Lula*, publicada na edição de 2 de fevereiro de 2010 do jornal *Meio Norte*. Nessa notícia, o enunciador estabelece relação com o prodestinatário com quem divide o reconhecimento do protagonista como uma liderança política não somente no Estado como também na região Nordeste, para persuadir o paradesinatário a aderir às suas crenças e também reconhecer o protagonista das informações a partir dessas características.

Para construir uma representação para o protagonista, o enunciador utiliza estratégias enunciativas marcadas pela adjetivação e pelo uso de verbos que têm como função localizar o protagonista em relação aos demais sujeitos da notícia, como em “governador articula” e “Dias lidera”. Nessa estratégia, o enunciador propõe ao leitor a percepção de que o governador piauiense ocuparia a posição de representante dos demais governadores e articulador junto ao presidente Lula. Para tanto, o enunciador mobiliza polifonicamente as vozes de pelo menos dois enunciadores: El que reconhece o piauiense como um representante dos

Notícia 3

**AValiação**

## Senador diz que governador vai precisar de imunidade

O senador Heráclito Fortes, em entrevista ao jornal do Piauí, na TV Cidade Verde, disse que o governador Wellington Dias tem que ser candidato ao Senado para poder ter imunidade parlamentar. Ele disse que existem inúmeras denúncias contra o Governo, por irregularidades. Sobre a mudança da candidatura do PT, Heráclito disse que não poderia ser em pior hora: “Foi lançada a candidatura do Antônio José no momento em que o IBGE anunciou a pesquisa em que o Piauí é o vice-campeão em analfabetismo”, analisou o senador.

Ele disse que os aliados não tiveram nenhuma consideração com o governador e o atropelaram, exercendo pressão sobre este lançamento: “O governador nem lá foi.

partidos aliados: quem tiver a melhor performance eleitoral, estiver em melhores condições, será o candidato da base.

“Acabou a gracinha de candidato de plantão. O que fizeram com o governador foi desumano. O que fizeram foi apunhalar pelas costas. O Wellington está movido pelos sem-voto. É um movimento novo criado no Piauí. O governador assumiu compromisso, mas não tiveram a menor consideração. É pressão.”, criticou Heráclito.

“Veja como foi o anúncio da troca de candidatura. O governador não foi. De um lado estava o Neto choroso e Antônio José assustado. Some os votos de quem estava lá. São pessoas que não tinham nenhuma expressão política”, completou o senador.

**HERÁCLITO** disse que Wellington corre riscos se não tiver imunidade

Mas não estão pensando no projeto do governador”, destacou Heráclito.

O senador destacou que Wellington Dias está rodeado por um movimento de sem-votos. Ele disse que o PT não respeitou o acordo político que o governador fez com os pré-candidatos dos

## Secretário rebate Heráclito Fortes

O secretário de Educação rebateu as críticas sobre a base aliada e sobre o analfabetismo no Estado. O secretário de Educação e pré-candidato do PT, Antônio José Medeiros, rebateu as críticas que o senador Heráclito Fortes (DEM) fez sobre a base aliada, de que seria um “movimento dos sem-votos”.

“Não fiz nenhuma redução de estômago, mas meu problema está superado. Eu vou dar uma ficha de inscrição para o senador se inscrever, porque até a próxima eleição ele também é um sem-voto. Já que não concorreu nas eleições de 2006”, con-

DEM cabe numa Kombi e não mas o PT como faziam antes”.

Sobre o alto índice de analfabetismo, Antônio José Medeiros justificou que a Educação tem um grande desafio que é de reduzir esse índice, já que mesmo tendo 617 mil pessoas participando do Alfabetização de Jovens e Adultos, mas o resultado não é satisfatório. “Não estamos fugindo do problema, mas só matricular não basta, precisamos de profundas reformas para sabermos o por que não está tendo o resultado. Esse ainda é um grande desafio para a Educação”, declarou.

**PARA** Antônio José Medeiros o DEM cabe em uma Kombi

testou Medeiros.

E acrescentou: “Com todo respeito que tenho ao Jilão César e ao Leal Júnior, mas hoje o



Fonte: DP, 17 out. 2009, p. 3.



demais governadores do Nordeste, por causa de uma posição de liderança; e E2 que reconhece uma relação de proximidade entre o governador e o presidente Lula.

O governador do Piauí também foi apresentado como aquele de quem se fala na notícia publicada pelos três suportes, no dia 17 de outubro de 2009, relacionada às denúncias apresentadas pelo senador Heráclito Fortes, durante entrevista a uma emissora de televisão local. No *Diário do Povo*, a matéria *Avaliação – Senador diz que governador vai precisar de imunidade* (Notícia 3), o suporte utiliza a estratégia de se posicionar como um mediador em embates protagonizados entre atores políticos. Nesse texto, um enunciador expõe as acusações feitas pelo então senador Heráclito Fortes ao governador Wellington Dias, e remete as informações noticiadas à entrevista transmitida ao vivo por uma emissora local.

O enunciador jornalístico apresenta o embate entre sujeitos políticos em dois momentos: um primeiro no qual o senador Heráclito faz acusações ao governador, e um segundo, no qual o secretário Antônio José Medeiros rebate as acusações em defesa de Wellington Dias. Sob a rubrica “avaliação”, o enunciador jornalístico na instância da edição apresenta o senador como sujeito que diz, ou seja, apresentado de uma maneira afirmativa; e o secretário como sujeito que polemiza com o senador e rebate as críticas feitas a Wellington Dias. As fotografias publicadas junto aos textos complementam estes sentidos, apresentando Heráclito ao microfone, em uma posição de quem afirma, e o secretário sentado ao sofá, como quem responde às acusações.

No texto, o enunciador reproduz as acusações feitas ao vivo pela televisão, tornando-as de domínio público. Desta forma, busca eximir-se de qualquer responsabilidade a respeito do que foi dito, como exposto no enunciado: “O senador Heráclito Fortes, em entrevista ao Jornal do Piauí, na TV Cidade Verde, disse que o governador Wellington Dias...” (DP, 17 out. 2009, p. 3).

O texto é acompanhado pela foto do senador, ao microfone, na tribuna do Senado, com a legenda “Heráclito disse que Wellington corre riscos se não tiver imunidade”. Com essa construção, um enunciador credencia a fala do senador como representação daquele que usa o microfone para denunciar possíveis malfeitos, e que o faz justamente por ser senador e dispor da imunidade parlamentar. Ao observar o cotexto, verifica-se que na mesma página está publicada a notícia de que Wellington Dias foi absolvido pelo TSE em um processo pedindo a cassação do seu mandato. Em uma relação dialógica, a denúncia do senador e a notícia da absolvição do governador em processo na Justiça Eleitoral sugerem ao leitor a imagem de Wellington Dias como um político que se apropria de subterfúgios para permanecer como sujeito de ação na política local.

No enunciado “o senador Heráclito Fortes disse que o governador Wellington Dias tem que ser candidato ao Senado para poder ter imunidade parlamentar. Ele disse que existem inúmeras denúncias contra o Governo, por irregularidades”, o enunciador jornalístico posiciona-se como aquele que orchestra as vozes dos atores políticos para, a partir da “avaliação” apresentada pelo senador Heráclito Fortes, propor ao leitor o reconhecimento do governador Wellington Dias como um sujeito político que se apropria de vantagens políticas para proteger-se. Utilizando essa estratégia, um enunciador se posiciona como aquele que abre espaço para as denúncias do senador, possibilitando inclusive que ele “fale” diretamente ao leitor, expondo seus pontos de vista e apontando críticas aos sujeitos em disputa no cenário político local.

No texto *Secretário rebate Heráclito Fortes*, um enunciador abre espaço para a contra-argumentação em favor do governador Wellington Dias, que, mesmo sendo apresentado como protagonista da informação, não aparece como enunciador autor da própria defesa. Na matéria, o secretário de Educação, Antônio José Medeiros, é apresentado ao leitor pela função que ocupa - “secretário”. Sem especificar sua área de atuação (Educação) nem a esfera de seu cargo (Governo do Estado). A estratégia de apresentar Antônio José Medeiros pela rubrica “secretário” abre espaço para que o leitor perceba sua interferência como resposta de um sujeito subordinado ao governador, já que ele está posicionado hierarquicamente abaixo de Wellington Dias dentro da estrutura do Estado; e, por isso, estaria sendo destinado a rebater as críticas de Heráclito Fortes. Essa estratégia propõe fragilidade ao secretário de Estado diante do senador denunciante — apresentado de frente, na Tribuna do Senado e pelo nome completo; enquanto Antônio José Medeiros é mostrado sentado em um sofá, ou seja, em posição de desvantagem diante de Heráclito Fortes.

Nessa notícia, o enunciador usa a fala de Heráclito Fortes para caracterizar que o protagonista Wellington Dias vai precisar da imunidade de senador para que não seja punido por possíveis irregularidades (Notícia 3). Ele busca a adesão do paradestinatário, propondo que este não absorva os argumentos a favor de Wellington Dias, que, naquele momento, ainda era um provável candidato ao Senado Federal. Para tanto, caracteriza a eventual candidatura do então governador como um subterfúgio para proteger-se de eventuais represálias da justiça.

A rubrica “avaliação”, posta acima do título, está em dialogia com processo eleitoral, em que propõe que o paradestinatário – como um possível eleitor de Wellington Dias ao Senado – faça uma avaliação dos argumentos expostos para decidir se votará nele ou não. Logo abaixo, no box da matéria, *Secretário rebate Heráclito Fortes*, a estratégia enunciativa é trazer outros dados para agora estabelecer vínculos com o contradestinatário, aquele que se

contrapõe ao que é apresentado pelo enunciador, e que, neste caso, é um partidário de Wellington Dias.

Nesta matéria, o enunciador jornalística e polifonicamente traz as vozes do então senador Heráclito Fortes e do secretário de Educação do Estado, Antônio José Medeiros, para estabelecer uma relação com o paradesinatário, ou seja, aquele que está na indecisão; e, para tanto, vai precisar lançar mão da prerrogativa jornalística de apresentar os dois lados como um reforço da estratégia de persuasão, evidenciada pela inicial apresentação das críticas feitas por Heráclito Fortes ao governador Wellington Dias; e, em seguida, pela defesa do protagonista, apresentada pelo secretário Antônio José Medeiros. Dessa maneira, fica marcada a estratégia de um enunciador que se utiliza da prática jornalística de “ouvir os dois lados do fato” como persuasão do paradesinatário.

O contradestinatário está em relação com o enunciador na matéria *Sucessão – Para Heráclito, petistas sitiaram Wellington*, publicada ainda na edição de 17 de outubro de 2009, de o *Meio Norte* (Notícia 4). Nessa notícia, as críticas feitas pelo senador Heráclito Fortes são apresentadas sob a rubrica “sucessão”, alertando que ele reconhece a fala do político como uma estratégia eleitoral em torno da sucessão estadual. Dessa maneira, o contradestinatário é

Notícia 4

→ Sucessão

## Para Heráclito, petistas sitiaram Wellington

ANA CÂNDIDA MARTINS DE SOUZA e JÚLIO

Campeão de deboches, o senador Heráclito Fortes acusou os petistas, denominados por ele de ‘os sem voto’, de sitiarem o governador Wellington Dias, impedindo assim sua candidatura ao Senado em 2010. Fortes afirma que os comparecimentos de Dias estão interessados em garantir a reeleição e tem a paz e que

possa acontecer ao governador no dia seguinte. O senador insistiu que o Wellington Dias precisava, no futuro, de imunidade parlamentar que o cargo de senador poderia lhe dar por conta de processo que responde perante a Justiça.

Dando a situação para a toca de pré-candidato no PT de ‘Antanhada’, o senador afirmou que unido Antônio Neto e Antônio José

Medeiros, são dois candidatos que têm juntos no máximo 50 mil votos. No entanto, se esqueceu quando indagado sobre a situação de seu partido, o Democratas, que para não perder lideranças para outras agremiações, como o deputado federal, João César, permitiu que o mesmo, assim como Leal Junior, permanecessem na sigla mesmo tendo manifestado publicamente seu apoio ao

governo do Estado.

O senador, por outro lado, afirmou que o DEM está esperando os desconfortos do atual governo, que segundo ele serão muitos, para fortalecer a base do partido no pleito do ano que vem. ‘A oposição no Flaut nasce no seio dos que estão desconfortados’, afirmou é uma questão de tempo, vamos só aguardar”, afirmou Heráclito Fortes.

## Base diz que troca não afeta jogo eleitoral

DE SOUZA e JÚLIO

O senador João Vicente Claudino (PTB) afirmou que a troca de Antônio Neto por José Medeiros não interfere em nada as discussões da base aliada em torno da formação da chapa em 2010. “Não há de maneira alguma, vamos continuar no mesmo ritmo, no mesmo trabalho”, afirmou o pré-candidato que tem sendo apontado como o favorito de Wellington Dias para liderar a chapa.

Quando questionado se a troca não demonstra que o governador já se decidiu a apoiar um candidato do PT para a sua sucessão, JVC disse que Dias sempre jogou limpo e deixou claro quais seriam os critérios e ser observado para a escolha e que todos



CASTRO | Mudança não vai trazer resultado que PT quer

os partidos poderiam apoiar seus nomes para a troca, mas que a base se uniu em torno daquele que mostrar um melhor desempenho nas pesquisas eleitorais.

O pré-candidato do PSB,

vice-governador Wilson Martins, lamentou a saída de Antônio Neto de uma eventual disputa no próximo pleito. Ele afirmou que a experiência de nove meses como pré-candidato foi im-

portante e será muito útil para o secretário de Fazenda. A mudança é importante para o amadurecimento do partido; o PSB apoiou a chegada de Antônio José Medeiros na discussão”, afirmou Martins.

Para Marcelo Castro, do PMDB, a mudança não vai trazer o resultado esperado pelo PT. “Eles estão retrocedendo, mas se sabermos isso quando tivermos a primeira pesquisa com o nome de Medeiros”, declarou, alertando ainda que o PT deveria ter decidido inicialmente por Medeiros, pois o secretário já foi o segundo deputado federal mais bem votado da história política do Flaut. (A.C.M.)

## Partido dos Trabalhadores só fará pesquisa em 20 dias

MATEUS NORONHA DE SOUZA e JÚLIO

O secretário estadual de Educação e pré-candidato do PT ao governo do Estado, Antônio José Medeiros, declarou que somente após 20 dias o partido deve fazer pesquisas para avaliar sua situação na corrida ao Palácio do Karnal, junto aos demais candidatos já anunciados.

A expectativa petista é que Medeiros esteja em posição bem mais confortável que a de Antônio Neto, pré-candidato substituído na última quarta-feira. De acordo com a pesquisa Amstragem/Meio Norte, realizada em outubro, Antônio Neto obteve 5,15 %

de intenção de voto, ficando na quinta colocação.

“Mas eu não posso fazer pesquisas agora. O ponto ainda não sabe de minha candi-



MEDEIROS | “O ponto ainda não sabe de minha candidatura”

datura. Mas após uma curta lista não podemos analisar, só teremos uma boa surpresa”, comentou Medeiros, destacando informação de que

em sondagens internas do PT ele estava em melhor posição do que Antônio Neto, na disputa rumo ao Karnal.

Antônio José foi o segundo deputado federal mais votado em todas as regiões do Estado. O mais votado porém, foi o deputado federal Marcelo Castro (PMDB), que também disputa a indicação de candidato da base governista ao Governo. “Mas eu estou tranquilo quanto ao processo. Vamos esperar um pouco para ver o que tem por aí”, finalizou o secretário de Educação.

observado a partir dos modos de seduzir – função que marca pessoas, coisas e acontecimentos com valores positivos e negativos.

Neste caso, o senador Heráclito Fortes é caracterizado como um enunciador “carregado de deboches”, autor da “algunha Antanhada”, para caracterizar a troca de candidatos no Partido dos Trabalhadores – sigla do protagonista Wellington Dias; e como um sujeito que se “esquiva” ao ser questionado sobre a situação do seu partido – o DEM. No entanto, logo abaixo, nas matérias “Base diz que troca não afeta jogo eleitoral” e “Partido dos Trabalhadores só fará



pesquisa em 20 dias”, o *Meio Norte* passa a dividir com o prodestinatário a contra-argumentação diante do que foi apresentado pelo contradestinatário partidário de Heráclito Fortes. Para tanto, o enunciador traz um terceiro ator político – o deputado federal e presidente estadual do PMDB, Marcelo Castro – como “fiel da balança”, com o objetivo de que ele seja reconhecido como sujeito isento; portanto, confiável, já que não participa diretamente do enfrentamento entre Heráclito Fortes e Antônio José Medeiros.

Com essa estratégia, o dispositivo de enunciação mobiliza o paradestinatário, a quem apresenta uma caracterização do senador Heráclito Fortes, que tem os efeitos de suas denúncias desqualificados pelo enunciador, já que é mostrado como um sujeito debochado e irônico. Além disso, suas críticas são rebatidas por outros sujeitos políticos – o deputado Marcelo Castro e o secretário Antônio José Medeiros, com o objetivo de propor ao paradestinatário que a argumentação de Heráclito é uma percepção isolada.

No jornal *Meio Norte*, a notícia é apresentada a partir de uma estratégia enunciativa que busca depositar as acusações contra Wellington Dias, numa fala adjetivada como “debochada”. A matéria, apresentada sob o título *Sucessão – Para Heráclito, petistas sitiaram Wellington*, mobiliza a voz de quem observa com criticidade e desconfiança as acusações feitas por Heráclito, apresentadas pelo enunciador jornalístico sob a rubrica “sucessão”, sugerindo que as críticas feitas por Heráclito têm como pano de fundo a disputa eleitoral, ou seja, a definição do candidato da base aliada para suceder Wellington Dias no Governo, o que resulta também na definição da candidatura de Wellington Dias ao Senado, colocando-o na disputa direta por uma vaga contra Heráclito Fortes, candidato à reeleição.

O enunciador jornalístico utiliza a rubrica “sucessão” como palavra-chave, para que o leitor perceba as disputas no cenário político, noticiadas na edição e, a partir disso, apresenta em primeiro lugar a opinião de Heráclito (enunciador político 1), que não seria compartilhada pelos demais sujeitos políticos, já que faz uso da construção “para Heráclito” na apresentação da informação. Depois, o enunciador apresenta o posicionamento da base por meio das informações dadas pelo presidente do PMDB, deputado Marcelo Castro (enunciador político 2). Por fim apresenta a informação dada por Antônio José Medeiros (enunciador político 3) de que o Partido dos Trabalhadores deverá realizar pesquisa em 20 dias. A partir desta forma de hierarquizar os desdobramentos de um mesmo assunto (sucessão), é proposta uma leitura que posiciona o denunciante isolado e como aquele que é rebatido pelos aliados do protagonista Wellington Dias.

Nos enunciados: “Carregado de deboches, o senador Heráclito Fortes; e “Dando a alcunha para a troca de pré-candidatos no PT de “Antonhada”, o senador afirmou que unindo

Antônio Neto e Antônio José Medeiros são dois candidatos que têm juntos no máximo 50 mil votos”, fica marcada a estratégia enunciativa de mostrar ao leitor o interesse político do senador Heráclito Fortes ao lançar suas críticas contra o governador, qualificadas como “debochadas” ao longo do texto. Com essas estratégias, um enunciador mobiliza o contradestinatório; ou seja, um leitor que discorda do que diz Heráclito Fortes como estratégia de persuasão do paradestinatório, a quem propõe o reconhecimento do referente Wellington Dias como um sujeito político que estaria sendo alvo de críticas e acusações por parte do senador Heráclito Fortes, mediante a aproximação das eleições, momento em que os dois sujeitos políticos iriam entrar em uma disputa direta por uma vaga no Senado Federal.

O enunciado *Para Heráclito* mostra ainda que o jornal não compartilha da opinião do senador e expõe que o parlamentar também não conta com o apoio de outras forças políticas, mobilizadas para contra-argumentar as afirmações do senador, a exemplo do presidente estadual do PMDB, deputado Marcelo Castro, que responde à afirmação de Heráclito Fortes ao considerar que a mudança de candidato classificada como “Antonhada” pelo senador não altera disputa eleitoral dentro da base aliada.

Em *O Dia*, a notícia *Troca de candidato – Heráclito diz que petistas sem votos traíram Wellington* (Notícia 5) informa o leitor a respeito das afirmações de Heráclito Fortes a partir de uma estratégia diferenciada. No suporte, as críticas são apresentadas como uma reação do parlamentar ao anúncio da troca de candidato petista ao Governo, caracterizada por Heráclito como uma traição a Wellington Dias. O enunciador jornalístico utiliza a rubrica “troca de candidatos” para apresentar as críticas do senador Heráclito Fortes e a movimentação dos partidos da base governista

## TROCA DE CANDIDATO

### Heráclito diz que petistas sem votos traíram Wellington

Mayara Bastos  
REPORTER

A oposição não poupou críticas à substituição de pré-candidatura ao Governo em 2010 feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O senador Heráclito Fortes foi enfático ao dizer, que os aliados “sem votos” do governador Wellington Dias o “aparelharam pelas costas”. De acordo com o parlamentar, o PT não negligenciou o aspecto político de Wellington Dias com os demais pré-candidatos de base, como Marcelo Castro (PMDB) e João Vicente Claudino (PTE), e agora troca Antônio Neto por Antônio José Medeiros.

É diagrama: “Acabou a gra-

dina de candidato de plantão. O que fizeram com o governador foi desastroso. O que fizeram foi apertar pelas costas. O Wellington está atrelado pelos sem-votos. É um movimento novo criado no Piauí. O governador assumiu compromissos com Marcelo Castro, João Vicente. Não tiveram a menor consideração. Atropelaram o governador. É possível. Ninguém está pensando no projeto do governador”.

Heráclito Fortes afirmou ainda que a troca de candidatos é suficiente para a oposição e que Antônio José Medeiros retorna como candidato do PT sem nenhuma expectativa, assim como foi a pré-candidatura de Antônio Neto.

E em outro caso, cada partido no cenário político que tem como pano de fundo o Palácio de Karnak.

A ausência do governador na avaliação do senador foi uma demonstração clara da fragilidade petista. “Veja como foi o anúncio da troca de candidatura. O governador não foi. De um lado estava o Antônio Neto choroso e Antônio José acenando. Pague essa fogueira e come os votos. São pessoas que não tinham nenhuma expressão política. A primeira candidatura de Antônio José foi lançada num momento em que o PMDB anunciou uma pesquisa que mostra o Piauí como viciado, campeão de analfabetismo”, explicou Heráclito Fortes.

## PT e aliados querem deslanchar campanha em todo o Estado

Após a substituição do pré-candidato a governador Antônio Neto pelo deputado federal Antônio José Medeiros, a expectativa do Partido dos Trabalhadores é fazer a campanha deslançar, caindo no gosto popular e melhorando o desempenho político alcançado nas pesquisas até este momento. Antônio Neto vai permanecer na Secretaria de Fazenda, mas poderá ser desincompatibilizar em abril próximo para ser candidato a deputado federal. Antônio José Medeiros vai deixar a Secretaria de Educação no mesmo período e retorna ao Congresso Nacional, onde a sua vaga vem sendo ocupada pelo suplente Elizeu Aguiar (PTE).

Mudando a estratégia política, o Partido dos Trabalhadores não quer perder seus cargos no executivo estadual, como também não quer perder o prestígio político que detém atualmente. No entanto, para alguns aliados a previsão do cenário que poderá se desenhar daqui para frente ainda é muito cedo para ser vislumbrada.

Segundo o pré-candidato ao governo pelo PMDB, deputado federal Marcelo Castro, a substituição do pré-candidato do PT é natural no contexto de hoje, já que o

partido tem o direito de trabalhar um nome que possa subir nas pesquisas de opinião. “Essa troca é muito natural. O PT tem esse direito de buscar viabilizar um melhor nome, assim como fazem os outros partidos”, pontuou ele, acrescentando que ainda é cedo para prever as mudanças que podem acontecer no fechamento da chapa majoritária.

No entanto, Castro revelou que o momento do PMDB é de intensificar o projeto do partido e não “trabalhar em cima das decisões internas” de outras siglas. “O que esperamos é que o trabalho político seja feito com base na manutenção do gru-

po governista”, acrescentou.

Para o senador João Vicente Claudino (PTE), também pré-candidato da base aliada, é “complicado avaliar uma decisão de outros partidos, principalmente com a conjuntura tão indefinida”. E completou: “É muito difícil opinar em cima da decisão de outros partidos. Mas acredito que o PT não tenha tomado essa decisão à toa. Mas cada partido pode fazer a articulação que melhor achar para viabilizar o seu nome”.

Já o prefeito de Teresina, Silvio Mendes (PSDB), considerado o nome a ser trabalhado ao Governo do Estado em 2010 pela oposição, preferiu elogiar a atitude do secretário de Fazenda, Antônio Neto, do PT, que renunciou a sua pré-candidatura ao Governo do Estado. De acordo com o tucano, o mais novo pré-candidato petista, Antônio José Medeiros, é um “nome forte” na disputa pelo Palácio de Karnak.

“Não sei os motivos que levaram o PT a mudar de nome. Antônio Neto e Antônio José Medeiros são cidadãos decentes, que tem história política. Antônio José é um forte candidato. Tem história, tem serviço prestado a população”, disse o prefeito.

(Mayara Bastos)

diante da troca. Com essa estratégia, apresenta em dois blocos as reações que a substituição de Antônio Neto por Antônio José Medeiros como candidato ao Governo pelo PT teria provocado tanto entre os líderes da oposição quanto dos partidos coligados.

No primeiro texto, um enunciador jornalístico traz a voz do senador Heráclito Fortes, inclusive através da heterogeneidade mostrada. No segundo texto, mobiliza as vozes de outros sujeitos políticos: deputado Marcelo Castro, senador João Vicente Claudino e o então prefeito de Teresina, Sílvio Mendes.

A partir dessa estratégia, o governador é apresentado como vítima de uma ação leviana, promovida por partidários de pouca expressão política, ou seja, por “petistas sem votos”. Nessa matéria, o senador Heráclito Fortes ocupa a posição de um enunciador que observa a movimentação política local, inclusive as disputas internas de partidos adversários, para dividir com o leitor sua percepção a respeito dos embates empreendidos entre atores sociais.

O enunciador *O Dia* utiliza a função afetiva e avaliativa para apresentar as críticas e marca sua autoria como do senador Heráclito Fortes. Suas denúncias são apresentadas como “de oposição”, e são reiteradamente colocadas “na boca” do senador, através da heterogeneidade mostrada, aparecendo entre aspas ou com a indicação objetiva de que teriam sido ditas por ele.

Com essa estratégia, o enunciador distancia-se dos sujeitos políticos em disputa na cena discursiva e estabelece relação com o paradesinatário, pois busca persuadir o leitor a reconhecer a caracterização sobre si, como um dispositivo de enunciação que acompanha a movimentação dos atores sociais no contexto político local, com o objetivo de informá-lo, mas sem permitir um envolvimento com as disputas em questão, como exposto em “a oposição não poupou críticas”, “o senador Heráclito Fortes foi enfático ao dizer”, “de acordo com o parlamentar” e “disparou (referindo-se à frase dita por Heráclito)”. Deste modo, o enunciador utiliza os modos de apresentar a função de construção do referente Heráclito Fortes como sujeito polêmico, de oposição e crítico, mas, sobretudo, do referente suporte como dispositivo que se apropria da prerrogativa jornalística da imparcialidade para informar o leitor sobre as disputas, sem, no entanto, estabelecer qualquer envolvimento com estas.

Logo abaixo, no Box *PT e aliados querem deslanchar campanha em todo o Estado*, *O Dia* estabelece relação com o prodestinatário – interpelado pelos modos de interagir. No entanto, assim como no texto anterior, o enunciador marca a autoria da intenção de deslanchar a campanha como uma ação atribuída ao PT e seus aliados. Dessa maneira, o enunciador estabelece relação com o paradesinatário a partir do envolvimento do prodestinatário.

Mobilizados como estratégia discursiva para acionar o paradesinatário, os outros tipos de leitores tornam-se vozes que caracterizam o protagonista da informação e os demais atores políticos em disputa.

Dessa maneira, Heráclito Fortes figura como responsável por propor ao enunciador jornalístico, que, por sua vez, propõe ao leitor que a troca de candidato petista seria uma traição a Wellington Dias, na medida em que estaria contrariando um acordo firmado entre o governador Wellington Dias e os líderes do PMDB e do PTB, o deputado federal Marcelo Castro e o senador João Vicente Claudino, respectivamente.

Os enunciados *O governador assumiu compromisso com Marcelo Castro, João Vicente. Não tiveram a menor consideração. Atropelaram o governador. É pressão. Ninguém está pensando no projeto do governador* marcam a estratégia de um enunciador que mobiliza as vozes sociais dos tradicionais acordos de cavalheiros como artifícios de comprometimento entre os atores sociais, para propor um desrespeito de petistas à palavra empenhada pelo governador junto a Marcelo Castro e João Vicente. A partir deste artifício, Heráclito Fortes aciona o reconhecimento da decisão petista de substituir o candidato, como uma violência

Notícia 6

→ **Resposta**

Governador afirmou que quer “tudo resolvido” até março. Dias falou também que o diretório nacional do PT não o está pressionando

## Wellington Dias prefere escolha do candidato em março

FRANCISCO LIMA E  
SAVIA BARRETO  
EDITORIA DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O governador Wellington Dias (PT) deu um recado direto para o vice-governador Wilson Martins e afirmou que a melhor data para escolher o candidato da base aliada ainda é o mês de março do próximo ano. “Minha preferência é que até março tudo esteja resolvido”, destacou ontem durante a abertura do Seminário Comércio Internacional em Teresina. Dias ainda negou que cúpula nacional do Partido dos Trabalhadores estaria interferindo na sucessão estadual do Piauí, pressionando para que ele saísse como candidato ao Senado.

“O presidente Lula tem me deixado bastante à vontade, inclusive me reuni na semana passada com o presidente do partido, o Ricardo Berzoini, e com o presidente eleito, o Dutra”, ressaltou. O governador adiantou que a estratégia do PT será priorizar a campanha da ministra Dilma Rousseff à Presidência da República buscando, portanto, construir alianças que deem sustentação ao projeto de ampliar a bancada parlamentar de apoio no Congresso e Senado em 2010.

Os fortes comentários nos



**PRESSÃO** | Wellington diz que não está sendo pressionado pelo PT

bastidores do Palácio do Karnak garantindo que o governador já teria definido que vai continuar no cargo até o fim do mandato, foram rebatidos por Dias.

“Estou livre para tomar uma decisão, não existe nada fechado”, pontuou, acrescentando que, “em primeiro lugar vêm os interesses do povo”. Sendo um dos nomes mais bem colocados em pesquisas de intenção de voto para a vaga de senador, ele revela que tem “recebido apoio e já manifestei interesse em construir essa chapa que represente a vontade do povo”, disse. E acrescentou que isso inclui “a represen-

tatividade das lideranças dos partidos”.

O chefe do Executivo estadual ainda citou o nome do secretário estadual de Educação, Antônio José Medeiros (PT), como “bem projetado” para dar continuidade ao projeto de Governo iniciado por ele. As afirmações de Dias vão contra as pretensões de Wilson Martins, que articula a mudança de data para definição do candidato governista para junho ao invés do final de março, que é o prazo máximo para descompatibilização dos políticos que pretendem concorrer a um cargo nas eleições do ano que vem.

contra o governador, considerando a iniciativa como “falta de consideração” e “atropelamento” ao projeto de Wellington Dias.

A “resposta” do protagonista Wellington Dias à pressão petista sugerida por Heráclito Fortes foi noticiada no dia 11 de dezembro de 2009, no jornal *Meio Norte*, sob o título *Resposta – Wellington Dias prefere escolha do candidato em março*. Em relação dialógica com as críticas feitas pelo senador, nesta matéria, o governador assume a posição de enunciador e afirma não estar sendo pressionado por seu partido para decidir sobre o candidato da coligação governista e ainda sobre sua candidatura ao Senado: *O presidente Lula tem me deixado bastante à vontade*.

Posicionado novamente por um enunciador

jornalístico como condutor do processo de definição dos rumos a serem tomados pela base aliada, o protagonista anuncia ao leitor o adiamento da discussão até março, período determinado pela legislação eleitoral para que os candidatos sejam desincompatibilizados de cargos públicos em exercício para candidatarem-se a outros postos. Com essa estratégia, o governador utiliza o argumento do período legal para adiar ao conhecimento do leitor o anúncio de uma escolha em articulação nos bastidores, como evidenciado em *me reuni semana passada com o presidente do partido; e (tenho) recebido apoio*.

O enunciador jornalístico deixa marcado nesta notícia que se trata de uma resposta dada pelo protagonista por meio da publicação da matéria, pois destaca a rubrica acima como um espaço que, a partir desta marca, é concedido ao protagonista para dirigir-se aos sujeitos políticos que estariam cobrando a escolha do candidato antes do prazo de sua preferência. Além disso, o enunciador jornalístico durante o processo de produção do texto da matéria afirma que se trata de “recado direto ao vice-governador Wilson Martins”, enquanto na instância da edição, um editor direciona a “resposta” de Wellington a quem acredita que ele estaria sendo pressionado por seu partido – a exemplo do senador Heráclito Fortes.

Nessa notícia, o prodestinatário é interpelado, a partir dos modos de interagir utilizados pelo enunciador, a acatar e apoiar a “preferência” do protagonista em decidir apenas em março qual candidato deverá representar a base governista nas eleições estaduais. Dessa maneira, o enunciador age sobre o prodestinatário em uma relação de poder em que ele é “orientado” a esperar até março, para que o anúncio do candidato seja feito por Wellington Dias, apresentado pelo enunciador como ator político que conduz o processo de definição em relação à sucessão estadual.

O enunciador traz também as vozes de quem afirma que o governador estaria sendo pressionado pelo PT a decidir sobre o candidato que deverá representar a base governista nas eleições (E1), de quem percebe que a pressão pela decisão parte também do vice-governador Wilson Martins, pré-candidato à sucessão (E2), e de quem percebe a definição do candidato ao Governo como parte da decisão do governador Wellington Dias em candidatar-se ao Senado, como marcado em “Wellington diz que não está sendo pressionado pelo PT”, “Wellington Dias (PT) deu um recado direto para o vice-governador Wilson Martins e afirmou que a melhor data para escolher o candidato da base aliada ainda é o mês de março do próximo ano”; e “Dias ainda negou que cúpula nacional do Partido dos Trabalhadores estaria interferindo na sucessão estadual do Piauí, pressionando para que ele saísse como candidato ao Senado”.

O contradestinatório é mobilizado pelo enunciador na matéria *Wellington já admite racha na base aliada*, publicada no dia 3 de janeiro de 2010 em *O Dia*. A notícia é uma entrevista de perguntas e respostas em que protagonista e dispositivo de enunciação estão em relação direta para – por fim – apresentar ao leitor uma representação a respeito dessa interação.

Para tanto, o enunciador estabelece relação com as vozes do polêmico, e utiliza a função de sedução para construir uma percepção afetiva e avaliativa sobre o protagonista, o que fica demonstrado na construção “já admite”. A partir dessa estratégia enunciativa, *O Dia* propõe o reconhecimento do sujeito político como aquele que já admite uma derrota, pois naquele momento o governador era quem buscava manter a base aliada unida na campanha da sucessão estadual. Dessa maneira, o contradestinatório avalia a atuação política do protagonista e constrói para ele a imagem de uma liderança fragilizada e que enfrenta dificuldades.

Na fotografia, o protagonista é retratado com a testa franzida, boca e olhos entreabertos, provavelmente por ser uma foto ao ar livre ou contra a luz. A escolha da imagem marca a estratégia do dispositivo de enunciação de propor o reconhecimento de Wellington Dias como sujeito político que enfrenta dificuldades. A imagem complementa os sentidos propostos ao longo da entrevista, Na qual as dificuldades administrativas e políticas do protagonista são apresentadas a pelos menos três enunciadores: E1 - o contradestinatório que é partidário de Wellington Dias e que não acredita na ruptura da base aliada; E2 - ao prodestinatário, que divide com o enunciador a crença de que o governador enfrenta dificuldades para manter o grupo político unido nas próximas eleições; e E3 - ao paradestinatório persuadido pelo enunciador a reconhecer a imagem proposta acerca do protagonista, qualificado na entrevista como “cidadão piauiense”, articulador da base aliada, gestor do Estado e candidato ao Senado.

A estratégia enunciativa de personificar ações institucionais nas notícias é observada, nos três jornais, *Diário do Povo*, *Meio Norte* e *O Dia*, em 17 de outubro de 2009, ao apresentarem o governador Wellington Dias como protagonista das informações, sendo não somente aquele de quem se fala, mas também quem assume a condição de dizer e tem como posicionar-se frente ao leitor.

Nas notícias referentes à absolvição do governador pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o *Diário do Povo*, publica os seguintes enunciados: *Cassação – Wellington Dias consegue absolvição no TSE* (Notícia 7). Neste enunciado, uma rubrica localiza o leitor pelo uso da referência, sobre do que se trata o assunto, o processo de pedido de cassação julgado



pelo TSE. Complementando o sentido, o título mostra o resultado do julgamento como consequência de uma ação direta do protagonista da notícia, já que marca a estratégia enunciativa de mostrar ao leitor que a absolvição do governador é mais uma conquista política do que judiciária, evidenciada pelo uso do verbo de ação “consegue”, adjetivando a conquista como improvável.

No centro do texto, entre duas colunas, com o uso do recurso gráfico chamado pelo jargão jornalístico de “olho”, no enunciado — *Wellington Dias negou por muito tempo a existência do processo* — o enunciador jornalístico busca conduzir o leitor e mostrar-lhe quais são as informações do texto que ele deve perceber como de maior relevância. A partir dessa estratégia, o protagonista é apresentado como aquele de quem se fala, que não tem participação na situação de enunciação e, desta maneira, é posicionado como o “ele” discursivo, tornando-se assunto a ser discutido entre o enunciador jornalístico e o leitor.

Assim, em uma relação de poder, o enunciador jornalístico é quem tem a possibilidade de dizer, referir-se ao leitor e marcar uma posição para o protagonista Wellington Dias, no cenário político local, que deve ser reconhecida pelo leitor a

partir da relação dialógica dos sentidos disseminados na superfície textual com outros discursos anteriores já compartilhados com o leitor acerca da suspeita da existência do referido processo, ressaltado pelo enunciador, mas negado pelo protagonista Wellington Dias.

Comparando o enunciado do “olho” com o início da matéria, *Apesar de o Governo ter afirmado que não havia ação contra o governador Wellington Dias na Justiça Eleitoral*, percebe-se ainda que Wellington Dias é personificado através da instituição que representa — o Governo do Estado. Com essa construção, está proposta uma tensionalidade entre Wellington Dias, enquanto sujeito empírico e o Governador do Estado, enquanto sujeito institucional. Além disso, verifica-se neste texto que um enunciador jornalístico aparece como o responsável por informar sobre o que disse o governador e os detalhes do julgamento encerrado com sua absolvição, ficando reservado a ele o direito de falar ao leitor. Wellington

Notícia 7



Fonte: DP, 17 out. 2009, p. 3.

Dias, então, está posicionado distante do leitor, impossibilitado de dirigir-se a ele sem a mediação de um enunciador jornalista.

Nessa notícia, o jornal *Diário do Povo* estabelece relação com o contradestinatório, posicionado como aquele que contrapõe ideias e propõe uma leitura polêmica do que é dito. Nessa matéria, o enunciador jornalístico mobiliza o contradestinatório como estratégia de persuasão do paradesinatário, a quem propõe o reconhecimento da absolvição de Wellington Dias como desfecho improvável. Para propor estes sentidos, o enunciador jornalístico faz uso do verbo “consegue” para destacar o resultado do julgamento, como resultado de uma manobra política do protagonista da notícia, que, no curso do mandato de Governador do Estado é julgado pela Corte do TSE. O contradestinatório, por sua vez, é quem defende a absolvição de Wellington Dias, e não compartilha da possibilidade de cassação do mandato do sujeito político em questão. Marcando a posição deste enunciador, a absolvição é apresentada de forma que espera do paradesinatário uma mesma leitura do fato como algo transgressor à Justiça; ou seja, um procedimento supostamente ilícito.

Com essa estratégia, um enunciador posiciona-se frente ao contradestinatório (um possível partidário do Governo), e mostra que, mesmo que seja negada a existência do processo, isto é “desmentido” com a própria publicação do fato. No início da matéria, no que tange à enunciação no texto *Apesar de o Governo ter afirmado que não havia ação de cassação*, pode-se identificar no mínimo quatro enunciadores: E1 é aquele que afirma haver a ação, E2 nega sua existência, E3 é quem concorda com E1 e E4 que acredita na negativa de E2. Um enunciador tecendo estes jogos de posições completa a informação antes dada, com base em um dizer, no qual revela que, embora o Governo buscasse negar ou esconder o fato, o desfecho inesperado pelo enunciador jornalístico obriga-o a assumir a existência da ação.

Na matéria *TSE – Rejeitado pedido de cassação do governador Wellington Dias* (Notícia 8), publicada na mesma data no jornal *Meio Norte*, a enunciação mostra que a ação de rejeitar expressa pelo verbo no enunciado do título e detalhada no texto fica a

Notícia 8

## → TSE Rejeitado pedido de cassação do governador Wellington Dias

ANA CÂNDIDA MARTINS  
DE POLÍTICA E JUSTIÇA

Por unanimidade, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitaram recurso do governador do Piauí, Wellington Dias, para diminuir multa aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) por abuso de poder econômico.

De acordo com a acusação da coligação adversária – Resistência Popular – o governador teria se beneficiado de um programa de formação de condutores carentes durante a campanha de 2006, fazendo distribuição gratuita de carteiras de motocicleta, ato que o TRE considerou conduta vedada, prevista no artigo 73, IV da Lei das Eleições.

O governador recorreu para diminuir a multa, por considerar que teria sido injusta e desproporcional a gravidade da infração, uma vez que o programa atingiu apenas 1,8 mil pessoas, número muito pequeno em face da votação obtida por ele



DIAS | Teve valor de multa diminuído pelo TSE

nas urnas.

A coligação, por sua vez, também recorreu ao TSE para pedir, além da multa, a cassação do diploma de Wellington Dias.

Em março deste ano, o ministro Félix Fischer, em decisão monocrática, rejeitou os recursos tanto do go-

vernador quanto da coligação. No entanto, na sessão plenária de ontem, ele modificou o seu voto para aceitar o recurso de Dias e diminuir a multa de 100 mil para 30 mil URe (Unidade Fiscal de Referência). Já o recurso da coligação foi rejeitado pelo relator.

Fonte: MN, 17 out. 2009, p. 3.



cargo dos ministros do TSE que, por unanimidade, votaram contra a cassação de Wellington Dias, beneficiado ainda pela redução do valor da multa que havia sido atribuída a ele.

Nessa notícia, são mobilizados enunciadores jornalísticos e políticos que negociam sentidos e marcam seus posicionamentos.

Os jornalísticos são marcados pela ação do repórter que inicia o texto ressaltando a absolvição do governador por uma decisão unânime, e que descredencia as acusações feitas contra Wellington Dias ao caracterizá-las como lançadas por uma “coligação adversária”. Os enunciadores jornalísticos também estão marcados a partir da ação de um editor que apresenta a informação a partir do fato de o TSE ter rejeitado pedido de cassação do governador, apesar de propor a sentença de aprisionamento a Wellington Dias, em uma foto na qual seu rosto é emoldurado em close e tem ao seu lado a legenda *Dias – Teve valor de multa diminuído*. Dessa maneira, o enunciador jornalístico, apesar de apresentar a absolvição, não o exime de culpa, já que expõe a multa aplicada contra o gestor na legenda — um campo de destaque reservado pela diagramação.

Quanto aos enunciadores políticos mobilizados na notícia, a participação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral – E1) é destacada diante dos demais enunciadores na medida em que é a voz da Justiça que absolve o protagonista do processo, provocado pela coligação adversária (E2) e considerado exagerado pelos aliados do protagonista (E3), ou melhor, pelo Governo.

Completando o sentido, na foto do protagonista, ele é apresentado olhando para baixo e com a boca entreaberta, como se dissesse algo em voz baixa, em resposta a algum questionamento. A expressão facial propõe o registro do momento em que ele recebe com resignação e passividade o resultado do julgamento, fato destacado na legenda *Dias – Teve valor de multa diminuído*, construído na voz passiva.

A informação do julgamento também tem como foco a personificação do processo social a partir de Wellington Dias, apresentado ao leitor como protagonista da notícia. Assim como no *Diário do Povo*, ele ocupa a posição daquele que tem os fatos relatados por causa de seu envolvimento com estes, mas sem que ele possa atuar na situação de enunciação. Dessa forma, o enunciador jornalístico o coloca como protagonista da informação e assunto de quem se fala, não sujeito com quem se fala.

Diferente do *Diário do Povo*, o *Jornal Meio Norte* estabelece uma relação com o prodestinatário ao noticiar o resultado do julgamento de ação contra o governador Wellington Dias. Na matéria, o enunciador apresenta a informação a respeito do protagonista, a partir da estratégia de interpelação ao leitor que se complementa na rubrica TSE, na qual explicita que

a ação de rejeitar é do tribunal, e não uma artimanha de interferência do governo do Estado, como é proposta no *Diário do Povo*. Nessa matéria, o enunciador jornalístico propõe ao prodestinatário o compartilhamento da ideia de que o pedido de cassação foi rejeitado; ou seja, que o afastamento não seja somente negado ou recusado pela Justiça, mas rejeitado pela instância superior da justiça eleitoral e para a qual não mais cabem recursos.

Essa partilha de crença está marcada logo no início do texto, no qual o enunciador ressalta a votação unânime entre os ministros do TSE pedindo a absolvição do político piauiense. No enunciado:

“Por unanimidade, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitaram recurso do governador Wellington Dias, para diminuir multa aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)”

A ideia de absolvição em torno do protagonista Wellington Dias é compartilhada entre enunciador jornalístico e prodestinatário, que dividem ainda a percepção quanto à redução da multa imposta ao protagonista que havia sido proposta pelo TRE.

Na fotografia, a absolvição do ator político Wellington Dias é reafirmada pela imagem de um sujeito que olha para baixo em sinal de humildade e resignação; ou seja, como um sujeito que admite o erro, aceita a multa agora diminuída, mas considera outra penalidade mais pesada injusta, como marcado no enunciado:

“O governador recorreu para diminuir a multa, por considerar que teria sido injusta e desproporcional à gravidade da infração, uma vez que o programa atingiu apenas 1,8 mil pessoas, número muito pequeno em face da votação obtida por ele nas urnas”.

Ao adjetivar o pedido de cassação como injusto e desproporcional ao ato de infração cometido pelo gestor, o enunciador jornalístico faz uso da função de interação e utiliza a estratégia de modalização para apresentar ao prodestinatário a percepção que possui a respeito da penalidade, antes imposta ao protagonista, bem como à possibilidade dele ter seu mandato ameaçado.

Dessa maneira, além de informar o leitor sobre o pedido de cassação rejeitado, e sobre a redução da multa aplicada ao governador, o dispositivo de enunciação *Meio Norte* determina ao prodestinatário que ele perceba o resultado do julgamento com complacência, por mais que na cena discursiva estejam em concorrência os enunciadores que concordam com a absolvição (E1), os que defendiam a cassação do protagonista (E2) e os que reconhecem a infração cometida por Wellington Dias mas que não concordam com a cassação como penalidade (E3).

Em contraste aos demais suportes, a enunciação jornalística no *O Dia* apresenta a notícia a partir de estratégias enunciativas que privilegiam o aspecto institucional da informação, abordando, dessa maneira, o resultado do julgamento como resposta da instituição Justiça Eleitoral a respeito de um processo contra o governador do Estado, este apresentado ao leitor também pela posição institucional que ocupa.

Na matéria, *Justiça Eleitoral – TSE rejeita pedido de cassação do governador*, o jornal *O Dia* apresenta a informação de maneira distanciada dos atores sociais envolvidos, e informa o leitor a partir da decisão institucional do TSE de rejeitar a possibilidade de cassação do governador, como fica marcado no texto: *Sem caber mais recursos, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram por unanimidade, em sessão ordinária, o pedido de cassação do governador do Estado, Wellington Dias* (Notícia 9).

Nessa notícia, estão mobilizados os enunciadores jornalísticos que, durante o processo de edição, priorizam informações no texto e que definem o que deve ser destacado nos espaços do chapéu (rubrica disposta acima do título) e do título, espaços abertos por um enunciador jornalístico responsável pela diagramação da página. No texto,

o repórter apresenta o resultado do julgamento como uma ação do TSE para a qual não mais cabem recursos, e que teria sido provocada pela denúncia de adversários políticos do governador. Distanciando-se tanto do protagonista como da coligação de acusação, o enunciador jornalístico, na instância da reportagem, apresenta os posicionamentos dos diversos enunciadores políticos envolvidos na notícia sem, contudo, manifestar-se contra ou a favor de quaisquer deles. Com essa estratégia, este enunciador busca o reconhecimento da prerrogativa jornalística da imparcialidade, pois apresenta a decisão do TSE (enunciador político 1), da coligação adversária Resistência Popular (enunciador político 2) e do Governo (enunciador político 3).

Enquanto o *Diário do Povo* estabelece relação com o contradestinatório e o *Meio Norte* com o prodestinatário para informar o leitor sobre o resultado do julgamento de pedido

Notícia 9

JUSTIÇA ELEITORAL

## TSE rejeita pedido de cassação do governador

Sem caber mais recursos, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram por unanimidade, em sessão ordinária, o pedido de cassação do governador do Estado, Wellington Dias (PT), e ainda aceitaram recurso do petista para diminuir de 100 mil para 30 mil Ufirs a multa aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) por abuso de poder econômico.

Segundo a acusação da coligação adversária "Resistência Popular", o governador teria se beneficiado de um programa de formação

de condutores carentes durante a campanha de 2006, fazendo distribuição gratuita de carteiras de motorista, ato que o TRE considerou conduta vedada, prevista no artigo 73, IV, da Lei das Eleições.

Na ação recorrida, Wellington Dias solicitou a diminuição na multa, por considerar que teria sido injusta e desproporcional à gravidade da infração, uma vez que o programa atingiu apenas 1,8 mil pessoas, número muito pequeno em face da votação obtida por ele nas urnas. A coligação, por sua vez, tam-

bém recorreu ao TSE para pedir, além da multa, a cassação do diploma do petista.

Em março deste ano, o ministro Félix Fischer, em decisão monocrática, rejeitou os recursos tanto do governador quanto da coligação. No entanto, na sessão plenária de ontem, ele modificou o seu voto para aceitar o recurso do governador e diminuir a multa de cem mil para trinta mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência), ou seja, pouco mais de R\$ 31 mil. Já o recurso da coligação foi rejeitado pelo relator.

(Mayara Bastos)

Fonte: O Dia, 17 out. 2009, p. 3.

de cassação do governador Wellington Dias, no jornal *O Dia* o leitor mobilizado é o paradesinatário. O enunciador utiliza como estratégia discursiva a caracterização do protagonista da informação – o governador Wellington Dias – como “argumento” de persuasão do leitor.

Esta persuasão está marcada a partir da função de mostraçã, na qual o enunciador constrói um referente e o apresenta ao destinatário. Nesta matéria, *O Dia* privilegia os aspectos institucionais do fato, ao colocar a decisão a cargo do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e não dos ministros que o compõem, assim como institucionaliza a informação ao apresentar o protagonista pela função que exerce (governador) e não por sua identificação pessoal ou partidária.

Dessa maneira, *O Dia* apresenta as disputas políticas a partir das instituições (justiça – governo) envolvidas no fato noticiado e termina por silenciar os sujeitos. Com isso, o enunciador busca afastar-se de qualquer envolvimento com os sujeitos políticos em disputa, e propõe o reconhecimento de uma imparcialidade jornalística em seus discursos. Essa estratégia configura a relação do suporte com o paradesinatário, de quem busca a adesão não somente às suas crenças e ideias a respeito de sujeitos e temas tratados, mas sobretudo a si próprio.

Ao utilizar operadores referenciais, como em:

Sem caber mais recursos, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram por unanimidade, em sessão ordinária, o pedido de cassação do governador do Estado, Wellington Dias (PT), e ainda aceitaram recurso do petista para diminuir de 100 mil para 30 mil Ufirs a multa aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) por abuso de poder econômico.

O enunciador apresenta ao paradesinatário uma representação acerca do julgamento, adjetivando-o como inalterável e resultado de consenso entre os ministros do TSE, que não somente o absolveram, mas ainda reduziram a multa prevista anteriormente.

Em busca do reconhecimento de uma imparcialidade no seu dizer jornalístico, *O Dia* apresenta polifonicamente ao paradesinatário as vozes de pelo menos quatro enunciadores: E1 – aquele que acreditava na absolvição; E2 – aquele que acreditava na cassação; E3 – aquele que ainda esperava pela possibilidade de reverter o resultado do julgamento, e ficou frustrado com o fato de ser uma decisão em que não mais cabem recursos; e E4 – aquele que não questiona o resultado do julgamento, bastando para ele o fato de ter sido uma decisão unânime. Ao trazer essas diversas vozes, mais uma vez, o enunciador constrói a representação

de imparcialidade ao seu dizer, pois marca o posicionamento de um dispositivo de enunciação que ouve as diversas vozes para, então, construir seus discursos.

Nos três suportes, além da publicação simultânea da notícia, marcas nos textos revelam que os jornais optaram por uma mesma fonte que não somente lhes prestou informações, mas também serviu de ponto de partida para a construção dos textos, modificados posteriormente por outros enunciadores. Em

O governador teria se beneficiado de um programa de formação de condutores carentes durante a campanha de 2006, fazendo distribuição gratuita de carteiras de motorista, ato que o TRE considerou conduta vedada, prevista no artigo 73, IV, da Lei das Eleições.

E

Em março deste ano, o ministro Felix Fischer, em decisão monocrática, rejeitou os recursos tanto do governador quanto da coligação. No entanto, na sessão plenária de ontem, ele modificou o seu voto para aceitar o recurso do governador e diminuir a multa de cem mil para trinta mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência). Já o recurso da coligação foi rejeitado pelo relator (O DIA, 17 out. 2009, p. 3).

Nos enunciados acima, publicados nos três jornais, verifica-se que em cada um deles são estabelecidas relações dialógicas com discursos diferentes e sujeitos sociais distintos. No jornal *Diário do Povo* a notícia está em dialogia com discursos anteriores, relacionados às acusações contra o governador. No jornal *Meio Norte* a relação dialógica se dá entre o resultado do julgamento, definido pelos ministros do TSE e aqueles que rejeitam a possibilidade de cassação do governador. Já no jornal *O Dia*, são as vozes institucionais da Justiça e do Estado que são postas em disputa.

Dessa maneira, apesar de terem possivelmente partido de um mesmo texto original, os suportes propõem relações específicas entre os sujeitos na situação de enunciação e as vozes sociais em disputa na cena discursiva, inclusive, quando optam pelo distanciamento ou silenciamento dos sujeitos sociais como estratégia enunciativa.

Assim, quando:

- *Diário do Povo* utiliza a construção “De acordo com a acusação da coligação Resistência Popular, o governador teria se beneficiado de um programa de formação de condutores”.
- *Meio Norte* utiliza “De acordo com a acusação da coligação adversária – Resistência Popular – o governador teria se beneficiado de um programa de formação de condutores”.
- *O Dia*, por sua vez, utiliza “Segundo a acusação da coligação adversária “Resistência Popular”, o governador teria se beneficiado de um programa de condutores”.

Cada enunciador jornalístico apresenta de maneira diferenciada a mesma informação.

Diário do Povo busca o reconhecimento da acusação como uma manifestação legítima e que precisa ser levada em consideração pelo leitor. Meio Norte caracteriza a acusação como uma iniciativa do adversário, ou seja, alerta o leitor sobre os possíveis interesses em disputa. E O Dia apresenta as acusações de forma distanciada, marcando a autoria das acusações à coligação adversária.

Notícia 10

# Wellington já admite racha na base aliada

Em entrevista exclusiva, Wellington Dias disse que não basta querer ser candidato a governador, mas saber o que o povo pensa

Apesar de ter sido o líder da oposição ao governador Wellington Dias em 2006, o senador Wellington Dias não se dá por satisfeito com o resultado das eleições de 2006. Ele diz que não conseguiu vencer a eleição e que isso mostra que o povo não está satisfeito com o governo atual. Ele diz que não quer ser candidato a governador, mas quer saber o que o povo pensa.

Wellington Dias disse que não basta querer ser candidato a governador, mas saber o que o povo pensa. Ele diz que não conseguiu vencer a eleição e que isso mostra que o povo não está satisfeito com o governo atual. Ele diz que não quer ser candidato a governador, mas quer saber o que o povo pensa.

Wellington Dias disse que não basta querer ser candidato a governador, mas saber o que o povo pensa. Ele diz que não conseguiu vencer a eleição e que isso mostra que o povo não está satisfeito com o governo atual. Ele diz que não quer ser candidato a governador, mas quer saber o que o povo pensa.

Wellington Dias disse que não basta querer ser candidato a governador, mas saber o que o povo pensa. Ele diz que não conseguiu vencer a eleição e que isso mostra que o povo não está satisfeito com o governo atual. Ele diz que não quer ser candidato a governador, mas quer saber o que o povo pensa.

Fonte: O Dia, 3 jan. 2010, p. 2-3.

Em entrevista pingue-pongue (perguntas e respostas) publicada nas páginas 2 e 3 do jornal O Dia, em 3 de janeiro de 2010, o governador Wellington Dias volta a ser apresentado como protagonista das informações. No título Wellington já admite racha na base aliada (Notícia 10), um enunciador jornalista mostra proximidade com o governador a ponto de apresentá-lo pelo primeiro nome e de ter acesso a confissões do protagonista, conforme evidenciado em “já admite” e “entrevista exclusiva”.

Notícia 11 - Mostra as marcas de expressão do protagonista.



Como outras palavras quero ter a oportunidade de ir para Brasília para discutir e anunciar o compromisso de continuar com os nossos programas e ações.

Wellington Dias disse que não basta querer ser candidato a governador, mas saber o que o povo pensa. Ele diz que não conseguiu vencer a eleição e que isso mostra que o povo não está satisfeito com o governo atual. Ele diz que não quer ser candidato a governador, mas quer saber o que o povo pensa.

Fonte: O Dia, 3/1/2010, p. 2-3.

Partindo de uma posição privilegiada, um enunciador jornalista se apropria da função de mediador entre leitor e protagonista para fazer as perguntas a Wellington Dias que julga serem de interesse do leitor, inclusive privilegiando no título uma informação dada somente na antepenúltima resposta da entrevista, publicada no canto inferior direito da página três. Nesse título, um enunciador expõe ao leitor o reconhecimento do governador diante das dificuldades de manter a base aliada unida, fazendo com que ele tenha de admitir a possibilidade de racha, ou seja, de fracasso diante do seu objetivo de manter o grupo político unido.

Ao destacar no título uma informação dada somente no final da entrevista, o enunciador jornalístico marca a reportagem como processo que tem seu ordenamento respeitado e mantido, posto que não foi alterado de posição; e a edição como processo de seleção e recategorização dos assuntos retratados pela redação dos textos conforme uma percepção que busca no ineditismo o critério definidor da informação, que merece ser destacada no título, e que dá o tom da apresentação proposta ao leitor, já que o texto de abertura da entrevista ressalta esta informação, assim como o subtítulo, além de complementar sentidos com a fotografia selecionada pelo editor para apresentar o governador a partir de uma construção referencial.

A fotografia publicada na entrevista mostra as marcas de expressão do protagonista (Notícia 11), que se esforça para olhar sob forte iluminação. A imagem do rosto do governador é posta em dialogia com o enunciado:

“Como cidadão piauiense quero ter a responsabilidade de trabalhar para encabeçar a articulação para encontrarmos alguém que tenha o compromisso de dar continuidade aos nossos compromissos e ações”.

Os sentidos produzidos pelo enunciado e pela fotografia marcam a estratégia do dispositivo de enunciação de propor o reconhecimento do protagonista como um sujeito político que encontra dificuldades para definir seu sucessor, mas que também deseja dividir com o leitor esta tarefa. Isso fica evidenciado a partir do “nós” implícito no verbo “encontrarmos” e marcado objetivamente na utilização do pronome “nossos”, a partir dos quais o enunciador reúne os sujeitos discursivo “eu” (Wellington Dias) e “tu” (o leitor).

Nessa notícia, o dispositivo de comunicação traz as vozes do polêmico e distribui afetos, ao propor o reconhecimento do protagonista Wellington Dias como um sujeito político que admite a possibilidade de derrota diante das dificuldades que encontra para manter a base aliada unida no processo de sucessão. No entanto, o contradestinatório é mobilizado nesta



notícia como estratégia para persuadir o paradestinatório – a quem *O Dia* propõe o reconhecimento, mais uma vez, à noção de imparcialidade e ineditismo aos discursos jornalísticos produzidos e postos em circulação por *O Dia*. Com esse objetivo, são marcados pelo menos três enunciadores: E1 e E2 relacionados ao contradestinatórios, ou seja, posicionados como aquele que acreditava no “racha” da base aliada (E1) e como aquele que descartava esta possibilidade (E2); e E3 como o paradestinatório que reconhece na disputa entre os demais enunciadores a mediação de *O Dia*, a partir de uma prerrogativa jornalística de imparcialidade e ineditismo, já que essa seria a primeira vez que Wellington Dias estaria admitindo a divisão dos partidos coligados.

O governador Wellington Dias volta a ser apresentado como protagonista na matéria “Polêmica – Wellington Dias intensifica viagens”, publicada no dia 3 de janeiro de 2010 no jornal *Diário do Povo*. Segundo a matéria, o protagonista estaria intensificando viagens ao interior do Estado e cumprindo agenda de inauguração de obras em

companhia de secretários de estado, como Assis Carvalho e Fernando Monteiro, deputados estaduais licenciados para ocupar função administrativa no Governo.

Sem expor argumentos objetivos para justificar a utilização da rubrica “polêmica”, um enunciador busca o acionamento da atitude responsiva ativa por parte do leitor, e propõe que este perceba a intensificação da agenda de viagens do governador como uma iniciativa ligada à polêmica da sucessão estadual. A polêmica sugere ainda que o intenso calendário de viagens do governador já tenha sido alvo de discussões, gerando a percepção de que as inaugurações realizadas por Wellington Dias tenham sido apressadas pelo fim do seu mandato, abreviado com sua saída em março, conforme prazo legal, estabelecido para que ele possa concorrer a uma vaga no Senado Federal. Nessa matéria, o enunciador jornalístico, a partir da agenda pelo Interior do Estado relatada no texto, resume as informações relacionadas às viagens feitas pelo governador em companhia dos secretários, com base no reconhecimento das informações como “polêmica”, pois sugere que a companhia dos secretários – que são deputados estaduais

#### Notícia 12

■ POLÊMICA

## Wellington Dias intensifica viagens

O governador Wellington Dias visitou várias cidades do Piauí nos três últimos dias de 2009. Entre os dias 28 e 31 de dezembro o governador cumpriu agenda de inaugurações em Jão Costa, Paes Landim, Passagem Franca e Prata do Piauí.

Em todas as visitas o governador esteve acompanhado por secretários; entre eles o secretário de Saúde Assis Carvalho, e o secretário de Defesa Civil Fernando Monteiro.

Em João Costa o governador visitou a delegacia de polícia e fez a entrega de uma viatura. Na mesma oportunidade o governador visitou as obras da escola modelo, que está sendo construída com recursos federais em parceria com o governo do Estado e o município. Em Passagem Fran-

ca e Prata do Piauí o governador Wellington Dias fez visita técnica e inauguração de obras. O investimento é de, aproximadamente, R\$950 milhões nos dois municípios, com recursos oriundos do Governo do Estado e Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Em Passagem Franca, foram visitadas também obras de 25 unidades habitacionais para as famílias que perderam suas casas em decorrência das fortes chuvas de 2008.

No município de Prata do Piauí, Wellington Dias e Fernando Monteiro visitaram mais 25 unidades habitacionais que deverão estar prontas na primeira quinzena de janeiro.

No município de Paes Landim, sua terra natal, o governador Wellington Dias fez o desceramento da placa de inauguração das obras de pavimentação asfáltica da rodovia PI-249, trecho de Paes Landim ao município de Socorro do Piauí. A obra foi coordenada pelo departamento de Estradas de Rodagem – DER e, realizada com recursos da ordem de mais de R\$ 4,3 milhões.

GOVERNADOR inaugurou obras no interior acompanhado de secretários



Divulgação

Fonte: DP, 3 jan. 2010, p. 3.



– marcaria o interesse político do governador em percorrer os municípios e fazer as inaugurações.

Na matéria *Polêmica – Wellington Dias intensifica viagens*, publicada na edição de 3 de janeiro de 2010, o enunciador informa sobre as viagens do governador de forma direta, mas sem deixar de apresentar uma avaliação sobre o fato, mobilizando no destinatário o reconhecimento de uma “polêmica”, como fica marcado pela rubrica publicada acima do título. O enunciador traz as vozes de pelo menos três enunciadores: E1 – que já tinha conhecimento sobre a intensificação das viagens do governador; E2 – que foi informado pelo enunciador sobre a agenda de viagens do governador; e E3 que reconhece como polêmica a intensa agenda de viagens.

O enunciador utiliza os modos de revelar para persuadir o paradesinatário a reconhecer o protagonista Wellington Dias como um sujeito que sabe que está sendo observado, mas ignora o olhar do leitor, ao tempo em que se apropria dos compromissos de sua gestão para fazer campanha eleitoral. Além disso, essa estratégia caracteriza a busca pelo reconhecimento do dispositivo de enunciação como uma instância política de percepção crítica e atenta às movimentações do protagonista. Dessa maneira, o enunciador constrói para si a imagem de um fiscal das atividades do governador e de seus secretários, sendo um enunciador atento.

O enunciador utiliza os modos de mostrar para caracterizar o protagonista Wellington Dias, e, a partir disso, buscar a adesão do leitor à sua percepção. Ao mobilizar o paradesinatário, o enunciador utiliza a função de mostraçõ para propor o reconhecimento do governador Wellington Dias como um ator político que busca em institutos nacionais de pesquisa o aval para a decisão que pretende anunciar aos líderes de partidos aliados.

Dessa maneira, o *Diário do Povo* propõe ao paradesinatário a legitimação de uma percepção a respeito do governador Wellington Dias que o caracteriza, ressaltando o interesse em disputar as eleições para o Senado Federal. Para tanto, ele precisa buscar junto ao eleitorado a ratificação de sua escolha, aceita mediante apresentação de uma pesquisa de intenção de votos que “feche questão” e seja aceita pelos líderes dos partidos. Ao buscar informações com o deputado federal Marcelo Castro, também presidente estadual do PMDB, o enunciador propõe ainda o estabelecimento de uma relação de confiança e vínculo com o paradesinatário, pois se mostra como aquele que acompanha as movimentações de bastidores, observa a movimentação dos atores políticos para então apresentar ao leitor sua percepção a respeito do fato de maneira persuasiva e buscar a adesão deste leitor indeciso.

Protagonista da informação, o governador Wellington Dias é apresentado ao leitor como um mediador entre os governos estaduais e o presidente Lula, na matéria “Repasse – Dias lidera governadores para rever FPE com Lula”, publicada no dia 2 de fevereiro de 2010, no jornal *Meio Norte* (Notícia 13). A partir da utilização do verbo *liderar*, usado para atribuir uma ação afirmativa ao governador, um enunciador jornalístico utiliza a estratégia de posicionamento do protagonista como sujeito de destaque entre os demais governadores nordestinos.

No entanto, no texto, a informação é apresentada ao leitor a partir da percepção de que o governador irá a Brasília “com outros governadores do Nordeste”, para pedir a revisão do FPE com o presidente Lula. Percebe-se, dessa maneira, que o enunciador jornalístico, nos processos de diagramação e edição, posiciona o protagonista como representante dos demais governadores do Nordeste, ao propor no sobretítulo, no título, e na legenda, que o piauiense seria o articulador dos demais governadores para que fosse realizada uma reunião entre eles e o presidente Lula, ocupante de uma posição de liderança.

Dialogizando com a matéria em que uma relação de aproximação entre o governador piauiense e o presidente Lula é apresentada ao leitor, esse enunciador mobiliza os sujeitos políticos Wellington Dias, os demais governadores do Nordeste, o presidente Lula, e o secretário estadual de Fazenda, para construir um cenário em que o piauiense dispõe de uma relação privilegiada com o presidente, e, desta forma, torna-se um mediador, apesar de esta informação não ser apresentada no texto.

O reconhecimento da “liderança” de Wellington Dias é proposto ao leitor, com base na ação de um enunciador que mostra o governador piauiense como detentor de uma posição de comando entre seus pares em âmbito regional; ou seja, como articulador dos demais governadores do Nordeste em busca de uma revisão dos repasses constitucionais da União aos

### Notícia 13

#### → Repasses

Com uma queda do Fundo de Participação do Estado em torno de 15% no início deste ano, governador articula reunião em Brasília para rever perdas

## Dias lidera governadores para rever FPE com Lula

FRANCISCO LIMA E SÁVIA BARRETO PARA POLÍTICA & JUSTIÇA

O governador Wellington Dias deve desembarcar em Brasília nos próximos dias para rever os valores dos repasses do Fundo de Participação do Estado. Dias está articulando com outros governadores do Nordeste uma reação à queda de 15% que o FPE sofreu no primeiro mês do ano. “A previsão era que o montante aumentasse 17%, mas caiu de uma maneira dramática, considerando que a economia está crescendo”, pontua ontem o governador, durante solenidade no Palácio de Karnak.

O chefe do Executivo estadual destacou ainda que tratara diretamente do assunto com o ministro da Fazenda Guido Mantega e o presidente Lula antes do dia 10 de fevereiro. De acordo com o secretário estadual de Fazenda, Francisco José, o Piauí Dias pleiteará um atendimento emergencial semelhante à ajuda recebida pelos municípios brasileiros para repor as quedas do



Fundo de Participação do Município em 2009. É uma alternativa que o governador abriu para discussão em Brasília”, diz Franzé.

O secretário lembra que apenas em janeiro o Estado perdeu R\$ 21 milhões. O valor é considerado significativo, já que em 2009 essa

quantia foi de R\$ 92 milhões, somando um decréscimo de 6% no ano todo. “Essas reduções nos deixam sem segurança para a programação financeira do Estado”, diz Franzé, lembrando que o cronograma é baseado em previsões fornecidas pelo próprio Tesouro Nacional. “Quando recebemos efetivamente as par-

#### → Redução

Em janeiro, segundo o secretário Franzé, o Estado perdeu R\$ 21 milhões; valor significativo, considerando que em 2009 a quantia foi de R\$ 92 milhões

DIAS | Articula reunião em Brasília para reposição de repasses

celas do Fundo tivemos uma surpresa”, reitera.

Segundo Franzé, a queda do FPE é resultado da desconexão de impostos federais que compõem o Fundo, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o IR (Imposto de Renda). As medidas foram tomadas pelo Governo Federal para conter os reflexos da crise financeira mundial no país. “A economia vai bem, mas a continuação dessas diminuições de repasses pode se tornar inadmissível”, avalia.

No total, o Piauí recebeu R\$ 124,5 milhões este ano de FPE. Em 2009 o Estado conseguiu R\$ 1,6 bilhões, enquanto em 2009 chegaram aos cofres piauienses R\$ 1,5 bilhão.

Font: MN, 2 fev. 2010, p. 3.

Estados. A “liderança” de Wellington Dias fica proposta ainda na legenda da foto, *DIAS – Articula reunião em Brasília para reposição de repasses*, na qual é destacada a articulação do governador junto ao Governo Federal.

Na matéria, o protagonista é apresentado na posição de enunciador que fala sobre as dificuldades financeiras do Estado, e presta informações a um enunciador jornalista, a respeito de uma reunião entre o presidente Lula e os governadores nordestinos para tratar do Fundo de Participação do Estado. Contudo, no texto, a liderança atribuída ao governador fica restrita a uma iniciativa realizada em conjunto com os demais gestores de Estados nordestinos, como exposto no enunciado: *Dias está articulando com outros governadores do Nordeste uma reação à queda de 15% que o FPE sofreu no primeiro mês do ano.*

Deste modo, a função de interação, a partir da qual o enunciador busca estabelecer vínculos socioculturais como estratégia para mobilizar o prodestinatário, é utilizada na medida em que é proposta uma relação de liderança de Wellington Dias entre os governadores do Nordeste, e o leitor está posicionado como partidário da ideia, já que não contesta essa liderança, ao contrário, legitima essa noção como argumento de persuasão a um paradesinatário – a quem é proposto o reconhecimento do referente Wellington Dias a partir de tal característica.

A disputa político-eleitoral volta a ser o tema a partir do qual o governador é apresentado na posição de protagonista da notícia na matéria: *Wellington Dias: “O próximo governador não precisa ser do PT*, publicada em 02 de fevereiro de 2010, no jornal *O Dia*.

Nesta matéria, o enunciador jornalístico destaca o que foi dito pelo governador Wellington Dias, a quem é dado o crédito pela frase reproduzida no título. No entanto, o nome do protagonista é disposto em tons de cinza, e numa posição secundária diante da informação destacada pelo editor da página. Desta maneira, o enunciador jornalístico se aproxima do que foi dito pelo sujeito político e não do próprio Wellington Dias, que é

Notícia 14

**JORNAL O DIA**  
Terça, 2 fevereiro 2010

## “O próximo governador não precisa ser do PT”

Ele disse que nenhum pré-candidato ao governo deve ficar esperando “as coisas acontecerem”

**Maneira destoante**  
DESPICIDA

Um dia após afirmar que que passaria a bastar a Antonio José Medeiros, pré-candidato do seu partido ao Governo do Estado, o governador Wellington Dias (PT) assegurou que para sua sucessão o próximo governador não precisa ser do PT. Segundo ele, sua alternativa durante a Câmara de reconstrução dos 20 anos do partido foram apenas uma referência ao fato de pretaria ser um bom candidato, e não tomar

que seus eleitores possam sentir entre os aliados, afirmou que uma candidatura se constitui e que nenhum dos pré-candidatos deve ficar esperando as coisas acontecerem.

“Eu não pretendo permanecer durante essas comemorações de 20 anos do PT que uma candidatura, uma eleição, um mandato, não pode ser tratado como uma coisa hereditária, que seja não é só o fato do presidente da República, do governador do

Estado ser do PT que, automaticamente, o próximo governador seja do PT. É preciso que se tenha a construção dessa candidatura que tem a ver com confiança da população. E é esse o alerta que eu fiz”, explicou Wellington Dias, na manhã de ontem, durante uma a reunião de trem do Metro de Teresina.

Empunham a preferência da base para disputar a prefeitura de Itaitinga do Palácio de Karim nas eleições deste ano, além do secretário de Educação, Antonio José Medeiros, o vice-governador Wilson Martins (PSB), o deputado federal Marcelo Castro (PMDB) e o senador João Vicente Claudino (PTB).

Questionado se a sua corroboração seria o nome mais viável para lhe suceder o governador Wellington Dias foi enfático: “Quando digo isso não se trata de uma decisão popular e agregada de forças políticas na base aliada. Eu considero o meu partido, que tem um excelente candidato. Agora se ficar dentro em branco esperando as coisas acontecerem, não acho muito acertado”.

Ci recall do chefe do Executivo estadual não poderia ser mais claro. Em sua avaliação, os pré-candidatos devem “correr” para validar suas candidaturas, já que falta apenas uma meta para a escolha do nome da base governista que disputará o Governo do Estado. Dias reitera que se estiverá atento ao início de março a nome que estará a frente do palanque governista. E acrescenta: “Quero receber algum dia todos os compromissos com esse conjunto de ações, além, o que chamamos de projetos. Mas, que tenha uma relação de respeito para o fortalecimento das lideranças dos partidos que se somam na defesa desse projeto”.

**Estado fará auditoria em contas do Iapex**

Depois do Ministério Público Estadual instaurar um procedimento investigatório para apurar se desviaram recursos enviados à Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Brasil (Iapex) o governador Wellington Dias (PT) informou que o Estado contratará uma empresa para realizar uma auditoria no órgão. Segundo ele, alguns servidores crânio não têm que desenvolver contribuições que tenham sido liberadas de forma irregular assim como outros servidores que, de alguma forma, desistem de resolver suas contribuições passadas a ser o valor desviado no contracheque.

“A ideia é identificar as irregularidades. Com a ajuda do Iapex e a entrada do Banco do Brasil, havia uma sistemática no Iapex através do Plano e Saúde do Iapex. Embora continue no contracheque há

que se tenha acesso das auditorias os valores reais do que foi gasto e o valor para que possa fazer a cobrança desses servidores.

Por meio da auditoria, o governo busca uma solução para as dificuldades nas contas do Iapex. O governador Wellington Dias afirmou que o Estado contratará uma empresa para realizar uma auditoria no órgão. Segundo ele, alguns servidores crânio não têm que desenvolver contribuições que tenham sido liberadas de forma irregular assim como outros servidores que, de alguma forma, desistem de resolver suas contribuições passadas a ser o valor desviado no contracheque.

“A ideia é identificar as irregularidades. Com a ajuda do Iapex e a entrada do Banco do Brasil, havia uma sistemática no Iapex através do Plano e Saúde do Iapex. Embora continue no contracheque há

Fonte: O Dia, 2 fev. 2010, p. 3.

mobilizado pelo enunciador jornalístico nas posições ora de sujeito de quem se fala, ora de sujeito do enunciado e ora de sujeito da enunciação, com quem reveza o poder de dizer em uma situação de interação representada na matéria.

Essa alternância é percebida quando o protagonista diz algo que é considerado importante pelo enunciador jornalístico (neste momento ele torna-se sujeito do enunciado e assume a autoria da fala), quando o enunciador jornalístico busca na representação da interação a legitimação das informações (momento em que o protagonista é apresentado como sujeito da enunciação, com quem o enunciador jornalístico negocia sentidos), e quando é distanciado e deixa de ser apresentado como sujeito na cena discursiva, e passa a ser apresentado como “ele” discursivo; ou seja, assunto de que se fala. Essa estratégia posiciona o enunciador jornalístico como um orquestrador dos discursos negociados com o protagonista, mas que também trazem à cena discursiva outros sujeitos políticos, como o partido do governador e os pré-candidatos da base aliada.

Nessa matéria, o governador se dirige ao leitor de maneira incisiva, que não somente fala e presta informações, mas que também dá veredictos e diz como os pré-candidatos devem se comportar para que possam ser escolhidos como candidatos da base aliada ao Governo, como em:

Ele disse que nenhum pré-candidato ao governo deve ficar esperando “as coisas acontecerem.

e

Quero escolher alguém que tenha não só compromisso com esse conjunto de ações, obras, o que chamamos de projeto. Mas, que tenha uma relação de respeito para o fortalecimento das lideranças dos partidos que se somam na defesa desse projeto (O DIA, 2 fev. 2010, p. 3).

Entretanto, um enunciador jornalista utiliza a contextualização da situação de comunicação como estratégia para sugerir contradição no que é dito pelo governador.

Um dia após afirmar que quer passar o bastão a Antônio José Medeiros, pré-candidato do seu partido ao Governo do Estado, o governador Wellington Dias (PT) assegurou que para sua sucessão o “próximo governador não precisa ser do PT”. Segundo ele, suas afirmações durante a Caravana de comemoração dos 30 anos do partido foram apenas uma referência ao fato do petista ser um bom candidato. E sem temer que seus elogios gerem arestas entre os aliados, afirmou que uma candidatura se constrói e que nenhum dos pré-candidatos deve ficar esperando as coisas acontecerem (O DIA, 2 fev. 2010, p. 3).

Com essa construção enunciativa, o protagonista é exposto com desconfiança ao leitor, instrumentalizado a perceber no protagonista Wellington Dias alguém que pode mudar de opinião, dependendo da situação de comunicação e dos sujeitos envolvidos nas disputas.

Na notícia, o enunciador utiliza a heterogeneidade mostrada para estabelecer relação com o prodestinatário. Este é interpelado pelo enunciador, que garante, a partir da afirmação do protagonista, e diz como o prodestinatário deve perceber a disputa acerca do candidato que deverá representar a base governista na sucessão estadual.

Então, mesmo sendo a principal liderança política do Partido dos Trabalhadores, e, conforme destacado no texto, mesmo “um dia após afirmar que quer passar o bastão a Antônio José Medeiros, pré-candidato do seu partido ao Governo do Estado”, o protagonista traz à cena discursiva outros sujeitos políticos, e, com isso, o enunciador apresenta outros candidatos ao leitor, que não precisará escolher alguém do PT e poderá optar por outras lideranças.

Essa notícia está em relação dialógica com discursos anteriores que afirmavam que a decisão do governador já estaria definida e que seria em favor do seu correligionário. Polifonicamente, traz as vozes do contradestinatário (que defende que o candidato da base seja do PT), do prodestinatário (que compartilha com o enunciador a crença de que candidatos de outros partidos poderão representar a base governista nas eleições) e do paradesinatário (que poderá decidir-se entre qualquer candidato que apresentar-se às urnas, e não somente o candidato do PT).

O paradesinatário é alvo das estratégias de persuasão na matéria: *Pesquisa – Wellington lidera disputa para o Senado com 59,28%*, publicada em 24 de junho de 2010 no jornal *Meio Norte*. Nessa notícia, o enunciador constrói o referente Wellington Dias tomando por base a atribuição de uma posição de liderança, agora relacionada à disputa eleitoral para o Senado Federal.

Além de apresentar esta percepção de maneira objetiva no título, o enunciador repete esta ideia no sobretítulo (“Wellington Dias lidera disputa para senador com 59,28% das intenções de votos, Mão Santa tem 33,07%, Heráclito Fortes 30,52%, Ciro Nogueira 16,18% e Antônio José 10,47%”), na legenda publicada ao lado da foto (“DIAS – Petista continua liderando disputa para o Senado”) e também no corpo do texto (“... o ex-governador Wellington Dias (PT) lidera com 59,28% das manifestações de voto”). Com essa estratégia enunciativa, Wellington Dias – agora fora da gestão estadual e de fato como candidato ao Senado – é representado como líder na disputa eleitoral e na preferência do eleitorado. A

partir dessa caracterização, o enunciador busca o reconhecimento do protagonista como franco concorrente a uma vaga no Senado Federal.

Notícia 15



Fonte: DP, 2 mar. 2010, p. 3.

A escolha do governador acerca do candidato da base aliada ao Governo do Estado é discutida no jornal *Diário do Povo* (Notícia 15), dia 2 de março de 2010, na matéria “*Pesquisa – Wellington contrata institutos nacionais*”. O título apresenta a ação pessoal do protagonista de contratar institutos nacionais, ou seja, de reconhecimento

nacional, para a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas de intenção de votos. Com essa estratégia, um enunciador jornalista apresenta a estratégia política do protagonista de buscar a legitimação de sua decisão a partir dos resultados de pesquisas realizadas por institutos de atuação reconhecida.

Com isso, o enunciador propõe ao leitor que tanto o protagonista tem dificuldades para obter a aprovação de sua escolha junto às lideranças políticas da base, como ele acredita que a realização de pesquisa facilitaria essa aceitação, já que não retrataria somente a sua vontade, mas também a preferência da população, ou seja, do leitor. Trazendo as vozes do polêmico, o dispositivo de enunciação propõe uma leitura destrutiva à contratação de institutos nacionais de pesquisa, marcando desta maneira a estratégia de mobilizar um paradestinário ao reconhecimento de uma posição de fragilidade de Wellington Dias, diante do contexto de disputas entre os partidos da base aliada. A partir de uma apresentação aparentemente objetiva e informacional, é apresentada uma avaliação afetiva a respeito da contratação dos institutos, marcando a utilização dos modos de sedução, ou seja, de distribuição de afetos acerca do fato noticiado.

O enunciador jornalístico propõe uma leitura iniciada pela rubrica “pesquisa”, passando pelo título que informa a contratação de institutos nacionais, pelo olho que cita dois dos institutos contratados para iniciar uma leitura, complementada pelo texto, em que o enunciador credita as informações ao sujeito político Marcelo Castro.

Nessa matéria (Notícia 16), o governador não assume a posição de enunciador com poder de dizer e posicionar-se frente ao leitor, sendo somente aquele de quem se fala; ou seja,

como assunto tratado entre um enunciador jornalista e o enunciador deputado federal Marcelo Castro, e, posteriormente, apresentado ao leitor, conforme marcado no enunciado: “Segundo informações do deputado federal Marcelo Castro, pré-candidato a governador pelo PMDB, que esteve reunido com o governador Wellington Dias, foram contratados o Ibope, Vox Populi e um instituto do Piauí”. A estratégia de posicionar Wellington Dias como protagonista da informação, mesmo sem que ele exerça uma função ativa na situação de enunciação, aparece como recurso para marcar o papel ocupado pelo governador no processo de decisão do candidato ao Governo, percepção reafirmada por Marcelo Castro em *O governador disse que vai bater o martelo quanto a essa questão*.

A expectativa em relação à definição do cenário político local é evidenciada também no jornal *Meio Norte* do dia 2 de março de 2010. Nessa edição, verifica-se a publicação de matérias relacionadas à escolha do candidato governista à sucessão estadual, a disputa entre os pré-candidatos da base pela indicação do governador e a possibilidade de Wellington Dias deixar o Governo para concorrer a uma vaga no Senado Federal.

Abrindo a página, a matéria intitulada *Decisão – Dias: 50% de chances de ficar no Governo* apresenta a indefinição em torno da saída de Wellington Dias do Governo, a partir de uma estratégia que busca ressaltar através de percentual (50%), ou seja, de metades iguais entre a possibilidade de ele permanecer no cargo e continuar conduzindo a sucessão eleitoral ou de deixar o Governo e ser candidato ao Senado. Observando o contexto, verifica-se que as matérias publicadas logo abaixo estão em relação dialógica com a decisão do protagonista ansiada pelos enunciadores.

Ao propor uma leitura sequenciada, o enunciador jornalístico primeiro apresenta a decisão que deverá ser tomada pelo protagonista; e, logo abaixo, seus possíveis desdobramentos, caso Wellington permaneça ou saia do Governo. Com esse ordenamento das notícias que, inicialmente parecem dissociadas, já que cada uma tem sua própria rubrica e inicia uma discussão específica, o enunciador jornalístico, nos processos de diagramação e edição, faz a correlação entre elas, quando associa as notícias a uma discussão acerca da sucessão estadual, marcada pela decisão de Wellington Dias, pela imposição do PT, pela definição do candidato da base que disputará as eleições, e pela intenção do governador em concorrer ao Senado ao lado de Wilson.



Na matéria “Imposição – Se Dias ficar, PT terá candidato próprio”, um enunciador apresenta ao leitor um desdobramento possível, defendido pelo presidente estadual do PT, deputado estadual Fábio Novo. A posição institucional do partido, defendida por seu representante em nível estadual, é apresentada ao leitor como uma imposição do partido ao governador Wellington Dias, a quem cabe o poder de decidir, o que não o torna imune às pressões do próprio partido e dos aliados.

Em “Eleições – Candidato da base sai na próxima semana”, a voz de cobrança em torno da definição do candidato se mostra marcada no título da matéria, que estabelece um “prazo máximo de 15 dias” para o governador Wellington Dias definir o nome do representante do bloco governista. No texto, um enunciador apresenta as estratégias políticas dos partidos aliados e divide com os líderes das siglas o poder de decisão em torno do nome do candidato governista, conforme marcado nos enunciados:

**Notícia 16**

**Decisão**  
Uma das prioridades, segundo o governador, é viabilizar a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil à Presidência da República

**Dias: 50% de chances de ficar no Governo**

**MAYARA MARTINS**  
DE POLÍTICA E JUSTIÇA  
Dias afirmou que “quem estiver melhor posicionado com as lideranças e a opinião pública será o candidato”



**DIAS** | Deu ter 50% de chances de permanecer candidato ao governo

Estão sendo avaliadas também as condições políticas para “trabalhar e administrar” o Maranhão. “Quem estiver melhor posicionado com as lideranças e a opinião pública será o candidato”, afirmou. O governador também afirmou que quem estiver melhor posicionado com as lideranças e a opinião pública será o candidato. Ele também afirmou que quem estiver melhor posicionado com as lideranças e a opinião pública será o candidato.

**Imposição**

**Se Dias ficar, PT terá candidato próprio**

**EREM RIBEIRO E SÁVIA BARRETO**  
DE POLÍTICA E JUSTIÇA



**NOVO** | Se Dias ficar, o PT terá candidato próprio

O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato. O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato.

**Eleições**

**Candidato da base sai na próxima semana**

**MAYARA MARTINS**  
DE POLÍTICA E JUSTIÇA



**PMDB** | Candidatura de Castro continua aberta

O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato. O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato.

**Dias quer dobradinha com Wilson Martins**

**MAYARA MARTINS**  
DE POLÍTICA E JUSTIÇA



**WILSON** | O vice-governador quer qualificar tipo de negociação para que se apresentasse ao cargo com o apoio do governador

O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato. O governador não pode decidir sozinho o nome do candidato. O partido terá o direito de escolher o candidato.

Fonte: MN, 2 mar. 2010, p. 3.

O parlamentar lembrou que a escolha do candidato governista não será feita apenas pelo governador, e sim por todos os 12 partidos que compõem a base aliada. Apesar das especulações que apontam para a desistência, a candidatura do PMDB será mantida, frisa Marcelo Castro.

E

O aceleramento na escolha do candidato que buscará a manutenção para equilibrar um jogo que está pendendo para o lado da oposição, representado pelo prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB).

A opção de revelar ao leitor as estratégias políticas dos atores sociais e de dividir a responsabilidade do governador com os líderes dos partidos aliados constrói a percepção de um enunciador que percebe a decisão de permanecer no Governo como uma definição pessoal do protagonista Wellington Dias; mas, para este enunciador, a definição quanto ao candidato



não depende somente de sua preferência pessoal, requer a aprovação conjunta dos líderes dos 12 líderes aliados.

Na matéria “Dias quer dobradinha com Wilson Martins”, um enunciador afirma que a preferência do governador já começa a ser definida, propondo que o protagonista não deverá escolher o vice-governador Wilson Martins como candidato da base governista, mas prefere tê-lo como segundo candidato da chapa para o Senado. A estratégia mostra a avaliação de um enunciador próximo ao governador, que sabe as preferências dele e as compartilha com o leitor.

A partir da análise do cotexto, percebe-se que o dispositivo de comunicação mobiliza as vozes de enunciadores: (E1) sabe da indecisão do governador sobre sua permanência no Governo e destaca esta percepção a partir do percentual de 50% de chances de ficar no Karnak; (E2) reconhece a imposição do PT de que em caso de Wellington Dias decidir permanecer no Governo o sucessor deverá ser do PT; (E3) pressiona para que a definição do candidato à sucessão estadual pela base seja anunciada; e (E4) compartilha do que é desejado por Wellington Dias, que seria sua candidatura ao Senado em dobradinha com Wilson Martins – os dois concorrendo a vagas no Congresso Nacional.

Trazendo o prodestinatário – a partir do qual estabelece uma relação de poder, interpelando-o a reconhecer em Wellington Dias a decisão acerca dos rumos a serem traçados pela base aliada; e o contradestinatário – a partir do qual apresenta uma avaliação sobre as diversas repercussões que a decisão do governador poderá ter no seu partido ou junto aos demais aliados, o *Meio Norte* busca mobilizar o paradestinatário com o objetivo de buscar o reconhecimento do referente Wellington Dias como aquele a quem um grupo político depende para definir seus rumos.

Já na posição de ex-governador e candidato ao Senado, Wellington Dias é apresentado na matéria *Acordo - Dias apresenta nova proposta de compensação para o pré-sal*, publicada em 25 de junho de 2010 no jornal *O Dia*, como um protagonista propositivo e conciliador, que busca uma alternativa para viabilizar a aprovação da emenda de divisão dos royalties do pré-sal entre todos os Estados brasileiros sem causar dificuldades econômicas para os Estados produtores nem desconfortos políticos para o Governo Federal, que teria de dividir o bolo dos *royalties* entre todos os Estados da federação.

Com essa estratégia, um enunciador projeta nova posição política a ser ocupada por Wellington Dias, que deixa de ser do Executivo; ou seja, de ter a função de executar políticas estaduais como governador do Piauí para propor soluções em nível nacional, função exercida no Senado Federal, casa do poder Legislativo para qual pleiteia uma vaga (Notícia 17). A estratégia enunciativa de projetar uma atuação parlamentar para o ex-governador fica marcada nos enunciados:

- “As discussões acerca da distribuição dos recursos oriundos da exploração do pré-sal ganham novos elementos. Dessa vez, foi o ex-governador Wellington Dias (PT) que propôs uma alteração às propostas já aprovadas no Senado e na Câmara Federal, para que o texto já aprovado não venha a sofrer o veto do presidente Lula. Dias esteve reunido em Brasília com os deputados federais Ibsen Pinheiro e Marcelo Castro (PMDB), autores da proposição aprovada.
- “Dessa vez, foi o ex-governador Wellington Dias (PT) que propôs uma alteração às propostas já aprovadas no Senado e na Câmara Federal, para que o texto já aprovado não venha a sofrer o veto do presidente Lula”.
- “Dias esteve reunido em Brasília com os deputados federais Ibsen Pinheiro e Marcelo Castro (PMDB), autores da proposição aprovada” (O DIA, 24 jun. 2010, p. 2).

Sem ainda ter assumido a posição de candidato ao Senado, o protagonista se apropria da experiência de ex-governador para basear suas proposições, posicionando-se ao leitor como um político capaz de reconhecer os caminhos necessários para a viabilidade dos projetos que devem atender não somente ao Estado do Piauí, mas a todo o País.

Em defesa de sua proposta, Wellington Dias argumentou que se deve abrir um caminho de entendimento para que nenhum dos Estados saia perdendo. Como foi governador, sei que uma nova receita que chega para os Estados se transforma em compromisso e, portanto, em despesa de difícil corte. Sei também que o Brasil não pode e não vai perder a oportunidade de partilhar com maior justiça os recursos derivados do Pré-Sal, sustenta (O DIA, 24 jun. 2010, p. 2).

Nessa notícia, o prodestinatário é mobilizado como estratégia de persuasão ao paradesinatário. Ao utilizar o componente programático, a partir do qual Wellington Dias se compromete a buscar uma proposta de consenso entre os diversos Estados acerca da divisão dos *royalties* do pré-sal e anuncia a proposta que deverá encabeçar no Legislativo.

## Notícia 17

### ACORDO

## Dias apresenta nova proposta de compensação para o pré-sal

Mayer Martins  
REPORTER

As discussões acerca da distribuição dos recursos oriundos da exploração do pré-sal ganham novos elementos. Dessa vez, foi o ex-governador Wellington Dias (PT) que propôs uma alteração às propostas já aprovadas no Senado e na Câmara Federal, para que o texto já aprovado não venha a sofrer o veto do presidente Lula. Dias esteve reunido em Brasília com os deputados federais Ibsen Pinheiro e Marcelo Castro (PMDB), autores da proposição aprovada.

O recibo do ex-governador é de que a proposta aprovada venha a sofrer veto presidencial e os Estados e municípios sejam prejudicados. A ideia do texto é de que, ao invés de apenas União compensar as possíveis perdas que os Estados “produtivos”, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, a compensação seria feita por

todos os entes federados: União, Estados e Municípios. Neste caso, segundo proposta apresentada pelo ex-governador, a União estaria com 50% do montante de compensação, enquanto os Estados e municípios dividiriam os 50% restantes.

Em defesa de sua proposta, Wellington Dias argumentou que deveria abrir um caminho de entendimento para que nenhum dos Estados saia perdendo. “Como foi governador, sei que uma nova receita que chega para os Estados se transforma em compromisso e, portanto, em despesa de difícil corte. Sei também que o Brasil não pode e não vai perder a oportunidade de partilhar com maior justiça os recursos derivados do Pré-Sal”, sustenta.

Dias destacou que a aprovação de proposta de distribuição dos royalties do pré-sal na Câmara e no Senado reforça a importância de se partilhar os recursos que “são de todos

os brasileiros”. “Não queremos que haja prejuízo por um conta brisco de receitas para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, que já reclamam disso. Por isso, nossa proposta foi no sentido de encontrar uma alternativa que não onerasse a necessidade de veto e que pode causar uma grande revolta em todo o Brasil”, pondera, acrescentando que o veto do presidente a proposta seria “ruim para os Estados e Municípios”.

O ex-governador defende que a distribuição das receitas do pré-sal seja feita obedecendo as mesmas critérios que norteiam a distribuição do Fundo de Participação Faccabam, mais recursos sociais Estados e Municípios que tiveram menos renda per capita, ou seja, os mais pobres. “Essa é, globalmente, a última chance nesse século de se reduzir as já gigantescas desigualdades do nosso País”, afirma Wellington Dias.



COMPENSAÇÃO Wellington Dias propõe partilha entre todos os entes federados

Fonte: O DIA, 24 jun. 2010, p.2.

Apresentado a partir da ordem do poder fazer, o prodestinatário divide com o enunciador o reconhecimento do protagonista como um sujeito político propositivo, e, a partir disso, mobiliza também o paradesinatário, persuadido como eleitor a reconhecer a proposição de Wellington Dias e depositar o voto ao Senado.

Wellington Dias é apresentado objetivamente como candidato ao Senado na matéria “Pesquisa – Wellington lidera pesquisa para Senado com 59,28%”, publicada no dia 25 de junho de 2010 no jornal *Meio Norte* (Notícia 18). A matéria faz referência aos dados da pesquisa do Instituto Amostragem a respeito da disputa para o Senado.

Na matéria, o enunciador jornalista apresenta Wellington Dias como candidato líder na preferência da população na disputa pelo Senado Federal, posicionando-o como um candidato legitimado por uma pesquisa de opinião pública.

Na sexta rodada de pesquisas do Jornal Meio Norte e Instituto Piauiense de Opinião Pública (Amostragem), realizada entre os dias 18 a 21 de junho em 56 municípios de todas as microrregiões do Piauí, com 1.137 eleitores, a disputa para o Senado, nas intenções de voto estimulada, o ex-governador Wellington Dias (PT) lidera com 59,28% das manifestações de voto.

Notícia 18  
**→ Pesquisa**  
 Wellington Dias lidera disputa para senador com 59,28% das intenções de votos, Mão Santa tem 33,07%, Heráclito Fortes 30,52%, Ciro Nogueira 16,18% e Antônio José, 10,47%

## Wellington lidera disputa para Senado com 59,28%

EFREM RIBEIRO  
 DE POLÍTICA E JUSTIÇA

Na sexta rodada de pesquisas do Jornal Meio Norte e Instituto Piauiense de Opinião Pública (Amostragem), realizada entre os dias 18 a 21 de junho em 56 municípios de todas as microrregiões do Piauí, com 1.137 eleitores, a disputa para o Senado, nas intenções de voto estimulada, o ex-governador Wellington Dias (PT) lidera com 59,28% das manifestações de voto. Ele é seguido pelo senador Francisco de Assis de Moraes Souza, o Mão Santa (PSC), que tem 33,07%. O senador Heráclito Fortes (DEM), candidato à reeleição, está em terceiro lugar na disputa com 30,52%.

Em quarto lugar, com



**DIAS** | Petista continua liderando disputa para o Senado

16,18%, está o deputado federal Ciro Nogueira (PP). Nogueira ia disputar a reeleição para deputado fe-

deral, mas aceitou há 15 dias disputar o Senado na chapa majoritária encabeçada pelo candidato do PTB ao Governo do Estado, senador João Vicente Claudino. Situado na quinta posição está o deputado federal Antônio José Medeiros (PT) com 10,47% das intenções de voto, na pesquisa anterior, realizada em maio deste ano, o petista tinha 5,28% das intenções de votos para o Senado, um mês depois ele já tem 10,47%, isso é, dobrou seu índice. O pré-candidato do PP ao Senado, Joaquim Saratva, tem 1,76%; Antônio de Deus Neto (PCB) tem 1,06% e Toim do Frango (PSL) tem 0,7%.

Os eleitores que não souberam ou não quiseram opinar somaram 5,01% dos entrevistados e os que não vão votar em ninguém ou querem votar nulo ou branco para senador representaram 3,61%. O estatístico João Batista Teles esclarece que a soma dos percentuais das intenções de voto para senador estimuladas somam mais de 100% porque o eleitor nestas eleições vão votar em mais de um nome para o Senado. A margem de erro é de 2,98% para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí com o protocolo de número 13.518/2010.

**→ Votos**

Batista Teles explica porque a soma dos percentuais das intenções estimuladas de voto para senador soma mais de 100%



Fonte: MN, 24 jun. 2010, p. 3.

O enunciador jornalístico reafirma a liderança do candidato Wellington Dias diante dos demais sujeitos políticos em disputa de forma reiterada no sobretítulo, no título, no texto, na legenda e no infográfico. De forma disseminada pela superfície significativa, o enunciador jornalístico repete a liderança do protagonista na pesquisa de intenção de votos, seja no processo de produção do texto, da diagramação seja da edição da página, pois o resultado da pesquisa é replicado em momentos distintos da superfície textual como recurso de posicionamento do sujeito político Wellington Dias frente a seus concorrentes, mobilizados pelo

enunciador jornalístico, ao fazer comparações entre os índices alcançados por eles.

Nessa matéria, o dispositivo de enunciação volta a apresentar a liderança de Wellington Dias, agora no contexto da disputa eleitoral. Dessa maneira, mobiliza o prodestinatário, com quem divide o reconhecimento do resultado da pesquisa de opinião pública como estratégia de persuasão ao paradesinatário, que estaria no percentual de indecisos e que ainda poderá aderir à campanha do protagonista ao Senado.

Em outra página de política, na edição de 25 de junho de 2010 do jornal *Meio Norte*, um enunciador jornalista volta a apresentar o ex-governador, reposicionando sua participação nos eventos não mais como gestor do Governo Estadual, mas como um sujeito capaz de “roubar a cena”. Na matéria “Financiamento – Wilson abre Agência de Fomento e anuncia investimentos de R\$ 100 mi”, a notícia faz referência à inauguração da agência de Fomento. O título, o texto e a legenda da foto ressaltam a ação do governador Wilson Martins, sendo o sujeito que “abre”, “anuncia”, que ocupa a posição de enunciador e abre o texto, posicionando-se diretamente ao leitor a partir da heterogeneidade mostrada: ‘*A Agência de Fomento é um marco para o desenvolvimento do Estado*’, afirmou ontem o governador Wilson Martins (PSB).

No entanto, na foto publicada em relação com a matéria, é o ex-governador Wellington Dias quem está em primeiro plano, prestes a apertar a mão do ex-secretário de Fazenda, Antônio Neto, enquanto o governador Wilson Martins assiste à cena. Apesar de a legenda *Wilson – Agência vai trazer crescimento econômico e social para o Estado* destacar a participação de Wilson Martins no fato, ele não desempenha a função de protagonista na imagem, marcando o ofuscamento que o ex-governador Wellington Dias provoca ao aparecer em uma mesma cena discursiva que o atual governador Wilson Martins, ao menos, aos olhos do enunciador jornalístico durante os processos de produção da imagem e de sua escolha para representar o momento de abertura da agência de fomento.

Embora silenciado por um enunciador jornalista que não o incluiu no texto e por um editor que não o citou na legenda da foto, o ex-governador Wellington Dias volta a ser apresentado como protagonista da notícia na matéria — *Proporcional – ‘PT seguirá o melhor caminho’*, diz ex-governador Wellington Dias’ — publicada logo abaixo da notícia em que aparece “roubando a cena” de Wilson Martins. Nessa matéria, Wellington Dias é apresentado pelo primeiro nome, pressupondo o imediato reconhecimento do leitor a respeito da função exercida pelo sujeito político, que agora passa a ser acompanhado por sua nova posição (“ex-governador”) como marca de reposicionamento do protagonista no cenário político local. Sob

a rubrica “proporcional”, a matéria faz referência às articulações políticas entre os partidos aliados em torno das coligações para cargos proporcionais, sobretudo para deputado federal.

A rubrica marca também o espaço “proporcional” ao PT e ao ex-governador no contexto. Publicada no rodapé da página, a matéria não conta com fotografia nem qualquer elemento gráfico que destaque a informação, além de apresentar no título o ator social Wellington Dias de forma indireta, apresentando primeiro o que ele diz, ao contrário da matéria publicada acima, na qual “Wilson abre” (Notícia 19).

Nas demais edições que compõem o *corpus* em análise, referentes aos meses de julho a outubro, Wellington Dias não mais é apresentado como protagonista das informações publicadas nas páginas de política, dando espaço a outros atores sociais, que passam a ocupar este papel social, são eles: Wilson Martins, Sílvio Mendes e João Vicente Claudino, candidatos ao Governo do Estado.

Notícia 19

→ **Financiamento**

## Wilson abre Agência de Fomento e anuncia investimentos de R\$ 100 mi

ANANIAS RIBEIRO E LÍDIA BRITO  
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

“A Agência de Fomento é um marco para o desenvolvimento do Estado”, afirmou ontem o governador Wilson Martins (PSE) ao inaugurar a agência que até o final do próximo ano terá um capital disponível para investimentos na ordem de R\$ 100 milhões.

Com um capital inicial de R\$ 10 milhões, a instituição financeira foi anunciada como um importante instrumento de crescimento econômico e social para o Estado. “Para o Piauí, a importância é que irá pulverizar os pequenos negócios e ações. Esse é um banco nosso, implantado na capital, mas que leva desenvolvimento, principalmente para os pequenos empreendedores em todas as regiões do Estado”, disse o governador. “Esse era um sonho nosso muito antigo, que um dia os piauienses pudessem pedir empréstimo dentro do próprio Estado, sem ter que recorrer a credores nacionais ou internacionais”, completou Martins.

A Piauí Fomento nasceu da incorporação do extinto



WILSON | Agência vai trazer crescimento econômico e social para o Estado

Banco do Estado do Piauí (BEP) com o Banco do Brasil. “Essa agência nasce da célula de criação do BEP que infelizmente foi extinto e levou ao sofrimento várias famílias deste Estado. Mas, graças ao trabalho e dedicação de toda uma equipe conseguimos criar esta instituição”, lembrou o secretário da Fazenda Silvano Alencar.

O Piauí torna-se agora um dos 17 Estados brasileiros a possuir uma agência de desenvolvimento. “Esse é um modelo de instituição financeira bastante comum na Europa e que está ganhando força no Brasil. A partir de se-

tembro já devemos contar com R\$ 20 milhões, sendo que cada operação tem o limite de 3% do capital total”, explicou o presidente da diretoria executiva da Piauí Fomento, Sérgio Breuel.

A agência conta com a parceria de outras instituições financeiras do País. O Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Brasil são algumas destas. Com as parcerias, a intenção é fortalecer a instituição e aumentar a capacidade de crédito, atendendo mais empreendedores de todo o Estado. (L.B)

→ **Proporcional**

## “PT seguirá o melhor caminho”, diz ex-governador Wellington Dias

“O ex-governador Wellington Dias negou ontem as especulações de que é o articulador nos bastidores para que o PT formalize coligação proporcional para deputado federal com o PMDB. “Eu fico vendo essas afirmações da mídia e me impressiona como não correspondem à realidade. Eu venho trabalhando pelo bem do meu partido é

isso que me importa”, explicou Dias. “Se existe possibilidade de nós elegermos seis deputados, porque nós vamos escolher eleger apenas cinco? O PT está trabalhando para fazer a melhor escolha para todos os membros do partido.”, disse o ex-governador. Dias garante que a decisão final só sairá na convenção, no próximo dia 20.

“O que está em jogo não é a aliança com esse ou aquele partido. Não importa a sigla, não é disso que estamos falando. Mas sim da possibilidade de eleger o maior número de deputados petistas. Nós temos muitos nomes que querem essa chance e o PT não vai prejudicar ninguém”, afirma Wellington. (L.B)

Fonte: MN, 24 jun. 2010, p. 4.

### 4.3 Wilson Martins

Wilson Martins foi vice-governador no segundo mandato de Wellington Dias. A partir das eleições municipais de 2008, passa a ser posicionado no cenário político local como pré-candidato ao Governo do Estado, em disputa direta com o senador João Vicente Claudino. Os dois travaram um duelo político-partidário, ao investir na estratégia política de eleger o maior número de prefeitos a fim de ampliar a representatividade das siglas comandadas por eles no interior do Estado, com o objetivo de construir ampla base de apoio, visando às eleições estaduais de 2010. Com essa estratégia, o vice-governador marcou sua disposição para

disputar a preferência do governador Wellington Dias e dos partidos aliados, como candidato à sucessão, provocando uma disputa interna na base governista, composta por doze partidos.

Em março de 2010, sem um acordo pleno entre os partidos coligados, Wellington Dias renunciou ao seu mandato e conduziu Wilson Martins à posição de governador do Estado e candidato à reeleição pela base governista. Como chefe da administração estadual, Wilson Martins passou a ocupar a linha de frente das decisões e da disputa ao Governo contra o senador João Vicente, dissidente da base aliada, e o tucano Sílvio Mendes, candidato da oposição.

Em segundo turno contra o candidato Sílvio Mendes, Wilson Martins foi reeleito e reconduzido ao Governo do Piauí. No recorte do *corpus* em estudo, o sujeito político é apresentado de vice-governador e pré-candidato ao Governo do Estado em disputa pela reeleição. Assumindo o papel de protagonista das notícias, sobretudo a partir do momento em que assume o Governo do Estado e a condição de candidato governista à reeleição (considerando que enquanto vice-governador e pré-candidato sua presença era tímida), Wilson Martins é apresentado como aquele que diz, fala diretamente ao leitor ou, em outros momentos, é aquele que tem as informações apresentadas por sua participação nos eventos midiáticos.

#### 4.3.1 Análises

Vice-governador do Estado e pré-candidato ao Governo, Wilson Martins assume a posição de enunciador, com o poder de dizer em entrevista publicada no dia 22 de novembro de 2009, no jornal *Meio Norte*. A entrevista pingue-pongue (perguntas e respostas) foi publicada sob o título “Não passa pela **minha** cabeça deixar a base”, marcando a heterogeneidade enunciativa a partir da reprodução de uma fala de Wilson, apresentado como o protagonista da notícia. Nessa entrevista, ele é aquele que fala diretamente ao leitor, responde aos questionamentos feitos por um enunciador jornalista, e, principalmente, posiciona-se como candidato para suceder Wellington Dias no Governo.



O enunciador jornalístico apresenta as informações dadas pelo protagonista, através de uma estratégia que enfatiza o posicionamento deste, quanto à possibilidade de ele deixar a base aliada e manter sua candidatura mesmo em posição ao Governo. Para tanto, explora a manifestação do vice-governador ao utilizar a heterogeneidade mostrada no título, marcando ainda o tom pessoal dado à resposta de Wilson Martins aos sujeitos políticos que cogitam sua possibilidade de deixar a base.

Meu nome está lançado como pré-candidato porque (eu) acredito no potencial do Piauí. O grande projeto que o próximo governador deve ter é o de promover o salto econômico capaz de redefinir o perfil socioeconômico do povo. É se aproveitar da base deixada, pelo Wellington para fortalecer as várias potencialidades que (nós) temos, e criar algumas outras. Em cinco anos, (nós) podemos ter um Piauí mineral, um Piauí com turismo de massa e também com alta participação da indústria e da agroindústria. Em médio prazo (nós) poderemos deixar de ser um Estado dependente dos serviços (MN, 22 nov. 2009, p. 4).

A fala de Wilson Martins, nesta entrevista, marca não somente a manifestação de um sujeito discursivo, mas expõe o seu posicionamento no contexto político local, naquele momento, permeado pelas disputas entre os partidos da base aliada do Governo Wellington Dias, pela indicação à posição de candidato governista à sucessão estadual.

Ao tomar por base esta estratégia, Wilson Martins fala por si e marca sua presença frente ao leitor, quando faz uso dos pronomes pessoais “eu” e “nós” de maneira direta e indireta. Com essa estratégia, o protagonista divide com o leitor (tu) as propostas que pretende apresentar durante sua campanha ao Governo, flexionando os verbos poder e ter na terceira pessoa; ou



Notícia 20.

## entrevista

Wilson Martins

➔ Em entrevista ao JMN, vice-governador afirma acreditar na manutenção da base aliada para o pleito de 2010.

# “NÃO PASSA PELA MINHA CABEÇA DEIXAR A BASE”

FRANCISCO LIMA  
SÁVIA BARRETO  
PARA POLÍTICA & JUSTIÇA

➔ Governador em exercício por conta da morte do titular Wellington Dias ao esteirar, o vice Wilson Martins tem uma longa agenda a cumprir até dia 2 de dezembro. A previsão é de que visite várias localidades por todo o Piauí. Mas também deve aproveitar para ampliar seus contatos políticos, já que é pré-candidato ao governo do Estado. A respeito da disputa pelo Karnak, Wilson é categórico: Não passa pela cabeça deixar a base aliada. Ele diz, ainda, que Dias faz um governo quase revolucionário e se considera pronto para pleitear a cadeira de governador. Veja a entrevista exclusiva concedida ao Meio-Norte.

**MNO NORTE** - Assumir o governo do Estado tem sabor de quero mais?

**WILSON MARTINS** - (Risos) Da vontade de trabalhar mais pelo Estado, e dar sequência ao trabalho do governador Wellington Dias.

**MN** - O senhor terá uma agenda específica ou será a delimitada por Wellington Dias?

**WILSON** - Está uma mescla. Muitos compromissos deixados pelo governador Wellington Dias, como a reunião de Sudeste e visita a outras. Mas há alguns pontos de agenda próprios. Possuem, nada que exija.

**MN** - Como estão as obras do PAC no Estado?

**WILSON** - Há alguns problemas, como nas estradas paralisadas por ações relacionadas ao IRAMA. Mas a maior parte está em bom andamento. Os conjuntos habitacionais são um bom exemplo: em Teresina, o Jardim Andaraí está em ritmo acelerado, empregando mais de 2 mil pessoas. O mesmo acontece com as obras de saneamento, os projetos de irrigação, de irrigação, as barragens, o aeroporto, o porto e a Transoesteina.

**MN** - O que já foi feito de mais importante?

**WILSON** - Todas as obras do PAC são importantes, porque são o que o Estado não tinha: condições para se desenvolver. No conjunto, e elas vão desenvolver o turismo, fortalecer e produzir a agricultura, deslanchar a agropecuária e viabilizar a indústria e mineração. Se você quiser que eu destaque uma, posso dizer que a Transoesteina é a obra de infraestrutura mais importante.

**MN** - O Piauí ainda não saiu do risco desconhecido da febre aftosa. O que falta para mudar de nível?

**WILSON** - É só uma questão de tempo. Esperávamos para a semana passada, mas o Ministério não havia concluído a análise dos relatórios. Seguimos muito otimistas, porque o próprio Ministério diz que o Piauí está bem na fita e foi quem mais evoluiu em termos de defesa sanitária.

**MN** - O que essa mudança representa como impacto na economia?

**WILSON** - Pode representar muito, e rapidamente. A pecuária, que já foi fundamental para o Piauí, estava encolhendo por causa da aftosa. Com a mudança, em cinco ou seis anos, a pecuária pode manter sua participação no PIB do Estado. E todos ganham com isso, pela criação de empregos e pela geração de empregos.

**MN** - O crescimento do PIB planejado não foi o esperado. Qual a expectativa para os próximos anos?

**WILSON** - O Piauí sofreu os efeitos da crise, e isso se refletiu no PIB. Mas acho que isso já passou. As obras estatísticas, em especial as do PAC, garantem o ritmo da economia e asseguram emprego. Além disso, há a perspectiva de novos investimentos. Nos próximos anos, o Piauí manterá a média de crescimento acima do Nordeste e do Brasil.

**MN** - Como o senhor avalia esses últimos anos de administração do Governo Wellington Dias?

**WILSON** - Avalio como um período absolutamente transformador, quase revolucionário, sobretudo por consolidar uma visão sobre o fortalecimento da infraestrutura. O governo está criando as condições para o grande salto que o Piauí deseja e precisa. É um governo de profundas mudanças que está marcando na história da nossa terra. Há dois Piaús, um antes e outro depois do Wellington.

**MN** - Quais os principais

projetos de um plano de governo para os próximos anos, caso seja candidato a governador?

**WILSON** - Meu nome está lançado como pré-candidato porque acredito no potencial do Piauí. O grande projeto que o próximo governador deve ter é o de promover o salto econômico capaz de redefinir o perfil socioeconômico do povo. É se aproveitar da base deixada pelo Wellington para fortalecer as várias potencialidades que temos, e criar algumas outras. Em cinco anos, podemos ter um Piauí mineral, um Piauí com turismo de massa e também com alta participação da indústria e da agroindústria. Em médio prazo, poderemos deixar de ser um Estado dependente dos serviços.

**MN** - Até março será definido o candidato da base aliada. O senhor acredita no acordo com PMDB e PTB? A oposição fala em “rachão” da base.

**WILSON** - A oposição tem que falar isso mesmo, tocando para que aconteça o rachão. Eu acredito na manutenção da base, porque é formada por partidos comprometidos com um projeto de transformação do Estado. Ninguém deseja retroceder. O Piauí não pode voltar para o passado. E se pessoas que fazem a base têm essa convicção. E todos têm dado demonstrações do desejo de manter esse projeto firme nos próximos anos.

**MN** - Qual será o seu posicionamento em 2010 se não for o escolhido pelo governador como candidato?

**WILSON** - Entendo uma coisa: estamos todos os partidos buscando fortalecer a base de o governador Wellington Dias sair, assumindo o governo com a vontade de ser candidato. Sem impor nada, não para me credenciar como candidato, pelo reconhecimento que tenho do Estado, pela força do meu partido e pela abertura que tenho com as outras forças da base. Não tenho por que pensar em sair da base.

**MN** - O senhor avalia a possibilidade de deixar o bloco governista, montar chapa paralela ou ainda se candidatar ao Senado?

**WILSON** - Isso de sair da base não passa pela minha cabeça. Fasse, sim, a vontade do trabalho para manter esta base unida e dar sequência ao projeto de Wellington Dias. E passa pela minha cabeça e o meu coração o desejo de seguir trabalhando pelo Piauí.



Fonte: MN, 22 nov. 2009, p. 4.

seja, condensando os sujeitos “eu” e “tu” no uso do “nós” discursivo ao usar “temos” e “podemos”. Além disso, Wilson Martins busca a legitimação de seu posicionamento, e afirma, objetivamente, que não pretende deixar a base de Wellington Dias, e que a estratégia política compartilhada com o leitor *é se aproveitar dessa base* para que, segundo ele, seja possível *fortalecer as potencialidades que temos* no Piauí.

O compartilhamento de crenças marca a relação proposta com o prodestinatário, com quem o protagonista da notícia busca conquistar a adesão, por meio das respostas que dá ao enunciador jornalístico, e que são reproduzidas na entrevista. Dividindo as ações com o leitor, fica implantada a presença do prodestinatário; no entanto, a apresentação polêmica do protagonista realizada, sobretudo a partir do título “Não passa pela minha cabeça deixar a base”, mobiliza o contradestinatário. Este, ao contrário daquele leitor que divide com o protagonista suas ações e seus planos, contesta as crenças de Wilson Martins, desconfia de seus posicionamentos, e apresenta uma função avaliativa ao sujeito político – percebido como alguém que poderá deixar de apoiar o Governo e passar a integrar a oposição em nome de uma candidatura ao Governo do Estado.

A afirmação exposta no título (*Não passa pela minha cabeça deixar a base*) da entrevista está em relação dialógica com o contexto político local, e remete às vozes sociais em disputa naquele momento. Ou seja, dialogiza com as vozes de quem especulava a respeito da saída de Wilson Martins do grupo governista, caso ele não fosse escolhido para disputar o Governo do Estado pela coligação. Dessa maneira, o enunciador jornalístico traz à cena discursiva pelo menos dois outros enunciadores: E1 que acredita na saída de Wilson Martins da base aliada; e E2 que sabe que essa possibilidade é fortemente cogitada nos bastidores da política, ou seja, que passa pela cabeça de muita gente.

Ainda como vice-governador do Estado e eventual candidato à sucessão, Wilson Martins ocupa a função de protagonista da notícia na matéria “Wilson conclama jovens à participação política”, publicada dia 2 de fevereiro de 2010 no jornal *Diário do Povo*. Propondo uma

#### Notícia 21

**ELEIÇÕES**

## Wilson conclama jovens à participação política

O vice-governador Wilson Martins, presidente do PSB no Piauí, conclamou a juventude piauiense a participar da política e a discutir os problemas do Piauí e suas soluções. "Não tenham medo de participar, de discutir, de reivindicar. Ninguém consegue nada na vida com moleza. Só se consegue com luta", ensinou. A conclamação foi feita durante encontro da Juventude Socialista Brasileira, realizado em um lotado salão de festas da Associação dos Funcionários do Grupo Jorge Batista, no bairro Sambaíba, em Floriano (260 km ao sul de Teresina).

Wilson Martins disse aos jovens que estudar é a solução para progredir na vida. "Mas é preciso acreditar em Deus, ter fé, estudar, pensar e agir positivamente. É preciso acreditar na família; ela é muito importante, é a base da sociedade. É preciso discutir os nossos problemas e buscar as soluções. O governo deve oferecer condições para o estudo e o trabalho e é isso que o governo Wellington Dias vem fazendo".

O Piauí registra avanços consideráveis nos últimos sete anos, especialmente na agropecuária, como o incremento na produção agrícola e a retirada do estado do risco desconhecido da febre aftosa; a recuperação e construção de estradas - esta uma das marcas do governo Wellington Dias -; a oferta de uma melhor educação, em todos os níveis, inclusive com a implantação da Universidade Aberta - o que se dará em todos os municípios; as melhorias nos índices de saúde; a construção de moradias - como o conjunto Francisca Trindade, na região Norte de Teresina, com 4.300 casas; etc.

**CAMINHADA** - Antes do encontro da Juventude Socialista, Wilson Martins saiu acompanhado pela cidade, acompanhado de lideranças do município. Ele conversou com populares nas ruas, visitou lojas e supermercados, o mercado público municipal, abraçando e ouvindo sugestões, propostas e reivindicações de feirantes e clientes.

No final da tarde, o vice-governador participou da Maratona da Paz, promovida pela Igreja Católica, com apoio da prefeitura local, empresários e entidades da sociedade civil. Literalmente no meio do povo, pelas principais ruas e avenidas de Floriano, Wilson Martins orou e cantou pela paz em Floriano e no Piauí, no Brasil e no mundo.

"Vim participar dessa maratona na a convite dos amigos de Floriano. Estou aqui, conversando com as pessoas, cantando com elas, sentindo o mesmo sentimento delas. Vamos construir um mundo melhor, com justiça social, emprego e renda para todos e, com a ajuda de Deus, com muita paz. Paz para todos", desejou.

O vice-governador tem voltado suas mensagens principalmente para o público jovem. Ele está intensificando também suas viagens no interior para realizar mais encontros e caminhadas pelo interior.

**WILSON MARTINS DISSE QUE NA SUA JUVENTUDE A PARTICIPAÇÃO ERA BEM MAIOR**



leiturabilidade que parte da rubrica “eleições”, o enunciador jornalístico constrói sentidos na própria disposição da matéria e dos enunciados que coloca em posição de destaque. Dessa maneira, durante o processo de edição da notícia, o enunciador relaciona a conclamação de Wilson aos jovens a seu interesse em que as eleições tenham uma participação da juventude; para tanto, faz a relação da juventude atual com a que ele vivenciou.

Esses primeiros sentidos são complementados à ideia de que ele teria aproveitado a realização do Encontro da Juventude Socialista Brasileira, evento voltado ao público jovem, para conclamar os presentes não somente à participação política mas ao seu engajamento nas “eleições”.

Apresentado como um agente político que “conclama jovens”, o protagonista tem sua imagem construída a partir de sua atuação político-partidária no Estado, como destacado no enunciado “O vice-governador Wilson Martins, presidente do PSB no Piauí”, no qual ele é apresentado a partir das posições que ocupa no Estado e no Partido.

Nessa matéria, um enunciador jornalista abre espaço para que o protagonista faça, por meio do suporte, a conclamação política ao leitor, sobretudo o jovem, para o qual também dá conselhos. “Não tenham medo de participar, de discutir, de reivindicar. Ninguém consegue nada na vida com moleza. Só se consegue com luta”. Nesse enunciado, além de incentivar a participação política, a estratégia enunciativa utilizada por Wilson Martins propõe o reconhecimento de sua “luta” política pessoal como um exemplo ao leitor jovem, que pensa em iniciar uma carreira política. Por meio de seu exemplo pessoal, o protagonista propõe o reconhecimento de sua trajetória política como parâmetro a ser seguido por quem pretende “conseguir algo na vida”.

Wilson Martins é apresentado como um articulador político, ao ter suas atividades, no município de Floriano, expostas como estratégia de um sujeito político e candidato à eleição estadual, e que realiza tais atividades, ali, como agenda de campanha. Ou seja, realizando caminhadas, em contato direto com o eleitorado, utilizando o corpo a corpo como mecanismo de divulgação de sua candidatura. Nos enunciados:

Literalmente no meio do povo, pelas principais ruas e avenidas de Floriano e O vice-governador tem voltado suas mensagens principalmente para o público jovem. Ele está intensificando também suas viagens no interior para realizar mais encontros e caminhadas pelo interior (DIÁRIO DO POVO, 2 fev. 2010, p. 3.

Essa estratégia de caracterizar a atividade política do protagonista como agenda de campanha se mostra marcada e reforçada pela rubrica “eleições”, posta como palavra-chave

acima do título; ou seja, como elemento sintetizador do que será tratado na matéria, indicando ao leitor que a conclamação política feita por Wilson Martins objetiva fins eleitorais. Ou seja, que a convocação política pode estar sendo direcionada para sua campanha e não somente à política de modo geral.

Nessa matéria, o performativo “conclama” marca a interpelação do enunciador frente ao prodestinatário, a quem deseja cooptar, agir sobre ele ou no mundo por seu intermédio. Ao destacar a conclamação feita pelo protagonista Wilson Martins, reproduzindo sua fala e destacando ainda as orientações dadas aos jovens, o enunciador revela a maneira pela qual pretende agir sobre esse prodestinatário, e como determina que este atue no mundo a partir do que é dito, segundo marcado nos enunciados: “Ninguém consegue nada na vida com moleza”, “Mas é preciso acreditar em Deus, ter fé, estudar, pensar e agir positivamente”.

Com essa estratégia, o enunciador constrói a representação de Wilson Martins, como um sujeito político experiente, que, por ter atuado na política desde a juventude, pode dar conselhos aos jovens ou mesmo ser um exemplo àqueles que desejam iniciar uma trajetória política. Como governador, ou seja, como ocupante do mais alto cargo do Executivo estadual, o protagonista da notícia é representado pelo enunciador como um partidário do prodestinatário, já que é exemplo a ser seguido. Com relação ao protagonista Wilson Martins,

Notícia 22

→ Sucessão

## Wilson descarta proposta tucana para aliança

EFRÉM RIBEIRO  
DA EDITORIA GERAL

O vice-governador Wilson Martins, pré-candidato do PSB ao Governo do Estado, se reuniu, antes de viajar a Brasília, com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Themístocles Sampaio Pereira Filho (PMDB), para discutir o resultado de uma nova pesquisa para o Governo do Estado nas eleições gerais de 2010 e as alianças partidárias, além da possibilidade do governador Wellington Dias (PT) permanecer no cargo.

Wilson Martins não aceitou a proposta do PSDB para uma aliança em torno da candidatura do prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, ao Governo do Estado. Os tucanos apostavam em uma aproximação de Wilson em caso de Dias não sair do Governo do Estado, no início de abril, prazo para desincompatibilização, e o PT manifestar apoio ao pré-candidato do PTB a governador, senador João Vicen-



WILSON | Não aceitou proposta tucana para compor chapa

te Claudino.

Com a recusa de Wilson Martins à proposta do PSDB, os tucanos reduziram as críticas a João Vicente Claudino, que estavam cada vez mais virulentas, e estão tentando desfazer o isolamento ao vice-prefeito de Teresina, Elmano Ferrer, na

esperança de que venham a ter o apoio do PTB à candidatura de Sílvio Mendes ao Governo do Estado.

GOVERNO - Wilson Martins voltou a deixar bem claro que não passa por sua cabeça a possibilidade de renunciar ao Governo do Estado no caso da renúncia do

governador, que deve disputar o Senado. Ele enfatizou que não existe essa possibilidade, no caso da saída de Wellington Dias.

Wilson Martins está esperando as novas decisões de Dias em relação a ficar ou sair da cadeira de governador, apesar de acreditar que vai disputar uma vaga ao Senado. Ele falou para interlocutores que, empossado governador, o PT manterá quase todos os seus atuais postos. Porém, compreende que os petistas irão apoiar sua candidatura à reeleição.

No caso do governador Wellington Dias sair e o PT apoiar a João Vicente Claudino ao Governo do Estado ficaria difícil manter os atuais postos na administração pública estaduais, como as Secretarias de Fazenda, Saúde e Educação. Nesse caso, os secretários ligados a João Vicente, que têm as pastas do Trabalho e do Emprego e do Desenvolvimento Econômico, de Turismo e Tecnológico, também perderiam os cargos.

o *Diário do Povo* apresenta um posicionamento diferenciado, mantendo relação predominantemente com o prodestinatário, ou seja, com aquele coenunciador que compartilha suas crenças, suas ideias e seus objetivos.

O vice-governador volta a ser apresentado como articulador político e pré-candidato ao Governo na matéria “Sucessão – Wilson

descarta proposta tucana para aliança” (Notícia 22), publicada na edição de 2 de fevereiro de 2010 do jornal *Meio Norte*. Nessa matéria, o protagonista está posicionado como eventual sucessor de Wellington Dias, que tem como base de apoio a coligação político-partidária

firmada pelo petista. A rubrica “sucessão” marca o objetivo da proposta tucana descartada por Wilson; e, em relação com a fotografia, na qual o protagonista aparece contando nos dedos, o enunciador jornalístico propõe a existência de outras possibilidades ao protagonista, sugerindo que ele descartou apenas uma entre as possibilidades de aliança de que dispõe.

Nessa matéria, o paradesinatário é mobilizado, na medida em que o protagonista da notícia é designado e descrito como uma pessoa de quem se fala, e que, em dialogia com a entrevista pingue-pongue publicada em novembro de 2009, Wilson Martins é posicionado pelo enunciador no tempo e no espaço, ou melhor, na disputa entre os partidos coligados durante a definição do candidato do grupo político naquele momento comandado por Wellington Dias, momento de tensionalidade no que tange ao processo de sucessão estadual.

O paradesinatário, então, é mobilizado a fim de que reconheça o protagonista Wilson Martins a partir da representação mostrada pelo enunciador. Para tanto, são percebidos pelos menos dois enunciadores em disputa: (E1) como aquele que reconhece a permanência de Wilson Martins na base aliada, apesar de o convite tucano, como uma opção dele. (E2) como aquele que reconhece nessa negativa uma forma de pressionar o então governador Wellington Dias a escolher Wilson Martins para sucedê-lo na administração estadual. E (E3) como aquele que ainda percebe a possibilidade de Wilson Martins sair da base aliada caso Wellington Dias decida apoiar outro candidato à sucessão.

Nessa matéria, o enunciador apresenta uma resposta à especulação acerca da possibilidade de Wilson Martins ser candidato ao Governo pela oposição, e sim pela base governista.

Wilson Martins voltou a deixar bem claro que não passa por sua cabeça a possibilidade de renunciar ao Governo do Estado no caso da renúncia do governador, que deve disputar o Senado. Ele enfatizou que não existe essa possibilidade no caso da saída de Wellington Dias (MEIO NORTE, 2 fev. 2010, p. 3.

O ato de “descartar” a proposta tucana para deixar a base governista e compor chapa com a oposição, conforme anunciado pelo protagonista, volta a posicioná-lo como um sujeito político que persiste na busca pela indicação de Wellington Dias para candidatar-se ao Governo do Estado pela base governista e que espera dele novas decisões para, a partir disso, decidir como deverá posicionar-se no cenário político local.

A estratégia política adotada pelo protagonista e apresentada ao leitor por meio do suporte mostra que a expectativa em torno da indicação faz o vice-governador permanecer na base governista, mas, caso sua candidatura não seja acatada pelos partidos coligados, ele poderá trilhar caminhos paralelos ao grupo político comandado por Wellington Dias. Dessa

maneira, enquanto busca o apoio em torno do seu nome, Wilson Martins “manda recados” aos aliados, em que reafirma a permanência dos postos petistas no governo, caso assuma a gestão estadual, ao tempo em que assegura ao leitor sua obstinação em negociar com aliados e adversários a viabilidade de sua candidatura.

A matéria discutida acima está em relação dialógica com a notícia *Circunstâncias – Wilson revela que pode não ser candidato*, publicada em 11 de dezembro de 2009 no jornal *Diário do Povo*. Nessa matéria, o protagonista faz “revelações” a um enunciador jornalista, que reproduz suas falas, e, através da heterogeneidade enunciativa mostrada, dá-lhe a possibilidade de falar diretamente ao leitor, ou melhor, de fazer as revelações anunciadas no título também àquele que lê, como no texto:

“Claro que existe a chance de não sair candidato. Se for vontade do povo e dos partidos, se se entender que é importante”.

Notícia 23



Fonte: DP, 11 dez. 2009, p. 3.

A partir desta construção, o protagonista classifica como “chance”, ou seja, como pouco provável, ele não ser candidato mesmo assumindo o lugar ocupado por Wellington Dias.

No entanto, sob a rubrica “circunstâncias” (Notícia 23), o enunciador jornalístico apresenta ao leitor a manifestação do protagonista da informação de que ele poderá não ser candidato, mesmo se ele assumir o Governo, dependendo das circunstâncias. Com essa construção, o enunciador jornalístico marca que a notícia se refere a possibilidades ainda em discussão e que dependerão de uma série de eventos anteriores para se efetivar.

Ao fazer uso, novamente, de verbo com valor performativo, o *Diário do Povo* marca sua relação com o paradesinatário. Nessa matéria, o protagonista revela ao suporte, e consequentemente ao leitor, através da fala de um enunciador jornalístico, a possibilidade de



não ser candidato à sucessão estadual, com a ressalva de se tratar de uma possibilidade que dependerá das “circunstâncias”, conforme marcado na rubrica acima do título.

Nessa notícia, o enunciador posiciona-se como instância de mediação entre os sujeitos políticos e o protagonista da informação de um lado, e o leitor de outro lado. Com essa estratégia, busca construir o referente, no dispositivo de enunciação, que usufrui da proximidade com os políticos para informar ao leitor sobre as movimentações nos bastidores da política local. Com o objetivo de persuadir o paradesinatário, o enunciador utiliza o meta-coletivo “povo”, em “se for vontade do povo”, no corpo da matéria, como estratégia enunciativa de submeter ao paradesinatário a argumentação apresentada pelo protagonista, na notícia em questão, que está em relação dialógica a discursos anteriores que já cogitavam a possibilidade de Wilson não ser candidato; e, ainda, em dialogia com discursos futuros na medida em que a rubrica “circunstâncias” marca enunciativamente que a retirada da candidatura de Wilson Martins dependerá do contexto político a ser definido com a aproximação do prazo determinado pela Legislação Eleitoral para o fechamento das coligações partidárias.

Polifonicamente, o enunciador traz pelo menos três outros enunciadores: E1 como aquele que acredita na candidatura de Wilson Martins ao Governo. E2 como aquele que não acredita na efetivação da candidatura de Wilson pela base governista. E3 como aquele que deposita nas “circunstâncias” a definição sobre a candidatura.

Como governador, Wilson Martins assume a

posição de protagonista da informação na matéria “Economia – Wilson Martins determina que secretários cortem os gastos” (Notícia 24), publicada na edição do dia 11 de abril de 2010 do *Diário do Povo*. A matéria trata de uma reunião com o governador Wilson Martins para que fossem anunciadas novas recomendações aos gestores. A principal medida da reunião,

Notícia 24  
■ ECONOMIA

## Wilson Martins determina que secretários cortem os gastos

Wilson Martins determinou apresentação de relatório e pediu sete dias para concluir equipe de auxiliares

O governador Wilson Martins (PSB) reuniu na manhã de ontem todos os secretários. O encontro foi realizado no Palácio de Kamak. Foi realizado um encontro técnico com os gestores. Entre as principais recomendações do governador esteve o corte de gastos. Ao iniciar a reunião, Martins pediu paciência aos secretários interinos. Pediu um prazo de sete a dez dias até que toda sua equipe seja formada.

Wilson Martins afirmou que o Estado vai priorizar a realização de alguns eventos, cortar viagens e controlar as despesas. “Isso é normal. Vamos fazer um levantamento aqui e saber onde podemos cortar, como viagens, aluguel de carros, eventos. Secretários que viajavam toda semana terão de priorizar”, declarou aos jornalistas.

Segundo o governador, a meta é priorizar as obras que estão em andamento e as que estão em fase de licitação.

mais na frente vai reunir toda a sua equipe novamente para tratar do assunto. Ele garantiu que fará o possível para a política não interferir na gestão pública. “Minha preocupação neste momento é apenas com a gestão pública”, declarou.

**PAC** - Sobre a coordenação do PAC, função sua quando era vice-governador, Wilson Martins disse que, por enquanto, o cargo será gerenciado pela secretaria de Governo.

**AGENDA** - A tarde, Martins começa a peregrinação pelo estado inaugurando obras. Em Anísio de Abreu, ele inaugura as obras de urbanização (calçamento e arbuancadas) do Estádio de Futebol-Milão. (informações@acesspiau.com.br)

**REUNIÃO** com secretário definiu novas diretrizes para os novos secretários, entre elas, economizar mais

Afastou qualquer possibilidade de atraso de salário e garantiu que sua gestão terá compromisso com o povo.

“Temos um compromisso com o servidor público. Vamos fazer o possível para atender a todos. Temos que avançar e dá celeridade”, disse. Sobre ataques na campanha eleitoral, Martins afirmou que



Foto: Wagner Santos

Fonte: DP 11 abr. 2010, p. 3.

entretanto, seria o corte de gastos em todas as pastas do poder público estadual. A estratégia enunciativa utilizada no texto reforça o caráter personalista das informações publicadas na editoria, ao tomar uma medida administrativa como iniciativa do sujeito governador. Com essa estratégia, um enunciador jornalista opta por explorar a figura do gestor como sujeito político produtor de discursos, ao invés de destacar o aspecto institucional da medida.

A foto publicada no corpo do texto mostra o governador Wilson Martins presidindo a reunião, no Palácio de Karnak, rodeado por secretários estaduais. Revela o protagonista posicionado ao microfone, olhando para o canto direito da sala, ocupado pela imprensa televisionada, enquanto secretários esboçam reações de tensão, como o secretário de Fazenda que passa a mão sobre a cabeça e o secretário de Turismo que posiciona a mão sobre a boca e apoiando o queixo. A imagem está em relação com os sentidos propostos no título, ao mostrar a apreensão daqueles que terão de executar as determinações do governador e cortar os gastos, apresentando Wilson Martins como protagonista da informação.

Nessa matéria, Wilson Martins é revelado ao leitor não mais a partir de questões político-partidárias, como vinha sendo tratado na condição de vice-governador e pré-candidato. Como gestor e candidato à reeleição, Wilson Martins passa a estabelecer relação com um leitor interessado nas medidas administrativas do Estado, nas decisões tomadas pelo gestor público, e nas determinações anunciadas pelo chefe do Estado; apesar de agora ele ocupar em definitivo a condição de candidato da base aliada ao Governo, como fica marcado no enunciado “temos compromisso com o serviço público”, ou seja, com o funcionamento da máquina administrativa.

Nessa matéria, o prodestinatário é interpelado a reconhecer como uma medida necessária o corte de gastos no Governo do Estado, anunciado pelo protagonista Wilson Martins. Na notícia, o sujeito semiótico apresenta ao leitor a determinação do protagonista e divide com ele a percepção a respeito da medida adotada por Wilson Martins, agora apresentado como gestor público.

Visto de frente na fotografia e observado enquanto anuncia ao secretariado suas primeiras medidas como governador do Estado, o *Diário do Povo* se posiciona como sujeito que participa do fato, estando presente na ocasião. A imagem publicada na matéria insere também o prodestinatário na cena discursiva, pois abre uma “janela” de observação para o leitor, que pode acompanhar a reunião e as determinações do protagonista por meio do suporte. A imagem marca também como é utilizada a função de interação, já que mostra o governador interpelando os demais sujeitos presentes na cena, ao olhar para os secretários posicionados a seu lado esquerdo, além de marcar a tematização do poder, pois o governador

está sentado à cabeceira da mesa, na cadeira de comando da reunião e das decisões administrativas do Estado.

Enunciativamente, a utilização de verbos com valor performativo como “determina” e “pede” propõe o compartilhamento de crenças entre o enunciador e o prodestinatário. De maneira mais sutil, propõe o estabelecimento de uma relação com o paradesinatário, buscando convencê-lo a reconhecer o governador Wilson Martins como um agente público, preocupado na aplicação dos recursos do Estado, e que, ao assumir a função de gestor estadual, tem a preocupação de dissociar suas atividades de campanha dos compromissos da gestão pública, conforme exposto em “ele garantiu que fará o possível para a política não interferir na gestão pública. “Minha preocupação neste momento é apenas com a gestão pública”, declarou”. Dessa maneira, o paradesinatário é interpelado a reconhecer a representação apresentada pelo enunciador acerca do protagonista e não sobre si mesmo.

Wilson Martins também é apresentado como gestor público na matéria “Mudança – Wilson nomeia 14 mulheres no 1º escalão” (Notícia 25), publicada na mesma data – 11 de abril de 2010, no jornal *Meio Norte*. Nessa matéria, um enunciador jornalista marca a mudança administrativa a partir da rubrica disposta acima do título e dá ênfase às atividades administrativas do novo governador do Piauí, segundo marcado no texto:

Notícia 25

Domingo  
TERESINA, 11 de abril de 2010

**Política & Justiça**

**Mudança**  
Governador faz história e monta equipe com maioria feminina em secretariado e cargos da cúpula do Estado

## Wilson nomeia 14 mulheres no 1º escalão

**EFREM RIBEIRO**  
DA EDITORIA GERAL

O governador Wilson Martins (PDS) reuniu seu secretariado, no Palácio do Karnal, e assinou decreto para impedir o uso eleitoral da máquina governamental durante as eleições gerais de 2010 e determina controle de gastos, mas o ato que o fez entrar ontem para a História do Piauí foi a nomeação de 14 mulheres como secretárias, diretoras e coordenadoras do primeiro escalão do Estado.

“Eu estava comentando, estamos em grande número”, comemorou a secretária estadual de Educação, Maria Maria.

Das 14 nomeadas para comandar as secretarias e órgãos do primeiro escalão, duas são negras, sua maioria na equipe de Wilson Martins.

“Nas mulheres, podemos fazer um mundo melhor”, declarou Wilson Martins, adotada e nova presidente da Agência, a companhia de água e esgoto.

Os homens do secretariado ainda não perceberam o peso feminino no governo de Wilson Martins. Ele ocupou todas as cadeiras de mesa oval do Salão Azul do Palácio do Karnal. A secretária de Trabalho e Emprego, Suelly Rodrigues Medeiros, uma laia de presença imponente estava sentada último lugar da mesa, e que Wilson Martins fez na cabeceira, mas por alguma razão, no momento da reunião, ela estava nas cadeiras que ficam coladas à parede, com as outras mulheres.

**NOMEAÇÕES** - Wilson Martins disse que vai nomear mais mulheres para o seu governo. “Estou pensando nomear mais mulheres, elas são muito disciplinadas, são muito determinadas e, sobretudo, agem com muita segurança. Eu fico muito feliz por estar percebendo este fato, que acho muito importante”, declarou o governador.

Na reunião, Wilson Martins assinou um decreto proibindo o uso eleitoral da máquina governamental. No documento, o governo do Estado mantém as proibições da legislação eleitoral, como o uso de recursos públicos e de obras para beneficiar candidatos e cargos eletivos e presença de candidatos e cargos eletivos em inaugurações.

**GASTOS** - Wilson afirmou que solicitou aos secretários o controle de gastos. Segundo ele, estão proibidas as viagens e realização de grandes eventos. E que a primeira prioridade dos secretários é o corte de gastos. “Tudo à normal. Vamos fazer um levantamento aqui e saber onde podemos cortar. Secretários que viajarem devem trazer relatório de prestação de contas. Os gastos com curso de máquina pública e de R\$ 70 milhões mensais e não podem ser extrapolados.

O governador disse ainda que a meta é priorizar as obras que estão em andamento e as que estão em fase de licitação. Afiriu que qualquer possibilidade de atraso de eleição e garantiu que sua gestão terá compromissos com o povo. “Tenho um compromisso com o servidor público. Vamos fazer o possível para atender a todos. Tenho que avançar e da cidadania”, disse.

Martins falou que vai reunir toda a sua equipe novamente para tratar de questões eleitorais e dos assuntos que a oposição pode fazer ao seu governo. E que fará o possível para a política não interferir na gestão pública.

Ac iniciar a reunião, Martins pediu paciência aos secretários: “Estamos aqui um pouco de sete a dez dias até que toda a sua equipe seja formada.”

Wilson Martins manteve nos cargos de representantes o PTB nas Secretarias Estaduais de Trabalho e Emprego, Educação, onde ficou Suelly Rodrigues, indicada pelo ex-secretário, deputado estadual Hélio Iriarte, e na de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, onde esta a secretária de repartição, que foi indicada pelo deputado parabatense e ex-secretário, Paulo Viariano.

PERFIL | Foto contradiz realidade: maioria é feminina em equipe de Wilson



**Mulheres nomeadas para 1º escalão do governo**

- Maria Xavier (Educação)
- Elizânia Araújo (Desenvolvimento Econômico e Tecnológico)
- Priscilla Malta (Departamento de Representação do Piauí em Brasília)
- Suelly Rodrigues Medeiros (Trabalho e Emprego)
- Dirceu Geyson (Secretaria de Assistência Social - Caladanga - Barão)
- Anapora Ribeiro (Controladoria Geral do Estado)
- Sílvia Terra (Fundação Cultural do Piauí - Parnaíba)
- Maria Brito (Governo do Piauí)
- Viviana Brito (Presidência da Agência)
- Rosângela Sousa (Coordenadora de Programa Borel Zere)
- Cláudia Castilho (Saúde e Direitos Humanos)
- Ana Inácio Gonçalves (Agência de Desenvolvimento Habitacional ADH)
- Karoline Brito (Departamento de Estrada de Rodagem - DER)
- Lúcia Araújo (Coordenadora de Estatísticas)

### ICMS tem aumento de 22,53% no 1o trimestre

A arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Piauí registrou um aumento de 22,53% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de ano passado, informou ontem o secretário estadual de Fazenda, Dirceu Adalberto. Segundo ele, nos primeiros três meses deste ano foram arrecadados R\$ 424 milhões de ICMS, sendo R\$ 181 milhões em janeiro; R\$ 124 milhões em fevereiro; e R\$ 119 milhões em março.

A receita propõe do Estado, que inclui o ICMS, IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores)

e outras taxas, ficou em R\$ 484 milhões no primeiro trimestre de 2010, com um aumento de 22,35% em relação ao mesmo período de 2009.

A falta de pagamento do Governo do Piauí está em R\$ 130 milhões e a arrecadação média do ICMS é de R\$ 140 milhões mensais.

O Fundo de Participação do Estado (FPE), que estava em queda no ano passado, agora ficou estabelecido, com um aumento de 0,85% no primeiro trimestre de 2010, arrecadando R\$ 391 milhões em janeiro; R\$ 152 milhões em fevereiro; e R\$ 113 milhões em março. (E.S.)

Notícia 25

Fonte: MN, 11 abr. 2010, p. 3.

O governador Wilson Martins (PSB) reuniu seu secretariado, no Palácio do Karnak, e assinou decreto para impedir o uso eleitoral da máquina governamental durante as eleições gerais de 2010 e determinar controle de gastos, mas o ato que o fez entrar ontem para a História do Piauí foi a nomeação de 14 mulheres como secretárias, diretoras e coordenadoras do primeiro escalão, fato nunca ocorrido no Estado.

Ao marcar a “mudança” proposta à composição do governo sob o comando de Wilson Martins, o enunciador jornalístico propõe, nos processos de edição, registro fotográfico e produção dos textos, que o leitor reconheça que, a partir daquele momento, se trata de uma nova gestão no Governo Estadual, em que a presença feminina é maior – apesar de ainda não ocuparem posições de destaque dentro do Governo, o que fica evidenciado pela fotografia – na qual não há nenhuma presença feminina à mesa de reunião do governador, e mesmo pela escolha do termo “nomeia” ao designar a presença feminina, pois sua nomeação marca essa presença feminina, mas não define seu posicionamento dentro das relações de poder com os demais gestores nomeados por Wilson. Além disso, ao fazer uso de um infográfico para apresentar os nomes das mulheres nomeadas para o 1º escalão de Wilson, o enunciador jornalístico apresenta ao leitor quem são e quais funções exercem, propondo que se trata de gestoras desconhecidas dele.

A partir dessa estratégia enunciativa, o protagonista da informação é apresentado ao leitor como um gestor que inicia seu mandato, anunciando mudanças, tomando decisões e fazendo história ao nomear 14 mulheres para o primeiro escalão da administração estadual. A partir disso, verifica-se a estratégia de um enunciador que propõe o reconhecimento de um gestor que representa mudanças na administração pública. Para tanto, o protagonista nomeia mais mulheres que seus antecessores para as pastas governamentais, e anuncia controle dos gastos para impedir o uso eleitoral dos recursos públicos, voltando a posicionar-se dessa maneira como candidato, já que indica a adoção de medidas que considera necessárias para conciliar suas atividades de gestor e candidato à reeleição.

Tendo em vista que foi eleito para ocupar a Vice-Governadoria do Governo Wellington Dias, e, por conta da renúncia do petista, assumiu a posição de governador, Wilson Martins busca legitimar junto ao leitor o reconhecimento de sua atividade enquanto governante do Estado, até mesmo para que possa pleitear, nas urnas, a renovação do mandato, mas agora na condição de governador. Mesmo assumindo o papel de candidato, o protagonista utiliza como estratégia política afastar de si as discussões políticas/eleitorais no



momento em que começa a configurar a imagem do protagonista gestor, como evidenciado no enunciado:

Martins falou que vai reunir toda a sua equipe novamente para tratar da questão eleitoral e dos ataques que a oposição pode fazer ao seu governo. E que fará o possível para a política não interferir na gestão pública” (MEIO NORTE, 11 abr. 2010, p. 3.

Na matéria, o enunciador estabelece relação com o paradesinatário, a quem dirige a função de mostração para caracterizar o protagonista Wilson Martins como governador, que, ao assumir o cargo, promove mudanças na gestão estadual, sobretudo, tomando medidas adjetivadas como inéditas, tornando-o marcante para a história. Logo no início do texto, a construção referencial proposta pelo enunciador configura o protagonista, de forma que busca persuadir o leitor e, conseqüentemente, conquistar sua adesão.

“[...] o ato que o fez entrar ontem para a História do Piauí foi a nomeação de 14 mulheres como secretárias, diretoras e coordenadoras do primeiro escalão, fato nunca ocorrido no Estado”.

Com essa estratégia, o enunciador apresenta as primeiras medidas administrativas anunciadas pelo governador Wilson Martins, com o objetivo de persuadir o leitor – que nesta matéria desperta o interesse do enunciador, sobretudo, como eleitor – para que ele reconheça o protagonista como um gestor diferente de seus antecessores, e que poderá promover mudanças que não foram realizadas pelos demais governadores do Estado.

Apesar de a foto publicada junto à matéria mostrar o governador Wilson Martins sentado à cabeceira da mesa, e rodeado de secretários estaduais, o enunciador volta a persuadir o paradesinatário a reconhecer o protagonista como um “governador que faz história ao montar equipe com maioria feminina”, e, para propor sentidos diferentes ao que mostra na fotografia, a legenda “Perfil – Foto contradiz realidade: maioria é feminina em equipe de Wilson” é colocada no canto superior direito da imagem.

Com isso, o enunciador traz as vozes daqueles que desconfiam da mudança no perfil do secretariado do Governo como informado pelo enunciador. E, dessa maneira, exige ainda que os nomes dessas mulheres sejam listados na notícia – o que é feito por meio de infográfico (E1); daqueles que reconhecem a maioria da presença feminina no primeiro escalão do Governo, mas não reconhecem a relação isonômica de poder entre os gestores homens e as mulheres (E2), como fica marcado nos enunciados:

Os homens do secretariado ainda não perceberam o peso feminino no governo de Wilson Martins. Eles ocuparam todas as cadeiras da mesa oval do Salão Azul do Palácio de Karnak. A secretária de Trabalho e Empreendedorismo, Suely Rodrigues Medeiros, uma loira de presença imponente estava sentada último lugar da mesa, a que Wilson fica na cabeceira, mas por alguma razão, no momento da reunião, ela estava nas cadeiras que ficam coladas à parede, com as outras mulheres.

A reunião do governador Wilson Martins com o secretariado também foi noticiada no jornal *O Dia* em 11 de abril de 2010, na matéria “Wilson Martins determina corte de despesas em todas as pastas”, publicada como apêndice de outras matérias que tratam da situação financeira do Estado a partir de dados técnicos fornecidos pelos secretários estaduais de Fazenda e Administração (Notícia 26).

Em *O Dia*, Wilson Martins é apresentado como um protagonista que anuncia cortes de despesas, não como resposta às cobranças do leitor, mas como medida necessária diante do quadro econômico apresentado pelos técnicos de sua equipe. Ou seja, pelos secretários de Fazenda e Administração, conforme marcado nos enunciados:

Em sua primeira reunião técnica com o novo secretariado, realizada na manhã de ontem no Palácio de Karnak, o governador Wilson Martins deixou clara a necessidade de cortar gastos na administração estadual. De acordo com o governador, as prioridades atuais são cumprimento da tabela de pagamento de servidores e elevação da arrecadação. As recomendações de Wilson Martins sobre redução de gastos são semelhantes às adotadas pelo ex-governador Wellington Dias quando do agravamento da crise econômica e queda de repasses constitucionais pelo Governo Federal em 2009: devem ser reduzidos gastos com diárias, viagens, eventos, telefonia, aluguel de veículos e equipamentos (O DIA, 11 abr. 2010, p. 3).

# Arrecadação aumenta, mas governo não sabe quanto deve

Todos os secretários vão apresentar relatórios para que o montante das dívidas possa ser dimensionado



CAIXA, Silvano Aleazar diz que crescimento da arrecadação própria foi maior do que o FPE

### Governo decide manter a suspensão de concursos

Dentro da política de corte de gastos da administração pública estadual, o governador Wilson Martins determinou a não realização de concursos públicos para contratação de novos servidores. Além da contenção de despesas, a medida também se deve à aproximação do pleito eleitoral e à produção da contratação de servidores a partir de junho.

De acordo com o novo secretário estadual de Administração, Evandro Ciríaco, a medida é necessária para

que 60% da Receita Líquida dos estados. Hoje, 52% da Receita Líquida do Piauí são destinados à folha de pagamento”, comentou.

Dados da Sind apontam que em 2009 o pagamento de servidores do Poder Executivo custou ao Governo do Piauí R\$ 1,8 bilhão. Sobera a realização de novos concursos, o secretário explicou que serão realizadas apenas aquelas que já estão em andamento (para Agricultura, Defesa Agropecuária e

GREVE

Em relação à greve dos servidores da Agricultura de Defesa Agropecuária do Piauí (Adagri), Evandro Ciríaco afirmou que ainda não há sinalização de acordo. Os grevistas solicitam a implantação do Plano de Cargos, Salários e Vacantamentos; reajuste salarial; pagamento do retrocesso da gratificação de insalubridade; e a garantia de suporte político às autoridades de fiscalização e de

secretaria

Secretaria é que a Sefaz vai tornar completa ciência do montante.

O Piauí conseguiu, nos primeiros três meses de 2010, arrecadar um valor maior que o dos repasses constitucionais feitos pelo Governo Federal”, contou Silvano Aleazar. Para esse cálculo, a Secretaria Estadual de Fazenda levou em consideração o recolhimento de impostos (como ICMS e IPVA), além de taxas e multas.

O fim das medidas afetadas pelo Governo Federal para minimizar os efeitos da crise econômica, como a redução de alíquotas de impostos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e a melhoria da capacidade de arrecadação própria do estado, como investimentos em tecnologia, propiciaram a elevação do recolhimento de encargos.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010, a arrecadação de ICMS (principal encargo recolhido pelo governo estadual) ao Piauí totalizou R\$ 144 milhões. Esse valor significa um aumento de

22,35% em relação à arrecadação de ICMS no mesmo período de 2009. “Não há sombra de dúvida, mas não vamos nos meter”, radicalizou.

FPE

“O contrário do que aconteceu no final de 2009, o Piauí iniciou 2010 com incremento, ainda que limitado, do repasse do Estado de Destacado dos Estados. No primeiro trimestre deste ano, foram repassados ao Governo Estadual R\$ 201 milhões por meio do FPE, um aumento de 0,36% quando comparado ao mesmo período do ano passado.

### VALORES RECEBIDOS

Arrecadação de ICMS:	22,35%
Janeiro: R\$ 151 milhões	
Fevereiro: R\$ 164 milhões	
Março: R\$ 159 milhões	
Repasse do FPE:	
Janeiro: R\$ 192 milhões	
Fevereiro: R\$ 192 milhões	
Março: R\$ 190 milhões	

## Wilson Martins determina corte de despesas em todas as pastas

Em sua primeira reunião técnica com o novo secretariado, realizada na manhã de ontem no Palácio de Karnak, o governador Wilson Martins deixou clara a necessidade de cortar gastos na administração estadual. De acordo com o governador, as prioridades atuais são cumprimento da tabela de pagamento de servidores e elevação da arrecadação.

As recomendações de Wilson Martins sobre redução de gastos são semelhantes às adotadas pelo ex-governador Wellington Dias quando do agravamento da crise econômica e queda de repasses constitucionais pelo Governo Federal em 2009: devem ser reduzidos gastos com diárias, viagens, eventos, telefonia, aluguel de veículos e equipamentos.

O governador revelou detalhes das ações desenvolvidas

Deverem ser reduzidos os gastos com diárias, telefonia, eventos, aluguel de veículos, além de viagens

“Não estamos aqui para fazer política”, Wilson buscou formas de dar transparência à administração, sem permitir que questões administrativas interfiram nela. “Não podemos a qualquer custo nos metermos no processo eleitoral”, garantiu.

(Atenas de Mendonça)

Fonte: O DIA, 11 abr. 2010, p. 3.

Observando a estratégia de um enunciador que expõe as medidas do gestor a partir de um olhar técnico, verifica-se a configuração de um leitor que parte da percepção de que o Governo do Estado passa por dificuldades financeiras para então cobrar do governador o anúncio de medidas administrativas que possam dirimir essas dificuldades. Diferentemente dos demais jornais, *O Dia* não dá às medidas anunciadas por Wilson Martins a adjetivação de mudança ou de renovação, e destaca suas “recomendações” como “semelhantes às adotadas pelo ex-governador Wellington Dias”, propondo a continuidade de um mesmo governo, identificado pelo leitor a partir da posse de Wilson Martins após a renúncia de Wellington Dias, neste momento, candidato ao Senado.

Nessa notícia, o contradestinatório é mobilizado a partir das vozes do polêmico. O Governo, apresentado a partir de uma função afetiva e avaliativa, é caracterizado como quem não sabe quanto deve ou diz não saber o quanto deve, apesar de comemorar o aumento na arrecadação. O contraponto apresentado pelo enunciador traz polifonicamente as vozes de enunciadores: (E1) reconhece o Governo a partir do desconhecimento sobre si mesmo; (E2) percebe na estratégia de afirmar que desconhece o tamanho da dívida como meio para não informar valores; (E3) como aquele que percebe o aumento da arrecadação como um sinal otimista de que, apesar da dívida, as dificuldades financeiras do Estado deverão ser superadas com o aumento da arrecadação, e com as medidas de corte de gastos anunciados por Wilson Martins.

Notícia 27

SUCESSÃO ESTADUAL

## Wilson Martins diz que a aliança é feita com soma de diferenças

O governador Wilson Martins (PSB) parece minimizar os conflitos existentes entre os partidos que já manifestaram apoio à sua candidatura. Ao comentar sobre as alianças que o PSB está formando com o PMDB, que está dividido em relação ao apoio à reeleição de Martins, o governador afirmou que “uma aliança política é feita com a soma de diferenças”. Mesmo reconhecendo

que a ala oposicionista do PMDB manifesta certa resistência ao apoio à sua candidatura, o peesebista se diz otimista em relação à adesão do ex-deputado Chico Filho (PMDB) e que sua aliança política é formada pela soma de pessoas que pensam diferentes, mas com objetivos comuns em levar adiante “um projeto de desenvolvimento para o Piauí”. “Praticamente todos os que estive-

ram envolvidos neste projeto seguem juntos, e outros estão chegando porque entendem que o Piauí tem pressa e não pode voltar atrás”, analisa.

Sobre reações negativas dentro da base governista aos nomes de Chico Filho e Moraes Souza Filho (PMDB), o governador diz desconhecer. Segundo ele, os mais diversos partidos estão decidindo formalmente pelo apoio ao

seu nome e isso é algo fruto de um entendimento, mesmo naqueles partidos que manifestam posições divergentes. “Isto é motivo de alegria, porque mostra a confiança em nossa postulação”, comenta, acrescentando que o bloco do Governo já conta com o apoio do PT, PCdoB, PDT, PR e PRB, mesmo que alguns dos seus membros ameacem dissidências.

(Mayara Martins)

Fonte: O DIA, 17 maio 2010, p. 3.

Os aspectos político-eleitorais relacionados ao protagonista voltam a ser ressaltados nos suportes nas edições do dia 17 de maio de 2010, a partir da publicação de matérias relacionadas à aliança partidária esboçada pelo governador Wilson Martins, candidato à reeleição. Em *O Dia*, a matéria “Sucessão estadual – Wilson Martins diz que a aliança é feita com soma de diferenças” (Notícia 27) apresenta o governador Wilson Martins como um ator

político empenhado em conciliar os diversos interesses político / partidários, e agregar em torno do seu nome o apoio de líderes dos partidos que possam compor uma nova base aliada. Como um conciliador, o protagonista tem criada em torno de si uma imagem de político que se movimenta nos bastidores, no sentido de atender a todos, e silenciar as vozes daqueles que, por ventura, estejam insatisfeitos, como marcado em:

O governador Wilson Martins (PSB) parece minimizar os conflitos existentes entre os partidos que já manifestaram apoio à sua candidatura.

E

Mesmo reconhecendo que a ala oposicionista do PMDB manifesta certa resistência ao apoio à sua candidatura, o peesebista se diz otimista em relação à adesão do ex-deputado Chico Filho (PMDB) e que sua aliança política é formada pela soma de pessoas que pensam diferentes, mas com objetivos comuns em levar adiante “um projeto de desenvolvimento para o Piauí (O DIA, 17 maio 2010, p. 3).

A estratégia enunciativa de apresentar uma observação que busca silenciar os conflitos internos, nos partidos que já manifestaram apoio à sua candidatura, mostra a estratégia política do protagonista que negocia com diferentes vertentes a construção de uma aliança política que possa viabilizar sua vitória na sucessão estadual, independente da maneira como pensam ou se posicionam no cenário político local.

O protagonista estabelece dessa maneira uma relação com o leitor que mistura a compreensão em torno das diferenças políticas partidárias e ideológicas que podem estar contidas em um grande e heterogêneo grupo político, com a percepção de que a “soma das diferenças” torna-se possível mediante o interesse comum dos atores sociais envolvidos em vencer as eleições estaduais.

Dessa maneira, o leitor configura-se como um sujeito político que percebe as relações de “conveniência” que podem ser desenhadas no bojo das articulações políticas e observa os interesses eleitorais e partidários como elos entre os atores sociais que, mesmo possuindo posicionamentos diferentes, podem somar forças em uma aliança.

Em *O Dia*, o enunciador apresenta as vozes do polêmico ao mostrar ao leitor uma leitura crítica à estratégia política de defender a soma de diferenças como modelo de aliança político-partidária. Sob a rubrica “sucessão estadual”, o enunciador apresenta uma percepção avaliativa sobre o objetivo do protagonista de somar as diferenças entre ele, seu partido e os demais coligados, qualificando como interesse eleitoral a iniciativa de agregar o apoio de políticos que mesmo pensando de forma diferente, podem favorecer sua campanha ao Governo do Estado.

O polêmico volta a ser apresentado pelo enunciador, na matéria ao classificar o posicionamento do protagonista como uma tentativa de “minimizar os conflitos existentes entre os partidos”, já que ele reconheceria que “a ala oposicionista do PMDB manifesta certa resistência ao apoio”. A partir dessas estratégias, o enunciador estabelece relação com o contradestinatório — aquele que não acredita na soma de diferenças, defendida pelo protagonista como uma aliança possível; com o objetivo de construir os referentes, Wilson Martins é dispositivo de enunciação para o paradestinatório, de quem busca a adesão.

Com relação a Wilson Martins, o enunciador propõe o reconhecimento de um sujeito político, interessado na sucessão estadual, já que disputa a renovação do seu mandato como governador do Estado, e, para tanto, está disposto, inclusive, a aliar-se àqueles que pensam de forma diferente, e mesmo aos que apresentam certa resistência ao seu nome. Já com relação ao dispositivo de enunciação, o enunciador posiciona-se como aquele que observa criticamente o que diz Wilson Martins, e destaca as tensões no contexto político em questão. Com essa estratégia, distancia-se da percepção apresentada pelo protagonista a respeito das alianças políticas, posicionando-se ao lado do paradestinatório. Ou seja, como um sujeito que observa a movimentação dos bastidores, reconhece as disputas entre os sujeitos políticos, mas não assume uma posição de alinhamento ao protagonista.

Essa percepção é apresentada objetivamente na matéria “Declaração – Governador defende aliança com a soma das diferenças” (Notícia 28), publicada no jornal *Meio Norte*, na edição de 17 de maio de 2010. Na matéria, a informação é apresentada ao leitor como declaração e defesa do governador, que fala abertamente sobre as negociações em curso para a formalização de aliança do PSB e com o PMDB.

Notícia 28

## → Declaração

### Governador defende aliança com a soma das diferenças

“Uma aliança política é feita da soma de pessoas que pensam diferente, mas que têm objetivos comuns”. Foi esta a frase do governador Wilson Martins, ao falar ontem sobre a aliança que o seu partido, o PSB, está formando com o PMDB.

Para Wilson, o apoio do PMDB é importante porque representa “um grande partido com uma história de luta muito bonita e grandes lideranças no presente”. Da mesma forma festeja o apoio do PT, PCdoB, PDT, PR e PRB.

Sobre o apoio do ex-deputado Chico Filho, ele disse que acha importante porque mostra que o PMDB está unido, no mesmo objetivo de levar adiante um projeto de desenvolvimento que vem dando certo no Piauí. “Praticamente todos os que estiveram envolvidos neste projeto seguem juntos, e outros estão chegan-

do porque entendem que o Piauí tem pressa e não pode voltar atrás”, ressaltou.

Indagado sobre reações dentro da base pelo apoio de nomes como Chico Filho e Moraes Sousa Filho, ele disse desconhecer: “O que sei é que os diversos partidos estão decidindo formalmente pelo apoio ao nosso nome. Isto é motivo de alegria, porque mostra a confiança em nossa postulação”, destacou Wilson Martins.

O governador reafirmou o entendimento de uma aliança como a soma de diferenças. “Se você só deseja iguais, vai ficar isolado, porque há diferenças de estilo e de pensamento até dentro de um mesmo partido. O fundamental é que haja uma estratégia comum, haja um só compromisso com o Piauí. Isto está acima de qualquer diferença que possa existir”, afirmou Wilson Martins.



WILSON MARTINS | Falou dos partidos que buscam apoiar o PSB

Fonte: MN, 17 maio 2010, p. 3.

“Uma aliança política é feita da soma de pessoas que pensam diferente, mas que têm objetivos comuns”. Foi esta a frase do governador Wilson Martins, ao falar ontem sobre a aliança que o seu partido, o PSB, está formando com o PMDB”. (MN, 17 de maio 2010, p. 3)

Ao dividir com o leitor a informação a respeito das movimentações políticas observadas nos bastidores, um enunciador jornalista mostra um protagonista político e articulador que buscam o entendimento entre diversos atores sociais em torno de sua candidatura, posta ao reconhecimento do leitor como resultado de uma soma de forças; ou seja, como resultado de um “consenso” entre partidos e líderes políticos.

No *Meio Norte*, o enunciador jornalístico apresenta a defesa da aliança, apesar de qualquer diferença entre partidos e sujeitos políticos sob a rubrica “declaração”; e, com isso, propõe uma leitura que não relaciona de imediato o posicionamento do governador com seu interesse em concorrer à reeleição. Como declaração ou como fala, segundo proposto na legenda da foto, a aliança entre sujeitos que pensam diferente sugere inicialmente que se trata de uma declaração conceitual, relacionada ao universo político e não exatamente à costura de alianças com vistas à eleição.

Nessa matéria, o enunciador apresenta discursivamente as crenças que compartilha com o prodestinatário, como estratégia de persuasão para buscar a adesão do paradesinatário. Ao apresentar a declaração do protagonista de que a aliança política independe das diferenças que possam existir entre os aliados – o enunciador estabelece relação com o prodestinatário – com quem divide a crença de que há “diferenças” entre partidos e políticos aliados; e com o paradesinatário – a quem propõe o reconhecimento da candidatura de Wilson Martins como resultado de um consenso.

Para interpelar o prodestinatário, o enunciador utiliza expressões com valor modal, como em “o governador reafirmou o entendimento de uma aliança como a soma de diferenças”, marcando o compartilhamento de uma percepção com o leitor sobre o protagonista; e para persuadir o paradesinatário, constrói o referente Wilson Martins como nome de consenso e como sujeito político que possui flexibilidade para lidar com as diferenças de pensamento, desde que não representem objetivos diferentes, como exposto em “o fundamental é que haja uma estratégia comum, haja um só compromisso com o Piauí”.

Como visto anteriormente, em *O Dia*, o enunciador jornalístico apresenta a informação sob a rubrica “sucessão estadual” e, diferente do *Meio Norte*, marca — logo no



início da leitura – que a soma de diferenças proposta pelo protagonista Wilson Martins visa a sucessão estadual, já que ele é candidato à reeleição.

Wilson Martins é novamente apresentado por suas atividades na administração estadual na matéria “Recursos – Wilson Martins abre crédito suplementar de R\$ 64 milhões”, publicada em 17 de maio de 2010 no *Diário do Povo*. Nessa matéria, o protagonista tem suas ações destacadas por um enunciador jornalista, apesar de não ter a possibilidade de falar diretamente ao leitor.

Posicionado como aquele de quem se fala, o governador aparece como quem foi surpreendido pela divulgação da informação da abertura de crédito suplementar de R\$ 64 milhões. Essa reação é sugerida na fotografia, na qual o protagonista aparece como quem reage a uma informação que surpreende e, ao mesmo tempo, exige uma reação diante da informação.

O enunciador jornalístico utiliza a rubrica “recursos” (Notícia 29), para propor a construção de sentidos sobre a aplicação dos recursos públicos pelo governador,

Notícia 29

**DIÁRIO** do Povo do Piauí Teresina - PI - Segunda-feira, 17 de maio de 2010

**RECURSOS**

## Wilson Martins abre crédito suplementar de R\$ 64 milhões

**governador remanejou recursos para várias pastas, projeto Segurança foi um dos priorizados**

**KATYADANGELES REPORTER**

O governador Wilson Martins (PSB) abriu crédito suplementar no valor de R\$ 64 milhões. Turismo, Segurança, Esporte, Educação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e outros órgãos são beneficiados com o recurso.

Só para a Educação serão destinados R\$ 40 milhões. Os recursos para a suplementação são oriundos do excesso de arrecadação e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Além disso, serão anulados e transferidos recursos que seriam destinados a outras obras e programas do Governo. Entre as anulações estão restauração e pavimentação de rodovias e microdrenagem e retenção de cheias. A anulação atinge quase R\$ 10 milhões.

Foram beneficiados com a suplementação orçamentária a Fundação Cultural do Piauí, Secretaria de Segurança Pública, Fundação dos Esportes do Piauí - Fundespi, Secretaria do Desenvolvimento Rural/Coordenadoria de Convivência com o Semi-Árido, Secretaria de Administração/Agência de Tecnologia - ATI, Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo e para a Secretaria da Defesa Civil.

O total da suplementação é de R\$ 64.105.660 (sessenta e quatro milhões e seiscentos e sessenta reais). Com a suplementação oito projetos diferentes serão contemplados. Para a modernização física e funcional de unidades de segurança foram destinados R\$ 65 mil. O maior valor, no entanto, é destinado à Educação, que são recursos oriundos do FNDE no valor total de R\$ 40 milhões.

A área de Esporte ficará com R\$ 215 mil, que serão distribuídos entre a coordenação geral da Fundespi e programas de esporte e lazer.

As obras de recuperação de danos causados por desastres receberão suplementação de R\$ 4,4 milhões e o projeto de construção de cisternas em vários municípios receberiam valor de R\$ 2,8 milhões. O projeto urbano receberá suplementação de R\$ 850 mil. Entre as anulações que serão feitas, para que as demais pastas possam ter recursos, estão a de R\$ 65 mil que seriam destinados a projetos de "apoio a conselhos comunitários" e serão transferidos para a área de Segurança. Será anulado também o valor de R\$ 20 mil que seriam destinados à aquisição de equipamentos para a Orquestra Sinfônica do Piauí.

Serão anulados ainda recursos da ordem de R\$ 500 mil que eram destinados a obras de contenção de cheias no rio Longa, nos municípios de Campo Maior e Esperantina. Da Coordenação Geral da Secretaria de Defesa Civil serão anulados R\$ 1,4 milhões.

que abriu crédito suplementar para remanejar recursos de uma pasta para outras, beneficiando áreas como, por exemplo, segurança e construção de estradas. Em relação com a fotografia que parece flagrar a atividade do governador, o enunciador jornalístico, nos processos de edição e produção dos textos, utiliza a prerrogativa da objetividade jornalística para informar o leitor, acerca das movimentações financeiras realizadas pelo governador, sem, contudo, explicitar qual seria o objetivo do protagonista em fazer esse remanejamento entre pastas, deixando que o leitor faça o reconhecimento de sentidos, a partir do acionamento de suas experiências e do conhecimento que possui sobre este tipo de medida, dos sujeitos políticos mobilizados e dos contextos em questão.

Fonte: DP, 17 maio 2010, p. 3.

O enunciador interpela o protagonista da notícia ao cobrar informações e justificativas sobre o crédito suplementar de R\$ 64 milhões. Essa cobrança é utilizada como estratégia de

persuasão do paradestinatório, na medida em que o *Diário do Povo*, enquanto sujeito semiótico, se posiciona como um enunciador que busca as informações, interpela os sujeitos políticos e constrói referentes para apresentar ao paradestinatório, neste caso, propondo representações tanto a respeito do protagonista quanto a si próprio.

Utilizando a função de mostração para construir referentes, Wilson Martins é representado pelo enunciador como um gestor que teria sido surpreendido após ter sua medida percebida pelo dispositivo de enunciação, sobretudo, a partir da fotografia, na qual o governador aparece sentado, com as mãos levantadas e afastando com as palmas das mãos as eventuais críticas que poderiam resultar do fato noticiado.

Contudo, é a partir da prerrogativa da objetividade jornalística que o enunciador apresenta os dados relacionados à medida administrativa adotada pelo governador como meio para posicionar-se como um enunciador que conta com o reconhecimento do paradestinatório. Ao longo do texto, os dados são apresentados sem qualquer inferência ou juízo de valor, tratando tecnicamente as informações colhidas pelo enunciador jornalístico.

Polifonicamente, o enunciador traz as vozes de quem percebe a transferência de recursos de uma pasta a outra como uma transação normal e, portanto, sem qualquer suspeita (E1); e de quem acredita que o remanejamento de recursos para órgãos específicos representa a adoção de um tratamento privilegiado a determinadas pastas e/ou áreas em detrimento das demais (E2). Dessa maneira, ao dizer que o “governador remanejou recursos para várias pastas, o Projeto Segurança foi um dos priorizados” o enunciador mobiliza no leitor a noção de atitude responsiva ativa, na qual ele irá atualizar os sentidos propostos no texto a partir de suas experiências sócio-históricas e culturais.

No dia 6 de setembro de 2010, a notícia “Obras – Teresa diz que Wilson teve tempo e não

Notícia 30



Fonte: DP, 6 set. 2010, p. 3.



fez” (Notícia 30) mostra um enunciador jornalista, que apresenta o embate entre dois atores sociais, naquele momento em disputa o Governo do Estado, sem fornecer detalhes a respeito de quem são e de qual papel desempenham no cenário político local, pressupondo, desta maneira, que são personagens conhecidos do leitor, bem como o assunto do qual está sendo tratado no texto. O referido título está discursivamente marcado pela presença de diversas vozes sociais, a começar pela candidata, que mesmo não tendo sua opinião reproduzida em discurso direto, tem sua fala destacada pelo enunciador jornalista como expressão da voz de oposição, responsável por apontar os erros e as falhas atribuídas à gestão de Wilson Martins que, no exercício do mandato, é candidato à reeleição.

Além disso, a voz crítica de um enunciador se mostra ativa a partir das estratégias que busca apresentar ao leitor, em tom de denúncia e alerta, que Wilson Martins já teria tido tempo para realizar obras, mas não fez e não justificou sua não realização. Com essa estratégia, um enunciador mobiliza os sentidos a fim de provocar o reconhecimento do leitor para a demora ou a ineficiência proposta ao governador, adjetivado como um socialista, médico, governista há anos, mas ausente na apresentação de soluções para problemas da área a que tem conhecimento técnico – a saúde.

“Ela disse que o socialista além de ser médico, está há oito anos em um governo, além de ter sido líder do governo Mão Santa, e os problemas de saúde no interior persistem”. (DP, 6 set. 2010, p. 3)

Destaca o enunciador jornalista, ao comentar a fala da candidata Teresina Britto, posicionando-se novamente como um mediador entre os embates políticos, protagonizados por Wilson Martins e Teresa Britto. Nessa construção, um enunciador jornalista estabelece uma relação de cumplicidade com o leitor, na medida em que se propõe a mediar e acompanhar as disputas políticas para, em seguida, apresentar uma observação dos fatos em questão.

Nas matérias, o enunciador apresenta a disputa entre os políticos Teresa Britto e Wilson Martins a partir das vozes do polêmico para configurar a presença do contradestinatório e propor afetos ou avaliações positivas ou negativas ao leitor.

No primeiro texto, o *Diário do Povo* mobiliza a voz da candidata Teresa Britto para se contrapor ao candidato Wilson Martins, que estaria afirmando em sua campanha que resolveria todos os problemas da Saúde pública no Estado. Ao destacar que Wilson Martins já teria tido tempo para cumprir sua promessa de campanha, o enunciador traz o

contradestinatório à cena discursiva, avaliando as promessas do protagonista e apresentando sua contra-argumentação como, justificativa às obras paradas em seu governo, no segundo texto. Com essa estratégia, o enunciador expõe que o protagonista responde às críticas da oposição e apresenta justificativas para as obras paradas, sem negar as críticas; e, de certa maneira, reconhecendo os problemas apresentados por Teresa Britto.

Entretanto, o contradestinatório é mobilizado nas notícias acima apresentadas pelo enunciador, como estratégia de persuasão ao paradesinatário, a quem ele constrói o referente Wilson Martins a partir de características como “médico”, “integrante do Governo há oito anos”, “líder do Governo Mão Santa”, ou seja, um político de Governo; e um gestor que não conseguiu resolver os problemas da Saúde. Com essa estratégia enunciativa, o enunciador propõe ao paradesinatário uma percepção de desconfiança às promessas feitas por Wilson Martins, o que fica exposto ainda em “a candidata Teresa Britto (PV) não acredita no que diz o governador Wilson Martins”.

Essa notícia está em dialogia com a matéria “Projeto – Wilson Martins quer ser o governador da Saúde”, publicada em 6 de julho de 2010 no jornal *Meio Norte*. Nessa matéria, o leitor é interpelado a compartilhar – a partir dos modos de interagir – da crença de que o projeto do protagonista é investir na área da saúde caso seja eleito governador do Estado.

Para tanto, o enunciador destaca as propostas de Governo apresentadas por Wilson Martins junto ao Tribunal Regional Eleitoral, ao fazer o registro da sua candidatura ao Governo; e ressalta os itens do seu plano de Governo que estão relacionados a esta área, como em:

“Ele apresentou no TRE do Piauí as diretrizes de seu Plano de Governo prevendo a construção de Hospitais de Urgência e Emergência e de Referência em todos os municípios pólos do Estado e a construção de unidades de saúde em todos os municípios do Piauí”.

Além de apresentar, a partir da heterogeneidade marcada, a promessa do candidato em investir na Saúde, como em “eu garanto, eu sou médico, eu vou ser melhor governador para resolver os problemas de saúde do Piauí”.

A partir dessa estratégia, o enunciador estabelece relação com o paradesinatário, a quem direciona a caracterização do protagonista, e busca o reconhecimento de que ele apresenta empenho político e conhecimento técnico, para cumprir sua promessa de campanha – ser o “governador da saúde”.

Logo abaixo desta matéria, a notícia “Justificativa – Wilson responde críticas sobre obras paradas” reafirma quais são as críticas (“obras paradas”) deferidas contra o governador e candidato à reeleição, mas não apresenta objetivamente quais seriam os argumentos do governador, apresentados a partir da rubrica “justificativa”, sugerindo ao leitor uma apatia por parte do governador, já que ele estaria se limitando a apresentar justificativas e a responder críticas sem, em contrapartida, contestar as denúncias relacionadas às obras paradas em sua gestão.

No segundo parágrafo, assumindo a posição de sujeito do enunciado, o governador Wilson Martins afirma que “as pessoas que estão em outro palanque e tiveram a oportunidade de fazer e não fizeram, criticam. Mas somos nós que estamos tocando as obras”, direcionando suas críticas não a quem aparece acima questionando sua gestão, a candidata Teresa Britto, mas ao candidato Sílvio Mendes, já que ele administrou a Prefeitura de Teresina nos últimos anos e teria, segundo o governador, concluído obras na cidade com o apoio do Governo do Estado, como fica exposto no enunciado seguinte:

Notícia 31

→ **Projeto**

## Wilson Martins quer ser o governador da saúde

O governador Wilson Martins (FSE) disse ontem que se Wellington Dias (PT) ficou conhecido como o governador das estradas, ele vai ser conhecido como o governador que resolveu o problema de saúde do Piauí. Ele apresentou no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Piauí as Diretrizes de seu Plano de Governo prevendo a construção de Hospitais de Urgência e Emergência e de Referência em todos os municípios-polos do Estado e a construção de unidades de saúde em todos os municípios do Piauí.

“O Wellington foi o melhor governador para as

estradas, eu garanto, eu sou médico, eu vou ser melhor governador para resolver os problemas de saúde do Piauí. Isso é um ponto fundamental. Vou tratar das estradas, vou fazer a manutenção, mas a questão básica é a saúde”, falou Wilson Martins.

Em relação às obras da praia de Atalaia, o governador afirma que o mais urgente é concluir as obras na orla, e que até o dia 15 de julho ele entregará a orla asfaltada. Martins disse que entre suas propostas quer a universalização do ensino pré-escolar e da Universidade A-bertha em todo o Piauí. (E.R.)

→ **Caminhada**

## Sílvio Mendes inicia sua campanha ao Governo

O candidato a governador pelo PSDB, Sílvio Mendes, afirma que determinou que todas as ações questionando os seus adversários deverão passar por ele e a direção do partido. Ele não concordou com a ação que a direção do partido impetrou contra as entrevistas que o governador Wilson Martins estava concedendo às emissoras de TV.

Ele disse que as ações devem ser pertinentes. Sílvio

Mendes apresentou seu plano de governo e o registro de sua candidatura no Tribunal Regional Eleitoral. Ele declarou que o estado não pode gastar mais do que arrecada e que é preciso ter autonomia para fazer investimentos e não depender de empréstimos, acrescentou.

Segundo Sílvio, sua campanha começará nesta terça-feira com uma caminhada pelo centro da cidade, partindo da Praça Saraiva.

→ **Na disputa**

## R. Silva será candidato a senador na chapa de JVC

O vereador de Teresina, R.Silva (PP), fará a dobradinha com o deputado federal Ciro Nogueira (PP) na corrida por uma vaga no Senado Federal nas eleições de outubro. Ele confirmou ao Jornal Meio Norte que o convite foi feito neste final de semana, em substituição ao nome do ex-vice-governador Osmar Dias. “Recebi esse convite nas últimas horas e aceitei. Queremos fazer uma campanha arrojada”, adiantou.

Osmar Sousa foi cogitado para compor a chapa majoritária liderada pelo

senador João Vicente Claudino (PTB), mas como não se desincompatibilizou do cargo que exerce na administração pública, teve a candidatura barrada.

Com o convite em cima da hora, R. Silva não teve tempo para conseguir os documentos necessários para o registro de candidatura, que se encerrou oficialmente ontem. O prazo será estendido até amanhã para os candidatos retardatários. “Estamos trabalhando para concretizar os detalhes da documentação”, ressaltou.(S.B)

Fonte: MN, 6 jul. 2010, p. 3.

“A oposição esteve à frente da Prefeitura de Teresina por mais de 20 anos e não concluiu obras importantes como o HUT e a Ponte Estaiada. Foi preciso a interferência do Estado para terminar essas obras, diz Wilson”.

A estratégia enunciativa de apresentar a defesa do governador como contra-ataques de cunho político, já que este atribui a uma ação da oposição as críticas à sua gestão, marca a

construção de um leitor que observa o deslocamento da discussão relacionada às questões administrativas do Governo para os palanques eleitorais.

Ao analisar esta página como uma superfície semiótica, na qual vários elementos (fotografias, títulos, diagramação etc.) produzem discursos distintos e marcam as tensões entre sujeitos, percebe-se que um enunciador jornalístico, durante o processo de diagramação e edição da página, apresenta as disputas de protagonistas que dizem, denunciam (“*Teresa diz*”), respondem e justificam (“*Wilson responde*”). Com base nessas estratégias enunciativas, o espaço discursivo fica marcado pela manifestação de diversos sujeitos discursivos que se pronunciam e empreendem embates diretos, colocando em disputa o poder de dizer e o reconhecimento por parte do leitor do que dizem e de como se posicionam.

As pretensões políticas e eleitorais são apresentadas de maneira direta e objetiva na matéria “Projeto – Wilson Martins quer ser o governador da saúde” (Notícia 31), publicada em 6 de julho de 2010, no jornal *Meio Norte*. Nessa notícia, as intenções do governador de ser gestor estadual reconhecido como “o governador da saúde” são apresentadas ao leitor logo no título. Com essa estratégia, o leitor é alguém que reconhece as dificuldades da saúde estadual e a necessidade de investimentos por parte do Estado nesta área.

Nessa notícia, o prodestinatário é mobilizado como estratégia de persuasão ao paradesinatário, a quem o enunciador propõe o reconhecimento do referente Wilson Martins como sujeito político que possui os conhecimentos técnicos e o projeto político para ser o governador da saúde. Essa percepção, compartilhada entre enunciador e prodestinatário, é proposta ao paradesinatário, com base nos modos de mostrar, à medida que posiciona Wilson Martins no tempo e no espaço; ou seja, como médico, candidato ao Governo do Estado e sujeito político que utiliza o componente programático para fazer promessas, comprometendo-se a ser o “governador da saúde”.

Em relação dialógica com as críticas apresentadas pela candidata de oposição na matéria publicada no *Diário do Povo*, a ênfase dada à saúde é Fonte: MN, 6 jul. 2010, p. 3. reafirmada no texto a partir de sua formação profissional, apresentada como requisito para a solução dos problemas da saúde do Piauí: “eu garanto, eu sou médico, eu vou ser melhor governador para resolver os problemas de saúde do Piauí. Isso é um ponto fundamental”. A estratégia enunciativa utilizada pelo governador para apresentar soluções para a saúde silencia a voz de quem não possui os requisitos técnicos, ou seja, a formação profissional na área, para ocupar a função de “governador da saúde”, alcunha proposta e assumida pelo próprio protagonista da notícia.

Nessa matéria, as informações são apresentadas com base na rubrica “projeto” que, em relação com os sujeitos políticos Wellington Dias e TRE, constrói a noção de que Wilson Martins apresenta um projeto diferente do seu antecessor à Justiça Eleitoral no ato do registro de sua candidatura. Dessa maneira, propõe ao leitor o reconhecimento de que pretende ser o governador da Saúde, apresentando como um já-dado a sua reeleição para continuar à frente da administração pública estadual. Nos processos de diagramação e edição das notícias, percebe-se ainda que o ideológico está marcado pelo posicionamento dado pelo enunciador jornalístico ao protagonista Wilson Martins. Além de apresentá-lo acima de seus concorrentes na superfície discursiva, ele ainda é representado como um governador que pretende investir na Saúde – silenciando a disputa eleitoral que ainda iria ratificar ou não sua permanência no Governo, enquanto seus concorrentes ainda estão iniciando campanha com caminhadas (Sílvio Mendes) ou compondo suas chapas (João Vicente Claudino).

Na notícia “Aliados – Petebistas organizam eventos pró-Wilson” (Notícia 32), publicada em 16 de outubro de 2010 no jornal *Meio Norte*, um enunciador jornalista chama a atenção do leitor para a adesão dos petebistas que, no primeiro turno da disputa eleitoral, apoiavam o senador João Vicente Claudino (PTB), mas agora, no segundo turno do pleito, eram aliados ao governador, inclusive, organizando eventos em favor do candidato. Nesta matéria, Wilson é apresentado como um ator social com o qual o enunciador jornalista reveza o papel de sujeito da enunciação, oscilando entre as posições discursivas “eu” e “tu”. Sob a rubrica “aliados”, o enunciador jornalístico marca a aproximação consolidada entre petebistas e o governador Wilson Martins, que disputa em segundo turno a reeleição.

Notícia 32  
→ **Aliados**

## Petebistas organizam eventos pró-Wilson

**ANANIAS RIBEIRO E SAVIA BARRETO**  
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

“Meu papel não é apenas ganhar as eleições, mas sim ter a chance de elevar os serviços de excelência do serviço público para nossa gente”. A frase é do governador Wilson Martins (PSB), candidato à reeleição pela coligação “Para o Piauí seguir mudando”, durante reunião com 200 lideranças populares da região do Grande Soopó, em Teresina.

A plenária foi organizada pelo deputado do PTB, Hélio Isaías. Além desse evento, Martins também participou de uma reunião liderada pelo ex-vereador e suplente de deputado federal, Elizeu Aguiar (PTE), esta semana.

“Se tivesse o terceiro turno, o quarto e até o décimo, pode ter certeza que iria trabalhar com a mesma disposição.

Não existe ninguém que tenha uma vontade perto da minha, de falar com o povo, de suar a camisa e de ter a determinação para mostrar

que estou preparado para dar mais dignidade ao nosso povo”, afirmou Wilson, acrescentando que “quando você tem tanta vontade, Deus fica ao seu lado e as coisas conspiram a seu favor”.

Hélio Isaías também destacou a afinidade do PTB com o candidato socialista. “Como deputado estadual, Wilson, para mim, foi uma grande figura. Tenho a convicção de que ele está preparado para que juntos possamos trazer as obras essenciais para o nosso povo”, disse.

Elizeu Aguiar declarou apoio à candidatura de Wilson esta semana em um encontro que reuniu cerca de 600 pessoas e contou com a presença dos deputados Kléber Eulálio (PMDB), Fernando Monteiro (PTB) e Belê Medeiros (PSB). Elizeu teve 58 mil votos na campanha para a Câmara Federal.

“É muito importante seguir com um candidato que sabe como fazer a transformação no emprego e na moradia”, justificou Elizeu.



WILSON | Candidato discursa para lideranças em Teresina

Fonte: MN, 16 out. 2010, p. 3.

Nessa matéria, volta a ser utilizada no *Meio Norte* a estratégia de mobilizar o prodestinatário como estratégia de persuasão ao paradesinatário. Ao apresentar a notícia pela rubrica “aliados”, e ao marcar no título que o evento é “pró-Wilson”, o enunciador compartilha com o prodestinatário o reconhecimento de que Wilson possui o apoio dos petebistas no segundo turno das eleições, e que agora são aliados políticos. Esse apoio reforçado pelos petebistas é utilizado a partir do componente descritivo, a partir do qual há uma articulação entre passado e presente, como estratégia para que o paradesinatário também seja persuadido a aderir aos movimentos “pró-Wilson” no segundo turno das eleições, independente do posicionamento político que tenha tomado inicialmente na sucessão estadual.

Logo no início do texto, a heterogeneidade marcada apresenta-se por meio da fala do governador. “Meu papel não é apenas ganhar as eleições, mas sim ter a chance de alcançar os serviços de excelência do serviço público para nossa gente”, inicia o texto que logo traz a explicação a respeito da autoria do enunciado entre aspas, “a frase é do governador Wilson Martins (PSB), candidato à reeleição”, dita durante um evento organizado por uma liderança petebista, o deputado Hélio Isaias, em Teresina.

A partir da estratégia enunciativa de apresentar ao leitor a adesão dos petebistas à campanha de Wilson e iniciar o texto com a frase do candidato na qual ele dá como certa sua vitória nas eleições, fica estabelecida uma relação dialógica com os sentidos propostos na

Notícia 33

ANÍSIO DE ABREU

## Candidato apoiado por Wilson vence eleições

Vereador Guzmão (PMDB) obteve 2.542 votos na eleição suplementar

Mayara Martins  
Repórter

O vereador Carlos Augusto Anônimo de Silva, o Guzmão (PMDB) é o novo prefeito de Anísio de Abreu. Guzmão foi apoiado pelo governador Wilson Martins (PSB) e serve como adversário Abnerival Dias (PTB) que tinha o apoio do senador João Vicente Claudino (PTB). Após a apuração das 21 urnas, Guzmão consolidou uma vantagem de 256 votos.

No município, 6.164 eleitores estavam aptos a votar. No entanto, apenas 5.084 compareceram a votação. Guzmão obteve 2.542 votos, contra os 2.276 obtidos por Abnerival Dias. Outros candidatos ainda 24 votos em branco e 241 nulos. A votação foi encerrada às 17 horas e o resultado foi divulgado às 18:30 horas.

Guzmão era vereador do município e presidente da Câmara de Vereadores. O mesmo estava a frente do comitê de Prodiária após a cassação do prefeito Arnólio Ribeiro (PDT) que ficou inabilitado por problemas com a prestação de contas de campanha. O município foi o único a realizar eleições suplementares após a cassação dos prefeitos eleitos em 2008.

Os dias que antecedem a eleição suplementar no município foram marcados por um clima tenso. O acidente-felício da cidade, Antonio de Oliveira Costa chegou a ser preso em flagrante por porte ilegal de armas. Antonio pagou uma fiança de R\$254 e foi liberado. Além disso, a Polícia Militar apreendeu 26 motos que estavam irregulares. As motos estavam com chassis adulterados, documentos adulterados e motoristas sem habilitação.

No entanto, o domingo foi de tranquilidade e nenhuma ocorrência foi registrada. O pleito suplementar contou com o reforço na segurança. Além de policiais militares, a Polícia Federal e o Exército também estavam presentes no município para garantir a tranquilidade e normalidade do pleito. “A eleição aconteceu de forma tranquila e sem grandes ocorrências”, diz.

O promotor eleitoral de Anísio de Abreu, João Batista Castro Filho, afirmou que apenas casos pontuais de denúncias foram registrados, mas nada que fosse comprovado. “Fazemos algumas denúncias de crimes de



VITÓRIA Guzmão teve vitória apertada

a transporte irregular de eleitores. Mas fomos acionados juntamente com a Polícia Federal e, de maneira ef-

iciente, fizemos as diligências e comprovamos nosso papel. Nada foi comprovado”, explicou.

notícia publicada ao lado, na qual o resultado das urnas parece antecipado pelo enunciador jornalista na matéria “Ibope: Wilson tem 56% dos votos válidos e Sílvio 44%”, na medida em que apresenta os números da pesquisa eleitoral, com base em uma estratégia que destaca a vantagem do governador na pesquisa em relação ao seu adversário.

Voltando à matéria relacionada à manifestação de apoio dos petebistas a Wilson Martins, percebe-se a estratégia de buscar a adesão daqueles que, no primeiro



turno, apoiaram outros candidatos mas que agora têm a possibilidade de integrar o grupo de aliados em torno de Wilson Martins, inclusive o leitor, que passa a ser “seduzido” não somente pelo protagonista, mas também por seus novos apoiadores: — os petebistas responsáveis por organizar eventos com o objetivo de persuadir eleitores em favor de Wilson.

Como um vitorioso nas urnas, o protagonista é apresentado ao leitor de *O Dia* na matéria “Anísio de Abreu – Candidato apoiado por Wilson vence eleições” (Notícia 33), publicada em 6 de setembro de 2010, na qual a vitória de um aliado do protagonista é atribuída à sua participação e interferência no pleito municipal, derrotando o petebista adversário. Essa estratégia propõe uma relação entre a vitória do aliado governista em Anísio de Abreu com a disputa, ainda em primeiro turno, pelo Governo Estadual, que contava com a disputa entre Wilson Martins e João Vicente Claudino.

A estratégia de ressaltar a disputa eleitoral em âmbito municipal, a partir do embate entre os candidatos ao Governo, fica marcada no texto a partir da construção enunciativa:

O vereador Carlos Augusto Antunes da Silva, o Gustão (PMDB) é o novo prefeito de Anísio de Abreu. Gustão foi apoiado pelo governador Wilson Martins (PSB) e teve como adversário Abmerval Dias (PTB) que tinha o apoio do senador João Vicente Claudino (PTB). Após a apuração das 21 urnas, Gustão consolidou uma vantagem de 266 votos (O DIA, 6 set. 2010, p. 2).

Além de propor um deslocamento da disputa municipal, na medida em que envolve lideranças políticas com projeção estadual, essa estratégia busca o reconhecimento do leitor para uma iminente vitória da coligação governista (esta encabeçada por Wilson Martins) frente ao candidato petebista, o senador João Vicente Claudino. Dessa maneira, um enunciador jornalista constrói um cenário politicamente favorável ao protagonista da informação, que passa a ser Wilson Martins, apesar de ele ter uma participação restrita à figura de “apoiador” do candidato eleito em Anísio de Abreu. Com isso, a eleição municipal é percebida como uma “prévia”, uma projeção do resultado que ainda deverá ser verificado nas urnas.

Com essa estratégia, o prodestinatário é mobilizado como estratégia de persuasão do paradesinatário, a quem o enunciador propõe o reconhecimento da vitória do correligionário de Wilson Martins no município de Anísio de Abreu, como prévia para uma vitória do protagonista no processo de sucessão estadual, esperada por ele e compartilhada com o prodestinatário. Dessa maneira, o referente Wilson Martins é proposto a partir da percepção de que sairá vitorioso na disputa, sobretudo, em relação a João Vicente Claudino, apontado como adversário direto na notícia em questão.

#### 4.4 Sílvio Mendes

O médico Sílvio Mendes foi presidente da Fundação Municipal de Saúde nas gestões dos prefeitos Raimundo Wall Ferraz (1993/1995) e Chico Gerardo (1995/1996), e nos dois períodos de Firmino Filho (1996/2004). Após ocupar funções técnicas na administração pública da capital, Sílvio Mendes foi eleito prefeito de Teresina em 2004, em uma disputa de segundo turno, com a candidata Adalgisa Moraes Sousa (PMDB), esposa do então Senador Mão Santa.

Em 2008 foi reeleito prefeito de Teresina com 70,36% dos votos válidos e definiu a disputa no primeiro turno, derrotando Nazareno Fonteles (PT), seu principal adversário que recebeu 25,91% dos votos válidos. Após os seguidos resultados nas urnas, seu nome passou a ser ventilado como candidato da oposição ao Governo do Estado, que enfrentava diversas dificuldades internas para definir o candidato da base aliada na sucessão ao Palácio de Karnak.

À medida que o cenário político local definia quem deveria disputar cargos eletivos, tanto em âmbito estadual quanto federal, pesquisas de opinião pública realizadas por diversos institutos começaram a ser divulgadas pelos veículos de comunicação, sugerindo que o prefeito da capital teria aprovação popular em todo o Estado e, diante dos percentuais, possuiria condições de viabilizar sua candidatura ao Governo.

Em janeiro de 2010, pesquisa realizada pelo Instituto Data AZ<sup>9</sup> para a sucessão no governo do estado, o prefeito Sílvio Mendes (PSDB) aparece em 1º lugar com 29,64% das intenções de voto. A pesquisa mostra o senador João Vicente Claudino (PTB) em segundo lugar com 26,19% das intenções. E o pré-candidato governista Antonio José Medeiros (PT) aparece com 13,01%. O vice-governador Wilson Martins (PSB) e também pré-candidato governista aparece com 12,93%. Outras candidaturas também eram cogitadas naquele momento, como o deputado federal Marcelo Castro (PMDB), que aparece com 6,09% e Ismar Tavares (PV), que registrou 1,19%.

Motivado pelos índices das pesquisas que o colocavam em primeiro lugar, o então prefeito de Teresina renunciou para concorrer ao Governo do Estado, mas foi derrotado no segundo turno por Wilson Martins (PSB). Dessa maneira, no período do recorte estabelecido para o *corpus* em análise, Sílvio Mendes é apresentado como um protagonista das informações que passa da posição de prefeito da capital com aprovação dos eleitores a candidato de oposição ao Governo do Estado.

---

<sup>9</sup> Pesquisa disponível no portal AZ. Disponível em: <[www.portalaz.com.br](http://www.portalaz.com.br)>.



#### 4.4.1 Análises

À frente da Prefeitura de Teresina, Sílvio Mendes é apresentado como pré-candidato ao Governo do Estado em matérias publicadas em 11 de dezembro de 2009 nos jornais *O Dia* e *Meio Norte*. No primeiro, a notícia “Campanha – PSDB recua e cancela vinda de Aécio e Serra ao Piauí” (Notícia 34) inicia a apresentação do tema “campanha do PSDB ao Governo do Estado” por uma estratégia que privilegia a decisão institucional do partido, que opta pelo cancelamento de um evento da sigla por decisão do Diretório Nacional, para depois apresentar o protagonista como pré-candidato.

No texto publicado como retranca (complemento do texto acima), “Sílvio resiste em assumir pré-candidatura, mas marca decisão para fevereiro”, o protagonista é apresentado ao

leitor a partir de uma observação crítica

### Notícia 34 CAMPANHA PSDB recua e cancela vinda de Aécio e Serra ao Piauí

Foi determinação da Executiva Nacional do PSDB, o Seminário Estadual do partido previsto para acontecer hoje que contaria com a presença dos governadores de São Paulo, José Serra, e de Minas, Aécio Neves, os dois nomes mais fortes da sigla, foi mais uma vez cancelado. O evento aconteceu somente na última semana do mês de janeiro de 2010, com data ainda a ser definida.

A medida cautelosa adotada pela diretoria é uma resposta às especulações e às expectativas de que durante o encontro entre os governadores em Teresina

seria definido o nome do pré-candidato do PSDB à Presidência em 2010. Os dois disputam a indicação para encabeçar a chapa tucana presidencial nas próximas eleições. Declarações recentes do tucano mineiro foram suficientes para que a imprensa nacional voltasse as lentes e microfones para o evento no Piauí. “Vou conversar com o governador Serra nesta sexta-feira. Posso garantir que já decido a candidatura não passou do início de janeiro”, disse Aécio em veículos de comunicação do país. A mobilização da imprensa

nacional forçou a direção nacional do PSDB a impedir a realização do Seminário Estadual com a participação dos presidentes. “Avaliaram que foi criado um clima de delírio do candidato e isso poderia antecipar e prejudicar o processo de escolha. E isso não é interessante para o partido”, justificou o deputado estadual Luciano Nunes, presidente regional do PSDB.

O tucano piauiense lamenta ainda o cancelamento do evento. “Is que estava tudo pronto”. Entretanto, o parlamentar entende que “questões

locais não podem interferir nos interesses nacionais do partido”.

Até o encontro dos tucanos em terras piauienses, Aécio e Serra firmam um acordo para que não haja uma definição de candidato para a cabeça de chapa do PSDB, embora a maioria do partido adote a candidatura do governador de São Paulo como a mais provável. Contudo, a certeza é de um acordo entre dois para que um tenha o apoio do outro para a definição do candidato titular na corrida presidencial em 2010.

(Mayara Bastos)



ELEIÇÕES 2010 Luciano Nunes Filho, presidente do Diretório Regional do PSDB: momento inadequado para definição

### Sílvio resiste em assumir pré-candidatura, mas marca decisão para fevereiro

Apesar de não assumir abertamente a pré-candidatura, o prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), marcou para fevereiro a definição se será candidato ou não ao Governo do Estado em 2010, conforme afirmou na manhã de ontem, durante a inauguração do Restaurante Popular de Teresina, construído pela Prefeitura. A declaração reforça a estratégia do tucano de adotar uma postura aparentemente contraditória para confundir os adversários e,

ao mesmo tempo, manter as esperanças na oposição quanto à candidatura dele ao Governo.

Sílvio lidera as intenções de voto para governador em todo o estado, conforme as últimas pesquisas de opinião pública divulgadas. Mas ao mesmo tempo em que mantém o suspense sobre a candidatura, age como se candidato fosse - não perde uma oportunidade de criticar a situação e defender a unidade da oposição em torno de uma candi-

datura. tem viajado com frequência para o interior e tem mantido conversas frequentes com os partidos que compõem a base aliada - especialmente o PMDB e o PSB.

As viagens ao interior têm um objetivo claro: torná-lo mais conhecido no restante do estado. Forte em Teresina, o PSDB sempre se ressentiu da pouca penetração no interior, especialmente o grupo que governa Teresina pelo quinto mandato seguido, do qual o prefeito faz parte. O

prefeito também tem sido pressionado pela direção nacional do PSDB para se candidatar. Sem candidato definido, os tucanos vêm encontrando dificuldades para iniciarem suas campanhas nos estados e para montarem alianças locais. Reclamam também que o PT já está em ritmo eleitoral, pedindo votos para o ministro-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), e articulando acordos nos estados.

(Mayara Bastos)

política por conta de sua resistência em assumir uma candidatura reconhecida como certa, com base em uma série de indícios apontados por um enunciador jornalístico, conforme marcado no primeiro parágrafo do texto:

Apesar de não assumir abertamente a pré-candidatura, o prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), marcou para fevereiro a definição se será candidato ou não ao Governo do Estado em 2010, conforme afirmou na manhã de ontem, durante a inauguração do Restaurante Popular de Teresina, construído pela Prefeitura. A declaração reforça a estratégia do tucano de adotar uma postura aparentemente contraditória para confundir os adversários e, ao mesmo tempo, manter as esperanças na oposição quanto à candidatura dele ao Governo” (O DIA, 11 dez. 2009, p. 3).

Com essa estratégia, um enunciador jornalista propõe uma

relação com o leitor que busca no suporte informações a respeito das movimentações dos políticos além do que está sendo dito e declarado por eles, mas também a respeito do que pode ser observado, pelo que dizem, como dizem e em que contextos dizem. Sob a rubrica “campanha”, o enunciador jornalístico busca o

Fonte: O Dia, 11 dez. 2009, p. 3.

reconhecimento à candidatura de Sílvio Mendes em articulação como algo a ser confirmado posteriormente, pois a decisão de adiar o anúncio atenderia a uma recomendação do diretório nacional da sigla. Apresentando a candidatura de Sílvio Mendes como um anúncio previsto e esperado, o enunciador jornalístico expõe no processo de edição, ao destacar nos títulos e legenda da foto, que esta informação é de seu conhecimento e do leitor, não obstante a resistência do protagonista em assumir a candidatura.

Dessa maneira, o leitor é alguém que busca não somente a informação, mas também um relato a respeito do que se passa nos bastidores. Mostra ser um leitor político e iniciado, já que percebe as disputas envolvidas nas movimentações dos sujeitos políticos, como exposto no texto:

Mas ao mesmo tempo em que mantém o suspense sobre a candidatura, age como se candidato fosse - não perde uma oportunidade de criticar a situação e defender a unidade da oposição em torno de uma candidatura, tem viajado com frequência para o interior e tem mantido conversas frequentes com os partidos que compõem a base aliada - especialmente o PMDB e o PSB.

O texto complementa os sentidos propostos no título, que propõe ser uma questão de tempo para que o protagonista assuma sua pré-candidatura ao Governo, identificada por um enunciador jornalista, com base nas iniciativas de Sílvio Mendes, que ele considera indicativos da pré-candidatura, como em: “As viagens ao interior têm um objetivo claro: torná-lo mais conhecido no restante do estado”.

Nessa matéria, o protagonista da informação, Sílvio Mendes, é apresentado pelas vozes do polêmico, o que fica marcado através do recurso da modalização ao mostrar as contradições entre o que diz o protagonista e o que, na percepção do enunciador, de fato acontece nos bastidores da política. Mobilizando o contradestinatório, ou seja, aquele que se posiciona como partidário a Sílvio Mendes, o dispositivo de enunciação *O Dia* busca persuadir o paradestinatório para que, junto a ele, proponha o reconhecimento de Sílvio Mendes como um sujeito político que nega publicamente que esteja articulando sua candidatura, mesmo marcando para março o anúncio de sua decisão e apesar de se comportar como pré-candidato. Dessa maneira, o contradestinatório é mobilizado como estratégia para buscar a adesão do paradestinatório ao dispositivo de enunciação, já que este se posiciona como aquele que observa os bastidores da política de perto para oferecer ao leitor uma representação não somente do que dizem os protagonistas das notícias, mas quais estratégias políticas se utilizam para conquistar seu eleitorado.

No *Meio Norte*, o cancelamento do evento do PSDB que contaria com a presença de José Serra e Aécio Neves é apresentado a partir da matéria “Mudança – Para evitar pressão, PSDB adia encontro” (Notícia 34), publicada também em 11 de dezembro de 2009. No título, um enunciador jornalista utiliza como estratégia apresentar o adiamento do evento, e coloca como o motivo a tentativa de “evitar pressão”, mas sem afirmar sobre quem essa pressão estaria ocorrendo, e, portanto, quem estaria sendo protegido pela decisão da sigla de mudar a data do encontro partidário. A partir dessa estratégia, fica facultada ao leitor a possibilidade para que ele estabeleça a relação com o prefeito Sílvio Mendes, apresentado na foto da matéria com a legenda que estabelece até março o prazo para ele decidir sobre candidatura.

No entanto, ao ler o texto, percebe-se que o adiamento se trata de uma decisão nacional do partido com o objetivo de proteger o possível candidato da sigla à Presidência, José Serra:

Para evitar pressão sobre José Serra para que assumisse em Teresina a candidatura à Presidência da República [...] a Executiva Nacional do PSDB cancelou o encontro do partido marcado para hoje na capital piauiense. (MN, 11 dez 2009, p3)

Nessa notícia, o dispositivo de enunciação estabelece relação com o paradesinatário ao propor a caracterização do protagonista da informação, Sílvio Mendes, como um ator político alvo de pressão. A fotografia do protagonista publicada logo abaixo do texto sugere que o leitor faça a relação entre o título e Sílvio Mendes, completando a ideia com a legenda “Definição da candidatura até março”, marcando a voz de um enunciador que atribui o adiamento do encontro do PSDB à eventual pressão sobre Sílvio Mendes, para que antecipe a definição acerca de sua candidatura ao Governo.

→ **Mudança** Notícia 35

## Para evitar pressão, PSDB adia encontro

Para evitar pressão sobre José Serra para que assumisse em Teresina a candidatura à Presidência da República, como tinha sido informado pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves, a Executiva Nacional do PSDB cancelou o encontro do partido marcado para hoje na capital piauiense.

O prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, pré-candidato do PSDB ao Governo do Estado, foi para Brasília e chegou informando que o encontro do PSDB foi adiado por causa do estado de saúde do presidente nacional do partido, Sérgio Guerra, que saiu de hospital onde estava internado em São Paulo, mas continua debilitado.

Outra razão foi a participação do governador de São Paulo, José Serra, na Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre as Mudanças Climáticas, em Copenhague (Dinamarca), e por causa da expectativa de que seria definida no Piauí a data de lançamento do candidato tucano à Presidência da República.

“Participei de um encontro da Executiva do PSDB em Brasília, o presidente Sérgio Guerra saiu do hospital em São Paulo, mas voltou a Brasília muito maltratado. Ele é diabético, só tem um rim, mas ele confirmou a de-

ta de amanhã (hoje) e foi solicitada a presença do governador José Serra na convenção de Copenhague, e como é gerente de um Estado poluído em São Paulo, viajou, e o governador Aécio também tinha dificuldades para vir. Eu disse para eles que era compreensível essa dificuldade, nós já tínhamos convocado os líderes do PSDB no interior, mas o mais importante é a agenda”, declarou Sílvio Mendes.

Ele declarou que o determinante para o cancelamento do encontro do PSDB foi a expectativa de que seria definida em Teresina a chapa de oposição para a Presidência da República.

“O PSDB não tem pressa para isso. Os governadores de São Paulo e Minas têm que resolver os problemas de seus Estados”, falou Sílvio Mendes.

O prefeito declarou que o encontro vai ser realizado no final do mês e quando a chapa e os candidatos serão definidos. Mendes declarou que vai definir sua candidatura em fevereiro.

O presidente estadual do PSDB e secretário municipal de Administração de Teresina, Luciano Nunes, falou que a definição da candidatura de Sílvio Mendes ao Governo do Estado será feita em março de 2010. (E.R.)



SÍLVIO MENDES | Definição de candidatura até março

Fonte: MN, 11 dez. 2009, p. 3.

No entanto, para buscar o reconhecimento dessa caracterização, o enunciador propõe o reconhecimento das vozes do polêmico (características do contradestinatório) a partir da função avaliativa que propõe em “para evitar pressão”, por exemplo. Somente no corpo do texto, o enunciador esclarece que o adiamento do encontro partiu de uma decisão nacional do partido com o objetivo de evitar pressão sobre o candidato tucano à Presidência, José Serra, que seria convidado do evento.

Nessa matéria, o enunciador jornalístico reserva para o corpo do texto a informação de que a “pressão” destacada no título está relacionada à candidatura de José Serra à Presidência da República pelo PSDB e não à candidatura do piauiense ao Governo do Estado. Desta maneira, o enunciador jornalístico – durante o processo de diagramação e edição da notícia – utiliza elementos que possam fazer a relação entre o anúncio da candidatura de Serra à candidatura de Sílvio Mendes, o que fica evidenciado ao optar pelo uso de uma foto do protagonista abaixo do texto e da legenda que informa o leitor sobre o adiamento da definição da candidatura do piauiense ate março. Sob a rubrica “mudança”, o enunciador jornalístico propõe o reconhecimento de que se refere à alteração de prazo para o anúncio da candidatura de Sílvio Mendes.

Na condição de ex-prefeito e assumindo a posição de pré-candidato ao Governo, o protagonista Sílvio Mendes tem a possibilidade de falar diretamente ao leitor em entrevista, na qual responde aos questionamentos feitos por um enunciador jornalista. A entrevista “Sílvio Mendes diz que estrutura e dinheiro não ganham eleição” (Notícia 35), publicada em 11 de abril de 2010 no *Diário do Povo*, marca o posicionamento de um enunciador que fala e manifesta sua avaliação a respeito do contexto político local e dos atores sociais que estão em disputa com ele – a quem ele posse de estrutura e dinheiro na eleição.

Notícia 36

**Sílvio Mendes diz que estrutura e dinheiro não ganham eleição**

SÍLVIO diz que vai fazer tudo que for permitido pela Justiça Eleitoral

**Modelo de Teresina**

**Reconhecer o bom trabalho**

Fonte: DP, 11 abr. 2010, p. 4. atribui

Com essa estratégia, Sílvio Mendes é posicionado pelo enunciador jornalístico no cenário político, sugerindo estar em desvantagem em relação a seus adversários; com isso, busca o seu reconhecimento como um ator político que espera do apoio popular, do leitor, para que a estrutura e o dinheiro possam ser vencidos nas eleições. Essa estratégia, que também marca um posicionamento político do protagonista, configura um enunciador que fala ao leitor, mas que, sobretudo, busca o estabelecimento de uma relação de semelhança, a partir da qual o leitor possa “se ver” no posicionamento do protagonista. Para tanto, Sílvio Mendes marca um distanciamento das discussões político-partidárias e dos seus adversários. Com essa estratégia, o protagonista apresenta-se como um ator social que se vê de fora das práticas políticas, excluindo-se da posição de “político” e buscando a identificação como pertencente ao eleitorado/leitorado.

A fotografia publicada logo abaixo do título mostra Sílvio Mendes olhando para baixo e com o leve sorriso. A foto de Sílvio Mendes também remete à imagem de um ator social que se posiciona com um sujeito que quer inspirar simpatia e humildade, posto que não desafia o leitor olhando-o de frente. E ao invés de interpelar o leitor, busca sua adesão. A estratégia de desconstruir uma imagem política para Sílvio Mendes é apresentada por um enunciador jornalista e fica marcada enunciativamente no texto que abre a entrevista, publicado ao lado da foto, e que frisa a saída do protagonista de um cargo eletivo, assim como destaca sua participação naquele momento na condição de cidadão comum, já que ainda não é candidato e, portanto, está impedido pela Legislação Eleitoral de fazer campanha.

Em relação dialógica com a matéria publicada em *O Dia* na qual as viagens do pré-candidato são apresentadas por um enunciador jornalista como estratégia política para torná-lo mais conhecido no interior do Estado, nesta entrevista há também a desconstrução desta noção, pois as viagens anunciadas pelo pré-candidato são defendidas como parte de um projeto a ser apresentado para a população, sugerindo que nessas ocasiões ele teria a possibilidade de manifestar-se diretamente ao candidato, durante essas viagens, conforme marcado no texto:

O ex-prefeito de Teresina e pré-candidato a governador do Piauí pelo PSDB, Sílvio Mendes, afirmou que tem um projeto para ser apresentado à população e vai percorrer o Estado para ouvir a sociedade, fazendo um diagnóstico dos problemas do Piauí e buscando apresentar soluções para todos eles. Ele disse que, neste momento, não pode pedir votos, porque está impedido pela Legislação Eleitoral, mas criticou que o Governo se preocupou mais em discutir política, alianças e a buscar um candidato do bloco governista, do que com os problemas de infraestrutura e desenvolvimento do Piauí.

O contradestinatório é mobilizado com o objetivo de fornecer argumentos para que o enunciador estabeleça relação com o paradestinatório – a quem pretende persuadir em favor do candidato Sílvio Mendes, protagonista da informação. Em relação dialógica com os adversários de Sílvio Mendes – que o enunciador atribui possuir estrutura e dinheiro – a notícia traz as vozes do polêmico e do contraditório, para posicionar o candidato Sílvio Mendes como um sujeito que nega um posicionamento político, se apresenta como proponente de ideias para o Estado e busca a “adesão do povo”.

A fotografia do protagonista expõe essa estratégia de caracterização do candidato, pois ressalta a imagem de quem olha para baixo em sinal de humildade perante o leitor; e, dessa maneira, espera em retribuição ao semblante de simpatia, a aprovação aos argumentos expostos e a consequente adesão às suas ideias. Além de construir uma caracterização para o protagonista, o enunciador também constrói imagens discursivas sobre seus adversários, atribuindo valores, como em: “o Governo se preocupou mais em discutir política, alianças e a buscar um candidato do bloco governista do que com os problemas de infraestrutura e desenvolvimento do Piauí”, enunciado que marca a exposição dos adversários de Sílvio Mendes como atores políticos, focados nas discussões eleitorais e partidárias, supondo um negligenciamento às questões relacionadas ao Estado, ou seja, ao povo, meta-coletivo relacionado ao paradestinatório.

Ao construir uma representação do candidato Sílvio Mendes como um sujeito que não se reconhece como político, o enunciador utiliza como estratégia de persuasão do paradestinatório a proposição de uma identificação entre o protagonista e leitor, trazendo as vozes de quem afirma que os adversários de Sílvio Mendes possuem estrutura e dinheiro (E1), de quem acredita que mesmo assim eles não deverão vencer a eleição (E2) e de quem acredita que mesmo sem estrutura e dinheiro, Sílvio Mendes poderá ganhar a disputa (E3).

Em oposição à percepção que observa Sílvio Mendes como um sujeito alheio às questões político-eleitorais, matérias publicadas na edição de 6 de julho de 2010 no jornal *Meio Norte* posicionam Sílvio Mendes como candidato ao Governo do Estado em relação de paridade, ou seja, de equivalência, com seus adversários – os candidatos João Vicente Claudino, Wilson Martins e Teresa Britto.



A matéria que “abre” a página – “Campanha – Partidos e candidatos vão gastar R\$ 440 mi no Piauí” (Notícia 37) – apresenta um infográfico (arte gráfica) com a foto de Sílvio Mendes ao lado dos demais candidatos e sobre o título que marca o posicionamento dos sujeitos como candidatos e possuidores de recursos para financiar suas campanhas. Em relação

dialógica com a entrevista publicada no *Diário do Povo*, a matéria no *Meio Norte* apresenta Sílvio Mendes como candidato e detentor de dinheiro para “gastar” na campanha, buscando com essa estratégia a aproximação do protagonista com a disputa política que tentava afastar da relação de “paridade” que vinha buscando estabelecer com o leitor.

Ao lado dessa matéria, a notícia “Caminhada – Sílvio Mendes inicia sua campanha ao Governo” utiliza como estratégia qualificar as atividades do candidato como mecanismos de campanha, novamente propondo ao leitor a identificação do protagonista da notícia como um ator político que está em campanha, apesar de ele afirmar que suas atividades eleitorais ainda serão iniciadas. “Segundo Sílvio, sua campanha começará nesta terça-feira com uma caminhada pelo centro da cidade, partindo da Praça Saraiva”. Com essa estratégia, um enunciador demonstra desconfiança sobre o que é dito por Sílvio Mendes e mobiliza junto ao leitor o reconhecimento desta percepção.

Adjetivado como “tucano”, jargão político que remete a seu partido, o protagonista Sílvio Mendes é apresentado na matéria “Tucanos foram os primeiros a apresentar plano de governo ao TRE” (Notícia 38), publicada em 6 de julho de 2010 em *O Dia*, como um candidato que tem pressa em apresentar suas propostas à Justiça Eleitoral; e ao leitor, que tem uma prévia do plano de governo do candidato por meio do suporte, como está marcado em:

Ao registrar sua candidatura às 14h de ontem, o ex-prefeito Sílvio Mendes, candidato do PSDB ao Governo do Estado, foi o primeiro a entregar também as diretrizes que irão nortear seu plano de governo, caso seja eleito. O

## Notícia 37

Terça-feira  
TERESINA, 6 de julho de 2010

Política & Justiça

meionorte  
A3

### → Campanha

João Vicente Claudino, Sílvio Mendes, Teresa Brito e Wilson Martins registraram ontem suas candidaturas ao Governo do Estado e juntos pretendem gastar R\$ 35,3 milhões

Começa campanha: Candidatos a governador			
<b>João Vicente (PTB)</b>	<b>Sílvio Mendes (PSDB)</b>	<b>Teresa Brito (PV)</b>	<b>Wilson Martins (PSB)</b>
Vice: Flávio Nogueira (PDT)	Vice: R. Sá (PSDB)	Vice: Dr. Solon Reis (PV)	Vice: Moraes Souza (PMDB)
Aliados: PDT, PP, PHS, PTC, PRB, PT do B	Aliados: DEM, PPS, PSC	Aliados: Nenhum	Aliados: PMDB, PT, PC do B, PRR, PFL, PPS, PR
Patrimônio: R\$ 700 mil	Patrimônio: R\$ 460,1 mil	Patrimônio: R\$ 55,1 mil	Patrimônio: não divulgado
Gastos: R\$ 12,3 milhões	Gastos: R\$ 8 milhões	Gastos: R\$ 5 milhões	Gastos: R\$ 10 milhões

## Partidos e candidatos vão gastar R\$ 440 mi no Piauí

EFREM RIBEIRO

DE POLÍTICA E JUSTIÇA

Na mais cara campanha eleitoral da história do Piauí, os partidos e os candidatos ao Governo do Estado,

### → Dinheiro

Valor equivalente a arrecadação de quatro meses de ICMS,

10 milhões. O candidato pelo PSD, Mão Santa, deve gastar de R\$ 1,9 milhão. Sílvio Mendes prevê gastos de R\$ 8,046 milhões na sua campanha para o Go-

verno. Os candidatos a deputado federal são 2 milhões. Os candidatos do PP a deputado estadual irão usar R\$ 200 mil e os candidatos a deputado federal R\$ 2,1 mi-

### → Projeto

## Wilson Martins quer ser o governador da saúde

O governador Wilson Martins (PSB) disse ontem que se Wellington Dias (PT) fosse escolhido como o governador das estaduais, ele vai ser conhecido como o governador que resolveu o problema de saúde do Piauí. Ele apresentou ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Piauí as Diretrizes de seu Plano de Governo previsto a construção de Hospitais de Urgência e Emergência e de Referência em todos os municípios-pólos do Estado e a construção de unidades de saúde em todos os municípios do Piauí.

Em relação às obras da praça de Almeida, o governador afirma que o mais urgente é concluir as obras na sala, e que até o dia 15 de julho ele entregará a obra esfaledada. Martins disse que entre suas propostas quer a universalização do ensino pré-escolar e da Universidade Aberta em todo o Piauí. (E.R.)

### → Caminhada

## Sílvio Mendes inicia sua campanha ao Governo

O candidato a governador pelo PSDB, Sílvio Mendes, afirmou que determinou que todos os agentes questionando os seus adversários deverão passar por ele e a direção do partido. Ele não concordou com a ação que a direção do partido impulsionou contra os adversários que o governador Wilson Martins estava concordando com a realização de TV. Ele disse que as ações devem ser pertinentes. Síl-

vio Mendes apresentou seu plano de governo e o registro de sua candidatura no Tribunal Regional Eleitoral. Ele declarou que o estado não pode gastar mais do que arrecada e que é preciso ter autonomia para fazer investimentos e não depender de empréstimos internacionais. Segundo Sílvio, sua campanha começará nesta terça-feira com uma caminhada pelo centro da cidade, partindo da Praça Saraiva.

documento, que foi elaborado depois de uma série de consultas e debates nos municípios e entidades sociais e aborda o aspecto socioeconômico do Estado, com estratégias e intervenções para um processo de desenvolvimento (O DIA, 6 jul. 2010, p. 3).

Observando o contexto, percebe-se que as propostas de Sílvio Mendes são apresentadas

Notícia 38

## Tucanos foram os primeiros a apresentar plano de governo ao TRE

Ao registrar sua candidatura às 14h de ontem, o ex-prefeito Sílvio Mendes, candidato do PSDB ao Governo do Estado, foi o primeiro a entregar também as diretrizes que irão nortear seu plano de governo, caso seja eleito. O documento, que foi elaborado depois de uma série de consultas e debates nos municípios e entidades sociais e aborda o aspecto socioeconômico do Estado, com estratégias e intervenções para um processo de desenvolvimento.

Reconhecendo um crescimento da economia piauiense, o tucano ressaltou que "é preciso de recuperar a capacidade de poupança do Estado, para que ele possa avançar nos investimentos com recursos próprios" e não apenas dependente de transferências federais. Fazendo um comparativo entre a Prefeitura de Teresina, que administrou nos últimos anos, e o Governo do Estado, Mendes ressaltou que, nos últimos

anos, o Piauí investiu pouco menos de 4% de sua receita corrente líquida. "E isso é muito pouco para o Estado. O crescimento econômico que o Piauí teve foi basicamente de transferências federais", pontua.

Sílvio Mendes destacou que o ICMS arrecadado pelo Piauí não é suficiente para pagar nem mesmo a folha de pessoal. De acordo com ele, enquanto o Estado utilizou apenas 4% de sua receita corrente líquida para investimentos, a Prefeitura de Teresina conseguiu atingir a marca de 12% da receita corrente líquida em investimento. "Proporcionalmente, o município fez mais", comparou.

Dentre as propostas do tucano para o Piauí as consideradas prioritárias são as relacionadas à educação. Falando sobre os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados ontem pelo Ministério da Educação,

Sílvio Mendes lamenta que o ensino médio do Piauí aparece com o pior índice do País. "A nota foi apenas 3. Enquanto isso, Teresina, no ano passado quando ainda era prefeito, apontou com a melhor nota entre as capitais do Nordeste e acima da média nacional", comparou.

No documento, que contabiliza cerca de 30 páginas, o candidato ao Governo do Estado elencou prioridades também para a área de infraestrutura. Segundo ele, o Piauí necessita de mais investimentos, principalmente de estradas e energia. "Colocamos também a construção de um gasoduto, entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, conclusão e ativação do Porto de Luís Correia, além da conclusão dos projetos Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe, que são muito importantes", enumerou, lembrando que o "Piauí tem os piores índices sociais e econômicos do país e que é preciso superar isso".

(Mayara Martins)

Fonte: O Dia, 6 jul. 2010, p. 3.

sem um comparativo com as propostas apresentadas pelos demais candidatos ao Governo, já que a entrega do documento compõe o plano de governo faz parte do protocolo de registro de candidaturas. Dessa maneira, verifica-se a estratégia de um enunciador que propõe o reconhecimento do candidato como alguém propositivo, ou melhor, como um sujeito que pode ser avaliado pelo leitor sem que, para tanto, ele precise estabelecer parâmetros de comparação com os demais candidatos. Por outro lado, essa estratégia constrói a

percepção de um leitor que busca alguém com quem tenha afinidade, ou melhor, com quem compartilhe uma relação de semelhança para escolher como candidato.

No texto, Sílvio Mendes assume a posição daquele que fala ao leitor, defende suas propostas e busca a adesão à sua campanha, ao posicionar-se como alguém que diz saber como resolver os problemas do Estado:

Dentre as propostas do tucano para o Piauí as consideradas prioritárias são as relacionadas à educação. Falando sobre os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados ontem pelo Ministério da Educação, Sílvio Mendes lamenta que o ensino médio do Piauí aparece com o pior índice do País. 'A nota foi apenas 3. Enquanto isso, Teresina, no ano passado quando ainda era prefeito, apontou com a melhor nota entre as capitais do Nordeste e acima da média nacional', comparou (O DIA, 6 jul. 2010, p. 3).

O reconhecimento de Sílvio Mendes como um candidato propositivo e organizado é compartilhado entre o enunciador e o prodestinatário nessa matéria. Isso fica evidenciado pela



estratégia de destacar as propostas do tucano sem que qualquer comparação com os seus adversários seja proposta ao leitor, além de propor que o documento teria sido elaborado após consultas e debates junto à população e seria composto por trinta páginas. Dessa maneira, o enunciador divide com o prodestinatário a crença de que Sílvio Mendes é um sujeito político propositivo e organizado, para então buscar a adesão do paradestinatário, a quem está sendo proposto o reconhecimento do referente Sílvio Mendes a partir dessas características.

Notícia 39

→ **Denúncia**

## Sílvio diz que voto custa entre R\$ 30 e R\$ 50

EFRÉM RIBEIRO  
DA EDITORIA GERAL

Em visita ao município de Nossa Senhora dos Remédios, distante 169 quilômetros de Teresina, durante este final de semana, o candidato ao Governo do Piauí, Sílvio Mendes, criticou as negociações de compra de votos e barganhas políticas que vêm ocorrendo no interior do Estado.

Ele afirmou que segundo comentários informais e bastante comuns entre os populares, o voto de deputado estaria custando de R\$ 30 a R\$ 50. Para ele, o Ministério Público Eleitoral, através de seus promotores eleitorais, deveria investigar e punir os responsáveis, garantindo uma campanha eleitoral limpa e transparente. Sílvio afirmou que a cooptação de lideranças ou populares através da compra de votos pode ter consequências sérias. "O



SÍLVIO | "É preciso responsabilidade e cuidado para escolher"

voto não tem preço e sim consequência. É preciso responsabilidade e cuidado para escolher para

quem vamos entregar o nosso Estado", disse.

Mendes criticou ainda a "farrá dos convênios" que,

conforme noticiado em vários meios de comunicação, o Governo teria feito em troca de apoios e adesões políticas para viabilização de candidaturas. "O Governo usou o que pertence a todos que é o dinheiro público para se beneficiar politicamente. É condenável usar a necessidade dos municípios para proveito político", frisou, lembrando que o Estado possui 43 secretarias para 'entregar aos partidos aliados.

De acordo com o tucano, seus adversários políticos falam muito que "tem tantos prefeitos nesta eleição". Sílvio garante que não tem nenhum. E afirma: "Pessoas não são propriedade de quem quer que seja. Tenho a aliança com as pessoas que acreditam em um Piauí diferente. E defendo que as pessoas devam ser livres para escolher o próximo governador".

Posicionando-se

como aquele que denuncia eventual negociação de votos no Estado, o protagonista volta a projetar um distanciamento entre o seu posicionamento e os demais candidatos nas eleições, como exposto na matéria "Denúncia – Sílvio diz que voto custa entre R\$ 30 e R\$ 45" (Notícia 39), publicada em 6 de setembro de 2010 no jornal *Meio*

Fonte: MN, 6 set. 2010, p. 3.

*Norte*. Nessa notícia, Sílvio Mendes é apresentado como denunciante, sendo aquele que diz ao leitor as supostas negociações de compras de votos e barganhas políticas que estariam sendo feitas durante a campanha eleitoral, além de cobrar rigor na fiscalização do Ministério Público e alertar o leitor a respeito das consequências deste tipo de prática política.

Ele afirmou que segundo comentários informais e bastante comuns entre os populares, o voto de deputado estaria custando de R\$ 30 a R\$ 50. Para ele, o Ministério Público Eleitoral, através de seus promotores eleitorais, deveria investigar e punir os responsáveis, garantindo uma campanha eleitoral limpa e transparente. Sílvio afirmou que a cooptação de lideranças ou populares através da compra de votos pode ter consequências sérias.

Com essa estratégia, Sílvio Mendes se posiciona como aquele que afirma publicamente o que está sendo dito "a boca miúda", mas que é silenciado por atores políticos. A partir deste posicionamento, o protagonista não apenas assume a condição de dizer ao leitor, mas também utiliza a estratégia política de negar uma identificação da sua campanha com as práticas políticas denunciadas por ele, propondo novamente ao leitor um estreitamento

na relação entre eles. O leitor em relação com o protagonista, com base nos discursos em concorrência, tem configurado em torno de si a percepção de um sujeito ciente de negociações realizadas por candidatos que buscam apoio político e que desaprova este tipo de prática.

“De acordo com o tucano, seus adversários políticos falam muito que tem tantos prefeitos nesta eleição. Sílvia garante que não tem nenhum”.

E afirma:

“Pessoas não são propriedade de quem quer que seja. Tenho a aliança com as pessoas que acreditam em um Piauí diferente. E defendo que as pessoas devam ser livres para escolher o próximo governador”.

Nessa matéria, as vozes do polêmico estão marcadas a partir da rubrica “denúncia”, publicada acima do título, e que dá um direcionamento ao leitor acerca do que ele ainda terá contato pela frente. No entanto, a construção enunciativa não deixa claro qual o tipo de envolvimento do protagonista Sílvia Mendes na referida denúncia; ou seja, não fica claro se Sílvia Mendes é o denunciante ou aquele que é denunciado. Somente no segundo parágrafo do texto, o enunciador posiciona Sílvia Mendes como denunciante, apesar de não absolvê-lo das denúncias que ele mesmo enuncia, como em “Sílvia Mendes criticou as negociações de compra de votos e barganhas políticas que vêm ocorrendo no interior do Estado”.

Com essa estratégia, o enunciador mobiliza as vozes do polêmico contradestinatário como mecanismo de persuasão do paradestinatário, a quem solicita adesão à ideia de que, mesmo sendo o autor das denúncias, o protagonista Sílvia Mendes pode ter algum tipo de envolvimento com a prática do ilícito denunciado por ele. Além disso, o enunciador desqualifica as denúncias como “segundo comentários informais e bastante comuns entre os populares”, ou seja, desprovida de provas e baseadas no senso comum, para construir o referente Sílvia Mendes, como um sujeito político que busca, através dessa denúncia, atacar seus adversários políticos, apesar de não atribuir nomes.

A partir dessa estratégia, o enunciador traz à cena discursiva pelo menos três enunciadores: E1 como aquele que sabe da compra de votos na disputa eleitoral; E2 como aquele que desconfia da participação de Sílvia Mendes neste tipo de prática; e E3 como aquele que desconfia da denúncia feita por Sílvia Mendes. Ao dialogizar com esses enunciadores, o dispositivo de enunciação propõe ao paradestinatário o reconhecimento do protagonista a partir da dissimulação de uma denúncia não comprovada como estratégia política para atingir seus adversários.

## Notícia 40



Fonte: DP, 6 set. 2010, p. 3.

A denúncia também é apresentada no dia 6 de setembro de 2010 no jornal *Diário do Povo* na matéria "Irregularidades – Sívlio fala em farra de convênios" (Notícia 40), na qual o protagonista também está posicionado como denunciante. Na matéria publicada no *Diário do Povo*, o foco da informação está na apontada "farra" que estaria sendo realizada pelo Governo para conquistar o apoio de prefeitos piauienses. Com essa estratégia, as denúncias apresentadas por Sívlio Mendes deixam de ser generalizadas para os políticos em campanha de um modo geral e passam a ser direcionadas para aqueles que estão no Governo e disputam cargos eletivos, apesar de não citar nomes, conforme marcado no texto:

O candidato ao Governo do Piauí, Sívlio Mendes, criticou a "farra de convênios" que, conforme noticiado em vários meios de comunicação, o Governo teria feito em troca de apoios e adesões políticas para viabilização de candidaturas. "O Governo usou o que pertence a todos, que é o dinheiro público, para se beneficiar politicamente. É condenável usar a necessidade dos municípios para proveito político", frisou, lembrando que o Estado possui 43 secretarias para entregar aos partidos aliados.

A estratégia política de denunciar irregularidades atribuídas aos adversários, sobretudo àqueles que estão no Governo, busca mobilizar junto ao leitor a identificação de irregularidades, destacadas pelo protagonista, que longe da administração pública — já que teve de renunciar à Prefeitura de Teresina para candidatar-se ao Governo — busca isentar-se de qualquer uso da "máquina administrativa" em favor de sua campanha. Dessa maneira, como um estranho à prática política/eleitoral utilizada por seus adversários, Sívlio Mendes se posiciona como cidadão, e, como tal, estabelece relação com um leitor cidadão.

Nessa notícia, as vozes do polêmico — marcadas pelo tom de denúncia a respeito de irregularidades apontadas pelo candidato Sívlio Mendes — são apresentadas, sobretudo, como instrumento de persuasão do paradesinatário. Assumindo a posição de denunciante, o protagonista é apresentado pelo suporte como aquele que não se reconhece nas práticas políticas que denuncia ao leitor; deste modo, busca seu reconhecimento como sujeito a quem pode ser depositado voto de confiança.

Ao posicionar-se como aquele que vê as irregularidades que estariam sendo praticadas por seus adversários, Sílvio Mendes é caracterizado por uma relação de semelhança com os piauienses, como no enunciado:

“De acordo com o tucano, seus adversários políticos falam muito que “tem tantos prefeitos nesta eleição”. Sílvio disse que não tem nenhum prefeito e “sim pessoas que acreditam que é possível fazer um trabalho sério e bom para o Piauí”, acrescentou”.

No *Diário do Povo*, as denúncias feitas pelo candidato Sílvio Mendes são direcionadas ao candidato do Governo, Wilson Martins. Identificado como autor de uma “farrá de convênios”. O candidato governista é acusado de trocar esses convênios com as prefeituras municipais por apoios e adesões à sua campanha. Ao fazer avaliações a respeito do candidato Wilson Martins, o enunciador mobiliza o paradestinatário, e busca persuadi-lo a aderir ao candidato Sílvio Mendes, posicionado como candidato isento deste tipo de irregularidade, já que não ocupa nenhum cargo público e, portanto, não teria como cometer o mesmo tipo de irregularidade.

A busca pela identificação do protagonista com o leitor volta a ser proposta por um enunciador jornalista que, na edição do dia 10 de agosto de 2010 do *Diário do Povo*, publica um balanço das doações de campanha recebidas pelos candidatos ao Governo do Estado. Os dados, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram apresentados ao leitor a partir do candidato tucano ao cargo, o ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes. No título “Sílvio é o que recebe menos doações para a campanha”, um enunciador informa ao leitor sobre as doações feitas durante a campanha eleitoral ao tempo em que destaca a relação de proximidade que possui com o candidato Sílvio Mendes, chamado apenas pelo primeiro nome, provocando ainda uma aproximação do político com o leitor, na medida em que o posiciona em oposição às forças políticas e econômicas do Estado.

Com essa estratégia, é proposto ao leitor que a candidatura do tucano é a mais humilde, não desfruta do financiamento de grandes empresas ou de “padrinhos políticos”, como sugere aos demais concorrentes ao cargo:

Sílvio recebeu R\$ 386.695,00 em doações, bem abaixo dos seus principais adversários: o candidato da coligação ‘Por um Piauí Novo’ João Vicente recebeu R\$ 1.658.234,10 e o candidato à reeleição pela coligação ‘Para o Piauí seguir mudando’, Wilson Martins (PSB) contabilizou R\$ 883.816,49 em doações no mês de julho’.

O texto é acompanhado pela foto do candidato Sílvio Mendes, sorridente, em caminhada pelas ruas do Centro de Teresina em companhia de populares e correligionários,

sugerindo que sua candidatura tem ligação direta com o leitor, pois ele pode chamá-lo pelo primeiro nome, vê-lo andando pelas ruas e atestar sua independência em relação às forças econômicas do Estado, conforme reforçado no enunciado “Sílvio recebeu o equivalente a 43,7% do que Wilson arrecadou e 23,3% do de João Vicente”, aproximando-os ainda mais.

Com essa estratégia enunciativa, os dados referentes às prestações de contas dos candidatos ao Governo do Estado são apresentados com base na prestação de contas do candidato tucano, tomado como parâmetro de comparação entre os políticos em disputa. Dessa maneira, a imagem sorridente do tucano que caminha pelas ruas em companhia de apoiadores reforça a imagem do protagonista como um representante do leitor que tem recursos financeiros limitados, com origem especificada em sua maioria, e que desfruta da “tranquilidade” expressa na foto para caminhar pelas ruas para um contato direto com o eleitor.

“Agenda tucana – Serra fará comício e Aécio reunião no Piauí (Notícia 41)”, publicada na edição de 16 de outubro de 2010 no *Meio Norte*. Nessa matéria, um enunciador jornalista destaca a informação de que as lideranças nacionais do PSDB cumprirão agendas políticas no Piauí sem, no entanto, mencionar o objetivo das visitas — “reforçar o palanque do candidato do PSDB ao Governo do Estado, Sílvio Mendes” — dito no corpo do texto. A estratégia enunciativa de apresentar como “protagonistas” da informação o candidato à Presidência José Serra e o senador eleito Aécio Neves, ao invés do piauiense, impõe um silenciamento ao candidato Sílvio Mendes, que aparece logo abaixo do texto em uma foto que mostra o candidato conversando com comerciantes da Ceapi.

No entanto, ao longo do texto, o enunciador jornalístico destaca as informações relacionadas às agendas de José Serra e Aécio Neves no Piauí, posicionando o candidato Sílvio Mendes como “coadjuvante”, como alguém que irá somente acompanhar José Serra, ao

Notícia 41

→ **Agenda tucana**

## Serra fará comício e Aécio reunião no Piauí

O candidato a presidente da República, José Serra (PSDB), e o senador eleito, Aécio Neves (PSDB-MG), confirmaram visita ao Piauí na próxima semana. Os tucanos cumprirão agenda separadamente em eventos para reforçar o palanque do candidato do PSDB ao Governo do Estado, Sílvio Mendes (PSDB). O primeiro a chegar será o senador eleito Aécio Neves, que desembarcará no Aeroporto Petrônio Portela por volta das 10h30 do dia 22 de outubro. Logo em seguida, participará de reunião com lideranças políticas, simpatizantes e apoiadores de todos os municípios piauienses. O local ainda será definido. Já o candidato a presidente do país, José Serra, chegará à capital piauiense no dia 26, às 17h30 horas, para participar

de carreata pelos principais bairros da zona Norte de Teresina. Ao final do ato, Serra acompanhado do candidato ao governo, Sílvio Mendes, fará um comício no bairro Mocambinho.

**CEAPI** - Ao visitar a Central de Abastecimento do Piauí (Ceapi), o candidato ao Governo do Estado pelo PSDB, Sílvio Mendes, recebeu uma lista de reclamação dos comerciantes. O documento foi entregue pelo representante dos comerciantes, o vendedor José Jorge da Silva.

As taxas pagas pelos comerciantes, que variam entre R\$ 100 e R\$ 360 para o uso do local, têm sido alvo de reclamação. “O aluguel dos boxes é muito caro. É quase como a gente tivesse pagando por um ponto no centro comercial de Teresina”, completou. (E.R.)



SÍLVIO | Candidato fez caminhada de campanha ontem na Ceapi

Fonte: MN, 16 out. 2010, p. 3.



final do ato, em um comício no Bairro Mocambinho, em Teresina. Somente nos dois últimos parágrafos do texto, ele relata a visita do candidato à Central de Abastecimento do Piauí (Ceapi) sem, contudo, permitir que ele assuma a condição de enunciador e se posicione frente ao leitor. Aos comerciantes do local, que aparecem conversando com Sílvio Mendes na fotografia, é dada a possibilidade de manifestar-se diretamente ao leitor.

Na matéria, sob a prerrogativa da objetividade da narrativa jornalística, o enunciador fala sobre a “agenda Tucana” no Piauí, mas silencia a participação do candidato Sílvio Mendes, a quem Serra e Aécio manifestariam apoio nos eventos anunciados no suporte.

Silenciado pelo enunciador, o candidato Sílvio Mendes é apresentado ao leitor somente no corpo do texto e na fotografia em que ele aparece ao lado dos comerciantes da Ceapi. Com essa estratégia, o enunciador dialogiza com o paradestinatário, oferecendo-lhe uma caracterização do candidato Sílvio Mendes, sendo este marcado pelo silenciamento imposto pelo enunciador, pela inexpressividade diante das lideranças nacionais do seu partido e mesmo diante dos comerciantes da Ceapi, pois estes assumem a posição de dizer no texto enquanto Sílvio Mendes é somente citado em alguns trechos.

Sílvio Mendes é apresentado em uma relação de disputa com a justiça eleitoral na matéria “Divergências – Coligação de Sílvio nega ação questionando apuração do TER (Notícia 42)”, publicada na edição do dia 16 de outubro de 2010 no jornal *Meio Norte*. Nessa notícia, é apresentada ao leitor a percepção do candidato como alguém que questiona o resultado do primeiro turno das eleições e levanta suspeitas sobre a apuração dos votos; inclusive, a respeito da principal instituição jurídica envolvida no processo eleitoral – o TRE.

Com essa estratégia, o enunciador jornalístico apresenta “divergências” entre o candidato e a Justiça Eleitoral, propondo um desgaste do candidato junto ao TRE, responsável por mediar e arbitrar a disputa eleitoral. Apesar de a informação ser refutada pela assessoria jurídica do candidato Sílvio Mendes e considerada pelo próprio enunciador jornalista como

## → Divergências

Notícia 42

### Coligação de Sílvio nega ação questionando apuração do TRE

ANANIAS RIBEIRO E SÁVIA BARRETO  
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

A coligação “A Força do Povo”, encabeçada pelo candidato a governador Sílvio Mendes (PSDB) consultou a Justiça Eleitoral em relação à divergências na divulgação do resultado das eleições do último dia 03 de outubro. Apesar da especulação de um pedido de recontagem dos votos, a advogada da coligação, Geórgia Nunes, negou que haja intenção de questionar o resultado das urnas.

“Não existe nenhuma intenção de representar ou propor ação judicial na Justiça Eleitoral, questionando a totalização, ou seja, o resultado da eleição para os candidatos proporcionais”, disse. Segundo ela, a divergência de informações entre o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorreu apenas no programa de divulgação do TSE, sem caráter oficial.

O procurador regional eleitoral, Marco Aurélio Adão, destacou que houve a-



MARCO AURÉLIO | Procurador nega irregularidade em apuração

penas um “erro de digitação”, aumentando os votos da coligação no site do TSE. “O resultado que foi apurado e proclamado está correto”, frisou Adão. Foram eleitos seis deputados estaduais pela coligação formada pelo PSDB, DEM e PPS e um deputado federal.

**JULGAMENTOS** - A Corte eleitoral aceitou ontem uma ação penal contra o prefeito do município de Demerval Lobão, Geraldo Amâncio Guedes Júnior. O Ministério Público Eleitoral (MPE-PI), através do procurador regio-

nal eleitoral, Marco Aurélio Adão, foi o autor da ação que passará agora pelo procedimento de instrução penal. O juiz Marcelo Cavalcante foi o relator do caso.

Já no município de Socorro do Piauí, o prefeito Laerte Rodrigues de Moraes, que é réu em uma representação por compra de votos, impedida por sua adversária nas eleições de 2008, Marisane Silva Cavalcante, teve o processo enviado novamente para a zona eleitoral. Um novo julgamento deverá ser realizado. (S.B.)

Fonte: MN, 16 out. 2010, p. 4.

“especulação”, esta não deixou de ser publicada pelo suporte, reforçando a estratégia de apresentar uma disputa entre Sílvio Mendes e a Justiça Eleitoral, mesmo que o resultado da apuração não venha a ser questionado pela coligação encabeçada pelo protagonista.

No texto, uma foto do procurador eleitoral Marco Aurélio Adão, representante do TRE, aparece com olhar sereno e um leve sorriso no rosto, mostrando paciência em relação à informação que estaria sendo questionada pelo candidato e firmeza ao se posicionar a respeito do assunto. Na legenda, “Marco Aurélio – Procurador nega irregularidades em apuração”, o enunciador jornalístico sintetiza a posição do procurador eleitoral e reafirma sua posição de firmeza frente às divergências destacadas pelo suporte.

Nessa matéria, através das vozes do polêmico, o contradestinatário é mobilizado como estratégia de persuasão ao paradestinatário, a quem o enunciador propõe o reconhecimento do referente Sílvio Mendes como um sujeito político, que polemiza com o procurador eleitoral, apesar de negar, por meio de sua assessoria jurídica, após o resultado do primeiro turno das eleições. A modalização marcada em “nega ação”, “divergências”, “apesar da especulação” e “negou que haja intenção”, por exemplo, propõe o reconhecimento de um conflito negado pelas partes que estariam envolvidas.

Com essa estratégia, o enunciador diverge do contradestinatário, na medida em que propõe o reconhecimento de um conflito e constrói um cenário de disputa para o sujeito político Sílvio Mendes, situando em um tempo e espaço em que são percebidos pelo menos três enunciadores: (E1) como aquele que reconhece as divergências entre o protagonista da informação e o TRE; (E2) como aquele que se contrapõe a esta percepção e nega qualquer disputa; e (E3) como aquele que percebe a disputa apesar das negativas.

#### **4.5 João Vicente Claudino**

Presidente do Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Vicente Claudino foi eleito senador em 2006, com 926.631 votos, o correspondente a 65% dos votos válidos, na sua primeira candidatura a cargo eletivo. Naquele ano, a candidatura de João Vicente Claudino integrava a coligação que tinha como candidato o governador Wellington Dias, que voltava às urnas em busca da reeleição.

Desde esse período, o senador João Vicente Claudino passou a ocupar a posição de aliado no segundo mandato de Wellington Dias, indicando partidários para ocupar espaços na administração pública estadual; e, além disso, posicionando no cenário político local como aliado “de primeira hora”. Em 2008, como presidente do PTB no Piauí, o senador João

Vicente Claudino assumiu a posição de líder partidário e investiu nas eleições municipais, buscando eleger petebistas como prefeitos e vereadores no maior número de municípios conseguindo, inclusive, ter petebistas à frente da Prefeitura de Parnaíba, de Floriano e a Vice-Prefeitura da capital.

Diante da expansão do seu partido pelo Estado, o que lhe forneceu uma base de apoio político mais ampla, João Vicente Claudino, que, a partir deste ponto, será referido também pela sigla JVC, passou a ser apresentado como potencial candidato à sucessão estadual, já que Wellington Dias caminhava para encerrar seu segundo mandato como governador e almejava uma candidatura ao Senado.

A possibilidade de ser o candidato da base aliada colocou JVC em disputa direta com o vice-governador Wilson Martins, também líder partidário e pré-candidato ao Governo. No entanto, JVC tinha contra sua candidatura alardeado alto índice de rejeição, apontado por pesquisas de opinião pública e manifestadas por lideranças políticas, sobretudo, integrantes do Partido dos Trabalhadores, sigla de Wellington Dias.

Ao fim do período de indefinição, Wellington Dias decide renunciar para candidatar-se ao Senado e passa ao vice-governador Wilson Martins o comando do Governo Estadual, bem como o dever de conduzir, a partir de então, a candidatura governista à sucessão. No entanto, mesmo com a escolha de Wellington Dias, JVC mantém sua candidatura ao Governo do Estado em 2010.

Fora do Governo, mas estreitamente ligado a nomes do Governo, JVC apresentou uma candidatura autodenominada “alternativa”. Impedido de fazer oposição ao Governo do qual tinha participado nos últimos anos e necessitando utilizar a imagem de Lula e Dilma em seus cartazes, programas de televisão, e mesmo na formulação de suas propostas, João Vicente ficou posicionado na terceira colocação nas urnas, e foi eliminado da disputa decidida em segundo turno entre Wilson Martins e Sílvia Mendes.

#### 4.5.1 Análises

Apresentado como pré-candidato ao Governo, o senador João Vicente Claudino é o protagonista da informação, em entrevista publicada em 3 de janeiro de 2010, no jornal *Diário do Povo*. Na entrevista “Senador quer flexibilizar LRF para concluir obras inacabadas” (Notícia 43), JVC é apresentado ao leitor a partir do cargo que ocupa em uma estratégia enunciativa que marca a atuação do protagonista como parlamentar e pré-candidato ao





dessanilizadores, são caríssimas e temos que produzir isso no Brasil e difundir o uso desta energia, até obras de infraestrutura para o Piauí.

O prodestinatário é mobilizado pelo Diário do Povo na entrevista “Senador quer flexibilizar LRF para concluir obras inacabadas”, publicada em 3 de janeiro de 2010. Nessa notícia, o protagonista da informação é o senador João Vicente Claudino, apresentado pelo suporte como um proponente de alternativas técnicas para a solução de problemas financeiros apresentados pelo enunciador, como a existência de obras inacabadas no Estado.

A relação estabelecida entre enunciador e prodestinatário está marcada pela utilização de operações enunciativas de modalização; ou seja, do uso de frases assertivas como verificado neste caso, para interpelar o leitor, a exemplo de “quer flexibilizar LRF para concluir obras inacabadas” e “e o senador, como relator setorial da Saúde conseguiu alocar mais recursos para o Piauí”.

Em uma entrevista pingue-pongue, ou seja, de perguntas e respostas, o senador alterna com o enunciador jornalístico o poder de dizer e direcionar seus discursos ao leitor. No entanto, foi a partir da maneira com que a entrevista foi conduzida e depois editada, que o dispositivo de enunciação marcou o estabelecimento de uma relação com o prodestinatário, com quem compartilha a crença de que: (E1) o Piauí sofre com a falta de recursos para concluir obras; (E2) é preciso flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para possam ser destinados mais recursos para essas obras; e (E3) o Estado precisa de propostas técnicas para que seja solucionado o problema da falta de recursos, já que a relação de proximidade entre o governador Wellington Dias e o presidente Lula não tem sido suficiente para resolver esta questão.

Notícia 44

## CANDIDATURA

### R. Silva disputa o Senado na chapa de JVC

O vereador R. Silva (PP) disputará as eleições deste ano fazendo dobradinha com o deputado federal Ciro Nogueira Filho (PP) em uma disputa ao Senado na chapa encabeçada pelo senador João Vicente Claudino (PTB). O progressista, entretanto, ainda não efetivou o registro de sua candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e só fará isso amanhã, dia 7.

Ontem, R. Silva discutiu a candidatura com as lideranças dos partidos que fazem parte da coligação que apoia a candidatura do senador João Vicente Claudino ao Governo do Estado. A ideia da coligação é trabalhar o nome do vere-

ador para o Senado baseado no trabalho executado na capital. “O R. Silva é um vereador dos mais atuantes na nossa capital e é um nome que com certeza irá agregar não só ao PP, mas a toda nossa chapa”, frisou o deputado Ciro Nogueira Filho, que é presidente do PP no Piauí.

R. Silva argumentou que aceitou colocar o nome à disposição do partido para disputar o Senado por dois motivos. “Uma coligação precisa de dois candidatos. Além disso, seremos uma opção a mais para o eleitorado em votar em candidatos comprometidos com propostas que desenvolvam o Estado”, justi-

ficou. Essa é a primeira vez que o progressista disputa uma eleição para cargo majoritário. Em pleitos anteriores, R. Silva disputou apenas o cargo de vereador na capital.

A segunda vaga do Senado na chapa dos petebistas inicialmente foi cotada para o ex-vice-governador Osmar Araújo (PDT). No entanto, devido ao fato de não ter se descomissionado de um cargo comissionado que ocupa na Fetag, o pedetista não pode ser candidato. Mesmo tendo sido lançado no apagar das luzes do prazo para registro, R. Silva afirma que irá apresentar propostas consistentes para a população. Dentre elas, ele destaca a

defesa da implantação do piso salarial para as diversas categorias do País. “Faremos isso a partir de propostas de emendas à Constituição. Faremos uma campanha sem agredir adversários e respeitando a legislação eleitoral”, frisou.

O vereador acrescentou que não precuará se licenciar das atividades da Câmara de Vereadores. Segundo ele, o prazo será suficiente para fazer o “corpo a corpo” com a população levando suas propostas. “As sessões na Câmara são realizadas apenas três dias por semana. Os demais dias, viajarei pelo interior do Estado levando nossas propostas”, explicou.

(Mayara Martins)

Fonte: O Dia, 6 jul. 2010, p. 2.

Como candidato ao Governo do Estado e “cabeça de chapa”, JVC é apresentado como protagonista da informação na matéria “*Candidatura – R. Silva disputa o Senado na chapa de JVC*” (Notícia 44), publicada em 6 de julho de 2010 no jornal *O Dia*. Nessa matéria, a escolha do vereador de Teresina, como candidato ao Senado na chapa de JVC, é apresentada ao leitor no título da notícia como estratégia para chamar a atenção do leitor acerca das eleições, já que marca uma definição na chapa do protagonista.

O vereador R. Silva (PP) disputará as eleições deste ano fazendo dobradinha com o deputado federal Ciro Nogueira Filho (PP) em uma disputa ao Senado na chapa encabeçada pelo senador João Vicente Claudino (PTB). O progressista, entretanto, ainda não efetivou o registro de sua candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e só fará isso amanhã, dia 7.

Nessa matéria, JVC assume o papel de protagonista sem assumir a posição de enunciador. No entanto, sua “presença” marca a estratégia de um enunciador que utiliza o envolvimento de JVC na informação como “isca” para chamar a atenção do leitor, que talvez não conheça R. Silva mas se interessa pela composição da chapa de JVC.

Na mesma data, a notícia sobre a candidatura de R. Silva na chapa de João Vicente Claudino também é publicada no jornal *O Dia* através da matéria “R. Silva disputa o Senado na chapa de JVC”. Contudo, diferentemente do *Meio Norte*, a candidatura do vereador não é apresentada ao leitor a partir de uma avaliação ou função afetiva. No *O Dia*, o enunciador mobiliza o prodestinatário, com quem compartilha o reconhecimento da candidatura de R. Silva como uma disposição do candidato em disputar uma vaga no Senado, e, desta forma, propõe que a apresentação de R. Silva representa a formalização de uma “dobradinha” entre ele e o deputado Ciro Nogueira, “em uma disputa ao Senado na chapa encabeçada pelo senador João Vicente Claudino (PTB)”.

Com base na interpelação do prodestinatário, o enunciador mobiliza o paradestinatário ao construir o referente João Vicente Claudino como “cabeça de chapa”, que busca uma composição competitiva nas eleições; ou seja, que apresenta a candidatura de R. Silva não somente como uma ocupação pró-forma, para fechar a definição de nomes na coligação, mas propondo o reconhecimento de que teria sido uma escolha pensada em fortalecer eleitoralmente a coligação, como fica exposto em:

A ideia da coligação é trabalhar o nome do vereador para o Senado baseado no trabalho executado na capital. “O R. Silva é um vereador dos mais atuantes na nossa capital e é um nome que com certeza irá agregar não só ao PP, mas a toda nossa chapa”, frisou o deputado Ciro Nogueira Filho, que é presidente do PP no Piauí.

A estratégia político-partidária de escolher R. Silva para compor a chapa de João Vicente Claudino é apresentada por um enunciador jornalístico, como tentativa da sigla de fortalecer a chapa na capital, já que ele é vereador e teria um trabalho reconhecido em Teresina. Deste modo, o enunciador jornalístico expõe ao leitor a percepção de que o candidato ao Governo precisa trabalhar suas bases eleitorais em Teresina ao mesmo tempo em que constrói o referente João Vicente Claudino como um candidato que poderá encontrar dificuldades junto ao eleitorado de Teresina durante a campanha eleitoral.

A informação a respeito da candidatura do vereador R. Silva ao Senado pela chapa do João Vicente Claudino é utilizada como estratégia para apresentar João Vicente Claudino como protagonista da informação na matéria: “Na disputa – R. Silva será candidato a senador na chapa de JVC” (Notícia 45), publicada também no dia 6 de julho de 2010 no jornal Meio Norte.


Na matéria publicada no *Meio Norte*, o anúncio da candidatura de R. Silva, no final do prazo para a formalização de candidaturas junto ao Tribunal Regional Eleitoral, é apresentado ao leitor logo no início do texto, que ressalta ainda a definição do seu nome em substituição a outro candidato.

O vereador de Teresina, R.Silva (PP), fará a dobradinha com o deputado federal Ciro Nogueira (PP) na corrida por uma vaga no Senado Federal nas eleições de outubro. Ele confirmou ao Jornal Meio Norte que o convite foi feito neste final de semana, em substituição ao nome do ex-vice-governador Osmar Dias.

Notícia 45

## → Na disputa

# R. Silva será candidato a senador na chapa de JVC

 O vereador de Teresina, R.Silva (PP), fará a dobradinha com o deputado federal Ciro Nogueira (PP) na corrida por uma vaga no Senado Federal nas eleições de outubro. Ele confirmou ao Jornal Meio Norte que o convite foi feito neste final de semana, em substituição ao nome do ex-vice-governador Osmar Dias. “Recebi esse convite nas últimas horas e aceitei. Queremos fazer uma campanha arrojada”, adiantou.

Osmar Sousa foi cogitado para compor a chapa majoritária liderada pelo  
Fonte: MN, 6 jul. 2010, p. 3.

senador João Vicente Claudino (PTB), mas como não se desincompatibilizou do cargo que exerce na administração pública, teve a candidatura barrada.

Com o convite em cima da hora, R. Silva não teve tempo para conseguir os documentos necessários para o registro de candidatura, que se encerrou oficialmente ontem. O prazo será estendido até amanhã para os candidatos retardatários. “Estamos trabalhando para concretizar os detalhes da documentação”, ressaltou.(S.B)

A estratégia de apresentar a candidatura do vereador como uma decisão de última hora coloca o protagonista JVC em relação com um leitor que acompanha as movimentações nos bastidores da política local, e que percebe a definição dos nomes da chapa encabeçada por João Vicente Claudino como decisões tomadas no encerramento do prazo estabelecido; ou seja, que contradizem um planejamento político-partidário da chapa comandada por JVC.

O enunciador jornalístico coloca a candidatura de R. Silva ao Senado como uma iniciativa que busca disputar, propondo o reconhecimento de que não se trata de uma candidatura competitiva, mas “para cumprir tabela” e ocupar um espaço que ficou em aberto com a impossibilidade de Osmar Dias ser o candidato pela chapa. O enunciador também sugere que a candidatura a senador distancia o sujeito político R. Silva do Senado, pois distante de ocupar uma vaga no Senado Federal, ele está primeiro candidatando-se ao reconhecimento como candidato à representação de um senador. Com base nestes sentidos, o protagonista é representado como sujeito político que concorre ao Governo do Estado em uma chapa fragilizada pela presença de candidatos que possuem poucas condições, na avaliação do enunciador político, de serem eleitos.

Nessa matéria, o candidato João Vicente Claudino – “cabeça de chapa” na sucessão estadual – é apresentado pelo enunciador como referente, sendo aquele que localiza R. Silva no cenário político, e é posicionado como um político que não tem uma estrutura partidária organizada nem planejada em torno da sua candidatura. Esta percepção é evidenciada pelo anúncio de R. Silva como segundo candidato da chapa de João Vicente ao Senado “nas últimas horas” do prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral, como marcado no enunciado: “Recebi esse convite nas últimas horas e aceitei”.

A rubrica “na disputa”, posta acima do título, marca também a estratégia do enunciador de conduzir o leitor à leitura de que a candidatura de R. Silva na chapa de João Vicente Claudino é apenas uma disposição (dele) de entrar na disputa eleitoral e concorrer a uma vaga no Senado, mas mobilizando junto ao leitor o reconhecimento de que ele não teria chances efetivas de ser eleito para o cargo. Pode-se dizer que, como um nome escolhido para “cumprir tabela”, o vereador R. Silva representa uma fragilidade proposta à chapa de JVC, como exposto no enunciado: “Com o convite em cima da hora, R. Silva não teve tempo para conseguir os documentos necessários para o registro de candidatura, que se encerrou oficialmente ontem”.

A partir da estratégia de oferecer uma avaliação acerca da candidatura de R. Silva e da composição da chapa de JVC, o enunciador propõe a adesão à candidatura de Wilson Martins, pois, verificando o contexto, percebe-se que a matéria está em relação com as notícias “Wilson Martins quer ser o governador da saúde” e “Sílvio Mendes inicia sua campanha ao Governo”, publicadas em proporções semelhantes e logo acima da matéria em análise. Verificando as três matérias, percebe-se que enquanto Wilson Martins é posicionado como governador da saúde, Sílvio Mendes está iniciando sua campanha e JVC ainda está compondo sua chapa.



■ CAMPANHA

## João Vicente faz carreata no interior

Foto: Divulgação

Uma carreata saindo de Teresina marcou os festejos de José de Freitas na noite do último domingo. Dezenas de carros saíram da capital acompanhando o candidato João Vicente, da coligação Por um Piauí Novo, até o município.

Em José de Freitas eles percorreram as principais ruas e avenidas de José de Freitas e depois seguiram para a casa do líder comunitário Alan Almeida, onde foram recebidos por muitas pessoas. "João Vicente tem experiência e vai



administrar esse Estado com uma equipe competente. Ele tem conhecimento dos problemas que temos e isso é muito bom porque ele vai saber melhorar", destacou ele.

Na oportunidade, João Vicente agradeceu o apoio das pessoas e as manifestações de carinho e acrescentou que a cidade de José de Freitas tem um destaque importante na região. "Nosso compromisso é construir um Piauí novo, de mais oportunidades para todos".

**JOÃO VICENTE** com os candidatos de sua coligação em José de Freitas

Fonte: DP, 10 ago. 2010, p. 3.

Com o cenário político definido, JVC é apresentado como candidato ao Governo do Estado em suas atividades de campanha na matéria “Campanha – João Vicente faz carreata no interior” (Notícia 46), publicada no dia 10 de agosto de 2010, no *Diário do Povo*. Em dialogia com a matéria publicada na mesma página, mas relacionada a Sílvio Mendes, e que mostra o candidato durante caminhada no Centro de Teresina, um enunciador jornalista propõe que JVC apresenta um distanciamento do eleitor/leitor, evidenciado pelo fato de ele participar de uma carreata, ao invés de uma caminhada – oportunidade em que os candidatos experimentam o corpo a corpo com a população. No entanto, a foto publicada junto ao texto mostra JVC rodeado por correligionários e militantes, sem veículos próximos, portanto, fora da referida carreata.

Acompanhada pela legenda “João Vicente com os candidatos de sua coligação em José de Freitas”, a foto em relação com o enunciado propõem ao leitor que o candidato está mais próximo de lideranças políticas, e evita o contato direto com a população. O enunciador jornalístico do texto, no entanto, busca estreitar as relações entre o candidato e a população de José de Freitas, a cidade visitada pelo petebista:

“Em José de Freitas eles percorreram as principais ruas e avenidas de José de Freitas e depois seguiram para a casa do líder comunitário Alan Almeida, onde foram recebidos por muitas pessoas”.

Narra o enunciador, demonstrando ser espectador do fato, e não o autor do título nem da legenda, pois enquanto um observa o fato de maneira próxima e manifesta seu envolvimento com o evento, o outro observa com distanciamento o candidato e suas atividades de campanha.

Na matéria “*Campanha – João Vicente faz carreata no interior*”, publicada em 10 de agosto de 2010, o enunciador *Diário do Povo* estabelece relação com o paradesinatário, a partir de estratégias sutis que marcam a mobilização de mecanismos de persuasão do leitor. Ao apropriar-se do caráter informacional no título, o enunciador utiliza a prerrogativa da objetividade jornalística para noticiar o fato sem qualquer função afetiva ou avaliação a respeito do fato.

No entanto, a própria escolha do título, em relação com a fotografia e com a legenda, marca a estratégia do enunciador de caracterizar o protagonista como um ator político distante da população, já que realiza carreatas e, dessa maneira, evita o contato direto com o eleitorado; e tem em torno de si o apoio de partidários, como fica apresentado na fotografia, na qual João Vicente aparece à vontade ao estar cercado por candidatos de sua coligação.

Dessa maneira, o enunciador estabelece relação com o paradesinatário, utilizando a função de mostração para construir o referente João Vicente Claudino, propondo a caracterização de um sujeito político distante da população, meta-coletivo de identificação do paradesinatário, portanto, posicionado distante do leitor.

Na matéria “*Educação – Projetos de João Vicente no Senado garantem expansão de IFPI no interior*”, publicada em 10 de agosto de 2010 no jornal *O Dia*, o protagonista volta a ser apresentado ao leitor a partir de sua atuação parlamentar no Senado Federal, já que a matéria destaca os projetos de JVC no Senado, apesar de a foto da legenda fazerem referência à campanha eleitoral, “*CAMPANHA - Senador ouve solicitações dos eleitores*”.

Com essa estratégia enunciativa, um enunciador compartilha com o prodestinatário o reconhecimento da atuação parlamentar de JVC como argumento de persuasão ao paradesinatário, como marcado no enunciado:

Notícia 47

---

EDUCAÇÃO

## Projetos de João Vicente no Senado garantem expansão de IFPI no interior

“A educação é um direito previsto para todos os brasileiros e, para que chegue ao alcance de todos, é preciso investimentos, que ultimamente não atendem a todos os municípios piauienses”. Diante desta constatação, João Vicente, candidato ao Governo do Estado pela coligação “Por um Piauí Novo”, lembra que em sua ação parlamentar como senador foi autor de quatro projetos de lei para a criação de quatro unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) no Piauí. Estas unidades, vinculadas ao Ministério da Educação, estão sendo instaladas nos municípios de Esperantina, Barras, São João do Piauí e Valença, dando consistência ao projeto de interiorização do ensino técnico e profissionalizante no Estado.

As criações desses centros



Divulgação

e ainda apresentam potencialidades pouco exploradas. A cidade de São João do Piauí, por exemplo, tem vasto potencial para instalação de indústrias, e para a mineração e aquicultura. Em Esperantina, o turismo apresenta fôlegos ainda inexplorados, que podem sustentar o desenvolvimento do município” afirma o João Vicente.

Atualmente, o Instituto Federal do Piauí está nas cidades de Teresina, Floriano, Picos, Parnaíba, Uruçuí, Corrente, São Raimundo Nonato, Angical do Piauí, Paulistana, Pimenteiras, São João do Piauí, Pedro II, Oeiras e Valença do Piauí, atendendo mais de 8 mil alunos, oferecendo uma gama de cursos de formação profissional, que abrange desde educação básica, técnica e superior, até a pós-graduação, em processo de verticalização do ensino.

CAMPANHA Senador ouve solicitações dos eleitores

Fonte: O Dia, 10 ago. 2010, p. 3.

A educação é um direito previsto para todos os brasileiros e, para que chegue ao alcance de todos, é preciso investimentos, que ultimamente não atendem a todos os municípios piauienses”. Diante desta constatação, João Vicente, candidato ao Governo do Estado pela coligação “Por um Piauí Novo”, lembra que em sua ação parlamentar como senador foi autor de quatro projetos de lei para a criação de quatro unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) no Piauí. Estas unidades, vinculadas ao Ministério da Educação, estão sendo instaladas nos municípios de Esperantina, Barras, São João do Piauí e Valença, dando consistência ao projeto de interiorização do ensino técnico e profissionalizante no Estado (O DIA, 10 ago. 2010).

O leitor em relação com o protagonista da informação é configurado como um sujeito que primeiro avalia a atuação de JVC como parlamentar, para então avaliar sua candidatura ao Governo do Estado. Além disso, ele é apresentado como aquele que provoca no protagonista a apresentação de propostas, pois o senador ouve os eleitores, como enunciado na legenda, para então apresentar projetos no Senado Federal.

A estratégia de propor ao paradesinatário as crenças que divide com o prodestinatário é identificada a partir da caracterização proposta a João Vicente Claudino – um sujeito político propositivo, que tem suas ações avaliadas para resultados práticos, e posicionado como alguém que tem seus projetos ouvidos (como proposto na fotografia em que está rodeado de pessoas que o assistem falar ao microfone) – e apresentada ao paradesinatário.

Notícia 48

→ **Comício**

## João Vicente faz mobilização no Norte do Estado

O candidato a governador João Vicente (PTB) realizou durante o final de semana uma carreata nos festejos do município de José de Freitas. Centenas de carros de simpatizantes da coligação “Por um Piauí Novo” seguiram de Teresina até o município. Ao chegar a José de Freitas, eles percorreram as principais ruas e avenidas da cidade. Em seguida, João Vicente, acompanhado de Flávio Nogueira, candidato a vice, e Ciro Nogueira, candidato a senador, se reuniu com a comunidade, onde tiveram a oportunidade de destacar as propostas de governo que pretendem promover no Piauí.

João Vicente visitou ainda os municípios de



Bom Princípio, Buriti dos Lopes e Parnaíba.

Em Bom Princípio, ele foi recebido pelo prefeito, fizeram uma caminhada pela cidade e conversaram com os moradores.

No município de Buriti dos Lopes, João Vicente contou com a ajuda do vereador Juscelino e se reuniu com membros da colônia de pescadores da região. Na cidade de Parnaíba,

o candidato inaugurou mais uma Casa 14, onde se encontrou com o prefeito José Hamilton e com centenas de pessoas que foram manifestar apoio à sua candidatura.

Na oportunidade, João Vicente destacou a importância do contato com as pessoas e de levar uma mensagem de prosperidade. “Quero compartilhar com vocês nosso plano de Governo que tem como princípio básico melhorar a vida das pessoas de todo o Piauí. Esse é o nosso desejo e estamos aqui para comprovar o nosso objetivo em trabalhar, incansavelmente, para transformar o nosso Estado”, destacou.

Fonte: MN, 10 ago. 2010, p. 3.

A candidatura de JVC é apresentada objetivamente na matéria “Comício – João Vicente faz mobilização no Norte do Estado”, publicada em 10 de agosto de 2010 no jornal *Meio Norte*. Nessa notícia, a rubrica “comício” é utilizada como elemento de adjetivação das



atividades realizadas por JVC, marcadas pelos interesses eleitorais em disputa no cenário político local. Um enunciador apresenta JVC como candidato ao Governo em campanha pelo Interior do Estado em companhia de outros atores políticos em campanha, como marcado em:

O candidato a governador João Vicente (PTB) realizou durante o final de semana uma carreata nos festejos do município de José de Freitas. Centenas de carros de simpatizantes da coligação “Por um Piauí Novo” seguiram de Teresina até o município. Ao chegar a José de Freitas, eles percorreram as principais ruas e avenidas da cidade. Em seguida, João Vicente, acompanhado de Flávio Nogueira, candidato a vice, e Ciro Nogueira, candidato a senador, se reuniu com a comunidade, onde tiveram a oportunidade de destacar as propostas de governo que pretendem promover no Piauí (MN, 10 ago. 2010, p. 3).

Nessa matéria, o paradesinatário é mobilizado pelo enunciador, através da função de mostração, já que localiza o protagonista no tempo e no espaço; ou seja, em campanha eleitoral na região Norte do Estado. O referente João Vicente Claudino é proposto como sujeito que realiza comícios e viaja pelo Estado em campanha, percorrendo diversas cidades ao lado de seus correligionários. No entanto, observando o cotexto, percebe-se que a matéria está em relação de tensionalidade com a notícia “Desafio – Wilson aceita comparação com gestão de Sílvio” (publicada acima) e com a notícia “Campanha – Teresa diz que candidatos visitam apenas chefes” (publicada abaixo). Fora da disputa entre Wilson Martins e Sílvio Mendes, e posicionado como candidato que visita as cidades somente para participar de reuniões com “chefes políticos”, a notícia relacionada ao protagonista João Vicente Claudino mobiliza também o contradestinatário, que faz avaliação acerca do protagonista, contrapondo o que diz o enunciador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizado em produção, este estudo propôs, desde o projeto submetido à avaliação no processo de seleção para o Mestrado em Letras, buscar respostas às seguintes questões: — Como se configuram os leitores nas editorias de política dos jornais piauienses? No que eles diferem e em que pontos se aproximam? Há diferenças entre os leitores em cada suporte? Como são estabelecidas as relações entre os sujeitos políticos e os leitores? Como os leitores são mobilizados pelos dispositivos de enunciação? Quais são as estratégias utilizadas pelos enunciadores para posicionar os sujeitos políticos e propor um lugar de interação aos leitores?

Na busca por respostas para estas e outras perguntas consequentes, foi iniciado um trabalho de investigação que partiu da percepção de que os leitores possíveis de investigar e analisar no *corpus* escolhido não são aqueles de “carne e osso”, que vão às bancas adquirir os volumes ou que recebem suas edições no início da manhã em suas casas. Ao trabalho aqui empreendido interessa a noção de leitor relacionada aos sujeitos sociais perpassados pelas vozes da cultura, da história e das práticas sociais, e que produzem sentidos ao mobilizarem os discursos em circulação para produzir outros, em um processo de semiose infinita, no qual os discursos são produzidos, postos em circulação e consumidos indefinidamente.

Nessa direção, interessou, com base nas contribuições de Yunes (2003) trazidas a este trabalho, a posição aqui defendida de que a leitura é percebida como prática social; e, a partir desse entendimento, a leitura vai além da decifração de códigos linguísticos, e diz respeito às relações que o leitor estabelece na e pela linguagem. Com esta percepção, a anterioridade da leitura em relação à escrita é posta como uma percepção conceitual, que extrapola os limites impostos à língua enquanto sistema, e posiciona a leitura no espaço de entrelaçamento das relações entre texto, autor, leitor e mundo. Por isso, entende-se que antes mesmo de ter a capacidade de significar a partir de signos, o homem foi capaz de abstrair da realidade objetiva e construir sistemas de representação através da leitura de mundo.

A dinâmica conferida à leitura, dessa maneira, pode ser percebida a partir dos processos de transformação da sociedade, o que nos fez aproximar as questões aqui empreendidas das proposições de Chartier (2003). O autor mostra as alterações sofridas pelo texto e, consequentemente, pela leitura, ao longo da história da humanidade, com o objetivo de expor o caráter dinâmico da leitura, bem como de marcá-la como experiência associada aos diversos usos e apropriações que o leitor pode fazer do texto, a exemplo do eletrônico, que

possibilita o armazenamento, a maior rapidez na circulação de sentidos entre leitores e ainda está sujeito à manipulação.

Além dos aspectos tecnológicos, a forma de apresentação dos textos sofre ainda uma série de outras coerções impostas pelas relações econômicas e empresariais. Por exemplo, Zilberman (2003) contribui com este trabalho ao mostrar, com base em um percurso lítero-histórico, que a literatura brasileira passou por diferentes fases de desenvolvimento; e esteve em relação com características específicas de leitor, durante seu processo de consolidação enquanto atividade econômica e empresarial, sobretudo, a partir do direcionamento da produção literária à formação escolar e acadêmica de brasileiros.

Ao fazer este percurso, a autora mostra, por exemplo, que o leitor passou por um período em que era marcado por uma ingenuidade diante do texto, a ponto de o autor precisar conduzi-lo, mostrando quais eram os caminhos que precisavam ser percorridos no tempo da leitura, chegando a expor objetivamente as relações propostas entre texto, autor e leitor. Além de contribuir ao aproximar as discussões acerca de leitor e leitura dos contextos brasileiros, Zilberman (2003) fornece dados importantes para a problematização dos processos de formação do leitor brasileiro, na medida em que mostra as tensões, e desconstrói a ideia de que este processo teria acontecido de forma “natural” ou como um “já-dado”.

No entanto, o fato de este trabalho ser realizado em produção traz o desafio fundamental de buscar reconstituir, a partir dos textos, o leitor discursivo, marcado na matéria significativa. Para tanto, foi necessário trazer de Eco (1994; 2005; 2008a; 2008b) contribuições que apontassem para este caminho, apesar de ser uma discussão adotada parcialmente neste trabalho. Ao propor a noção de leitor modelo, o autor propôs discutir como este sujeito pode existir, e ser previsto já no processo de produção do texto. Para ele, o leitor modelo corresponde a uma estratégia textual, ou seja, a um conjunto de requisitos necessários (linguísticos, estilísticos, do repertório cultural etc.) para que o texto seja interpretado corretamente e em sua potencialidade.

Para Eco (1994; 2005; 2008a; 2008b), a obra é aberta às múltiplas leituras que o leitor modelo – no uso de uma liberdade, de uma independência e de movimentos cooperativos, conscientes e ativos – pode realizar. É neste ponto que a dissertação aqui empreendida marca seu distanciamento. Na perspectiva da Teoria dos Discursos Sociais, base teórica para todo esta pesquisa, os sujeitos negociam sentidos e estabelecem relação de tensionalidade; ou seja, não possuem autonomia nem plena consciência sobre os textos, pois, ao tempo em que marcam sua presença nos discursos e na estreiteza dos sentidos postos em circulação, também são perpassados por discursos e sentidos outros em uma relação de dialogia.

Para aproximar o leitor do universo de discursos, foram apresentadas as contribuições de Costa (2003) e Nunes (1994). Ao perceber o leitor como travessia na instância do discurso, ou seja, como um sujeito discursivo, Costa (2003) abriu caminho para que fossem apresentadas as contribuições de Nunes (1994), que reconstituiu, com base nas correspondências enviadas durante a colonização do Brasil, o processo de formação do leitor brasileiro. Apesar de ter sido realizado em uma perspectiva discursiva diferente da aplicada neste trabalho, Nunes (1994) contribui para a percepção acerca das condições de produção de discursos, pois mostra como os contextos dialogizam com os processos de leitura e de formação do leitor.

Direcionando o olhar para o leitor enquanto sujeito discursivo, este trabalho problematiza a noção de subjetividade e sua manifestação por meio da linguagem, e, desta maneira, investiga o leitor com base na materialidade discursiva, que se pode deixar marcar na superfície significante. A começar por esta percepção, posiciona-se como base do estudo acerca do leitor uma perspectiva discursiva, a partir da qual as subjetividades estão marcadas no instante em que os sujeitos fazem uso da língua; dito de outro modo, no instante em que é posta em funcionamento e é percebida na singularidade da sua existência.

Visto dessa maneira, o problema da investigação a respeito da participação do leitor no próprio processo de produção de sentidos partiu da noção de que, ao enunciar, o sujeito marca a si próprio e ao outro no que foi dito. Passando a fazer parte dos discursos, durante seu processo de produção, enunciador e coenunciador constituem uma relação dialógica, em que não é possível produzir discursos sem que, mesmo de forma ampla e genérica, os interlocutores tenham um conhecimento prévio um do outro.

A partir dessa noção, este trabalho teve como ponto de partida uma investigação orientada nos métodos e conceitos que concernem aos estudos dos discursos sociais. Para tanto, os processos de observação, investigação e análise do *corpus* não foram conduzidos por uma perspectiva conteudista e imanente, que estivesse focada no que está dito e pelo que está dito. Ao presente trabalho interessou investigar os processos sociais em que os sujeitos constituem relação e produzem sentidos, levando-se em consideração os diversos contextos, as instâncias do ideológico e do poder, as formações discursivas “na estreiteza e singularidade de sua situação”, as diversas vozes sociais em disputa nos contextos discursivos e a relação dialógica entre discursos, tudo em um processo semiológico de produção, circulação e consumo de sentidos.

A percepção a respeito dos discursos enquanto práticas sociais exigiu que as análises partissem da noção de que os leitores discursivamente mobilizados na instância da produção

estão relacionados aos processos em que as vozes sociohistóricas e culturais marcam a estratégia dos enunciadores ao estabelecer vínculos com certos tipos de leitores; ou melhor, como o dizer marca aquele que diz e aquele a quem ele direciona seus discursos. Para identificar as “pistas materiais” que indicam o processo de reconhecimento de sentidos, ainda na instância da produção, a aplicação dos conceitos supracitados, junto à problematização de leitor e leitura realizada no segundo capítulo, forneceram os caminhos para que fosse possível chegar às análises das relações estabelecidas entre os protagonistas da informação e os leitores, bem como das relações estabelecidas entre os dispositivos de enunciação *Diário do Povo*, *Meio Norte*, e *O Dia*, com os leitores propostos nas e pelas editorias de política dos suportes.

Na primeira parte das análises, em que foram investigadas as relações com os protagonistas das informações com os leitores, percebeu-se que, mesmo nos casos em que os veículos de comunicação publicam notícias relacionadas a um mesmo evento comunicacional, em uma mesma data, cada dispositivo mobiliza sentidos diferenciados e, conseqüentemente, propõe leitores específicos. Essas diferenças são observadas ainda num mesmo suporte, que propõe sentidos diferenciados de acordo com o sujeito político apresentado como protagonista da informação.

Nesta parte das análises, comparativamente, verificou-se que o jornal *Diário do Povo* propõe um leitor permeado pela desconfiança, ao publicar notícias que posicionam o sujeito político Wellington Dias como protagonista da informação. Seja na condição de governador do Estado, condutor político da “base aliada”, seja como definidor do candidato que deverá sucedê-lo no Governo do Estado, candidato ao Senado ou senador eleito, Wellington Dias é apresentado no e pelo *Diário do Povo* – este enquanto dispositivo de enunciação – como um sujeito que nega uma informação defendida pelo enunciator jornalístico, como destacado na matéria relacionada ao julgamento de ação pedindo sua cassação; sujeito movido por interesses político-eleitorais, como exposto na matéria em que é proposto o interesse do sujeito político em ter imunidade parlamentar para escapar de qualquer eventual penalidade; e ainda como sujeito que se apropria das atividades administrativas do Governo Estadual para fazer campanha, como é proposto na notícia em que a intensificação de viagens do governador é apresentada a partir de uma “polêmica” marcada na rubrica utilizada acima do título. Dessa maneira, o dispositivo de enunciação *Diário do Povo* propõe uma relação entre o protagonista das informações, Wellington Dias, e o leitor discursivo a partir de uma percepção de desconfiança e fiscalização. O leitor proposto é atento, possui um olhar crítico sobre o

protagonista, e acompanha as movimentações nos bastidores da política local, sendo dessa maneira considerado um leitor iniciado.

Com relação a Wilson Martins, o dispositivo de enunciação *Diário do Povo* apresenta o protagonista da informação de maneiras diferentes, dialogizando com leitores também diferenciados, em dois momentos específicos. No primeiro momento em que Wilson Martins ocupava a vice-governadoria e disputava com lideranças de outros partidos da base aliada de Wellington Dias a indicação do petista para ser o candidato à sucessão, o *Diário do Povo* construía o referente Wilson Martins como um protagonista político, caracterizado como um articulador que trabalha por sua candidatura antes mesmo de ter a confirmação de sua indicação, e que, com isso, termina por antecipar atividades de campanha, como é demonstrado na matéria em que Wilson conclama jovens à participação política.

O posicionamento articulador de Wilson é reafirmado pelo dispositivo de enunciação como característica do protagonista na matéria em que o protagonista é apresentado ao leitor, a partir da possibilidade de não ser candidato se não “for vontade do povo ou dos partidos”. Contudo, em um segundo momento, quando Wilson Martins assume o Governo do Estado após a renúncia de Wellington Dias e a condição de candidato à reeleição, o protagonista primeiro é apresentado como novo “comandante” do Estado, anunciando medidas, determinando ações aos secretários do Governo, como aquele que agora senta à cabeceira da mesa no Palácio de Karnak para dizer o que precisa ser feito.

Acrescente-se que, com o acirramento da disputa eleitoral, o protagonista passa a ser apresentado ao leitor com base em uma desconfiança. Como um sujeito político pego de surpresa, como fica marcado na fotografia da matéria em que é noticiada a abertura de crédito suplementar de R\$ 64 milhões; ou como aquele que apresenta justificativas e responde às críticas, sem contudo negá-las, e, de certa maneira, terminando por admiti-las. Deste modo, o jornal *Diário do Povo* propõe leitores específicos, a depender dos contextos, embora se tratando de um mesmo protagonista. Primeiro como um co-enunciador atento às tensões nos bastidores da política local, em que Wilson Martins disputa a indicação do então governador para ser o candidato à sucessão estadual pela base governista; depois como novo gestor, e, num outro momento, como sujeito político que é questionado pelo leitor, que além de cobrar justificativas e explicações às suas ações enquanto gestor público também fiscaliza o cumprimento de suas atividades.

Com relação ao protagonista Sílvio Mendes, o dispositivo de enunciação do *Diário do Povo* propõe relação com um leitor próximo ao sujeito político, construindo entre eles uma aproximação marcada por uma identificação. Como observadores das disputas no cenário

político local, leitor e protagonista “falam” sobre política, “discutem” política, mas não se posicionam como sujeitos políticos. Além disso, ao construir o referente Sílvio Mendes, a partir de uma posição marcada por denunciar práticas caracterizadas como corruptas, o dispositivo de enunciação propõe ao leitor o reconhecimento do protagonista como sujeito que se distancia de práticas políticas atribuídas aos demais sujeitos em disputa.

Já com relação ao protagonista João Vicente Claudino, o dispositivo de enunciação do *Diário do Povo* estabelece relação com um leitor que reconhece o protagonista como um sujeito político, que, na condição de senador da República, detém requisitos políticos e técnicos para propor mudanças na legislação brasileira, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que tem em torno de si o apoio de lideranças partidárias à candidatura. O leitor proposto em relação com o protagonista, dessa maneira, parte do entendimento prévio acerca da função político-partidária, ocupada pelo protagonista, assim como do tema tratado na entrevista em que ele propõe a flexibilização da LRF.

Verificou-se, dessa maneira, que o *Diário do Povo* estabelece relações com diferentes tipos de leitores dependendo do sujeito político com quem dialogiza. No entanto, a mobilidade de interlocutor não representa uma falta de posicionamento político, já que se mostra adversário de Wellington Dias, partidário de Sílvio Mendes e podendo ter aproximações com Wilson Martins e João Vicente Claudino, mas com a intenção de estabelecer relação com um paradesinatário.

O dispositivo de enunciação do jornal *Meio Norte*, diferentemente de como foi observado no *Diário do Povo*, o sujeito político Wellington Dias, ao ser apresentado como protagonista da informação, tem construída uma relação de cumplicidade com o leitor. Como aquele que reconhece no protagonista uma posição de liderança e de decisão, tanto em âmbito local como em relação aos demais governadores do Nordeste, o sujeito político é apresentado a partir dos discursos postos em circulação nas páginas de Política do *Meio Norte*, como um protagonista que decide sobre o melhor momento de anunciar a escolha do candidato que deverá sucedê-lo na administração, que lidera os governadores do Nordeste diante do presidente Lula, lidera os índices de intenções de votos ao Senado e que aponta ao presidente Lula o que precisa ser observado durante visita às obras de transposição do São Francisco. O leitor discursivo proposto em relação a Wellington Dias reconhece, desta forma, que o sujeito político detém o poder de decidir os rumos da política local e de influenciar as decisões tomadas em âmbito regional, ao contrário da noção proposta no *Diário do Povo*, no qual ele tem suas ações acompanhadas com base em uma observação vigiada, e que busca não somente rastrear suas ações, mas sobretudo fiscalizá-las.

Mesmo durante seu mandato ou já depois de iniciada sua campanha ao Senado, Wellington Dias é apresentado por uma identificação de liderança; e, deste modo, propõe relação com um leitor que reconhece e legitima esta posição. No entanto, com relação ao protagonista Wilson Martins, percebem-se diferenças de como são propostas as relações entre ele e o leitor em momentos específicos. Enquanto vice-governador, dirigente partidário e sujeito que disputa com outros políticos a escolha para ser o candidato da base governista à sucessão estadual, é proposta a Wilson Martins uma relação com um leitor que o percebe como um sujeito político, movido pela disputa eleitoral, que acompanha as movimentações nos bastidores da política local e, dessa maneira, especula sobre sua saída da base de Wellington Dias, caso não seja o escolhido para representar a chapa governista nas eleições, ao mesmo tempo em que desconfia da fidelidade de Wilson ao levantar possibilidades de o protagonista aliar-se a candidatos de oposição.

Por sua vez, ao assumir o Governo e a condição de candidato do Governo à reeleição, Wilson Martins passa a ser reconhecido pelo leitor como gestor que inicia o mandato, marcando um posicionamento que o diferencia do antecessor, pois ele “entraria para a história” por nomear quatorze mulheres para o primeiro escalão do Governo, decisão adjetivada como histórica por um enunciador jornalístico. E como um gestor que estaria se afastando das disputas eleitorais, para direcionar suas ações às questões administrativas do Estado.

Em tom conciliador, Wilson Martins, ainda durante a campanha, passa a ser proposto pelo dispositivo de enunciação como sujeito que busca somar diferenças com outros sujeitos políticos, ao invés de entrar em disputa (como verificado antes da definição de que ele seria o candidato do Governo), como aquele que planeja como pretende ser reconhecido pelo leitor como governador da saúde e como aquele que ganha a adesão de quem esteve em disputa direta com ele no primeiro turno das eleições. Dessa maneira, o leitor proposto em relação ao protagonista Wilson Martins tem como característica ser iniciado nas questões políticas e eleitorais, reconhecendo as disputas entre os sujeitos e os contextos em cada notícia, além de ressignificar o referente Wilson Martins de maneiras específicas conforme as relações que esse protagonista configura ao ser posto em relação com Wellington Dias.

Em uma relação de silêncio e afastamento, o protagonista Sílvia Mendes é apresentado pelo dispositivo de enunciação de forma distanciada do leitor. Não obstante ele ser apresentado em algumas notícias como protagonista da informação, ou seja, como sujeito a partir de quem a informação é construída, o sujeito político Sílvia Mendes é apresentado como aquele de quem se fala, mas não como sujeito a quem é dada a possibilidade de dirigir-



se diretamente ao leitor por meio do suporte. Dessa maneira, como um mediador que cerceia o poder de dizer do protagonista, o *Meio Norte* configura a relação com leitor que observa com distanciamento o sujeito político Sílvio Mendes.

Na matéria em que ele é apresentado como sujeito que diz, Sílvio Mendes é proposto ao reconhecimento do leitor como aquele que diz os valores negociados pela compra de votos no Estado. Entretanto, ao marcar a partir da rubrica “denúncia” a informação dada por Sílvio Mendes, o dispositivo de enunciação deixa a cargo do leitor que os sentidos propostos no título na matéria sejam preenchidos, conforme seu horizonte de expectativas relacionado ao protagonista. Em outras palavras, abrindo a possibilidade para que ele perceba a denúncia como uma iniciativa do suporte, e que envolve o protagonista Sílvio Mendes no fato ou como uma denúncia apresentada pelo sujeito político. Dessa maneira, com o olhar distanciado e desconfiado, o leitor proposto em relação com o protagonista Sílvio Mendes no *Meio Norte* é marcado por um posicionamento político que o distancia da oposição encabeçada por Sílvio Mendes durante a campanha eleitoral.

Relação semelhante é proposta entre o protagonista João Vicente Claudino e o leitor. Além de ser apresentado em pequena ocorrência como candidato ao Governo do Estado, estratégia que o distancia da disputa política, João Vicente Claudino é apresentado ao leitor como sujeito que está na disputa, mas não em disputa. Então é proposto ao leitor o reconhecimento dele como candidato que apresenta pequenas possibilidades de obter resultados expressivos nas eleições, e, com isso, configura um leitor engajado politicamente, na medida em que afasta de si o reconhecimento das candidaturas que se opõem à chapa do Governo. Silenciando João Vicente Claudino e Sílvio Mendes, o leitor proposto está marcado por uma identificação com Wellington Dias, e aqueles que compõem sua base política, incluindo desta maneira o governador Wilson Martins, a partir do momento de definição do seu nome, como representante do grupo político-partidário nas eleições.

No dispositivo de enunciação *O Dia*, as relações propostas entre os protagonistas das informações e os leitores discursivos são configuradas por um outro viés. O distanciamento verificado entre os protagonistas Sílvio Mendes, João Vicente Claudino e os leitores no *Meio Norte* aparece como característica das relações estabelecidas nos e pelos discursos entre os protagonistas estudados neste trabalho e os leitores postos em relação com eles. Em *O Dia*, o distanciamento entre leitores e protagonistas aparece como posicionamento do dispositivo de enunciação de firmar-se frente ao leitor como interlocutor direto e orquestrador das vozes postas em circulação. Dessa maneira, é o dispositivo de enunciação que mantém relação de

proximidade junto ao leitor; e, com isso, dificulta um estreitamento desse leitor com as questões político-partidárias.

Isso não o afasta de um interesse acerca das disputas e tensões observadas nos bastidores da política local. Ao contrário, o posicionamento de cumplicidade proposto entre *O Dia* e os leitores discursivos direciona as notícias e seus protagonistas para uma perspectiva institucionalizada a partir da qual os sujeitos políticos têm as informações construídas a partir do seu envolvimento com estas, mas sem que essa participação dos protagonistas seja sobreposta às informações, como na matéria em que a decisão de rejeitar um pedido de cassação do mandato de Wellington Dias é atribuída ao TSE, ou seja, à Justiça enquanto instância social; e não como resultado de uma manobra política do protagonista (como no *Diário do Povo*) ou como uma decisão compartilhada com o leitor (como no *Meio Norte*).

Esse posicionamento distanciado e vigilante sobre os protagonistas é dividido entre o jornal *O Dia* e seus leitores, seja como estratégia de confrontar pontos de vista, para que o leitor tenha subsídios para posicionar-se politicamente em um outro momento, seja como estratégia de propor o reconhecimento de uma imparcialidade a seu dizer jornalístico, prerrogativa utilizada pelo dispositivo de enunciação, para estabelecer relação com um leitor interessado em informações técnicas a respeito dos assuntos noticiados, criticamente posicionado frente aos protagonistas, distanciado de qualquer envolvimento partidário nas disputas eleitorais – não obstante seu interesse em estar informado acerca destas, e que tem uma postura de cobrança frente aos políticos.

Ao final dessas análises, percebeu-se que apenas parte das perguntas formuladas nas hipóteses deste trabalho haviam sido respondidas. Até este ponto do percurso, foi possível verificar como são configurados os leitores quando são postos em relação com os sujeitos políticos, como estabelecem relação com as tensões e disputas no cenário político local e como se diferenciam entre suportes e protagonistas. No entanto, para aproximar-se dos objetivos de investigar o leitor, enquanto sujeito discursivo que se posiciona de forma política frente ao dispositivo de enunciação, foi necessário retomar as primeiras análises acerca dos protagonistas para, a partir delas, redirecionar a investigação para os processos de configuração deste leitor, diante das estratégias discursivas dos dispositivos de enunciação para noticiar os fatos políticos.

Dessa maneira, os conceitos de prodestinatário, paradesinatário e contradestinatário apresentados por Verón (1987) foram aplicados sobre o *corpus* com o objetivo de verificar como o leitor é mobilizado nas páginas de política dos suportes. Ao retornar ao *corpus*, percebeu-se o refinamento nas estratégias discursivas, a partir das quais um tipo de leitor é

mobilizado pelos enunciadores como estratégia para atingir outro tipo de leitor, ou melhor, para suscitar uma leitura marcada pelo compartilhamento de crenças (prodestinatário), pela contestação às crenças do outro (contradestinatário) ou para buscar o reconhecimento de um referente (paradestinatário).

Com base nessas análises, pôde-se verificar que o *Diário do Povo* – aqui observado como sujeito semiótico produtor de sentidos – estabelece relações com diferentes tipos de leitores, dependendo do ator social com quem dialogiza; ou seja, os leitores de política no *Diário do Povo* estão representados como pro, para ou contradestinatário, dependendo do protagonista da informação que o suporte mobiliza para construir suas notícias.

Por sua vez, essa mobilidade de interlocutor que o *Diário do Povo* mobiliza não configura a ausência de um posicionamento político definido por parte do leitor. Verificou-se que ele se posiciona em relação aos protagonistas, destacados neste trabalho como adversário de Wellington Dias, partidário de Sílvio Mendes, e como aquele que pode aproximar-se dos protagonistas Wilson Martins e João Vicente Claudino, mas com a intenção de – a partir da caracterização que propõe a eles – estabelecer relação com um paradestinatário, na tentativa de persuadi-lo e conquistar sua adesão. Mais que isso, além de estabelecer relação com um tipo específico de co-enunciador de acordo com o protagonista e com as disputas em que esse sujeito político está envolvido em determinado contexto, um certo tipo de leitor pode ser apresentado como estratégia para alcançar outro, como no caso da matéria sobre a absolvição de Wellington Dias, em processo que pedia a cassação do seu mandato, em que o dispositivo de enunciação estabelece relação com o contradestinatário, posicionado como aquele que contrapõe ideias e propõe uma leitura polêmica do que é dito, como estratégia de persuasão do paradestinatário, a quem propõe o reconhecimento da absolvição de Wellington Dias como desfecho improvável.

Por outro lado, o *Meio Norte* estabelece relação com pro, para e contradestinatário como estratégia para persuadir o leitor e construir referentes para os protagonistas da informação apresentados na enunciação jornalística. De maneira semelhante ao *Diário do Povo*, o *Meio Norte* direciona seus discursos a um tipo específico de destinatário, de acordo com a “leitura” que espera provocar no leitor. Ou seja, como pretende ter seus discursos reconhecidos, legitimados; e, sobretudo, como espera que o leitor construa um referente para cada protagonista, como verificado na matéria em que o dispositivo de enunciação *Meio Norte* apresenta as crenças que compartilha com o prodestinatário como estratégia de persuasão para buscar a adesão do paradestinatário.

Ao apresentar a declaração do protagonista Wilson Martins de que a aliança política independente das diferenças que possam existir entre os aliados – o enunciador estabelece relação com o prodestinatário – com quem divide a crença de que há “diferenças” entre partidos e políticos aliados; e com o paradesinatário – a quem propõe o reconhecimento da candidatura de Wilson Martins como resultado de um consenso.

*O Dia*, por sua vez, volta a apresentar uma estratégia direcionada à mobilização de um paradesinatário, a quem propõe o reconhecimento de si como mediador que acompanha, observa, fiscaliza e registra para o leitor uma percepção a respeito dos fatos políticos, buscando a adesão do leitor, não a um ou outro sujeito político, mas a si próprio. Logo, diferentemente dos demais suportes que têm um posicionamento sobre os protagonistas da notícia, a quem se distribuem afetos positivos e negativos, para suscitar no leitor o reconhecimento desses “valores”, em *O Dia* o objetivo das estratégias de persuasão está direcionado para que o leitor construa o referente acerca do dispositivo de enunciação, como verificado na matéria em que as críticas feitas pelo senador Heráclito Fortes ao governador Wellington Dias são apresentadas como “de oposição”, e reiteradamente colocadas “na boca” do senador por meio da heterogeneidade mostrada, aparecendo entre aspas ou com a indicação objetiva de que teria sido dita por ele. Com essa estratégia, o enunciador distancia-se dos sujeitos políticos em disputa, na cena discursiva, e estabelece relação com o paradesinatário, posto que busca persuadir o leitor a reconhecer a caracterização sobre si como um dispositivo de enunciação que acompanha a movimentação dos atores sociais, no contexto político local, com o objetivo de informá-lo, mas sem permitir um envolvimento com as disputas em questão.

Feitas estas considerações, cumpre-se com o objetivo inicial de buscar respostas sobre a construção do leitor em uma perspectiva dos discursos sociais nas páginas de política dos jornais de Teresina. Entendendo que o percurso aqui empreendido apresenta uma percepção em construção – tendo em vista que é própria da investigação científica a constante formulação de perguntas – fica-se agora com outros questionamentos sobre os processos de confirmação e conformação dos tipos de leitores.

Por ora, foram apresentadas as considerações que marcam um fechamento – embora momentâneo – desta pesquisa. Terminam os prazos, mas não as questões que abrem espaço às possibilidades de investigar o universo do leitor, a partir do campo da recepção. Mas aí já é outra história / pauta / pesquisa / investigação / proposta. Outro desafio...

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inesita. O olhar semiológico. In: **A reconversão do olhar**: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, Eni P.; GERALDI, João W. (Org.). **Cadernos de estudos linguísticos**: o discurso e suas análises. Campinas: Unicamp, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2006.
- BRAGA, Maria Laura. Eliseo Verón. In: ZECCHETTO, Victorino (Org.). **Seis semiólogos em busca del lector**. 3. ed. Buenos Aires-Argentina: La Crujía Ediciones, 2007.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARTIER, Roger. Formas e Sentido. **Cultura escrita: entre distinção e apropriação**; Tradução: Maria de Lourdes Meirelles. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- COMPAGNON, Aintoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- COSTA, Rita de Cássia Maia e Silva. **O desejo da escrita em Ítalo Calvino**: para uma teoria da leitura. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Coordenação e Tradução Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Coordenação e Tradução Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. O prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis. In: **A literatura e o leitor**: Textos de estética da recepção. Coordenação e Tradução Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. **Veja, Isto É, Leia**: produção e disputas de sentido na mídia. Teresina: EDUFPI, 2003.

MARTÍN, Raquel San. **La idea del lector em los periodistas: ? Ciudadano, Consumidor o fuente de demandas?** Colección Investigación ICOS. 1. ed. – Buenos Aires: Educa, 2008.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'água/FAPESP, 2001.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário da leitura no Brasil colonial. Campinas-SP: Unicamp, 1994.

OLIVEIRA, Nubiácia Fernandes. Mecanismos de manifestação da subjetividade no texto argumentativo. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da (Org.). **Procedimentos discursivos na fala de Natal**: uma abordagem funcionalista. Natal (RN): EUFRN, 2000.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VERÓN, Eliseo. La Palabra Adversativa: observaciones sobre La enunciación política. In: **El discurso político**: lenguajes y acontecimientos. 1. ed. Buenos Aires: Hachete, 2004.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2004.

YUNES, Eliana (Org.). **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. & Marisa Lajolo. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas-SP: Unicamp, 1997.